

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Gabriela Pacheco Amaral

**UM OLHAR DISCURSIVO NA OBRA *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO
RAMOS**

Belo Horizonte
2021

GABRIELA PACHECO AMARAL

UM OLHAR DISCURSIVO NA OBRA *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística do Texto e do Discurso.

Área: Linguística do Texto e do Discurso
2B: Análise do Discurso

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ida Lucia Machado

Belo Horizonte
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Israel Jose da Silva – CRB/6-2128

R175m.Ya-o Amaral, Gabriela Pacheco.

Um olhar discursivo na obra Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos [manuscrito] / Gabriela Pacheco Amaral. – 2021.

205 f., enc. : il., map., p&b., color.

Orientadora: Ida Lúcia Machado.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

1.Ramos, Graciliano, 1892-1953. – Memórias do Cárcere – Crítica e interpretação – Teses. 2. Análise do discurso literário – Teses. I. Machado, Ida Lúcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : B869.33



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

UM OLHAR DISCURSIVO NA OBRA MEMÓRIAS DO CÁRCERE, DE GRACILIANO RAMOS

GABRIELA PACHECO AMARAL

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDO LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso

Aprovada em 23 de fevereiro de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Ida Lucia Machado - Orientadora

UFMG

Prof(a). Adriana do Carmo Figueiredo

FUNDAÇÃO CEFET-MINAS

Prof(a). Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis

IFMG

Prof(a). Glaucia Muniz Proença Lara

UFMG

Prof(a). Maira Guimarães

UEMG

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis, Usuário Externo**, em 23/02/2021, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauca Muniz Proenca Lara, Professora do Magistério Superior**, em 23/02/2021, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA DO CARMO FIGUEIREDO, Usuário Externo**, em 23/02/2021, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maira Guimarães, Usuário Externo**, em 23/02/2021, às 22:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ida Lucia Machado, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 24/02/2021, às 00:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0583617** e o código CRC **181D938D**.

Referência: Processo nº 23072.203563/2021-42

SEI nº 0583617

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

À Profa. Dra. Ida Lucia Machado, pela amizade, pelo carinho, pela atenção dedicada e pela orientação durante o doutorado;

À banca examinadora – Adriana do Carmo Figueiredo, Alcione Aparecida Roque Reis, Glaucia Muniz Proença Lara, Maira Guimarães, Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis, Wander Emediato de Souza;

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo apoio acadêmico e administrativo;

A minha família;

Aos amigos;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro concedido;

A todos aqueles que me apoiaram e me auxiliaram na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Memórias do Cárcere, livro de publicação póstuma de Graciliano Ramos, tornou-se um clássico logo após sua edição. Diversos fatores podem ser apontados como responsáveis pelo sucesso da obra, seja o discurso de testemunho de um período político brasileiro, seja a destreza literária e artística do autor. Considerado como um dos cânones da literatura brasileira, *Memórias do Cárcere* é uma obra que trata das memórias do Ramos, durante o período em que tornou-se um preso político da Era Vargas. Nas recordações do artista, percebemos múltiplas narrativas de vidas que compõem a trama; elas nos falam da experiência de Ramos na prisão, entremeando-se a outros relatos. Dirigimos nosso olhar analítico para essas múltiplas histórias de vida. Tomando como fio condutor desta pesquisa o conceito de *narrativa de vida*, realizamos uma análise qualitativa e linguístico-discursiva que leva em conta os efeitos de emoções presentes no *corpus*. O arcabouço teórico tem como base os estudos da Semiologia de Charaudeau (1983, 1992, 2007, 2014) e as suas variações/extensões, propostas por Machado (2015 2016). Abordamos questões sobre a noção de narrativa de vida, os sujeitos da obra e seus efeitos no discurso, segundo esta professora e pesquisadora. Trabalhamos o conceito da emoção, a partir das perspectivas de Plantin (2010) e Charaudeau (1983). Nossa proposta, enfim, foi a de analisar a heterogeneidade dos diversos *eus* assumidos pelo sujeito enunciator de Graciliano Ramos, neles verificando as influências diretas vindas da vida do próprio Ramos, como sujeito-histórico.

Palavras-chaves: Narrativas de vida; *Eus*; Emoções; *Memórias do Cárcere*; Graciliano Ramos.

RÉSUMÉ

Memórias do Cárcere, livre de publication posthume de Graciliano Ramos est devenu un classique peu de temps après son édition. Plusieurs facteurs peuvent être mis en évidence sur le succès de l'œuvre, soit parce que le discours contenu dans le livre est aussi un discours de témoignage d'une période politique brésilienne, soit par trouveailles littéraires et artistiques de l'auteur. Un des livres canons de la littérature brésilienne, *Memórias do cárcere* est également un livre sur la mémoire, dans lequel le narrateur raconte la période où il a été prisonnier politique da la police du président Vargas. La trame du livre se développe autour des récits de vie présents; ceux vécus par Ramos, lui même, aussi bien que ceux d'autres personnes qui ont fait partie de son histoire. Nous avons centré notre regard analytique sur ces multiples histoires de vie. En prennant le concept de récit de vie comme fil conducteur, nous avons réalisé une analyse qualitative et linguistico-discursive sur les effets provoqués par les émotions présentes dans le corpus. Les bases théoriques de notre étude ont pris en compte les études que Charaudeau (1983, 1992,1992, 2007, 2014) a proposé concernant sa théorie sémiolinguistique, aussi bien que les variations/extensions, proposées par Machado (2015 2016). À la suite de cette professeur et chercheure, nous avons abordé des problèmes liées à la notion de récit de vie, aux sujets du récit et aux effets discursifs. Nous avons approché le concept de l'émotion, à partir des perspectives de Plantin (2010) et Charaudeau (1983). Notre proposition, enfin, a été celle d'analyser l'hétérogénéité des sujet assumés par le sujet énonciateur de G. Ramos.

Mots-clés : Récits de vie ; Sujet ; Émotions ; *Memórias do Cárcere* ; Graciliano Ramos

ABSTRACT

Memórias do Cárcere is a posthumous publication book by Graciliano Ramos that it became a classic after its edition. There are several factors that may be pointed out about the success it, either by the testimony discourse of a Brazilian political period or by the author's literary and artistic prowess. That work canon of Brazilian Literature is a discourse about the memories in which the narrator reports the period he was a political prisoner in the Vargas Era. Besides this, the artist's memories, we are led to perceive life narratives present in the plot; narratives about his own experience in prison as well as reports of other people's experiences. It is, then, in these multiple life stories that we direct our analytical gaze. Therefore, the concept of life narrative is the theoretical direction of our research, in this respect, we realize the qualitative and linguistic-discursive analysis of the effects of emotions present in the corpus is carried out. In that perspective, our research is directed to investigate the emotions and the changes in the identity of characters, in *Memórias do Cárcere* by Graciliano Ramos (1892-1953). Accordingly, our theoretical basis is anchored in the Semiolinguistics of Charaudeau (1983, 1992, 2007, 2014) and its variations/extensions, proposed by Machado (2015 2016). We address issues related to the notion of life's narrative, Machado (2016), about the subjects of the narrative and its effects on discourse. We work the concept of emotion, from the perspectives of Plantin (2010) and Charaudeau. In this view, our aim is to analyze subjects assumed by the narrator's subject of G. Ramos. Finally, we verify the relationship between the emotion's effects and the life narrative from excerpts taken from the corpus.

Keywords: Life's narrative; Subjects; Emotions; *Memórias do Cárcere*; Graciliano Ramos.

RESUMEN

Memórias do cárcere (Memorias de la cárcel), libro de publicación póstuma de Graciliano Ramos, rápidamente se transformó en un clásico después de su edición. Diversos factores pueden apuntarse como responsables del éxito de la obra, sea el discurso de testigo de un período político brasileño, sea la destreza literaria y artística del autor. Considerado uno de los cánones de la literatura brasileña, *Memórias do cárcere* es una obra que trata sobre las memorias de Ramos durante un período en que fue preso político de la Era Vargas. En los recuerdos del artista percibimos múltiples narrativas de vidas que componen la trama. Dichas narrativas nos cuentan sobre la experiencia de Ramos en la prisión, intercalándose a otros relatos. Dirigimos nuestro ojo analítico hacia estas múltiples historias de vida. Tomando como hilo conductor de esta investigación el concepto de narrativa de vida, realizamos un análisis cualitativo y lingüístico-discursivo que considera los efectos de emociones presentes en el corpus. El esqueleto teórico tiene como base los estudios de la semiolingüística de Charaudeau (1983, 1992, 2007, 2014) y sus variaciones/extensiones propuestas por Machado (2015-2016). Abordamos cuestiones sobre la noción de narrativa de vida, los sujetos de la obra y sus efectos en el discurso según esta profesora e investigadora. Trabajamos el concepto de la emoción a partir de las perspectivas de Plantin (2010) y Charaudeau (1983). Nuestra propuesta, en fin, fue la de analizar la heterogeneidad de los diversos yo asumidos por el sujeto enunciador de Graciliano Ramos, verificando en dichos yo las influencias directas que vinieron de la vida del propio Ramos, como sujeto histórico.

Palabras clave: Narrativas de vida, Yo, Emociones, *Memórias do cárcere*, Graciliano Ramos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comunicacional	p. 49
Quadro 2 – Situação de comunicação em <i>Memórias do Cárcere</i>	p. 50
Quadro 3 – Tópica das emoções	p. 88
Quadro 4 - Descrições	p. 109
Quadro 5 - Descrições	p. 110
Quadro 6 – Descrição da ação.....	p. 122
Quadro 7 - Transformações das projeções de imagem de Miranda	p. 128
Quadro 8 – Tópica da emoção ao narrar o caso de violação.....	p. 132
Quadro 9 – Emoções atribuídas	p. 136
Quadro 10 - Tópica da emoção ao narrar a entrega de Elisa Berger e Olga Prestes..	p. 139
Quadro 11 – Conseqüências das ações.....	p. 140
Quadro 12 - Qualificações.....	p. 154
Quadro 13 – Tópica da emoção da tristeza	p. 162
Quadro 14 - Qualificações.....	p. 166
Quadro 15 - Descrições	p. 170
Quadro 16 - Descrições	p. 172
Quadro 17 - Descrições	p. 178
Quadro 18 - Descrições	p. 182

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Presos políticos no Estado Novo.....	p. 36
Figura 2 – O sujeito, o outro e o imaginário sociodiscursivo.....	p. 109
Figura 3 – A narrativa de vida, o outro e o eu	p. 144
Figura 4 – Mudanças de si.....	p. 159
Figura 5 – Mudanças	p. 175
Figura 6 – Mudanças de si.....	p. 177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – GRACILIANO RAMOS: UM DOS CÂNONES DA LITERATURA BRASILEIRA	
1.1 GRACILIANO RAMOS	17
1.2 O CONTEXTO SOCIODISCURSIVO QUE ENVOLVIA G. RAMOS	19
1.3 O SOCIAL E O PSICOLÓGICO EM G. RAMOS	23
1.4 O <i>EU SUBTERRÂNEO</i> E A <i>SAGA FAMILIAR</i>	25
1.4.1 GRACILIANO E SUAS MEMÓRIAS: <i>OS EUS</i> DO NARRADOR EM <i>INFÂNCIA</i>	27
1.5 O CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DE <i>MEMÓRIAS DO CÁRCERE</i>	33
1.6 <i>MEMÓRIAS DO CÁRCERE</i>	37
CAPÍTULO II – SEMIOLINGUÍSTICA E NARRATIVA DE VIDA	
2. A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA DE ANÁLISE DO DISCURSO: CONSIDERAÇÕES GERAIS	46
2.2 PANORAMA DOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO	52
2.3 OS EFEITOS DE DISCURSIVOS, SEGUNDO CHARAUDEAU (1992) E MACHADO (2016/2018)	56
2.4 IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS	59
2.4.1 A ESTRUTURA DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS	61
2.5 SOBRE NARRATIVAS DE VIDA: CONCEITOS GERAIS	64
2.5.1 A NARRATIVA DE VIDA NA SEMIOLINGUÍSTICA	68
2.5.2 ALGUMAS SUTILEZAS DA MEMÓRIA	72
2.5.3 EFEITOS DE SUJEITOS NA NARRATIVA DE VIDA	75
CAPÍTULO III – EMOÇÕES E POLIFONIA DO <i>EU NARRADOR</i>	
3.1 O LUGAR DA EMOÇÃO NOS ESTUDOS LINGUAGEIROS.....	82
3.2 EMOÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO.....	87
3.2.1 CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DAS EMOÇÕES NA NARRATIVA DE VIDA.....	89
3.3 EMOÇÕES NA SEMIOLINGUÍSTICA.....	92
3.3.1 AS TÓPICAS PATÊMICAS PARA CHARAUDEAU: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS DAS EMOÇÕES.....	95
3.4 POLIFONIA INTERNA DO <i>SUJEITO-QUE-SE-NARRA</i>	101
CAPÍTULO IV – ALGUMAS EMOÇÕES QUE AFLORAM NA NARRATIVA DO OUTRO	
4.1 PROJEÇÃO DA IMAGEM DO OUTRO NA NARRATIVA DE SI	108
4.2 IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS.....	113
4.3 PROJEÇÕES NARRATIVAS DA IMAGEM DE VÍTIMA	118
4.4 OCORRÊNCIAS DISCURSIVAS DE EMOÇÕES EM DOIS RELATOS DE G. RAMOS	130
4.4.1 O RELATO DE ESTUPRO.....	131
4.4.2 O RELATO DE ENTREGA DE OLGA PRESTES E ELISA BERGER	137
CAPÍTULO V – VAI -E -VENS DO DISCURSO NARRATIVO DE G. RAMOS E ALGUMAS DE SUAS ESPECIFICIDADES	
5.1 EFEITOS DISCURSIVOS NA NARRATIVA DE SI.....	146

5.2	NUANCES DO <i>SUJEITO NARRADOR TESTEMUNHA</i> : O <i>EU IRÔNICO</i>	153
5.3	ESQUEMA NARRATIVO E DESCRITIVO DA TÓPICA DA DOR: A TRISTEZA E A VERGONHA	160
5.3.1	A TRISTEZA: ACEITAÇÃO DE TRAÇOS NEGATIVOS DE SI	160
5.3.2	A VERGONHA: A DEGRADAÇÃO DA IMAGEM DE SI	165
5.4	NARRAR-SE, AFIRMAR-SE E MODIFICAR-SE: AS MUDANÇAS E AS CONTINUIDADES DE SI.....	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS	189
	ANEXOS	193

INTRODUÇÃO

O ato de narrar pode ser considerado como uma atividade por excelência do ser humano. Em determinadas situações observamos essa prática, como quando ficamos ansiosos para contar/ouvir alguma história. Nesse sentido, uma das diversas maneiras do indivíduo partilhar suas experiências de vida com outrem se dá pela narrativa de certos acontecimentos sob o seu ponto de vista. Por isso, muitos sujeitos, ao passarem seja por um dia difícil, seja por um dia favorável, podem ficar ávidos para dividir suas recentes lembranças com alguém. Podemos inferir disso que certas histórias irão nos acompanhar em nossas memórias bem como o anseio que por vezes temos de compartilhá-las.

No Brasil, vários escritores serviram-se dessa atividade narrativa para contar acontecimentos e/ou peripécias que viveram em determinados momentos de sua existência. Podemos citar, por exemplo, o cronista Pedro Nava (1903-1983) e o escritor e ex-guerrilheiro político Fernando Gabeira. Poetas e romancistas também recorreram ao gênero biográfico para contar algo de si aos seus leitores, tais como Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Manoel de Barros, Carlos Drummond de Andrade, José de Alencar e, aquele que agora nos interessa de perto: Graciliano Ramos.

A escrita de *Memórias do Cárcere* (1892-1953), foi iniciada quando o escritor ainda estava preso. Sua detenção ocorreu durante o período de transição do *Estado Novo* (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e foi na época, justificada pela especulação de que o autor era comunista. Dizemos “especulação” pois não havia provas concretas e suficientes para um processo penal. Mesmo assim, Graciliano Ramos tornou-se um preso político e testemunhou diversas barbaridades, pelas quais ele e outros presos passaram.

Durante o período em que esteve detento, Ramos fez muitas anotações que, anos depois, foram transformadas em livro. Mas ele morreu antes de concluir esse trabalho de escrita memorialista. Mesmo inacabada, a obra foi publicada, o que nos possibilitou acesso a detalhes da prisão de Ramos, realizados com sua verve e crítica mordaz. No dia a dia do cárcere, as anotações por ele produzidas podem ser consideradas como uma válvula de escape à dura e absurda condição de prisioneiro, na qual se encontrava.

A Análise do Discurso (AD) é uma disciplina na qual o pesquisador pode tomar como objeto para estudar diversos *corpora*, dentre os quais a pesquisadora Machado (2012) incluiu as narrativas de vidas. No entanto, sabemos que tais discursos existem desde a antiguidade clássica. Podemos afirmar isso ao lembrar, por exemplo, biografias e autobiografias do

general e ditador romano Júlio César e do imperador Marco Aurélio. Ao longo dos anos, personalidades históricas como Santo Agostinho, Benjamim Franklin e, mais recentemente, Stephen Hawking, Nelson Mandela, Barack Obama, entre outros, também adotaram a prática de escrita em questão para relatar suas respectivas vidas.

Tendo em vista essas considerações, acreditamos que a multiplicidade de narrativas de vida é reveladora da importância de nos debruçarmos teoricamente sobre o *sujeito que se conta*. Assim, nossa intenção é melhor compreender aquele que se narra, assim como os efeitos patêmicos decorrentes deste discurso. Reiteramos que, desde 2012, até o presente momento, Ida Lucia Machado (2018) vem desenvolvendo trabalhos sobre tal assunto, na ótica da AD¹. Para tanto, tomou por base noções da teoria semiolinguística, bem como o trabalho de filósofos, antropólogos e sociólogos, tais como Daniel Bertaux (1997), Jean-Claude Kaufman (2004), entre outros. Portanto, a primeira justificativa de nossa pesquisa é a atualidade e a renovação do conceito de narrativa de vida encontrada pela supracitada analista do discurso.

A segunda justificativa diz respeito à nossa escolha pela teoria semiolinguística de Charaudeau, que compõe nosso instrumental teórico. Para nós, trata-se de uma teoria analítico-discursiva que se destaca entre outras, pois, possui um instrumental teórico de fácil aplicação e se mostra bem dialógica e aberta à aplicação em diferentes *corpora*, já que em sua origem estão conceitos vindos de outras áreas e/ou disciplinas que se unem à linguística discursiva.

A terceira justificativa estaria na problemática que percebemos dentro das narrativas de vida: elas subentendem várias relações, por vezes intrincadas, entre tópicos patêmicos, desdobramento do sujeito narrador e memória. Esse modo de escrever pode mobilizar modos específicos de (auto) representação do sujeito narrador. Daí advém, acreditamos, um terreno fértil para investigação do jogo de sujeitos no livro de G. Ramos, objeto desta pesquisa.

Isto posto, seu fio condutor originou-se da nossa percepção de que alguns narradores, ao falar de suas vidas, inserem efeitos patêmicos em seus ditos/escritos. Possivelmente, esses efeitos estão imbricados às imagens que o sujeito constrói para si e para o outro no discurso.

Compreendemos que, no processo do discurso construído para contar uma narrativa de vida seja normal que o escritor deixe que diversas vozes entrem em seus escritos. De acordo com Machado (2016), que aqui se inspirou em Grácio (2016), existe uma identidade narrativa, ou seja, quando alguém conta fatos da sua vida, esse alguém mescla a identidade à alteridade o que leva sua narrativa a receber outras vozes que a sua, propriamente dita.

¹ A pesquisa de Machado sobre Narrativas de Vidas obteve diversos outros estudos, como os estudos de LARA (2019) sob o viés da Semântica Global.

Ainda segundo a pesquisadora, a identidade individual está ligada às identidades coletivas. Dessa forma, ainda que o sujeito narrador tenha a ilusão de ser o único personagem das suas aventuras ou desventuras, mesmo assim ele terá um outro imbricado no relato de suas memórias. Logo, a história contada pelo indivíduo sempre estará interligada a diversas histórias alheias. Nessa perspectiva, quando alguém narra acontecimentos, ainda que ligados a coisas simples, cotidianas, tais como o decorrer de um momento de seu dia, ele conclama a voz de outro ou de outros a entrarem em sua fala ou em seus escritos.

Ao nos depararmos com narrativas de vida, percebemos que elas podem conter o processo de afirmação dos *eus* do sujeito narrador como ser social. Será, portanto, viável considerar que, em escritos cuja base é feita por memórias de um determinado indivíduo, ali apareçam construções da imagem por ele assumidos e que serão transmitidos ao seu eu-narrador. Além dessas imagens é também possível verificar indícios que, aliados a eles, apontem para uma determinada visão de mundo, para ideologias e crenças que fizeram parte do momento presente da produção escrita desse ser desdobrado. Por tais motivos, concordamos com Machado (2015), ao reconhecer que o *eu do presente* estará sempre imerso no discurso da memória para narrar o *eu do passado*.

Face às lembranças narradas, observamos não só a relação do *eu do passado* com o *eu do presente*, como também verificamos a presença de alguns *efeitos de emoções*.² Assim, o *eu do presente* pode apresentar tópicos patêmicos por meio de apreciações, de depreciações e de opiniões sobre fatos já findados. Por consequência, inferimos que pela narrativa de vida é possível apreendermos as imagens e representações por meio das quais o *eu do presente* avalia o seu passado.

Em nossa pesquisa, propomo-nos responder à seguinte pergunta: como a observação das tópicos patêmicos em um discurso memorialístico, como o de Graciliano Ramos, podem nos permitir averiguar a construção que o escritor faz de si, e daqueles que o rodeiam, no universo discursivo de *Memórias do Cárcere*?

Dito isso, nosso objetivo mais amplo será o de investigar como ocorrem/atuam, discursivamente as tópicos patêmicos³ e as mudanças das construções de imagem de si e de outro na narrativa de vida ou nas narrativas de vida contidas em *Memórias do Cárcere*.

Como objetivos específicos, buscamos:

² Para maior compreensão de tais efeitos, ver: CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992; e MACHADO, I.L. *Reflexões sobre uma corrente de análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida*. Coimbra: Grácio Ed., 2016 (PDF); 2018 (livro impresso).

³ Nesta pesquisa, tomaremos como sinônimos os termos: emoções, sentimentos, paixões e patemizações.

- Analisar as emoções na construção da imagem do sujeito enunciador⁴ de G. Ramos, ou seja, investigar a ocorrência de efeitos de patemização no discurso de Graciliano Ramos e analisar a forma como tais efeitos de escrita podem estar relacionados à autorrepresentação do autor em suas memórias.
- Averiguar o uso dos modos de organização do discurso (sobretudo os modos descritivo e narrativo) como estratégia propiciadora para a construção das tópicas patêmicas e da imagem construída, pelo escritor, de si e dos outros.
- Delinear os efeitos discursivos encontrados na narrativa na obra *Memórias do Cárcere*.

Vale ressaltar que muitas outras obras do romancista, incluindo a que agora nos interessa já foram abordadas, sobretudo, na área dos Estudos Literários, mas também em outras disciplinas das ciências humanas, tais como a História e a Sociologia. Acreditamos que a contribuição maior de nosso trabalho estará, pois, na proposta de analisar tal obra, mas sob o viés dos Estudos Linguísticos, mais especificamente da linha da AD de tendência francesa.

Nosso trabalho será organizado em cinco capítulos. No capítulo I, abordaremos questões sobre Graciliano Ramos enquanto participante dos cânones literários brasileiros, tanto por seu estilo como por seu engajamento político, refletido em seus escritos. Neste capítulo discorreremos também sobre um de seus livros, ou seja, aquele no qual G. Ramos conta parte de sua vida: *Infância* (1945). Trata-se de uma narrativa que conta a história do escritor até os 14 anos de idade. Falaremos também de uma espécie de outro “eu” que habitava nas profundezas do pensamento do escritor e, que por momentos aflora à tona, fazendo o narrador tornar-se, como o diz Charaudeau (1992) um autor-narrador.

No capítulo II, discorreremos sobre alguns pontos que nos parecem capitais da teoria semiolinguística de Charaudeau, tais como: o jogo enunciativo entre diferentes sujeitos, os efeitos do discurso, os imaginários sociodiscursivos e os modos de organização do discurso, mais especificamente o descritivo e o narrativo. Ainda no campo teórico, abordaremos questões referentes à noção de narrativa de vida, segundo Machado (2016,2017), e, a partir de alguns dos postulados desta pesquisadora, utilizaremos a noção de ironia como um complemento para melhor entender o processo discursivo, bem como o papel da polifonia segundo Bakhtin (1970) e Ducrot (1984).

⁴ Tomaremos os termos “sujeito enunciador” e “sujeito narrador” como sinônimos.

No capítulo III, abordaremos o conceito de emoção, a partir das perspectivas de Plantin (2010) e Charaudeau (1983) a fim de realizar os levantamentos dos possíveis pontos de encontros entre essas diferentes propostas teóricas, agrupando-as em uma ótica que satisfaça e enriqueça os nossos objetivos de pesquisa. No mesmo capítulo, lançaremos mão do conceito de polifonia interna com base em Machado (2016, 2018) e Cyrunilk (2012).

Nos capítulos IV e V buscamos melhor entender o papel das emoções na construção da imagem que Graciliano Ramos faz dos outros e de si. Com esse fito, o quarto capítulo da tese terá como foco a investigação da organização descritiva e narrativa das emoções de outrem que o sujeito narrador de G. Ramos realiza. No quinto capítulo, analisaremos como o *eu que se conta* de G. Ramos constrói sua própria imagem discursiva e as relações das crenças com as tópicas patêmicas. Para tanto nos valeremos de exemplos retirados do *corpus*. Em anexos, consideramos necessário colocar os esquemas de Charaudeau (sobre o modo narrativo) e Plantin (sobre a tópica das emoções) e reproduzir *in totum* algumas páginas de *Memórias do Cárcere* para o leitor captar o pathos ali introduzido.

Resumindo: a metodologia deste trabalho consistirá na aplicação do instrumental teórico apontado linhas atrás e na análise do *corpus*. Tentaremos assim, tecer concepções sobre a narrativa de vida e as emoções que se inserem neste tipo de discurso, que, esperamos, nos levarão ao objetivo maior, repetimos, será o de investigar como ocorrem/atuam, discursivamente as tópicas patêmicas⁵ e as mudanças dos *eus* do narrador na narrativa de vida ou nas narrativas de vida contidas em *Memórias do Cárcere*.

⁵ Nesta pesquisa, tomaremos como sinônimos os termos: emoções, sentimentos, paixões e patemizações.

CAPÍTULO I

GRACILIANO RAMOS, UM DOS CÂNONES DA LITERATURA BRASILEIRA

1.1 Graciliano Ramos

“Creio que a revolução social me levaria à fome e ao suicídio. Mas, como, segundo o Evangelho, nem só de literatura vive o homem, é razoável que se procure o bem-estar dos outros trabalhadores” (Graciliano Ramos)

A epígrafe que inicia este trabalho retrata positivamente nosso olhar para Graciliano Ramos tanto em sua vida artística como também na vida pessoal. Em suas palavras, pulsa uma grande preocupação em relação às mazelas sociais e econômicas do Brasil. Principalmente quando ele expressa a importância de se procurar uma urgente melhoria nas vidas dos trabalhadores. Aliás, a epígrafe de Ramos, por nós transcrita, baseia-se, mas modifica uma passagem bíblica: por aí já percebemos sua opinião em relação ao papel social do escritor e do cidadão, bem como seu olhar crítico dirigida a certas instituições cristalizadas. A epígrafe em pauta revela-nos, pois, nuances irônicas ligadas à escrita deste autor. Assim, ele julga, com sutileza, a sociedade de sua época e, na epígrafe, contrapõe a fé no trabalho do homem à fé religiosa.

As denúncias sociais fazem parte da vida literária de Graciliano Ramos desde a mais tenra juventude, tal qual já podemos visualizar em seus primeiros escritos. Enquadra-se nesse caso *O Pequeno Pedinte* (1904) conto publicado no *Jornal Dilúculo*, escrito por Ramos quando tinha apenas 12 anos de idade. Esses escritos já nos permitem visualizar as inquietações que sempre acompanharam Ramos face às desigualdades sociais. No caso do artigo citado, o jovem escritor descreve o drama de uma criança pobre, que pede esmolas defronte à igreja, em um domingo depois da missa.

O olhar e o engajamento social, ambos prematuros em G. Ramos nos mostram que em sua concepção de vida, escritor e indivíduo social não se separam dicotomicamente. Toda sua experiência de vida estará ligada de alguma forma ao seu modo de se comunicar, o que ele realizava, em ampla escala, sobretudo, por meio de seus escritos. Essa relação pode ocorrer pela escolha dos personagens, pelo enredo, pela crítica e por diversos outros recursos narrativos. Nesse viés, toda a história desse homem, seja pela experimentação, seja pela observação, contribui (em menor ou maior grau) para a aparição de uma criação literária engajada nos dramas sociais.

Desse modo, para Ramos, só é possível criar e desenvolver bem um personagem quando quem o descreve realmente conhece os contextos sociais e psicológicos que o envolvem. Em uma carta escrita em 1949 para a filha Marli Ramos, ele comenta o assunto:

As caboclas da nossa terra são meio selvagens, quase inteiramente selvagens. Como pode você adivinhar o que se passa na alma delas? Você não bate bilros nem lava roupa. Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos. E você não é Mariana, não é da classe dela. Fique na sua classe, apresente-se como é, nua, sem ocultar nada. Arte é isso. [...] Em Mariana você mostrou umas coisinhas suas. Mas, — repito — você não é Mariana. [...] A sua personagem deve ser você mesma. (RAMOS, 1980, p. 197)⁶

No fragmento acima, podemos notar que a experiência biográfica é vista pelo autor como uma grande aliada na construção e no aprofundamento da prática da escrita.

Vejamos mais um pouco de sua história de vida, segundo alguns autores.

Segundo Amaral (2016), recordamos que Graciliano Ramos nasceu em 1892, na cidade de Palmeira dos Índios, em Alagoas, durante o período de transição da política brasileira que passa de império para república; esta havia sido proclamada em 1889, três anos antes do nascimento do romancista. O contexto nacional era resultado de crises econômicas e disputas políticas que geravam muitas incertezas para o futuro dos brasileiros. Com o surgimento dessa nova forma de governo, desencadeou-se uma descentralização econômica e financeira que foi propícia para a imersão do país no capitalismo representado pelas oligarquias cafeeiras.

No Nordeste, de acordo com Moraes (1992), a economia centrava-se na produção de cana-de-açúcar. Entretanto houve declínio da economia canavieira que alterou a base de ordem política e social: de um lado, dominavam os coronéis do algodão e da pecuária; de outro, o Estado oligárquico tornava-se um agente formador de estrutura do poder.

O pai de Ramos, Sebastião Ramos de Oliveira, filho de senhor do engenho arruinado, mantinha uma loja de tecidos. Posteriormente, deixou o ramo do comércio para começar a trabalhar com a criação de gado e comprou uma fazenda, onde foi morar com a família. Veio, no entanto, a seca e, com ela, várias mortes dos animais de sua propriedade. Ramos relembra em *Infância* que chegou a passar sede por falta de água! A solução encontrada pelo patriarca foi abandonar a fazenda e voltar para o comércio.

Como aponta Moraes (1992, p. 8), a história de vida de Graciliano Ramos nos primeiros anos de vida se deu no ambiente da Zona da Mata, que se localiza entre o litoral, o Agreste Seco e a Caatinga, regiões castigadas pela estiagem. Trata-se de uma área concentrada em grandes engenhos, numa conjuntura social e econômica moldada pela pobreza e pelo atraso para a

⁶ Em todas as citações de Graciliano Ramos, conservaremos a grafia original.

maioria da população. A agroindústria, nesse contexto, conferia distinção, riqueza e privilégios, aumentando as desigualdades entre proprietários e trabalhadores.

Na vida adulta, Ramos trabalhou por três anos como prefeito de Palmeiras dos Índios e, nesse período, realizou diversas mudanças no município: a construção de três escolas, um posto de saúde, um abatedouro — para acabar com o abate de gado na feira da cidade —, uma estrada ligando Palmeiras dos Índios ao município vizinho. Além de diversas outras medidas por ele tomadas, acabou com a mendicância que havia na cidade: oferecia o dobro do que os mendigos ganhavam esmolando para que eles trabalhassem em obras de construção. Até mesmo as pessoas com deficiência trabalhavam: os que não conseguiam andar faziam trabalhos que exigiam somente o uso das mãos. Acabou também com a ociosidade dos presidiários, colocando-os para trabalhar na construção da estrada. Renunciou em 1930, quando foi nomeado diretor da *Imprensa Oficial* do Estado de Alagoas (MORAES, 1992, p. 38-63).

Em março de 1936, Ramos foi preso em Maceió e levado para o Rio de Janeiro. No mesmo ano foi publicado seu livro *Angústia*. Um ano depois ele foi libertado. Depois desse período, exerceu atividades como Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro e tradutor de obras, tais como *Memórias de um Negro*, do norte-americano Booker Washington, e *A Peste*, de Albert Camus. Graciliano Ramos morre em 1953.

Após este panorama de sua vida, torna-se também necessário compreender o contexto sociodiscursivo no qual ele estava inserido; é o que veremos no próximo segmento.

1.2 O Contexto sociodiscursivo que envolvia G. Ramos

As obras de G. Ramos pertencem ao movimento conhecido como “Os Romances de 30”. A literatura de tal período possui alto teor de engajamento com os problemas sociais do Brasil e é conhecida, portanto, como um ápice da identidade nacional literária.

Resumamos a evolução cronológica e histórica da literatura brasileira no quesito de representação local. Os primeiros movimentos literários no Brasil copiavam o modelo europeu. O Classicismo, o Barroco e o Arcadismo possuem obras nas quais o parâmetro de uma “boa” arte é o padrão internacional da Europa. Nessas fases, os problemas sociais e as cores locais não representam o principal aspecto da literatura e da arte produzida no país.

Com alguns poetas e romancistas do Romantismo aparece uma procura por aspectos nacionais; o regionalismo, o folclore e os índios começam a ser representados na literatura. Por mais que tais aspectos possam parecer superficiais neste momento de amadurecimento de identidade nacional, temos que considerar que, para aquela época, eles representavam uma evolução que já buscava um olhar brasileiro.

Os movimentos posteriores, como o Realismo e o Naturalismo, abordavam questões sociais, como cortiços e a pobreza, porém esses não são temas centrais das obras, já que ambos esses períodos se centram na universalidade. Já o Parnasianismo e o Surrealismo não abordam em nenhum aspecto os problemas nacionais ou as cores locais. Será com o Modernismo de 1922 que os artistas começarão a aderir à consciência nacional, realmente inserida na literatura. De acordo com a visão de Ramos, a literatura devia refletir sobre seu tempo e representá-lo, ou seja, devia expor as mazelas nacionais.

Os dois momentos do Modernismo, 1922 e 1930, de acordo com Antonio Candido e Alfredo Bosi, adquirem perspectivas, de um ponto vista inicial, que se diferenciam. Para o primeiro crítico literário citado (2006, p. 104-112), o movimento de 1922 constitui-se como um período decisivo pelo motivo de a literatura brasileira romper com as tendências europeias e buscar sua independência literária.

Depois dessa conquista, os romancistas de 1930 produziram obras com temas populares, políticos e sociais. Assim autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, Amando Fontes, José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, dentre outros inseriram ou tomaram como tema principal de suas narrativas, dramas brasileiros. Entre estes, podemos citar a luta do trabalhador, o cangaço, a seca, a decadência da aristocracia rural e a influência das rápidas transformações de mercado que impactam a vida das pessoas nas cidades. Nesse sentido, na visão de Candido, a literatura produzida em 1930 torna-se madura, pois os romancistas abordam os problemas sociais, políticos e econômicos do país, assuntos esses que eram negligenciados pela literatura anterior.

Lafetá (2004, p. 55) faz uma correlação entre a estética e a ideologia representadas na primeira e na segunda fase do Modernismo. Segundo ele o projeto estético é a crítica da linguagem velha, bem como a formulação de uma nova, ao passo que o projeto ideológico se constitui com as convicções propostas pelo movimento e sua visão de mundo. Isto posto, ocorre a dialética entre esses dois projetos, uma vez que o próprio processo de reformular uma linguagem já contém em si o projeto ideológico. Esse pressuposto é justificado pela visão de que a língua propicia aos homens a exteriorização de sua concepção do mundo, dos

pensamentos, das maneiras de ver, ser e conhecer. Da mesma forma, ao se adotar uma nova ideologia, a linguagem é restabelecida para conseguir representar as novas ideias do movimento.

Lafetá (2004, p. 57) acredita que o Modernismo em 1922 rompe com a linguagem erudita, artificial e pomposa da época e, do mesmo modo, vai contra a ideologia da oligarquia rural vigente na época, o que é verdade: tal movimento destruiu as barreiras da linguagem oficializada, tornando-a livre e próxima de uma literatura popular. A partir disso, a linguagem recebe um novo léxico, aparecem novas construções sintáticas, imagens diferentes e há uma ampliação dos discursos nas artes em geral. O Modernismo cria uma linguagem própria e, por consequência, gera uma ideologia de maior independência destas.

Na segunda fase do Modernismo, a abordagem discursiva nos romances abrange as questões sociais, levantando aspectos das condições de vida dos brasileiros no campo e na cidade. O movimento revela uma ideologia pessimista (mas real) do subdesenvolvimento, pois, alguns autores produziram obras com o enredo voltado para os problemas existentes ligados às vidas de pessoas pobres, abandonadas pelo sistema. Seguindo nessa direção, ao estabelecer uma nova ideologia, a linguagem também passa por um processo de reformulação, tornando-se mais seca, despida e coloquial (LAFETÁ, 2004, p. 64). Essa fase tem uma visão de mundo voltada para as características sociais do país, e como resultado a linguagem é elaborada de forma a atender à demanda ideológica.

Em outras palavras a literatura ganha maiores conotações sociais. A função social expõe sem grandes melindres a história de dominadores *versus* dominados no Brasil, desde essa época. Ora, a função social demanda a função ideológica de quem escreve e, geralmente, como G. Ramos, toma a defesa dos deserdados em um país com um governo que aumentava as diferenças sociais.

A função ideológica segundo G. Ramos pode ser inferida na observação de discursos escritos por autores cuja consciência conhece a divisão de classes no país, bem como já sentiu na própria pele o que é o sentimento de inferioridade que aflige certas pessoas em relação a outras. Em carta direcionada à esposa, Heloísa, em 1935, G. Ramos retrata a visão que tem da sociedade e se coloca do lado dos marginalizados pela sociedade rica da época:

Alagoas tem um milhão e duzentos mil habitantes, mas na minha estatística há apenas uns três indivíduos, uns três e meio, quatro no máximo. Os que fazem política, os que vendem ou compram fazendas, os que plantam algodão e os que fabricam açúcar são

de espécie diferente da minha. [...] Somos uns animais diferentes dos outros, provavelmente inferiores aos outros. (RAMOS, 1980, p. 142)

Conforme diversas leituras que fizemos, ao longo desses anos de estudo sobre os escritos de Ramos, vimos que seu discurso passa de regional a universal. Regionalista, pois o ambiente é deveras específico, ou seja, o Nordeste brasileiro da década de 20 até o final da década de 30. Universal, porque demonstra o ponto de vista de todo o gênero humano. A visão universalista é percebida nas narrativas de desagregação e da alienação do povo: ambas emanam de uma divisão social injusta.

O contexto do país em que vivia, naturalmente levou um ser sensível à população marginalizado a aprofundar-se nos problemas sociais, políticos e econômicos com destreza; foi assim capaz de abordar tanto o coletivo quanto o individual dos personagens nas tramas narrativas que construiu. As obras graciliânicas são constituídas dos dramas vivenciados pelos personagens, não sendo resultado de teses explicitamente formuladas. Quase sem o perceber, ele é um escritor engajado e que isso já fazia parte de sua natureza profunda.

Acreditamos que o posicionamento do romancista face aos dilemas nacionais pode ser apreendido nas representações construídas na obra, seja pela voz do narrador, pela voz do personagem e até pela interlocução dos dois. Assim, a forma como os personagens e suas aflições são construídos no texto, e o modo como as falas são elaboradas, constitui um aspecto ideológico que deve ser levado em consideração nas análises dos problemas sociais. No caso do autor alagoano, o engajamento social ultrapassa o fazer literário, sendo possível observá-lo na prática de vida de Ramos.

Desde nossas pesquisas da graduação até o presente momento, temos nos debruçado sobre o estilo discursivo e narrativo de G. Ramos, sem nos esquecermos dos aspectos literários. Sendo assim, em trabalho monográfico de 2014, apontamos que a atitude literária do romancista, conforme diz Candido (2006, p. 59), parte do princípio que G. Ramos era um escritor que depreciava sua obra, pois, considerava que seus escritos lhe davam uma “espécie de irritação”. O escritor parece se desculpar pela publicação de seus livros, como se eles fossem “algo reprovável”, diz Candido (2006b, p. 59). Respeitamos essa opinião, mas preferimos crer que Ramos sentia realmente o que escrevia e sem dúvida acreditava que a missão do escritor era um meio de clamar justiça para aqueles que os poderosos marginalizavam. Talvez, comparando seus escritos aos de outros escritores, ele sentisse que havia neles mais um tom político e que a ficção seria mais um pano de fundo, uma amostra do real...Seguindo nossa

ideia, vemos que, em *Memórias do Cárcere*, observa-se uma tentativa, por parte de Ramos, para superar seu livro *Angústia*; ele detestava seu livro *Caetés*, tanto que prefere não citá-lo; já, *São Bernardo* e *Vidas Secas*, para ele, são apenas “toleráveis”.

Seja como for, se formos comparar Graciliano Ramos com sua escrita engajada a outros autores de sua época, chegaremos à conclusão de que, em suas obras, há temas que vão bem mais além do que aspectos regionais. Este seria o caso de *Vidas Secas* que, além de mostrar tais características, também elucida especificidades da vida dos personagens. Ele fala de um *minimundo* centrado no sertão, mas essa parcela do Nordeste espelha o Brasil, como um todo.

Não é difícil notar, nas narrativas do autor, a presença de uma linguagem, digamos “objetiva”, em todo caso mais direta, com poucos adjetivos e enunciados curtos (vindos dos personagens, no âmbito da comunicação) e também pelo fato de ali aparecerem poucas figuras de linguagem. As palavras escolhidas por Graciliano não são rebuscadas, pois, segundo ele, “a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer” (RAMOS, 1948, s/p).

1.3 O social e o psicológico em G. Ramos

Como já observamos em trabalhos anteriores (AMARAL, 2016), a abordagem de Ramos sobre questões sociais levanta aspectos das condições de vida dos brasileiros no campo e na cidade. Por conseguinte, seus escritos são permeados por um posicionamento pessimista (ou realista) vinda de sua visão sob o subdesenvolvimento do país.

Seguindo sua vocação e suas formações ideológicas, Graciliano Ramos insere em seus romances protagonistas de condições econômicas menos beneficiadas. Suas narrativas são elaboradas de forma a se fazer perceber aspectos sociais captados de um enfoque que surge do *micro* para o *macro*. Com efeito, seus narradores permitem aos leitores observar a vida dos personagens inserida em determinado contexto, assim como ter a percepção da causa e do efeito do externo, no interior e na identidade dos protagonistas.

Com sua grande percepção do mundo e dos seres que ele vai inserir em seus escritos, Ramos aborda tanto questões sociais quanto psicológicas em seus romances. Desse modo, os personagens da narrativa são envolvidos em uma intriga que tenta mostrar seus comportamentos e pensamentos diante de diversas situações às quais eles são submetidos no meio social. Essa característica temática possibilita uma visão interna da sociedade, já que as obras mostram a

relação entre os personagens e o mundo, convívio esse passível de impactar tanto suas vidas pessoais quanto sociais.

Salientamos que não seria aconselhável realizar uma separação drástica entre os romances sociais e psicológicos do autor, já que as duas visões estão inseridas nas obras. Afinal, as narrativas apresentam uma dialética entre essas duas abordagens em um panorama no qual o homem e o meio são analisados simultaneamente. Ressaltamos, inclusive, que as obras não se limitam somente a essas duas abordagens, de tal sorte que realizar uma restrição e uma rotulação em um de seus livros seria desdenhar a riqueza linguageira de outros.

Seja como for, a predominância desses aspectos sociais e psicológicos pode se alternar de acordo com o contrato de leitura proposto aos leitores. Lembrando Charaudeau (1983, 1992, 2008), Ramos é um *sujeito-comunicante* (um indivíduo histórico) que cria um *sujeito-enunciador* à sua imagem, para transmitir suas mensagens a um sujeito-interpretante (o leitor). Cabe ao leitor decidir buscar, nos livros de Ramos a imbricação do ser social com o psicológico.

Sobre a questão das menções sociais em um texto que é, *a priori*, literário, vale considerar que, para nelas se obter sentidos, é ponderável analisá-las no decorrer do próprio discurso da obra, como preconiza Adorno (2003, p. 66). Ou seja, na articulação de tais referências podemos perceber como ocorre a relação dos personagens com a sociedade. Isso pode ocorrer na medida em que o próprio discurso apresenta as informações necessárias para mostrar como a sociedade é representada em cada obra.

No âmbito psicológico podemos notar que o conflito interno é mascarado pela extrema dureza que é dada às figuras/personagens participantes do enredo. A máscara, por sua vez, por meio da introspecção, permite compreender as tensões sociais como motor dos comportamentos individuais. Em meio às aflições dos *sujeito-enunciador*, há a presença de um *eu interno* que desvela os mais profundos sentimentos do *sujeito-que-se-conta*. A ele, daremos a denominação de *eu subterrâneo*⁷.

⁷ Tomamos emprestado este sintagma de Candido (2006), crítico literário e amigo de Ramos.

1.4. O *eu subterrâneo*⁸ e a saga familiar

Na posição de analista do discurso que agora ocupamos, acreditamos que essa entidade do *eu subterrâneo* pode aparecer tanto em enredos ficcionais quanto em escritas de si, no qual o sujeito narrador revela seus pensamentos íntimos. Nessa ótica, o *eu subterrâneo* se manifesta no discurso a partir do desdobramento interno do sujeito narrador.

Trata-se de um ser que, ao contar por escrito sua vida deixa claro o conflito existencial e a identidade fluida que o cerca. Ele pode ser pensado como um paradoxo de atrito e de harmonia entre, no mínimo, dois *eus discursivos*: um *eu externo*, que busca se ajustar às normas sociais, e um *eu profundo*, que se revolta com as mesmas normas. Assim, o *eu externo*, sujeito superficial, é o que se mostra aos outros indivíduos. Em contrapartida, o *eu profundo* corresponde ao que mais subterrâneo há na essência deste ser, uma identidade de si guardada no ponto mais remoto e recôndito de quem se narra.

O *eu profundo* materializa-se no discurso quando o sujeito narrador realiza autorreflexões, como o personagem Luís da Silva, do livro *Angústia*, faz no segmento abaixo transcrito:

Tudo provém da circunstância de eu não ter estima por mim; mas quem se conhece pode lá estimar-se — ainda que seja um pouco?

Pratiquei neste mundo muita safadeza. Para que dizer que não pratiquei safadezas? Se eu as pratiquei! É melhor botar a trouxa abaixo e contar a história direito. (RAMOS, 2009, p. 60)

O sujeito enunciador da obra revela as reflexões do seu eu íntimo ao confessar que não tem estima de si por justamente conhecer os seus pensamentos e ações ruins. Nessa ótica, a reflexão do narrador é construída a partir de uma auto avaliação interna, na qual o sujeito enunciador julga a si e as suas ações. Ao fazê-la, o narrador revela seu *eu subterrâneo* que assume pensamentos que só são conhecidos pelo seu *eu* mais profundo.

Outro exemplo pode ser visto no personagem João Valério, da obra *Caetés* de G. Ramos. O *eu subterrâneo* é delineado por meio dos devaneios, das fugas da realidade ou pelas

⁸ Emprestamos tal expressão de Candido (2006) que a usou, no entanto, em contexto diferente que o nosso, neste trabalho.

manifestações de pontos de vista sobre si. O discurso do narrador se direciona à realidade observada ou sentida sobre o seu próprio ser.

O primitivo, o instintivo, o egoísmo e o bárbaro, em *Caetés*, vivem no recôndito do personagem de João Valério. Por vezes, são polidos e recalçados no seu íntimo. Nas últimas páginas do livro, deparamo-nos com as reflexões do protagonista:

Não ser selvagem! Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? (RAMOS, 2002, p. 205)

Nas reflexões, observamos o desdobramento de identidade discursiva que deixa revelar um pouco do *eu subterrâneo*. A narrativa em primeira pessoa, isto é, o relato de si, é um recurso tanto discursivo quanto identitário para conhecer o que há de mais escondido em nosso ser que não revelamos aos outros. O *eu exterior* como ser social liga-se à necessidade de ajuste às normas convencionais da sociedade; já o *eu profundo* revolta-se contra essas normas e, ao fazê-lo, percebe a sua fragilidade no mundo.

O desdobramento interno de identidades é um recurso discursivo capaz de revelar os mais profundos sentimentos de quem escreve aos leitores, o que acontece nas narrativas de si. A materialidade discursiva desse combate e, ao mesmo tempo, a harmonia entre dois *eus* totalmente diferentes, mas pertencentes ao mesmo ser, só pode ser projetada pelo relato de si com o uso da primeira pessoa. Afinal, quem além de si próprio poderia analisar o *eu subterrâneo* de sua alma, senão o próprio *sujeito que se narra*?

Explicado (bem sucintamente) o que entendemos sobre *eu subterrâneo*, iremos abordar também brevemente o perspicaz conceito de *saga familiar*, utilizado recentemente por Machado (2020, p. 87). Tal sintagma é, na verdade, uma adaptação que Machado faz de “romance familiar”, expressão/conceito de Freud (1909). No campo psicanalítico, para Freud, tal “romance” ou seja, a saga familiar indicaria a normalidade no processo de distanciamento entre pais e filhos. Ele pode aparecer também na escrita, em algum momento da narrativa de si. Machado (2020, p. 91) inova a AD, ao trazer tal perspectiva para o viés semiolinguístico: a maior ou menor força da saga familiar, sua influência positiva ou negativa aparecem nos relatos de vida. Na esteira de Machado (op.cit.) chamaremos como *espaço-genealógico-narrativo* o espaço que considera tal atuação do “outro” sobre si. Machado (ib.) justifica que o termo “genealógico” ligado à narrativa de si torna-se um campo linguageiro em que a história individual é dependente dos vínculos familiares.

A instituição familiar acompanha o indivíduo em toda a sua trajetória de vida. Os pais, os irmãos, os tios, os avós desde os primeiros passos da criança direcionam projeções imaginárias que são carregadas de desejos de si para o pequeno ser. Alguns desses desejos familiares são assimilados, outros são rejeitados. Seja como for, essa relação interpessoal ganha alto poder na construção identitária e discursiva do *sujeito-que-se-narra*.

Concordamos com os pensamentos de Machado (2020, p. 76): afinal, quer queira ou não, a *saga familiar* acompanhará o indivíduo em suas memórias e discursos. Nesse ponto, quando o sujeito enunciativo projeta uma obra na qual o discurso será sua trajetória de vida, o narrador, ao recordar das opiniões e dos momentos familiares, poderá visualizar como as vozes familiares o modificaram ao longo de sua existência.

No intuito de exemplificar como o *eu subterrâneo* se molda no discurso de *saga familiar*, iremos nos servir da obra *Infância*, de G. Ramos. Mesmo que nossa pesquisa se desenvolva tendo como foco a análise discursiva de *Memórias de Cárcere*, consideramos viável trazer alguns possíveis interpretativos observados em seu livro *Infância*, no qual o escritor conta parte de sua história pessoal. Tanto *Memórias do Cárcere* quanto *Infância* são moldadas pelo discurso memorialístico e retratam a trajetória de vida do autor em diferentes fases de sua vida. Desse modo, para melhor entendimento dos traços identitários, discursivos e ideológicos do autor, acreditamos ser por bem analisar, mesmo que sucintamente, o discurso de *Infância*.

1.4.1 Graciliano e suas memórias: os *eus* do narrador em *Infância*

Infância é uma narrativa da meninice de G. Ramos. Trata da história do escritor até seus 11 anos. Nela, há relatos sobre a relação do romancista com a família, com a escola, com os outros, com a morte, com as desigualdades sociais e com a injustiça.

O contexto educacional da juventude do romancista era precário e deficitário. Nos relatos de si, G. Ramos denuncia essa conjuntura e adiciona os traumas sofridos devido à péssima educação familiar. Tais recordações impulsionaram-no a afirmar o desejo de escrever uma obra em que relatasse a “bárbara educação nordestina”.

Além dos problemas educacionais apontados no discurso, o autor também expõe a frequência de mortes e assassinatos ocorridos na cidade interiorana. A violência era perpassada por uma crença que impunha temor, respeito alheio e reconhecimento social. Nas falas do narrador, os homicídios são classificados por classes e o sujeito enunciativo aponta que

raramente eles aconteciam em classes elevadas: “Só raramente em casos de ofensas pessoais, questões de famílias, se eliminavam membros da classe elevada.” (RAMOS, p. 266) Diferentemente disso, as pessoas de classes menos favorecidas eram alvos constantes de violência: “os cabras rurais do velho Frade morriam em abundância, e a gente se habituava aos cadáveres que manchavam a cidade.” (RAMOS, 2008, p. 216)

A história da meninice do romancista é rodeada por injustiças, violências e desigualdades. Tais mazelas são recordadas e enunciadas na escrita de si, isso porque consideramos serem essas as experiências que mais marcaram a infância e a vida do escritor.

As violências e as injustiças que são denunciadas em *Infância* deixam transparecer um *eu* de Ramos que questiona as ações dos homens que detêm o poder na sociedade, como seu pai. A *saga familiar* é constante nos discursos do autor e a figura do pai é projetada como um exemplo a não ser seguido. O narrador relata que o pai ganhou o cargo de juiz da cidade e mandou pessoas inocentes para a cadeia por ordens de amigos. No relato desse episódio, observamos os julgamentos de Ramos nos trechos abaixo transcritos:

Ofereceram a meu pai o emprego de juiz substituto e ele o aceitou sem nenhum escrúpulo. Nada percebia de lei, possuía conhecimentos gerais muito precários. Mas estava aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político – e achou-se capaz de julgar. (RAMOS, 2008, p. 194)

Na avaliação de Ramos, o pai não tinha a sabedoria necessária para aceitar o cargo de juiz, sendo somente uma marionete para atender aos desejos políticos dos senhores do engenho, algo que ganha valor moral negativo aos olhos do filho. As pessoas de classes sociais menos favorecidas são consideradas como objetos, e pouco importa se são vítimas de assassinatos e violências: elas não têm valor para os demais. É isso que G. Ramos denuncia de sua *saga familiar*.

Podemos citar um caso relatado no livro, no qual uma mulher negra é morta devido a um incêndio em sua casa. O jovem personagem-narrador, um *alterego* de Graciliano, vai até o local da tragédia. Ele fica horrorizado ao ver aquele corpo totalmente destruído, volta para casa e conta o que viu aos seus pais. O que ele ouve de sua família é que o caso nem foi tão ruim assim, pois poderia ter acontecido um incêndio na igreja ou no comércio, e aí poderiam ter morrido pessoas mais importantes. A mulher que morrera, portanto, nada significava para eles, pois, era negra e pobre.

Diante de tantas crueldades presenciadas pelo autor, ele relata que se sentia preso, ao escrever: “Eu vivia numa grande cadeia. Não, vivia numa cadeia pequena, como um papagaio amarrado na gaiola.” (RAMOS, 2008, p. 181) Ele não podia externar suas opiniões sobre as injustiças e desigualdade para seus pais, porque sabia que não seria bem interpretado.

Na *saga familiar* que acompanha as lembranças de Ramos, as surras que levava quando menino são frequentemente descritas em sua escrita. Tanto o pai quanto a mãe resolviam as questões a base de violência física com os filhos. Tal aspecto familiar é, como diz Machado (2020), um contraexemplo familiar.

A partir desse contraexemplo familiar, o indivíduo pode expressar o desejo e a vontade de transgredir os ideais presentes no universo de crença e nas atitudes familiares. Nesse caso, quando há o distanciamento dos pais, o sujeito narrador passa por uma transformação identitária e adquire o traço psicossocial de um sujeito *transclasse*. O termo *transclasse* é um conceito utilizado por Machado⁹ (2020) para designar indivíduos que passam por uma mobilidade psicossocial. Ou seja, eles direcionam sua vida e seus pensamentos em caminho contrário ao que foi desejado por aqueles que influenciaram sua vida, no caso de G.Ramos, seus pais.

Pensar em sujeitos *transclasses* não se minimiza a apenas mudança de classe econômica e social. Esses sujeitos podem ser considerados como tal quando não reproduzem as ações e as crenças familiares. Para melhor compreender tal perspectiva, Machado fornece um exemplo pessoal:

Sinto-me transclasse, pois, se fizer um salto no tempo e lembrar-me dos valores e expectativas que minha família tinha sobre mim sentirei que os contrariei. As mudanças de vida que consegui, a duras penas, foram fruto de muitos sacrifícios e renúncias e, sem dúvida, por ter deixado de lado certas pessoas que fizeram parte de meu passado. (MACHADO, 2020, p. 108)

Isso posto, o sujeito *transclasse* pode ser observado na narrativa de si na qual o narrador revela a não reprodução de algum elemento familiar, seja financeiro, seja moral, seja ideológico.

Na *saga familiar* de G. Ramos, o sujeito narrador de si molda traços identitários e discursivos do *eu transclasse* ao não reproduzir as ideologias e as ações violentas dos pais. Ele se mantém resiliente face ao infortúnio e se fortalece com o tempo. Desse modo, indo em

⁹ Conceito elaborado a partir dos pensamentos da filósofa Chantal Jaquet, em 2015, segundo Machado (2020).

caminho contrário ao dos pais, desprezando sua agressividade gratuita, G. Ramos direciona seu trabalho, como literato e como político, para o bem dos menos favorecidos. O comportamento discursivo e psicossocial de G. Ramos é, por nós inferido, como distanciamento e não reprodução do universo de crença familiar.

É nesse ponto que notamos o *eu subterrâneo* do romancista na *saga familiar*. Esse *eu subterrâneo* será responsável pela interpretação da mobilidade e da efetivação discursiva do narrador como um sujeito *transclasse*.

Como vimos há pouco, o *eu subterrâneo* refere-se a um *eu* mais íntimo e mais profundo do ser. O desdobramento do *eu* - geralmente guardado só para si mas que pode vir à público – acontece na narrativa de vida. Para se tornar um sujeito *transclasse*, o narrador precisa, antes de tudo, conhecer e expressar os sentimentos mais profundos do seu *eu subterrâneo* no que diz respeito a seu ambiente e contexto familiar.

Em *Infância*, podemos selecionar discursos nos quais o narrador apresenta avaliações e sentimentos do *eu subterrâneo* direcionados aos pais. Por exemplo, o jovem relembra um pequeno serviçal, José, que tinha a mesma idade que ele. Certa vez, José cometeu furtos na residência e foi castigado fisicamente pelo pai de G. Ramos. O narrador relata que em dado momento acreditou que o pai estava certo. Entretanto, ele não conseguiria agredir o menino como este e fez as seguintes reflexões:

José deu-me várias lições E a mais valiosa marcou-me a carne e o espírito. Lembrou-me perfeitamente da cena. (RAMOS, 2008, p. 74)

Se a experiência não tivesse gorado, é possível que o instinto ruim me tornasse um homem forte. Malogrou-se – e tomei rumo diferente. (RAMOS, 2008, p. 75)

Infelizmente não tenho jeito para violência. (RAMOS, 2008, p. 16)

O *eu subterrâneo* é interpretado na medida em que o narrador faz avaliações íntimas de si e assume que o desejo de agredir José advém de um “instinto ruim”. Quando o sujeito enunciativo percebe que não consegue agir violentamente como o pai, ele assume que tomou “rumo diferente” em sua existência. Ou seja, o sujeito enunciativo sabe exatamente em quais aspectos identitários ele se afasta da *saga familiar*, em especial a brutalidade do pai. Por

consequente, observamos em seu discurso a presença do *eu transclasse* devido ao não seguimento dos violentos e classistas passos paternos.

Em outra situação, quando o pai de Ramos aceita o cargo de juiz e decide tomar a atitude de prender injustamente um amigo, a mando do major, Ramos assim expressa seu descontentamento:

Mais tarde, quando os castigos cessaram, tornei-me em casa insolente e grosseiro – e julgo que a prisão de Venta-Romba influiu nisto. Deve ter contribuído também para a desconfiança que a autoridade me inspira. (RAMOS, 2008, p. 199)

O *eu subterrâneo* pode ser inferido a partir da autodescrição e da autoavaliação que o narrador produz ao se considerar como “insolente e grosseiro”. Ademais, o sujeito enunciativo de Ramos demonstra que as práticas paternas, violentas e injustas, contribuíram para a desconfiança na autoridade jurídica que o sujeito adulto do romancista nutrirá toda a sua vida.

Com isso, o sujeito narrador vai deixando pistas discursivas e de crenças que permitem a nossa interpretação de um traço identitário de sujeito *transclasse*. Um sujeito cujo passos distanciam-se da *saga familiar* e dos exemplos violentos e injustos.

As frustrações e as angústias que lhe assolavam a alma eram guardadas, retraídas e abafadas. Logo o discurso de si, o feito enunciativo que o leva a expressar na primeira pessoa do singular seus pensamentos e confissões, possibilita sua libertação. Afinal, a narrativa de vida é, antes de tudo, o discurso da consciência de si.

Pensando na consciência de si que o *eu subterrâneo* adquire no discurso, notamos como o universo de crença e a saga familiar do indivíduo de G. Ramos transmuta-se para seus romances. Poderíamos, então, refletir sobre o *efeito de fragmentarismo identitário e discursivo* de G. Ramos em dois de seus livros, principalmente na fragmentação que aparece tanto em *Angústia* quanto em *Infância*. Tal efeito pode ser observado, pois, a narração do menino de *Infância* é uma fragmentação dos efeitos identitários de Luís da Silva, de *Angústia*.

Em *Angústia*, temos um personagem marcado pelas injustiças, pelas humilhações e maus-tratos. *Infância* relata episódios de vida do romancista, marcada pelos aspectos supracitados, e demonstra um jovem escritor sensível aos maus-tratos sofridos e presenciados. Nas palavras de G. Ramos sobre o processo de criação de seus personagens:

Todos os meus tipos foram constituídos por observações apanhadas aqui e ali, durante muitos anos. É o que penso, mas talvez me engane. É possível que eles não sejam senão pedaços de mim mesmo e que o vagabundo, o coronel assassino, o funcionário e a cadela não existam. (RAMOS, 1962, p. 199)

Ao ser questionado sobre o caráter pessoal de seus romances ficcionais, Graciliano relata que:

Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só. Em determinadas ocasiões, procederia como esta ou aquela das minhas personagens. Se fosse analfabeto, por exemplo, seria tal qual Fabiano (RAMOS, 1948, p. 238).

Nesse discurso, inferimos que o romancista assume que os personagens são desdobramentos de seu *eu*. Ou seja, uma parte — um *eu* — dentre os diversos *eus* que existem nele são transportados ficcionalmente para o enunciado.

O *efeito de fragmentarismo identitário* no discurso, nesse caso, produz-se pelas projeções imaginárias de si em diferentes contextos situacionais ficcionais. Por isso, é possível conhecer o sujeito G. Ramos ao lermos seus romances, pois reconhecemos, nas linhas que moldam o enredo, as crenças, os imaginários, o ambiente, as injustiças e as opressões que se transfiguram do âmago do *eu autor* para seus personagens.

Os romances graciliânicos retratam a disputa desigual e dolorida, fisicamente, socialmente e psicologicamente, entre o mais forte e o mais fraco. Está nisso, pois, o que entendemos do *efeito discursivo de fragmentarismo identitário*. O *eu* fragmenta-se, dissipa-se, ficciona-se nos discursos.

O enredo de opressor e oprimido nos relatos de vida em *Infância* pode ser inferido pela relação de G. Ramos com o pai, a escola e o professor; nesse caso, o papel social e identitário do jovem é sempre o do oprimido. Lembrando outros romances, vemos que, em *Caetés*, João Valério passa de oprimido a opressor. *São Bernardo* retrata a opressão exercida por Paulo Honório contra seus empregados e sua esposa. Luís da Silva, de *Angústia*, é fraco e reprimido, torna-se um assassino para diminuir a negação de si. *Vidas Secas* narra a trajetória de toda uma família esmagada pela opressão policial, social, física e econômica.

A recorrência temática de relação de força e poder na narrativa de si em *Infância* pode ser interpretada como necessidade de afirmação de si e de uma afirmação ideológica. O que é relatado refere-se a casos passados, na vida do menino, mas mais que isso, é contado como o

eu do passado tornou-se um outro ser, bem diferente do menino assustado e com medo dos pais. Nesse viés, inferimos a importância da repetição de enredos pautados pela opressão, pois foi nessa conjuntura que cresceu e morreu o escritor nordestino. Aliás, foi nesse contexto de desigualdades e injustiças que G. Ramos tornou-se preso político em 1936, na experiência narrada em *Memórias do Cárcere*.

1.5 Contexto social, econômico e político de *Memórias do Cárcere*

Nessa sessão, resumiremos o contexto social e político que originou a prisão de Graciliano Ramos.

De acordo com Brunnaci (2008, p. 28), a década de 1930 foi marcada pela efervescência econômica e política em vários países. A grande depressão de 1929 provocou a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional. Os países latino-americanos, exportadores dessas mercadorias e importadores dos produtos industrializados, viram-se obrigados a mudar e a adotar políticas de substituição de importação. Tal contexto econômico gerou o início do processo de industrialização do continente.

Aliás, ainda segundo Brunnaci, foi nesse período que as classes trabalhadoras urbanas adquiriram um pouco de visibilidade em mobilizações para melhorias de condições de trabalho e de vida. Diversos movimentos revolucionários foram realizados no México, na Colômbia, na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Contudo tais protestos foram, prontamente, impedidos de prosseguir pelas repressões políticas populistas.

A tentativa de neutralização dessas mobilizações e das disputas ideológicas não foi capaz de impedir a criação de um clima revolucionário que se estenderia pelas décadas de 1940 e 1950. Na década de 1930, os países latino-americanos aderem ao capitalismo oligárquico e passam a considerar o comunismo como um “perigo vermelho”. Então iniciam-se os golpes de Estado que padronizarão a política dos países do continente, com um modelo econômico pautado na abertura da economia ao capital estrangeiro e às empresas transnacionais. Em consequência, deu-se o endividamento externo que assola muitos países até o presente momento. Ademais nesse período, por meio da economia e de uma ideologia capitalista, ocorreu a formação de uma classe média destinada ao papel de mercado consumidor dos produtos industrializados no continente foi favorecida.

No Brasil, o momento de 1930-1945 é marcado pelo Governo Vargas, que se iniciou após a ruptura do pacto das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. No início, houve grande agitação política, a partir da Revolução de 30, na qual os partidos de esquerda e de direita se organizaram e foram, ambos, ampliando sua presença na sociedade.

Na transição para o Estado Novo houve rebeliões, como a dos tenentes de Pernambuco, o fracasso da Intentona Comunista, a criação da Aliança Nacional Libertadora, as insurreições militares no Norte e no Nordeste e a tortura de presos políticos. Concomitantemente, ocorreram alguns avanços e conquistas para a população brasileira, como o voto secreto, o direito do voto para a mulher, a instituição do salário mínimo e da carteira de trabalho, a criação da USP, a eleição da primeira deputada.

No campo das produções culturais e literárias, foram publicados livros de Jorge Amado, Raul Bopp, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre. Modernizações começaram a fazer parte das metrópoles, como a circulação de automóveis e a arquitetura urbana. Por outro lado, surgiu um grande número de doenças, como peste bubônica, tuberculose, febre amarela e hanseníase. Na região Sudeste, a expectativa de vida não ultrapassava os 50 anos de idade, e nas outras regiões esse número era ainda menor. O coronelismo e o jaguncismo imperaram nas regiões rurais do Nordeste e os nomes de cangaceiros como Lampião e Maria Bonita tornaram-se populares.

A primeira fase do governo de Getúlio Vargas é de uma era de desenvolvimento industrial e de repressão política, ao lado de uma postura de governo populista; Vargas passa a ser conhecido como o “pai dos pobres”. Na dimensão ideológica, cria o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, que censura as artes. Muitos cidadãos são aprisionados por questões ideológicas, como Graciliano Ramos, Carlos Prestes, Olga Benario e diversos outros.

Ações anticomunistas cresceram desde as Revoltas Comunistas de 1935, e o motivador para o Golpe de 1937 e para a decretação de diversos cárceres e torturas originou-se de um documento chamado *Plano Cohen*. Nele, dizia-se que os comunistas tensionavam se articulavam para tomar o poder.

O *Plano Cohen* pretendia decretar o estado de guerra, em outubro de 1937, com a alegação de que o país sofria a ameaça comunista. Entretanto as principais lideranças comunistas (Olga Benario, Carlos Prestes, Elisa Berger e seu marido) ainda estavam presas. Alguns encarcerados sem provas de ligações com o partido comunista foram após um certo tempo, como foi o caso de Graciliano Ramos. Já Carlos Prestes ficou encarcerado durante todo o período do Estado Novo, pois conseguiram estabelecer relações dele com a Internacional

Comunista. Olga e Elisa foram enviadas a Alemanha, entregues a Gestapo e assassinadas em um campo de concentração. Dentre os militantes torturados, podemos citar o caso de Ernest Ewert, cujo pseudônimo era Harry Berger, que foi cruelmente torturado, a ponto de perder a sanidade mental. Sobre os relatos e narrativas do cárcere no Estado Novo encontram-se obras de Pagu, Marighela, Jorge Amado e Graciliano Ramos.

Foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas um mapa de prisões políticas no Estado Novo que se encontra a seguir:

partir de 1939 e colaborador do DIP no período de 1941 a 1944. Enfim, a partir da experiência carcerária, G. Ramos realiza um projeto de escritura visando narrar o período no qual estivera preso.

Consideramos que conhecer o contexto social no qual foi produzido nosso *corpus* é de fundamental importância para refletirmos e analisarmos os discursos que nele se constroem. O fato é que a obra *Memórias do Cárcere*, não pode ser considerada totalmente como um discurso tão somente literário; há que se nuançar um pouco. Ela é fruto dos cadernos e registros mais ou menos diários feitos por G. Ramos em sua prisão e contêm muitos retratos sociais que mostram a ideologia política do autor e de alguns de seus companheiros intelectuais, também presos.

1.6. *Memórias do Cárcere*

Antes da filiação política ao Partido Comunista Brasileiro em 1945, Graciliano Ramos foi preso político no ano de 1936, no primeiro momento da Era Vargas, em Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Ficou onze meses em cárcere, e com a ajuda de amigos e de sua esposa, publicou nesse mesmo ano o romance *Angústia*.

As lembranças e os sofrimentos do aprisionamento, relatadas em *Memórias do Cárcere*, foram postumamente publicadas em 1953, pela editora José Olympio. Tal obra teve uma alta repercussão política e intelectual. Política, pois incomodou o Partido Comunista Brasileiro com a revelação de que o secretário geral do partido, Antonio Maciel Bonfim (o personagem de Miranda), colaborou com a polícia para as investigações e prisões políticas do Governo Vargas. Intelectual, pois ali nasceu um clássico literário brasileiro, saudado por diversos críticos como Antonio Candido, Gilberto Freyre, Oswald de Andrade e José Lins do Rego. Aliás, 100 mil exemplares foram vendidos em 45 dias, tamanho o impacto e a expectativa da obra. Em 1984, Nelson Pereira dos Santos adaptou a obra ao cinema, produzindo o filme *Memórias do Cárcere*.

De acordo com Guimarães (1987, p. 90), o discurso histórico presente em *Memórias do Cárcere* se caracteriza, principalmente, pelo testemunho real de uma época de transição política e econômica pela qual passava o Brasil. O período narrado pelo sujeito enunciador de G. Ramos descreve terríveis experiências para brasileiros e estrangeiros que eram contrários ao regime imposto. Sem inquérito policial e sem processo, qualquer pessoa estaria sujeita à tortura ou ao cárcere, desde que houvesse simples delações. No decorrer da narrativa dos acontecimentos, o

sujeito enunciador de G. Ramos apresenta as seguintes possibilidades para o ato de sua detenção:

- ✓ desentendimentos com autoridades por não se prestar a complacências com pessoas do governo;
- ✓ ação de suprimir o Hino de Alagoas nas escolas primárias, por considerar tal ação como uma “estupidez com solecismos” (RAMOS, p. 38);
- ✓ promoção de uma professora primária preta da zona rural para a Capital de Alagoas;
- ✓ recusa ao pedido de um tenente do Exército, cuja sobrinha fora reprovada nos exames finais em Penedo, para reconsiderar a reprovação; e
- ✓ críticas sociais em seus romances até então publicados, *Caetés* e *São Bernardo*.

No momento em que a esposa de G. Ramos, Heloísa Ramos, consegue, finalmente, um advogado para o romancista, há uma narrativa de um diálogo entre o advogado e ele, na qual revela-se a prisão do escritor sem acusação formal e sem motivo explícito. Somente havia suposições:

— Ora, doutor, para que tantas minúcias? Como é que o senhor vai preparar a defesa se não existe acusação?
 O advogado estranhou a minha impertinência. Em que país vivíamos? Era preciso não sermos crianças.
 — Não há processo.
 — Dê graças a Deus, replicou o homem sagaz espetando-me com o olhar duro de gavião. Por que é que o senhor está preso?
 — Sei lá! Nunca me disseram nada.
 — São uns idiotas. Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui regularmente, com processo.
 — Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor?
 — Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo.
 Não me ocorrera tal coisa. Os meus romances eram observações frágeis e honestas, valiam pouco. Absurdo julgar que histórias simples, produto de mãos débeis e inteligência débil, constituíssem arma. Não me sentia culpado. Que diabo! O estudo razoável dos meus sertanejos mudava-se em dinamite. (RAMOS, 1994, p. 299)

Ele deixa claro que o projeto de escritura da obra tem o objetivo de mostrar um narrador-testemunho da história desse país e do governo que o colocou no cárcere.

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se. (RAMOS, 1994, p. 37)

Tomando por base as palavras acima, interpretamos como é possível conceber a obra de lembranças de G. Ramos. Ele acentua que o sujeito narrador é um ser “mais ou menos imaginário” de uma obra não-ficcional. Nesse ponto, o que poderíamos entender sobre esse “sujeito mais ou menos imaginário”? Acreditamos ser esse seu sujeito *scriptor*, caminhando com um pé na objetividade histórica e com o outro na subjetividade das suas lembranças.

O narrador-testemunho de *Memórias do Cárcere* projeta-se no lugar singular de visão de testemunha de fatos históricos; o “singular” nesse caso, logo casa-se com a memória de uma pessoa, que assim enxergava os acontecimentos cruéis de sua época. Assim, em *Memórias do Cárcere*, as lembranças dos fatos históricos são uma construção pessoal e subjetiva, porém, isso não exclui o compromisso com a realidade dos acontecimentos coletivos históricos e políticos brasileiros. Nesse viés, o testemunho de G. Ramos é ao mesmo tempo coletivo e subjetivo/individual. Coletivo, pois, o autor procura narrar os fatos históricos e sociais convergentes com a História, ou seja, acontecimentos que foram compartilhados por outros. Subjetivo no sentido de que essa realidade histórica é contada por um sujeito que apresenta seu ponto de vista sobre os acontecimentos passados.

Em Machado (2018, 2020), encontramos a noção de narrativa de vida como uma solução para ler e interpretar o sujeito narrador “mais ou menos imaginário” de *Memórias do Cárcere*. Afinal, o relato de si pode envolver ao mesmo tempo uma história de ficção, um acontecimento social ou cultural e “uma transcrição subjetiva e vivida de fatos da História” (MACHADO, 2020, p. 48) De acordo com pressupostos de Machado, a narrativa de vida apresenta o foco singular de visão de uma testemunha sobre fatos históricos que podem conter uma dose de *imaginação subjetiva*.¹⁰ Portanto a leitura e a interpretação da obra de recordações de G. Ramos apresenta grande a riqueza polissêmica de ser uma história coletiva vista por um observador individual. Alguns desses aspectos podem ser observados no seguinte trecho:

¹⁰ Usamos também o termo de *realidade subjetiva* como similar à *imaginação subjetiva*. Isso porque a imaginação subjetiva pode ser também interpretada como uma realidade subjetiva, pois em algumas ocasiões o sujeito narrador deve completar as lacunas da memória com fatos imaginários, mas que para ele são considerados reais.

Mas a sujeira imensa, a disenteria, a falta de água, um milheiro de homens a apertar-se num curral de arame não me deixavam sossegar. Aquilo merecia ser visto, pelo menos serviria para indicar a nossa resistência, de algum modo fortalecer-nos. Havia nesse desejo mórbido quase um desafio aos maus tratos, às humilhações, e se de repente nos largassem na rua, nem sei se me consideraria em liberdade ou vítima de um logro.

Mas se por acaso me lançassem na rua, seria desgraça também. Em que me iria ocupar? Sentia-me incapaz de trabalho, a vida se estragara. Camaradas antigos voltariam a cara, dobrariam esquinas ao ver-me, receosos de comprometer-se. Havia em mim pedaços mortos, ia-me, aos poucos, habituando à sepultura; difícil ressurgir, vagar na multidão, à toa, como alma penada. (RAMOS, 1994, p. 378)

Ao referir-se às penosas condições do cárcere, o autor deixa de lado o “eu do sujeito individual” e passa para um “nós” que abrange o coletivo da prisão e de seus companheiros de infortúnio tanto no contexto espacial e social.

Aliada a esse olhar coletivo, notamos também a subjetividade do autor, no fluxo de consciência que aponta para um sujeito seu, sujeito profundo, meio escondido, que ousa enfim falar. Desse modo, deparamo-nos com as confissões emocionais referentes ao medo do futuro, ao desejo de compartilhar tais fatos com os demais, na tentativa de fortalecer a identidade pessoal, além de expor o receio de ser julgado pela sociedade após a liberdade

A obra de lembranças de G. Ramos não depende exclusivamente da organização temporal sequencial dos acontecimentos. Nesse sentido, em diversos relatos pode-se inferir pausas narrativas que direcionam para o fluxo de consciência do narrador. A estrutura cronológica de narrativa em *Memórias do Cárcere*, na esteira de Guimarães (1987), não terá a mesma igualdade de importância que teve no discurso de *Infância*. Em *Infância*, o enredo segue a cronologia de faixa etária da infância do autor até os 11 anos de idade; já em *Memórias do Cárcere* o tempo não adquire destaque, porque se sobressai ao espaço físico do encarceramento pelo qual passou Ramos.

Tal espaço da encenação discursiva é dividido em quatro espaços bem definidos, apresentados a seguir:

- (i) Primeiro espaço do cárcere: intitulado como *Viagens*, composto por 33 capítulos que descrevem o quartel de Maceió, o quartel de Recife e o porão do navio Manaus.
- (ii) Segundo espaço do cárcere: denominado *Pavilhão dos primários*, composto por 31 capítulos, nos quais são relatados os acontecimentos na casa de detenção do Rio de Janeiro.

- (iii) Terceiro espaço do cárcere: nomeado como *Colônia Correccional de Dois Rios*, composto por 35 capítulos que narram as atrocidades na Colônia de Ilha Grande, no Rio de Janeiro.
- (iv) Quarto espaço do cárcere: *Casa de Correção* é composto por 27 capítulos que retratam as lembranças da casa de correção do Rio de Janeiro.

Na primeira parte, o sujeito narrador de G. Ramos narra os eventos que ocorreram antes e depois de sua prisão. Nesse ponto são enunciados os acontecimentos sobre a demissão do emprego público, os medos e os anseios que o assolavam. O relato cronológico da detenção inicia-se no dia 3 de março de 1936, um dia após a demissão. Ramos é levado ao exército, depois escoltado de trem para o Recife e segue viagem no navio *Manaus*, junto com outros presos, com destino ao Rio de Janeiro. Essa parte inicia-se com os seguintes enunciados:

No começo de 1936, funcionário na Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas com veladas ameaças, me procuravam o endereço. Desprezei as ameaças: ordinariamente o indivíduo que tenciona ofender outro não avisa. (RAMOS, 1994, p. 38)

A situação profissional anterior, segundo Guimarães (1987), era conhecida. Em 1928, Ramos é eleito Prefeito de Palmeiras dos Índios, em Alagoas. Renuncia ao cargo em 1930, quando é nomeado Diretor do Diário Oficial do Estado, e se demite da função no ano seguinte. Em 1933 trabalha como Diretor de Instrução Pública de Alagoas até o dia 2 de março de 1936, quando é demitido.

Na segunda parte do espaço de encenação do romance, conhecemos alguns personagens e deparamo-nos com os relatos de G. Ramos sobre o andamento da escrita do diário que faz da vida carceral. Supõe-se, na esteira de diversos críticos literários, como Candido e Guimarães, que algumas partes desse diário tenham sido entregues à esposa, que o visitava no Pavilhão dos Primários. Algumas referências metalinguísticas a respeito da tomada de notas sobre os acontecimentos podem ser observadas em: “Recolhi-me, fui entregar-me à redação das minhas notas, mas não consegui fixar-me nelas: a atenção se desviava, fugia para uma figura negra que dá cobertura nos examinava com insistência (RAMOS, 1994, p. 164). Ainda:

As minhas notas difíceis acumulavam-se na valise. Não me resolvera a inutiliza-las. Pouco me importava que as vissem. Indiferença. Resistiria, esperara que as vissem descobrir e inutilizar; persistiam mal escritas, a lápis, em cima do guarda-vento, narrando a figura burlesca do general, as conversas longas de capitão Lobo, a asfixia no porão do *Manaus*. (RAMOS, 1994, p. 275)

Na terceira parte, em que são narrados acontecimentos na Colônia Correccional de Dois Rios, o narrador-testemunha relata condições abomináveis da condição humana, tanto do ponto de vista psicológico, quanto físico. Nesse espaço, G. Ramos permaneceu por 12 dias, e futuramente relatou as atrocidades que os indivíduos que ali estavam eram obrigados a suportar. A comida era horrível, preparada com carnes apodrecidas; os guardas maltratavam os presos; faltavam medicamentos para todo tipo de doenças, havia infestação de mcuranas, percevejos e piolhos que causavam feridas, os lençóis eram sujos e traziam manchas de hemoptises ou resultantes de feridas de outros detentos.

A quarta parte relata a volta à penitenciária central do Rio de Janeiro, onde o escritor passou, aproximadamente, cinco meses até a libertação, em 13 de janeiro de 1937. A situação desse lugar era mais amena que a da Colônia Correccional, mas ainda havia imundices e moscas. Será nesse espaço que G. Ramos narrará a entrega de Olga Benario e Elisa Berger para os alemães, como também o seu encontro a sós com uma mulher.

Em todos os espaços carcerários pelos quais o romancista nordestino passou, ele deparou-se com diversas outras pessoas. Destas, menciona mais de 240, transformadas em personagens em seu livro. Conforme Guimarães (1987, p. 97), essa extensa galeria humana pode ser dividida nestes grupos de diferentes papéis sociais e localidades:

- ✓ grupo alagoano de escritores, políticos e médicos: alguns personagens como Nise Silveira, Sebastião Hora, Tavares Bastos;
- ✓ grupo do Rio Grande do Norte composto por policiais, religiosos, jagunços, estudantes e atores, como João Francisco Gregório, José Inácio, Mário Paiva;
- ✓ grupo cearense de capitães e médicos: José Brasil, Walter Pompeu, Valdemar Bessa;
- ✓ grupo formado por pessoas vindas de outras localidades, oficiais presos e personalidades políticas, como Rodolfo Ghiodi; tal grupo incluía ainda engenheiros, professores universitários e primários e jornalistas, como Amadeu Amaral Júnior; e o grupo de mulheres, com Eneida, Olga Prestes, Carmem Ghiodi, Maria Werneck, Rosa Meireles, Haydée Nicolussi, Nise da Silveira, Elisa Berger.

Das múltiplas personalidades existentes ao seu redor eram registradas as que mais sobressaíam aos olhos do escritor, seja pelo caráter ou por alguma peculiaridade individual. De qualquer forma, o discurso descritivo é latente na narrativa de Graciliano Ramos.

No decorrer da narrativa, o sujeito enunciativo de G. Ramos expõe opiniões e fatos políticos, nacionais e internacionais. Tal prática pode ser notada em diferentes excertos, a exemplo:

O levante do 3.º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana. (RAMOS, 1994, p. 50)

O Congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho — e vivíamos de fato numa ditadura sem freio. Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronas a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros. (RAMOS, 1994, p. 51)

Impossibilitados de usar a imprensa, discutiam baixo, escreviam cartas a políticos, ao Presidente da República. Mas o Presidente da República era um prisioneiro como nós; puxavam-lhe os cordões e ele se mexia, títere, paisano movido por generais. Forte. Lá fora o viam forte e risonho, achando tudo bom; ali dentro o sabíamos um pobre diabo manejado pela embaixada alemã, pela embaixada italiana, por intermédio da chefatura de polícia. A mulher do embaixador italiano fazia e desfazia, mandava e desmandava, isto era, na verdade, uma colônia bastante difícil. Essa boa vontade que principiava a mexer-se na sombra não me afastaria dali, pelo menos por enquanto. Sensibilizava-me, contudo, esquecia ressentimentos, evaporavam-se às vezes os meus furores de misantropia. A convicção da própria insuficiência em meio hostil pouco a pouco ia minguando. (RAMOS, 1994, p. 291)

Com base no discurso dos trechos acima, identificamos a prática política presente na narrativa das memórias de G. Ramos. Dito isso, o engajamento enérgico do romancista nordestino ganha espaço no relato de si à medida que o narrador reserva um lugar no enredo para a crítica política. A historiografia nos enunciados do autor adquire roupagem diferenciada da tradicional, sendo inundada de opiniões e de julgamentos do sujeito que testemunhou os fatos a partir de uma visão individual, mas ao mesmo tempo, coletiva e política. A história contada sobre um período da história política e social do Brasil está repleta de experiências íntimas e alheias.

A verve observadora de si e dos outros de G. Ramos em *Memórias do Cárcere* permite-nos desvendar suas crenças em relação ao mundo, aos outros e a si. O espaço carcerário pode ser considerado como uma experiência de observação física, espiritual e psicológica de si e dos outros. Nesse sentido, o ato de narrar vidas – a sua e a de outros -, mostra-nos muito do sujeito-enunciador (e do indivíduo que o comanda), justamente, pelo fato de a identidade discursiva ser construída de acordo com as relações interpessoais.

A vida carcerária preocupa e fascina a literatura como um todo, desde poetas como o francês François Villon, do século XV, bem como escritores século passado, como Dickens, Victor Hugo, Balzac e Dostoievski. Com isso, entendemos que essas narrativas à vida na prisão, enquanto *espaço cenográfico discursivo*, como diria Maingueneau (2012) servem como um laboratório de investigação de relações humanas e de questões sobre a identidade, podendo o sujeito nelas revelar o seu *eu subterrâneo*.

Enfim, o clássico livro de G. Ramos não permite ser etiquetado nem como pura ficção, nem como puro documento histórico. A riqueza polissêmica no discurso do autor abre-se para várias óticas do mundo social, isto é, pode-se voltar o olhar e a leitura para a próspera e crítica visão do autor sobre: política, história, testemunho, literatura, memória. Nesse terreno fecundo, nosso trabalho mira as nuances identitárias e os efeitos do *sujeito que se narra* na prática discursiva. Para isso, o conceito de narrativas de vida segundo Machado (2016) torna-se fundamental em nossa pesquisa, pois, ele se casa bem com a Semiologia.

No próximo capítulo discutiremos sobre alguns pontos desta metodologia analítica-discursiva.

CAPÍTULO II
SEMIOLINGUÍSTICA E NARRATIVA
DE VIDA

2.1 A teoria Semiolinguística de Análise do Discurso: considerações gerais

A Teoria Semiolinguística vem da tese de doutorado de Patrick Charaudeau, defendida em 1977, na Sorbonne/França, tendo tomado a forma de um livro, divulgado em 1983: *Langage et Discours*. Segundo Machado (2014b, p. 76), estudiosa da Semiolinguística, essa teoria apoiou-se em conceitos oriundos de várias outras disciplinas, tais como: a Pragmática, a Psicologia Social, a Enunciação, a Retórica, a Argumentação e a Sociologia (MACHADO, 2014b, p. 76).

A Semiolinguística é uma corrente da AD que surgiu com o objetivo de analisar e desvelar as condições de produção e de existência dos enunciados em geral. Ela leva em conta o contexto de produção dos enunciados, o *como* e o *porquê* de sua existência. Ainda de acordo com Machado (2016, p. 20), a teoria de Charaudeau é orientada ao estudo de sedução e de persuasão, por meio do discurso, e ao entendimento da subjetividade da linguagem.

Para o precursor da Semiolinguística, “[...] a linguagem é uma atividade humana que se desdobra no teatro da vida social” (CHARAUDEAU, 2014, p. 7). A encenação desse teatro, segundo Charaudeau (*ib.*), isto é, a enunciação, resulta da competência discursiva, que é constituída de três competências: situacional, semiolinguística e semântica:

(i) A competência situacional está na percepção de que a produção de qualquer ato de linguagem está inserida em uma situação de comunicação que possui intenção discursiva e que envolve a identidade dos parceiros da enunciação. A finalidade situacional implica as escolhas linguísticas e as estratégias que o sujeito falante irá mobilizar em sua empreitada discursiva. Assim, diferentes situações demandam diferentes estratégias enunciativas. Uma situação de comunicação que tenha como fim elogiar outra pessoa, por exemplo, demanda certas escolhas que tendem a ser opostas à situação de reclamar à respeito de uma mercadoria.

(ii) A competência semiolinguística, para Charaudeau (*Ibid.*), é a organização da encenação do ato de linguagem de acordo com os modos enunciativo, descritivo, narrativo e/ou argumentativo. Desse modo, em cada situação de comunicação o sujeito falante faz uso da língua para organizar o seu discurso, conforme a sua intencionalidade. Em uma situação que leva alguém a

registrar um boletim de ocorrência, esta pessoa pode se valer da organização descritiva e/ou narrativa, com o intuito de cumprir seus objetivos. Cabe ressaltar que o locutor pode se valer de um, dois, três ou de todos os modos de organização do discurso. O que vai determinar a produção discursiva será, como pontuamos, a intencionalidade desse locutor: ora de narrar, ora de argumentar, ora de descrever.

(iii) A terceira competência que constitui a competência discursiva do ato de linguagem é a semântica, relacionada à construção do sentido das palavras em dado contexto comunicacional e linguageiro. O conhecimento da utilização das palavras e dos discursos para produzir sentido está associado aos saberes de conhecimento das práticas sociais. Por conseguinte, toda a experiência do sujeito com a língua e com o social moldará o conhecimento semântico na situação de enunciação.

O conjunto dessas competências em situação de comunicação permite que os parceiros enunciativos interpretem os sentidos implícitos e explícitos do discurso. Segundo Charaudeau (*Ibid.*, p.25), o ato de linguagem tem uma dupla dimensão: o explícito e o implícito. A primeira retrata as simples palavras usadas para formar, digamos, uma frase. A segunda revela se tal frase não é um código secreto entre duas pessoas, por exemplo: aí ela teria um sentido implícito. Tanto um quanto outro (explícito e implícito) devem ser reunidos para que, em vez de uma simples frase, tenhamos um enunciado. Por exemplo:

– Para onde?

Para onde me enviavam com aquela gente desconhecida? Pensei no gracejo de Walter Pompeu: - ‘Liberdade? Nunca mais. Quando houver uma greve de barbeiros, agarram você.’ [...] Sentia-me incapaz de trabalho, a vida se estragara. Camaradas antigos voltariam a cara, dobrariam esquinas ao ver-me, receosos em comprometer-se. (RAMOS, 1994, p. 378)

No episódio narrado, G. Ramos relata que alguns guardas o levavam para mudança de presídio, ao chegarem na saída outro guarda pergunta para onde os presos iriam. A pergunta “para onde”, vista na dimensão explícita, se refere para qual prisão eles estavam sendo remanejados, podendo ser para controle interno dos guardas. Tal pergunta que visava uma

resposta sobre o nome do lugar do outro policial gerou reflexões no sujeito enunciador de G. Ramos. “Para onde?”, ao ouvir tal questionamento G. Ramos passou a refletir sobre o futuro desconhecido, sobre aonde ele iria trabalhar depois de solto, sobre “para onde” os amigos iriam. Nesse caso, tanto o explícito como o implícito podem ser interpretados no discurso acima. A expressão “para onde”, nesse caso, está relacionada tanto ao lugar físico quanto ao lugar psicológico e social de G. Ramos. Poderíamos inferir isso por meio de um subentendido “para onde iria o futuro social e psíquico de Ramos?”

Segundo Machado (2014b, p. 84), um mal-entendido na comunicação pode surgir porque a linguagem é carregada de implícitos, portanto, a prática linguageira não é uma atividade na qual há uma transmissão de mensagens de forma transparente. Ou pelo menos, a boa educação nos impede de seguir esse rumo. A opacidade e o dialogismo constitutivo das palavras que compõem o ato de linguagem podem despertar no receptor memórias vindas de outros implícitos, de outros contextos, de outras intenções, de outras vozes. Ao interpretar um enunciado, somos levados por emoções, por lembranças, pelas experiências de vida. Não é sempre que há sintonia de ondas entre emissor e receptor.

Bazerman (2006, p. 28) considera que a recepção do outro pode fugir à intencionalidade principal do locutor, porque

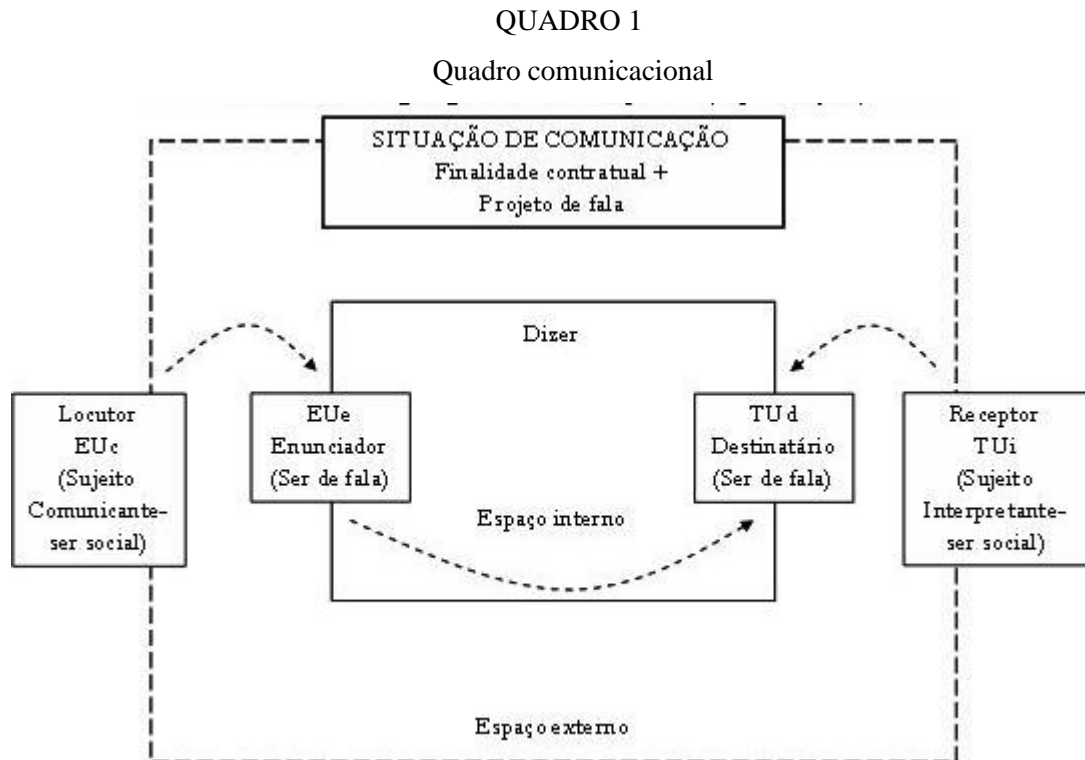
[...] o que pretendemos realizar como que falamos ou escrevemos, e o que as pessoas entendem que estamos tentando fazer, mostra como nossas intenções podem ser mal compreendidas e como é difícil coordenar nossas ações entre si. (BAZERMAN, 2006, p. 28)

Na esteira de Bazerman (2006), consideramos que uma maneira de coordenar os atos de linguagem com o objetivo de alcançar êxito comunicativo é realizar o discurso tendo em mente as circunstâncias de produção. Ou seja, para tentar diminuir a má compreensão do sujeito interpretante, o locutor precisa entender que cada tipo de situação comunicativa requer um modo típico de enunciado.

Machado (2016, p. 27) lembra que todo ato de linguagem está inserido em uma situação de comunicação regida por um contrato que, na Semiologia, é ligado à situação discursiva. Desse modo, cada discurso em que são levados em consideração os parceiros do discurso, exige um tipo de contrato.

Dito isso, percebemos a importância de tentar entender as diversas situações comunicativas, as identidades dos parceiros e as circunstâncias de produção. À vista disso,

apresentamos a seguir o quadro concebido por Charaudeau, em 1983. Este quadro, ainda que muito difundido e presente em vários trabalhos de análise do discurso, sobretudo no PosLin/UFMG nos permite melhor perceber os componentes enunciativos dentro do lugar de comunicação que adotamos neste trabalho:



Quadro 1 – Quadro comunicacional - Fonte: CHARAUDEAU, 2014, p. 52.

No âmbito da Semiologia, o sujeito do ato de linguagem se desdobra em, no mínimo, quatro sujeitos. Teríamos assim, *a priori*, dois sujeitos: um emissor e um receptor. Conforme umas das explicações de Charaudeau (2008), o sujeito emissor desdobra-se em sujeito comunicante e em sujeito enunciativo. O sujeito comunicante é o sujeito empírico, isto é, o autor do enunciado ou do macro enunciado. Ele delega sua voz a um sujeito enunciativo, encarregado de transmitir suas palavras, oralmente ou por escrito. Logo, o sujeito enunciativo é o sujeito do/no discurso.

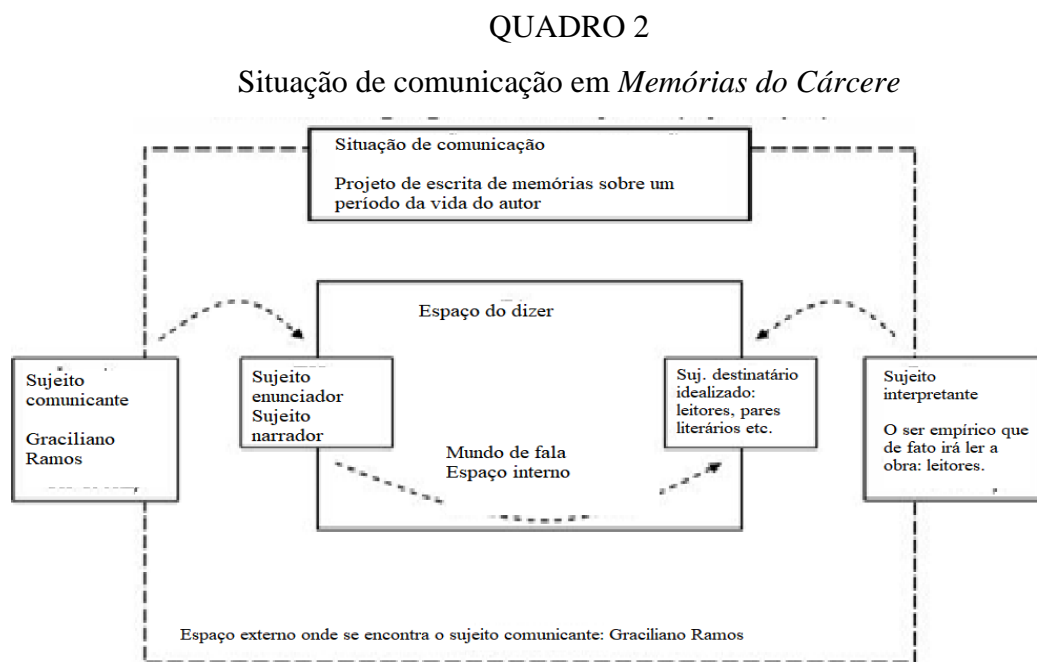
Todo discurso tem em vista o interlocutor e, por consequência, procura orientá-lo para uma resposta futura. Nessa ótica, todo discurso é direcionado para um interlocutor. Devido a esse direcionamento, o discurso que é social e alheio individualiza-se no processo de mútua-

interação entre os já ditos e a subjetividade do interlocutor. Nesse viés, quando o sujeito comunicante realiza um projeto de discurso, ele tem em vista o outro, ou seja, o destinatário que existe no plano enunciativo.

No que nos parece ser um diálogo com Bakhtin (2002), Charaudeau (2014) afirma que o sujeito destinatário é uma idealização do sujeito comunicante no processo de construção do discurso; portanto, o sujeito destinatário ideal restringe-se ao mundo das palavras. Já no mundo real, empírico, a interpretação do discurso cabe ao sujeito interpretante, que pode ser o leitor, o ouvinte, o receptor, o próprio eu-interpretante de quem lê o que escreve ou escuta depois a sua fala. Assim, o enunciador e o destinatário são construídos pelo sujeito comunicante, são *entidades discursivas* produzidas conforme a finalidade e o projeto de fala do locutor.

Os parceiros reais da comunicação são o *sujeito-comunicante* e o *sujeito-interpretante*. Eles são seres psicossociais, empíricos, históricos, que podem ser representados pela voz de um indivíduo ou de uma instância coletiva. Os sujeitos da linguagem encontram-se em uma *situação comunicativa* e são envolvidos por uma *relação contratual* na comunicação (MACHADO, 2001, p. 62).

Aplicamos o que foi dito ao primeiro enunciado do livro *Memórias do Cárcere*: “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos” (RAMOS, 1994, p. 33)



Quadro 2 – Situação de comunicação em *Memórias do Cárcere*. Adaptação do Quadro 1, 2020.

Expliquemos. A situação de comunicação é determinada pela finalidade/intenção do ato de linguagem. Ela pode ser apreendida como o espaço da prática social da língua. Nela também é possível observar o jogo de expectativas dos efeitos de sentidos do discurso para/no outro. A situação de comunicação é apresentada nas primeiras palavras, ou seja, a escrita é sobre um acontecimento da vida do autor há dez anos passados.

O sujeito comunicante dessa situação é o sujeito histórico Graciliano Ramos, um indivíduo que realmente existiu, era escritor, casado, com filhos. É esse indivíduo que “convoca” um sujeito enunciativo para representá-lo no mundo das palavras. Isto é, o sujeito comunicante seria o ser empírico, o indivíduo que assina o livro: G. Ramos. Para alcançar a finalidade da situação comunicativa, esse sujeito delega a um enunciativo a tarefa de contar um episódio de sua vivência: o sujeito narrador.

No espaço interno do dizer, o narrador de G. Ramos inicia seu discurso com a narrativa de um fato passado. Desse modo, o enunciado supracitado, o qual repetimos: “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos” (RAMOS, 1994, p. 33) inicia o mundo de papel. Será nesse espaço interno do dizer, dos enunciados da narrativa de vida, que o narrador relatará as experiências, os sentimentos e os pensamentos do indivíduo de G. Ramos.

O sujeito destinatário do livro, idealizado por Ramos, pode ser o futuro leitor de suas obras, um amigo, um par literário, etc. Tal sujeito pode assumir qualquer papel social e discursivo que o locutor tenha em mente, ao criar seu projeto de fala. O sujeito destinatário pode coincidir, ou não, com o receptor real do discurso, o sujeito interpretante. Este último é de fato o que irá ler o livro, ou seja, o leitor.

A finalidade contratual e o projeto de escrita da situação comunicativa de *Memórias do Cárcere* geraram atos de linguagem que possibilitaram ao sujeito comunicante narrar um período de sua vida. Essa prática social e discursiva, em que um sujeito fala de si, conta parte de sua vida, é por nós considerada uma *narrativa de vida*. Vemos, pois, as narrativas de vida como materialidades discursivas nas quais determinado sujeito-“contador” produz um discurso de si, que pode ser repleto de imaginários sociodiscursivos sobre ele, os outros e o mundo.

2.2 Panorama dos modos de organização do discurso

O ato enunciativo, conforme Charaudeau (2014, p. 67), ao ser representado como um dispositivo, tem como centro o sujeito falante em sua relação com outro parceiro, ou seja, locutor e interlocutor, em sua relação consigo mesmo e em sua relação com o mundo.

Ao falar ou escrever, um sujeito acionar diferentes modos de organização do discurso conforme seu estilo. Foi Charaudeau (1992) que propôs essa divisão dos modos em enunciativo (o que domina todos os outros); descritivo; narrativo e argumentativo, para melhor entender a maior ou menos incidência de um desses modos ou de todos, misturados, em um determinado discurso.

Com Machado (2018), guiamos nosso olhar para um fator que nos ajuda a melhor entender o modo de organização enunciativo. Nele, há duas ordens de procedimentos: à linguística e a discursiva. A primeira ordem está relacionada com o aspecto formal a qual indica o modo pelo qual o sujeito enunciador se apropria da língua e a maneira como ele o arquiteta no discurso. Com isso, na ordem linguística o sujeito-falante mostra a relação que exerce com o outro, consigo e com o mundo:

1. A relação do sujeito falante com seu interlocutor: comportamento alocutivo. O sujeito enuncia sua posição em relação ao interlocutor e atribui *papéis languageiros* para si e para o outro. A relação de influência entre o locutor e o interlocutor depende das posições sociais e ideológicas de ambos. Assim, se o sujeito assume papel social de alguém que tem o poder de executar uma ordem ou um pedido, ele assume o papel languageiro de interpelador e produz discursos alocutivos. Por exemplo, quando G. Ramos foi detido, no relato do narrador, o sargento disse-lhe o seguinte enunciado: “– os senhores usam este banheiro. Só este.” (RAMOS, 1994, p. 74) Desse modo, o personagem do sargento está em posição que lhe permite ordenar ao enunciador de G. Ramos qual banheiro ele deveria utilizar.
2. A relação do sujeito falante consigo mesmo: comportamento elocutivo. O sujeito enuncia seu *ponto de vista* sobre o mundo, demonstrando sua visão de modo favorável ou não. Dessa forma, o sujeito encontra-se em uma posição na qual se sente habilitado para avaliar, julgar e opinar sobre algo ou alguém. Podemos um enunciado no qual o sujeito enunciador de G. Ramos opina sobre sua posição: “Em

relação a eles, acho-me por acaso em situação vantajosa. Tenho exercido vários ofícios, esqueci todos, e posso mover-me sem nenhum constrangimento (RAMOS, 1994, p. 35”

3. A relação do sujeito falante com o mundo: comportamento delocutivo. O locutor enuncia seu ponto de vista com os discursos sobre mundo em enunciados assertivos. São discursos de verdades para o sujeito sobre o mundo em que são apagados tanto o sujeito falante quando o interlocutor. Em nosso *corpus* podemos citar o discurso de verdade para o narrador: “Liberdade completa ninguém desfruta.” (RAMOS, 1994, p. 34)

O modo enunciativo perpassa a todos os modos de organização, uma vez que o procedimento discursivo é regido pela organização da matéria linguística conforme a finalidade de narrar, descrever e/ou argumentar. Podemos exemplificar tais modos ao utilizarmos enunciados de nosso *corpus*:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencieei e porque me decido. [...] me afligi a idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; [...] O receio de cometer indiscrição exibindo em público pessoas que tiveram convivência forçada já não me apoquentava. Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. [...] Estou a descer para cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a livro de memórias. (RAMOS, 1994, p. 33-35)

O discurso acima são as primeiras linhas que o sujeito enunciativo de G. Ramos escreve para introduzir sua obra. Nele, o narrador fornece um direcionamento de como o leitor deverá conceber seus escritos. Isto é, não se trata de um romance, é um livro de memórias no qual o sujeito enunciativo irá narrar um acontecimento passado há dez anos e irá lembrar do acontecido expondo os outros sem o intuito de ficcionar os personagens. Ao trazermos esse discurso para o olhar do modo de organização, vemos que a enunciação se faz presente no próprio ato de enunciar, seja para o sujeito de G. Ramos demonstrar a relação com o passado narrado, com os outros, com o mundo, com o cárcere e/ou consigo mesmo. Por exemplo, o

sujeito demonstra seu ponto de vista e opinião sobre a pertinência do livro ser publicado *post mortem*: “isto será publicação póstuma, como convém a livro de memórias.” (RAMOS, 1994, p. 33-35)

No procedimento discursivo de organização, podemos ainda perceber como a narração, a descrição e a argumentação servem a finalidade enunciativa e estão interrelacionados:

1. Modo de organização narrativo: Graciliano Ramos narra sua experiência para os sujeitos destinatários, experiência esta da qual ele, acompanhado de outros indivíduos, formará o conjunto de personagens que compõem a narrativa. Essa finalidade discursiva é apresentada nas primeiras linhas em “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencieei e porque me decido” (RAMOS, 1994, p. 33)
2. Modo de organização descritivo: ao narrar, o comportamento descritivo estará aí presente para localizar o tempo “casos passados há dez anos” e para qualificar os personagens “criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil” (RAMOS, 1994, p. 33)
3. Modo de organização argumentativo: no processo narrativo e descritivo o sujeito falante narra que por muito tempo teve receio de escrever sobre o cárcere por motivo da aflição em expor indivíduos reais. Com o passar do tempo, ele conta que esse medo não existira mais e para provar seu ponto de vista o sujeito falante utiliza do argumento de que muitos desses companheiros já não fazem parte de seu convívio¹¹.

Dito isso, notamos que os modos de organização do discurso interrelacionam na enunciação para alcançar a finalidade comunicativa. Destacaremos dois modos que nos interessam de perto na obra estudada pelo viés da Semiologia. O modo descritivo e o narrativo.

De acordo com Charaudeau (2014, p. 151), é importante salientar que contar uma história vai além de simplesmente descrever sequências de fatos. A narrativa exige um narrador e um contexto. Isto é, para que os enunciados sobre acontecimentos se tornem narrativas,

¹¹ Fugimos aqui da definição de Modo de Organização Argumentativo, preconizada por Charaudeau (1992) por acreditar que narrativas valem-se dos modos enunciativo, descritivo e narrativo para expor sua argumentação, ou melhor dizendo, a argumentação do narrador.

necessita-se de um mundo verossímil nas palavras. A situação relatada exige que o narrador contextualize a história em noções de espaço e tempo. Nessa ótica, modo Narrativo constrói-se por meio de três componentes: actantes, processos e sequências. O autor produz dois questionários sobre tal assunto, um sobre os actantes narrativos e o outro sobre os processos narrativos, os quais reproduziremos nos anexos.

O linguista francês (p. 156) frisa a importância da dialética entre os modos descritivo e narrativo, contudo, é importante não os confundir. Ambos se distinguem pelo tipo de visão do mundo que constroem e pelos papéis desempenhados pelo sujeito que descreve e que narra.

Referente aos papéis do sujeito, para Charaudeau, no modo descritivo ele desempenha o papel de observador ao identificar, nomear e classificar os objetos e as pessoas do mundo, e de alguém que os descreve e os mostra. No modo narrativo, o sujeito desempenha o papel de testemunha, fictícia ou não, dos acontecimentos. No intuito de exemplificar tal posição, observamos o seguinte excerto:

Entrando no salão, vi na cama de Luís de Barros, fronteira à porta, um fardo trêmulo: agüentando o rijo calor de meio-dia, alguém se enrolava num cobertor de lã.
 - Que é isso, Luís? Suadouro?
 O moço descobriu o rosto pálido, murmurou débil:
 -Não. Medo.
 Abafei numa gargalhada a confissão intempestiva, não porque se tratasse de coisa rara, mas pela simplicidade com que se expunha. Evitamos referir-nos a tais fraquezas, embora não haja motivo para nos envergonharem. (RAMOS, 2010, p. 307)

Diante dessa narração, deparamo-nos com algumas descrições, quais sejam: “fardo trêmulo”, “rijo calor de meio-dia”, “rosto pálido”, “confissão intempestiva”. Acreditamos que tais descrições são realizadas não simplesmente por pura observação, mas sim pela dialética entre observação e testemunho. Afinal tais análises estão intrinsicamente ligadas ao seu papel de testemunho de um contexto específico de situações. O sujeito falante que narra e descreve os faz por meio de um crivo de crenças, ou seja, a organização discursiva construída na narrativa passa, antes de tudo, sob um julgamento no seu universo de valores morais. De tal modo, para o narrador, a confissão orienta para o riso, pois o “normal”, em suas crenças, é a omissão de sentimentos de medo. Isso porque a revelação do medo demonstraria fraqueza do indivíduo. Tal receio de transparecer sentimentos pode ser por nós inferido como consequência dos imaginários sociodiscursivos.

Interligados entre si, os modos Descritivo e Narrativo possibilitam a criação de efeitos de sentido em relação às identidades e às qualificações dos personagens. Tanto um quanto o outro criam uma espécie dimensão argumentativa (AMOSSY, 2016) que faz aparecer construções linguageiras cujo objetivo é o de encaminhar o olhar do leitor para determinados fatos que conduzem a certos *efeitos argumentativos*. Não visadas argumentativas. Mas efeitos, introduzidos com leveza em certos escritos para simbolizar emoções. Eis um exemplo, vindo de G. Ramos:

Certos escritores se desculpam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade — talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (RAMOS, 1994, p. 34)

A dimensão argumentativa (AMOSSY, 2006) no trecho acima pode ser inferida a partir das informações que o sujeito narrador de G. Ramos expõe sobre a falta de liberdade do ser humano, nesta vida.

Há também no excerto a presença de um “efeito de saber” (CHARAUDEAU, 1992, p.656).

Sobre tais efeitos, discorreremos rapidamente no próximo segmento.

2.3. Os efeitos discursivos, segundo Charaudeau (1992) e Machado (2016/2018)

Charaudeau, na sua *Grammaire du sens et de l'expression* (1992/2019, p.692-698), percebeu que existiam certas estratégias discursivas que, incluídas em discursos diversos davam a estes maior poder atrativo. Ele os chamou de *efeitos*. E destacou os seguintes: efeitos de realidade e de ficção; de confiança; de saber e, mesmo, efeitos de gênero. Mais tarde, em 2016, a pesquisadora Machado propôs um outro efeito: o de narrativa de vida, sobre o qual falaremos mais adiante.

Vejamos rapidamente alguns deles, por meio de excertos tirados de nosso *corpus*. Começemos pelo efeito de saber, que pode ser delineado no discurso quando o sujeito enunciador realiza descrições de identificações e de qualificações que poderão dar às suas produções um ar douto como também lançar em seus escritos informações úteis, conhecimentos

que o leitor precisa saber sobre algo ou alguém. Como exemplificação desse efeito, vejamos o seguinte segmento:

Certos escritores se desculparam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade — talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (RAMOS, 1994, p. 34)

O efeito de saber do trecho acima pode ser inferido a partir das informações que o sujeito narrador de G. Ramos expõe a seus compatriotas não para tornar sua escrita “nobre” mas simplesmente para realizar um ato didático, já que muitos brasileiros desconheciam quais seriam os princípios básicos da “liberdade”. Ele tenta alertá-los sobre isso, com o fim de dar-lhes mais luzes. Para defender o ponto de vista, ele se escora em seu conhecimento da gramática- que pressupõe um discurso bem feito – e o mistura com o ambiente de uma delegacia, que sabemos, não prima pelo seu modo correto de falar. Desse modo, é defendido que o fato de falar bem ser inteligente não dá ao sujeito condições de ser livre. E a gramática, é preciso lembrar, impõe regras que devemos seguir. Assim como também as leis.

Ora, mesmo dentro dessas regras, o sujeito falante pode conseguir um certo grau de liberdade. Por fim, identificamos a presença do efeito de saber à medida que o enunciador aponta aspectos de seu conhecimento sobre os dois temas que discorre.

Os efeitos de realidade e de ficção são percebidos em discursos nos quais as descrições apresentam ora um mundo realista, ora um mundo ficcional. No meio disso, o leitor pode ficar em dúvida sobre em qual dimensão se encontra a narrativa, se no real ou se parte para as conjecturas imaginárias do escritor. Com isso em mente, observemos os seguintes enunciados:

No dia seguinte, 3 de março, entreguei pela manhã os originais a d. Jeni, datilógrafa. (RAMOS, 1994, p, 44)

Impossível fixar a atenção em qualquer ponto, a memória se embotava, observações imperfeitas se atabalhoavam desconexas, deixando largos espaços escuros. (RAMOS, 1994, p. 125)

Deparamo-nos com informações descritivas que fornecem o efeito de veracidade à narrativa, como a especificidade da data em que ocorreu o relato, a descrição do cargo de

datilógrafa à Jeni. Essas são pistas discursivas que conferem à história certo grau de verdade e, por conseguinte, o efeito de realidade. Ao mesmo passo que o enunciador apresenta descrições de realidade, também há um direcionamento à ficção, pois o narrador admite que nem todas as lembranças são exatas e perfeitas; elas são opacas. Por vezes, a imaginação e a realidade se mesclam na recordação dos fatos, e por diversas vezes, a separação entre ficção e realidade não ocorre. Elas se unem para concretizar o efetivo exercício de narrar fatos findados.

O efeito de confiança acontece quando nos deparamos com apreciações pessoais em determinados escritos, que, por assim dizer, deixam um pouco de lá o tema sobre o qual vinha falando e aí apresentam reflexões vindas do autor-narrador. Elas surgem também nas interpelações para que o leitor compartilhe dessas reflexões uma reflexão. Na tentativa de melhor compreender essa perspectiva linguística, podemos citar um trecho vindo do livro agora examinado:

Ao meio-dia uma parenta me visitou – e este caso insignificante exerceu grande influência na minha vida, talvez haja desviado o curso dela. Essa pessoa indiscreta deu-me conselhos e aludiu a crimes vários praticados por mim. Agradei e pedi-lhe que me denunciasse, caso ainda não o tivesse feito. A criatura respondeu-me com quatro pedras na mão e retirou-se. Minha mulher deu razão a ela e conseguiu arrastar-me a um dos acessos de desespero que ultimamente se amiudavam. Como era possível trabalhar em semelhante inferno? (RAMOS, 1994, p. 44)

G. Ramos relata um episódio no qual fora acusado por uma parente de ter cometido certos crimes. O comportamento da esposa em dar razão a parente despertou sentimentos de desesperos no sujeito enunciador e por causa disso ele realiza o seguinte questionamento: “Como era possível trabalhar em semelhante inferno” (RAMOS, 1994, p. 44). Essa pergunta pode ser interpretada como efeito de confissão na medida em que o narrador expressa o sentimento íntimo. Ao produzir tal questionamento, inferimos que o efeito de confissão é produzido como se o narrador buscasse que o sujeito destinatário compartilhasse a sua angústia e opinião de que em tal ambiente era impossível trabalhar.

Vejamos agora o chamado efeito de gênero. Examinemos esse excerto de G.Ramos:

CONCLUSÃO

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só ha curvas onde as rectas foram inteiramente impossiveis.

Evitei emmaranhar-me em teias de aranha.

Certos individuos, não sei por que, imaginam que devem ser consultados; outros se julgam com autoridade bastante para dizer aos contribuintes que não paguem impostos.

Não me entendi com esses.

Ha quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anonymas, e adoeça, e se morda por não ver a infallivel maroteirazinha, a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que della se servem como assumpto invariavel; ha quem não comprehenda que um acto administrativo seja isento da idéa de lucro pessoal; ha até quem pretenda embaraçar-me em coisa tão simples como mandar quebrar as pedras dos caminhos.

Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325:500 de multas.

Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porem, foram erros da intelligencia, que é fraca.

Perdi varios amigos, ou individuos que possam ter semelhante nome.

Não me fizeram falta.

Ha descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois annos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos. Paz e prosperidade.

Palmeira dos Indios, 10 de janeiro de 1929.

GRACILIANO RAMOS (RAMOS, 1929) (Conservamos as particularidades da grafia original conforme publicado no site oficial).

Como é possível notar, o fragmento acima, mostra tal efeito. Ele resulta do emprego de alguns procedimentos discursivos que seriam mais característicos de um outro gênero. A conclusão do Relatório acima contém muitas opiniões pessoais de Ramos. Um relatório deveria, *a priori*, ser mais seco. Mas G. Ramos, não nos esqueçamos disso, adora subverter o que é cristalizado. Como diz Machado,

[...] o “bom sentido” do axiológico transgressivo quando ligado a discursos diversos é o seguinte: tais discursos, de um modo ou de outro, escapam do “convencional”, do esperado, seja pela sua forma, veículo de difusão ou por seu tema. Tais discursos podem também mostrar (às vezes) a presença de uma prática lúdica, de modo explícito ou implícito. O documento transgressivo pode também ser aquele que se situa em uma interface genérica. Enfim: ele compreende tudo o que foge de modelos canônicos (MACHADO, 2016b, p. 126)

Além de conter um efeito de gênero outro que o Relatório, o mesmo fragmento mostra o que, para Machado (2016, p.72), foi considerado como um *efeito de narrativa de vida*. A narrativa de vida pode inserir-se onde menos se espera: aqui traços da vida de G. Ramos se fazem notar, na Conclusão do Relatório, o que não deixa de ser curioso e bastante provocador. Assim algo de uma história ou narrativa de vida pode também aparecer em certas publicidades nas quais, geralmente, um atleta ou ator famoso fala de seu caminho de vida, em um enunciado solto. De modo geral, o indivíduo inclui tal efeito (o da narrativa de vida) para dar uma maior autenticidade e calor humano ao que apresenta. Ou para provocar o outro, com uma certa ironia.

2.4 Imaginários sociodiscursivos

Os imaginários sociodiscursivos, para Charaudeau (2007), são construídos por meio das representações sociais dos diferentes indivíduos e produzem significações sobre os objetos do mundo.

As representações sociais têm em sua base dois processos formadores que se complementam: o processo de objetivação e o processo de ancoragem, conforme Moscovici (1978, p. 107). O processo de objetivação “[...] faz com que se torne real um esquema conceptual, com que dê a uma imagem uma contrapartida material” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). Ou seja, é um processo que possibilita a materialização dos conceitos, em que há construções de realidades concretas para imagens abstratas.

O processo de ancoragem é “[...] uma integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). Ancorar é classificar e dar nome a algum objeto, assim, o processo de ancoragem corresponde à nomeação das coisas. Para o estudioso francês, quando não sabemos o nome de algo, temos a tendência de senti-lo com algum estranhamento. A ancoragem, nesse caso, transforma o estranho em algo comum e familiar ao classificá-lo e ao nomeá-lo.

Em síntese, ainda conforme Moscovici (1978), o processo de objetivação cria a realidade do objeto, e o processo de ancoragem lhe atribui significados.

No campo da Semiologia, Charaudeau (2007, p. 574) retoma a noção de representações sociais “[...] como um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da ‘realidade social’.

Charaudeau (2007, p. 577) nos apresenta uma explicação sobre o uso do sintagma *imaginário sociodiscursivo*. A utilização do termo “imaginário” tem como aporte as teorias antropológicas, que consideram os rituais sociais, os mitos e as lendas como formas discursivas que mostram as relações humanas. O imaginário é fruto de processo de simbolização do mundo oriundo da ordem afetiva e racional, por meio da intersubjetividade, algo que se instala na memória coletiva de determinado grupo social.

O imaginário pode ser social quando se insere em uma representação que é realizada dentro de um domínio de prática social, como o artístico, o político, o jurídico etc. Nesse ponto, de acordo com o linguista supracitado (2007, p. 579), pode-se pensar em imaginários pessoais quando as percepções de mundo são realizadas na história íntima do indivíduo, como sua descrição da morte de um parente. Os imaginários sociais, por sua vez, podem tomar dimensões

coletivas: para os católicos, a morte de Cristo, por exemplo, pode suscitar um imaginário social de salvação aos pecadores. Mas aí estamos entrando nos imaginários de crença sobre os quais falaremos daqui há pouco.

Pelo fato de os imaginários sociodiscursivos serem representações sociais estabelecidas e produzidas em determinada prática social, concordamos com Charaudeau (2007, p. 579) sobre o fato de que eles passam por filtros axiológicos que podem mudar os valores dos imaginários, conforme as diferentes sociedades que os sustentam. Na tentativa de explicar esse processo, podemos pensar no imaginário sobre o tradicionalismo, que pode adquirir valor positivo para um coletivo de pessoas que gostam de praticar e de sustentar práticas tradicionais de religião e de família. Contudo esse mesmo imaginário pode ter um valor não positivo para aqueles que são mais inovadores e gostam de mudanças, como as que ocorrem em práticas sociais que visam às evoluções tecnológicas.

2.4.1 A estrutura dos imaginários sociodiscursivos

Os imaginários sociodiscursivos são constituídos por *saberes* que podem ser de *conhecimento* ou de *crenças*. Os saberes de conhecimento são produzidos com o intuito de estabelecer verdades sobre os fenômenos e sobre os objetos do universo. Tais verdades estariam isentas da subjetividade e do julgamento afetivo do sujeito, seriam, pois, verdades neutras e impessoais que se impõem aos indivíduos. O discurso produzido por esse saber almeja ser, *a priori*, não discutível e tenta impor uma verdade objetiva; para Charaudeau (2007, p. 581), ele possui um enunciador abstrato que pode ser chamado de “a ciência” ou “a ordem das coisas”.

Mas a vida tem nos mostrado que tudo pode ser discutido e rediscutido.

De modo geral, os saberes de conhecimento são pautados em discursos explicativos sobre o mundo, construídos de maneira oposta aos saberes de crença. Isso porque, enquanto os primeiros resultam de um processo que independe das apreciações subjetivas do indivíduo, os segundos são o resultado de certos julgamentos e pontos de vista do sujeito face ao mundo.

Todos os discursos religiosos são originados e se mantêm graças aos saberes de crença de sujeitos que acreditam cegamente no que não enxergam (por exemplo, uma entidade qualquer, uma alma vinda do outro mundo) mas que o têm por algo real.

Para ilustrar a construção discursiva dos imaginários, podemos nos valer de um trecho de nosso *corpus* no qual acreditamos ser possível observá-los. Trata-se de um excerto em que o sujeito narrador de Graciliano Ramos relata um episódio de seu cárcere:

Entrando no salão, vi na cama de Luís de Barros, fronteira à porta, um fardo trêmulo: agüentando o rijo calor de meio-dia, alguém se enrolava num cobertor de lã.
 - Que é isso, Luís? Suadouro?
 O moço descobriu o rosto pálido, murmurou débil:
 -Não. Medo.
 Abafei numa gargalhada a confissão intempestiva, não porque se tratasse de coisa rara, mas pela simplicidade com que se expunha. Evitamos referir-nos a tais fraquezas, embora não haja motivo para nos envergonharem. (RAMOS, 2010, p. 307)

O que é o “medo”? Ele é algo sólido, visível? Não, mas é algo que existe, é uma emoção que pode se emparar dos seres humanos em qualquer hora ou momento.

Ainda no mesmo fragmento há a crença, compartilhada por muitos indivíduos que os homens devem sempre esconder suas fraquezas. São antigos sentimentos ou crenças válidos na época de Graciliano, hoje ultrapassados. Mas, em lugares menos adiantados do Brasil, podemos ainda ouvir enunciados do tipo “homem não chora” e “homem é o sexo mais forte” que, por força de serem reproduzidos discursivamente até o século XX, cristalizaram-se em um imaginário sociodiscursivo de crença. Que passou.

Em outros momentos do *corpus*, podemos nos deparar com imaginários que podem revelar a crença do sujeito enunciatador e que podem estar associados à expressão de uma emoção:

Naquele momento a idéia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do officio, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas. Na verdade suponho que me revelei covarde e egoísta: várias crianças exigiam sustento, a minha obrigação era permanecer junto a elas, arranjar-lhes por qualquer meio o indispensável. (RAMOS, 1980, p. 18)

Face à expressão de alegria ou de sensação de alívio inferimos sutil ironia nesse excerto, visto que tal emoção seria justamente o oposto da situação da detenção. Essa ironia, conforme

Machado (2015), pode ser considerada como uma mistura de vozes que provoca uma quebra do que era esperado em certos enunciados. Nesse caso, compreendemos que a voz do sujeito enunciatador de G. Ramos rompe com grande parte das crenças das vozes sociais, segundo as quais a cadeia seria tudo menos um lugar bom, de paz. E na cadeia, ele nos revela, nas entrelinhas, estaria isento de ter que pagar o sustento dos filhos...

Ora, tal reflexão, contém uma polifonia interna¹² (MACHADO, 2014), uma conversa entre, no mínimo, dois *eus internos*. Graciliano Ramos demonstra ter um *eu interno irônico*, pois, era esquivo também aos encontros sociais indesejáveis e mesmo à monótona vida familiar, ao contrários de seu *eu interno engajado* com os problemas sociais de crianças do seu meio social.

Nesse desdobramento íntimo, acreditamos, é possível perceber a inserção dos papéis identitários de G. Ramos. Ao papel social de escritor e redator, associa-se a alegria e o alívio por estar longe de compromissos que não lhe agradavam. Ao papel identitário de socialista, surge a vergonha por sentir tal alívio em estar preso e, por isso, não estando atuante, não ter a obrigação de ajudar os demais.

Notamos uma seleção lexical que demonstra os desprazeres por meio das descrições, como “horrríveis cumprimentos”, e pelo emprego de adjetivos com forte carga axiológica, como “espessas, amargas e corrosivas”. Assim, à medida que o narrador realiza uma avaliação sobre si mesmo, surge uma emoção que pode ser orientada, a partir da análise de descrições qualitativas. Trata-se de uma constatação: “[...] me revelei covarde e egoísta” (RAMOS, 1980, p. 18).

Ao expressar vergonha, ele faz uma avaliação crua da sua imagem, pois a constatação de que, no fundo, ele seria apenas covarde e egoísta não está de acordo com sua imagem de romancista engajado, sempre lutando e denunciando as desigualdades e as injustiças sociais, como o faz em *Vidas Secas* e *São Bernardo*, por exemplo. Vemos, assim, que o efeito da vergonha surge da análise que Graciliano Ramos faz de si mesmo. Para essa autoavaliação, ele convoca, sobretudo, em seu universo de crenças, os imaginários sociodiscursivos de grupos socialistas e do grupo dos deserdados do Brasil, colocando esses grupos face ao grupo dos governantes que usavam e abusavam de seu poder. Aqui, mostramos apenas um caso entre os muitos que o livro nos oferece como material de trabalho e que serão retomados no decorrer da escrita desta pesquisa.

À luz do que dissemos, notamos em nossa sociedade a crença de que o cárcere é lugar para bandidos, assassinos e pessoas que não podem conviver com os demais. Nessa perspectiva, tais imaginários apontam para a desonra do sujeito que é preso, pois a sociedade o julgará como fora da lei. No entanto, muitos indivíduos são presos injustamente, e é isso que o sujeito narrador de Graciliano Ramos defende em sua narrativa de vida. Por isso a prisão provoca-lhe a expressão da vergonha, ao assimilar os imaginários sociais sobre esse lugar.

Posto isso, cabe frisar que, de acordo com Charaudeau (2010), a vergonha pode ser considerada como um grau da dor e está diretamente ligada à degradação identitária. Destarte, quando o sujeito narrador de Graciliano Ramos avalia seus papéis sociais e suas crenças, ele pode fazer surgir o efeito patêmico da dor.

Por fim, ao refletirmos sobre os postulados de Charaudeau (2014, p. 157), consideramos que, em *Memórias do Cárcere*, existe e atua, sob a forma de narrador, um *eu* enunciador, que descreve e narra uma parte da vida de G. Ramos. Quando tal entidade descreve algo ou alguém, ela assume o lugar de observador e mostra sua visão particular do mundo, por meio de descrições subjetivas e qualitativas. Quando essa entidade, ou *sujeito narrador*, desempenha um papel de testemunha, posto que ela revela os acontecimentos do passado que dizem respeito não só a quem escreve, mas também aos seus companheiros de infortúnio, ela fornece, desse modo, um retrato pelo avesso do Brasil.

Como foi possível observar, os trechos retirados de nosso *corpus*, *Memórias do Cárcere*, são escritos em primeira pessoa do singular e narram um período de história do sujeito enunciador de Graciliano Ramos. À vista dessas características, podemos entender, na esteira de Machado (2015), que se trata de um dos efeitos da narrativa de vida. Desse modo, a seguir, discorreremos sobre essa materialidade do discurso narrativo.

2.5. Sobre Narrativas de Vida: conceitos gerais

Narrativas de vida, conforme Machado (2014), são discursos nos quais o sujeito enunciador narra sua trajetória, ou conta a de terceiros. Nesse caso, não podemos confundir essa noção com os conceitos de biografia ou autobiografia. Isso porque, a noção de “narrativas de vida” associada à análise do discurso, desenvolvida por Machado, desde 2014, abrange muito mais aspectos que esses gêneros. O conceito elaborado pela pesquisadora tem o pressuposto de

que é possível encontrar relatos de si em qualquer gênero discursivo de um enunciado, desde que tal discurso apresente uma história de vida.

No caso de Machado, a influência teórica para o desenvolvimento do pensamento sobre a narrativa de vida no campo da AD, iniciou-se de forma transdisciplinar e com empréstimos teóricos cujas inspirações foram várias: a do *Storytelling* de Salmon (2007); a do conceito de narratividade de Genette (1972/1983) e a do modo de organização do discurso narrativo de Charaudeau (1983). Machado (2015) justifica que a compreensão desses três autores lhe ajudou a conduzir a abordagem da narrativa de vida como uma nova materialidade discursiva sob a perspectiva da Semiologia.

O sintagma “narrativa de vida” que inspirou Machado, resulta de uma tradução que ela fez do sintagma *récit de vie*, do sociólogo francês Daniel Bertaux (1997). Nessa abordagem, a narrativa de vida refere-se à metodologia de pesquisa sociológica e antropológica do “*récit de vie*” segundo Bertaux, que dela já fala nos anos 70. Por estar ligado à teoria e à abordagem bem específicas, o uso desse sintagma por Machado (2016b) revela o desejo de afastamento dos estudos autobiográficos na esteira de Lejeune (2020).

Em resumo, a utilização desse termo busca demarcar o campo de abordagem que não analisa somente questões sobre tempo e espaço em narrativas de vida. Machado (2015) procura dar ênfase aos atos de linguagem e a como eles produzem os efeitos de sentido no discurso *daquela que se conta*. Para a autora, no relato de si, os atos de linguagem

[...] têm como objetivo primeiro o de alinhar diferentes partes de suas vidas em uma tentativa de formar um todo mais ou menos coerente, que possa ser transmitido a alguém; e, como objetivo segundo, todo um leque de opções, conforme os diferentes casos: narrar sua vida para realizar um balanço dos acontecimentos de uma existência e verificar se ela valeu ou não a pena; justificar alguma ação cometida que ainda cause remorsos no sujeito-comunicante ou autor da narrativa; desabafar; dar um exemplo de conduta para a posteridade, etc. Ou então, pura e simplesmente: narrar pelo prazer e para exercer essa bela arte de contar histórias e legar ao outro — ouvinte ou leitor — a habilidade de construir histórias. (MACHADO, 2015, p. 98)

Em uma visão minimalista de narrativa de vida, consoante a Machado (2016b, p. 85), concebemos a presença de narrativas de vida em pequenos relatos, e em diversos discursos, nos quais o sujeito fala de si. Em outras palavras, podemos considerar que há narrativas de vidas em qualquer situação em que o sujeito narrador fala de si e/ou do outro em um episódio de sua existência. A narrativa de vida, logo, não está limitada à autobiografia e à biografia, apenas.

Os estudos sobre relatos de vida têm como instrumento de pesquisa a Sociologia, conforme postula Orofiamma (2008) e tiveram seu início na Escola de Chicago, com a publicação de *Le paysan polonais en Europe et en Amérique. Récit de vie d'un migrant* (1919), de William Thomas e Florian Znaniecki. A obra possui mais de 2.000 páginas de estudo sobre as dificuldades de integração dos emigrantes poloneses em Chicago. Isto é, por meio de um caso singular, os sociólogos analisaram os fenômenos sociais e as ligações entre o âmbito particular do sujeito com a sociedade.

De acordo com Chaxel e Moity-Maïzi (2014), o método de coletar histórias de vida foi primeiro mobilizado pela Antropologia e pela Psicologia Social, antes de ser parcialmente esquecido durante as décadas de 1940 e 1950, em favor de métodos quantitativos e estatísticos. Ele será reabilitado nos anos de 1970, na França, com os trabalhos de Daniel Bertaux no campo da Sociologia.

Bertaux (2016) considera as narrativas de vida como “*Observatório Social*”, no qual é possível analisar os pontos de vistas e entender as razões por trás das ações de cada um dos sujeitos presentes no relato. Ademais, os relatos de vida podem fornecer informações e detalhes sobre os modos como cada sujeito responde às circunstâncias, sobre as lições aprendidas e as adaptações às mudanças. Ainda com Bertaux (2016), o indivíduo se torna assim membro desse “*Observatório Social*” quando ele narra sua trajetória, pois fornece ao pesquisador conhecimentos que dão sentidos aos fatos sociais e históricos.

Bertaux (2016, p. 74) considera que a narrativa de vida possui três principais níveis de fenômenos:

1. O fenômeno da interioridade do sujeito. A história de vida pode fornecer dados sobre a personalidade, a socialização, as primeiras experiências, as aprendizagens culturais e profissionais, as transformações psicológicas e os tipos habituais de condutas. Em resumo, para Bertaux (2016, p. 74) esse é o fenômeno “[...] ‘clé’ de son fonctionnement psychique”¹³.
2. O fenômeno histórico das relações do sujeito com os pais e pessoas próximas em sua rede interpessoal de relacionamentos.

¹³ “[...] chave de seu funcionamento psíquico” (tradução nossa).

3. O fenômeno sociológico, mais ou menos aparente na narrativa. Isso significa que o relato individual pode indicar as relações sociais de hierarquia e de poder, as posições e os papéis sociais, as normas de conduta, os jogos de rivalidade. Ainda podem ser observados os mecanismos sociais e culturais que constituem a *semântica coletiva*, como crenças, valores, representações e normas interiorizadas.

Para o sociólogo francês, essa classificação em três níveis de fenômenos contribui para situar os elementos que constituem os estados do sujeito na narrativa de vida. Cada momento do período de vida corresponde a determinado estado físico e psicológico do sujeito, de sua personalidade, mas também de suas forças vitais. Esses elementos físicos e psicológicos estariam associados ao fenômeno de interioridade do sujeito.

Ora, a teoria semiolinguística de análise dos discursos, concebida por Charaudeau, adotou muito aspectos da sociologia e da psicologia. Além da antropologia, é claro.

Na tentativa de exemplificação dos fenômenos de estado do sujeito, podemos citar o seguinte trecho de nosso *corpus*, em que Graciliano Ramos toma conhecimento da possível prisão que o espera:

Saí do Palácio, atordoado. Eximia-me de obrigações cacetes, mas isso continuava a aperrear-me, juntava-se a amolações domésticas e a planos vagos. Sentia desgosto e vergonha, desejava ausentar-me para muito longe, não pensar em despachos e informações. (RAMOS, 1994, p. 40)

Inferimos, nessa passagem, que o sujeito narrador de Ramos fornece informações sobre seu estado psicológico, ao expressar as emoções provocadas pelas ameaças de prisão. Basta prestar atenção em certas palavras do fragmento, tais como: “atordoado”, “aperrear-me”, “desgosto”, “vergonha” e “desejava ausentar-me”.

Outro estado passível de ser interpretado é a intersubjetividade do sujeito na rede de relações interpessoais. Assim, consideramos que na história/relato de vida o sujeito narrador mencionará outros indivíduos, o que pode ocorrer por meio de lembranças que contenham a presença da mãe, do pai, de um amigo, de qualquer outra pessoa que faça parte de um momento digno de ser contado em sua vida. Esse elemento interpessoal está associado ao fenômeno histórico das relações do sujeito.

Ao procedermos da mesma forma, citamos o seguinte trecho, em que podemos observar a relação do sujeito narrador de G. Ramos com outras pessoas: “[...] minha mulher vivia a atezar-me com uma ciúmeira incrível, absolutamente desarrazoada. Eu devia enganá-la e vingar-me, se tivesse jeito para essas coisas.” (RAMOS, 1994, p. 42). Percebemos, nesses enunciados, tanto o fenômeno interno como o fenômeno intersubjetivo. O elemento interpessoal está no relato sobre a esposa do narrador, e observamos o elemento psicológico na descrição dos sentimentos que a relação conjugal nele provocava.

Por fim, há o estado de situação social do sujeito narrador, que está relacionado com o fenômeno sociológico. Na narrativa, o sujeito narrador pode abordar questões que envolvam o seu emprego, os recursos financeiros, a moradia, o patrimônio, o estado familiar, as mudanças de vida e os seus objetivos.

Notamos que as situações sociais podem ser percebidas em nosso *corpus* ao nos depararmos com informações que envolvam as posições sociais de Ramos, como a de escritor, por exemplo:

Certos escritores se desculparam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade – talvez ingênuo recurso de justificar inércia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (RAMOS, 1994, p. 34)¹⁴

No fragmento acima observamos as reflexões de Ramos sobre o fazer discursivo e a censura. Para o nordestino, a falta de liberdade não é motivo suficiente para não abordar temáticas relevantes à sociedade. De tal modo, esse pensamento pode ser visto como um fenômeno social da narrativa de vida em *Memórias do Cárcere*, já que estão presentes elementos de posição e papéis sociais do sujeito enunciativo.

Dito isso, para Bertaux (2016, p. 75), tudo o que modifica, substancialmente, pelo menos um desses três estados do sujeito, constitui um evento. Reciprocamente, qualquer evento na sua história de vida modifica pelo menos um desses três estados.

¹⁴ Algumas citações são repetidas intencionalmente neste trabalho, pois devido ao fato de que os conceitos se entremeiam e dialogam entre si, usamos alguns excertos novamente, propositalmente, para destacar que um mesmo trecho pode ser observado e analisado a partir de múltiplas chaves de leitura.

2.5.1 A narrativa de vida na Semiologia

O uso de narrativa de vida na teoria Semiológica da AD, segundo Machado (2016b, p. 84), originou-se *a priori* para esta pesquisadora, da união entre a visão sociológica de Bertaux e o modo de organização do discurso narrativo da teoria de Charaudeau, ambos inseridos é claro em uma maneira discursiva de se conceber e analisar escritos. Para ela, o campo semiológico deve se preocupar em analisar o como, o porquê e a forma dos enunciados nos atos de linguagem e dentro de diferentes textos. Se neles surgirem narrativas de vida, cabe ao pesquisador investigar os diferentes papéis do narrador delegado pelo autor ou sujeito-comunicante e como aquele se afasta ou se confunde com este, bem como a razão de certas emoções que saltam aos olhos em casos de narrativas de vida.

Nesse sentido, sob o olhar da AD, podemos investigar como os *eus comunicantes* e os *eus enunciadores* do *ser que se narra* podem ser materializados discursivamente. Os *eus* do narrador de uma vida podem, ainda, revelar traços de identidades, posicionamentos ideológicos e morais, como também estratégias argumentativas de sedução/persuasão.

Segundo Cyrulnik (1999, p. 34), citado por Machado (2016b, p. 33; 2020), o relato de vida pode levar o indivíduo a aceitar e a compreender os momentos difíceis de sua história. Quando o sujeito se coloca em posição de personagem de seu próprio passado, pode haver um exercício de reflexão sobre os acontecimentos.

À luz da situação comunicativa de Charaudeau (1983), o sujeito que estaria no discurso seria o *eu enunciadador* delegado pelo *eu comunicante*. Porém, a partir de algumas conversas com Machado (2017), ocorridas em aulas ministradas sobre narrativas de vida no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, a professora insistiu que seria questionável pensar que há uma dicotomia plena entre esses dois *eus* (sobretudo nos discursos considerados ficcionais). Podemos inferir, então, a impossibilidade de afirmar que o *eu comunicante* é tão somente um retrato do *eu enunciadador*. Todavia poderíamos ponderar que há muito do *eu comunicante* no *eu enunciadador*. Acreditamos nessa hipótese, porque consideramos que o autor deixa escapar em seus discursos alguns traços de identidade e imaginários que podem revelar posicionamentos ideológicos. Logo a narrativa de vida seria uma materialidade discursiva em que é possível investigar traços de identidade e de posicionamentos do *eu que se narra*.

Em diversas situações comunicativas, podemos notar enunciados nos quais o sujeito deixa escapar relatos sobre si ou sobre outrem. Nessas situações, por mais que a intenção inicial não seja a de contar sua vida para outros, o sujeito-enunciador pode invocar um sujeito narrador

que se auto insere em seu discurso. Conforme Machado (2016b), quando essa situação ocorre, podemos pensar em narrativas de vidas.

Baseada na concepção de que alguns casos de narrativa de vida são expostos em concepções minimalistas (BERTAUX, 1997), outros não (este é aliás o caso de *Memórias do Cárcere*) para Machado (2016,2020) as narrativas de vidas não são propriedade exclusiva dos gêneros biográficos e autobiográficos. A autora considera que a teoria da subjetividade na linguagem de Benveniste foi necessária para compreender a complexidade das situações comunicativas e as teorias de Charaudeau e de Bakhtin, aliadas aos estudos de subjetividade, reforçaram as convicções sobre a flexibilidade para se entender que as narrativas de si podem ocorrer em diferentes circunstâncias comunicativas.

Consideramos que o melhor aspecto para diferenciar a teoria de narrativas de vida, segundo Machado (2016b), de outras teorias de autobiografias e biografias está na visão sensível que a pesquisadora tem sobre os discursos em que o sujeito fala de si. Para a analista do discurso, é possível encontrar narrativas de vida em qualquer gênero discursivo, desde que o sujeito discursar sobre alguma etapa de sua vida, sobre seus sentimentos e sobre outras pessoas.

Há histórias de vida que são mais evidentes, pois estão em gêneros textuais já consagrados, como biografias, autobiografias, memórias e diários. No entanto isso ocorre também no interior de outros discursos em que o foco inicial não seria o de falar de si, tais como vemos frequentemente acontecer em pronunciamentos políticos, um exemplo entre tantos outros. Diante disso, é possível notar a presença de narrativas de vidas, caso o sujeito-enunciador deixe escapar relatos de sua memória em seu discurso, independentemente do lugar e situação onde se encontre.

Para provar essa noção, Machado (2015, p. 100) investigou que, em diferentes “prefácios”, existem traços de narrativas de vida que levam ao sujeito narrador-prefaciador.

Concordando com Machado (2016b, p. 122), consideramos que a narrativa de vida está atrelada ao exercício da memória do sujeito que se conta. A pesquisadora compreende a recordação de fragmentos de uma vida como um mundo habitado por várias vozes que o constituem, vindas de memórias esparsas.

Para o sociólogo Halbwachs (2006, p. 36), a memória do indivíduo é constituída tanto de uma *memória individual* quanto de uma *memória coletiva*. A primeira compreenderia sensações, emoções e sentimentos desse indivíduo, face ao momento lembrado. A segunda indicaria o social que envolve diversos outros seres do mundo, outras vozes, outras situações. Cabe aqui alertar que não podemos tratar essas memórias como dimensões separadas, posto que

uma está ligada à outra. Isto é, na *memória coletiva* estarão presentes as *memórias individuais* do sujeito. Nesse caso, na lembrança mais íntima de alguém, na *memória individual*, haverá pontos de referência que são externos (mas se ligam) a ele.

Para Halbwachs (2006), a *memória individual* é heterogênea e não pode ser considerada exclusivamente sob a *ótica individual*. Sempre no âmago do sujeito haverá vozes vindas de outrem, pois “[...] na realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p.16)

A memória é carregada de crenças e de imaginários do sujeito em relação a si próprio, aos outros e ao mundo. Nas lembranças e nas crenças também observamos efeitos discursivos de emoção. Na esteira de Santos (2010, p. 113), consideramos também que a memória é uma ressignificação de episódios do passado. Esses episódios, por sua vez, são atravessados por patemizações que remetem às práticas identitárias. Assim, de acordo com o supracitado pesquisador, para entender os efeitos patêmicos na recordação dos fatos, é necessário identificar os saberes de crença.

Em uma tentativa de explicar o que foi dito, vejamos um excerto de *Memórias do Cárcere*:

Naquele momento a idéia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do ofício, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas. Na verdade suponho que me revelei covarde e egoísta: várias crianças exigiam sustento, a minha obrigação era permanecer junto a elas, arranjar-lhes por qualquer meio o indispensável. (RAMOS, 1994, p. 18)

Nesse excerto, o sujeito enunciator relembra o período no qual se encontrava em estado de espera pelo cárcere. Ao depararmos com esse trecho de uma narrativa de vida, temos acesso, como leitores, aos projetos de palavras (que imaginamos conter os pensamentos) de G. Ramos. Nessas lembranças, é possível identificar a *memória individual* por meio dos sentimentos e do ponto de vista do sujeito face ao perigo iminente. Interligada a tal memória, também observamos a presença da *memória coletiva*, ao percebemos a inserção de vozes alheias que se encontram com a voz do sujeito narrador da história. Tal sujeito, ao falar desse episódio, parece convocar para ele as vozes de outros, ou seja, as das “crianças necessitadas”, que poderiam ser seus filhos.

Nessa passagem da narrativa, podemos perceber múltiplas memórias. Essa variedade ocorreria porque inferimos, no mínimo, três lembranças:

1. Memórias das especulações sobre as consequências da prisão;
2. Memórias sobre os encontros indesejáveis com deputados e senadores;
3. Memórias sobre as desigualdades sociais que acometeriam seus filhos.

Diante dessa hipótese, compreendemos como pode ser complexo o processo de escritura de uma narrativa de vida. Afinal quando o sujeito narrador passa a colocar no papel as suas memórias, não podemos nos esquecer de que ele já carrega em si diversas outras experiências de vida. Dessa maneira, por mais que consideremos o contar sobre sua vida no cárcere como a intencionalidade maior do autor, não seria possível que Graciliano Ramos se esquecesse de tantas outras vivências.

Observamos que nosso *corpus* possui narrativas de vida construídas pelo minucioso recurso das memórias, que se farão acompanhar por emoções sentidas/vividas, vozes alheias, imaginários sociodiscursivos, crenças e, conforme Charaudeau (2014) e Machado (2016), por efeitos de realidade e de ficção no campo narrativo propriamente dito.

2.5.2. Algumas sutilezas da memória...

Assim como Charaudeau (2014, p. 154), percebemos que a atividade de contar algo é posterior à existência de uma realidade passada (mesmo quando se trata de ficção). Paralelamente, essa atividade pode fazer surgir um *universo contado*, que adquire predominância sobre a outra realidade, visto que, nesse universo, os fatos narrados passam a existir somente por meio dele. Em outras palavras, isso significa compreender que, no universo discursivo da narrativa, a realidade é transmutada para o seu mundo.

Por vezes, haverá uma tensão no processo enunciativo entre realidade e ficção, o que, por conseguinte, resulta em efeitos discursivos de realidade e de ficção. Enunciados narrativos, sobre as lembranças do sujeito, são passíveis de serem organizados, a partir da imaginação e da ficção, por que

[...] é uma tarefa quase impossível a de reconstituir fatos já vividos mantendo a mesma nitidez e precisão do momento em que eles ocorreram, quando se faz apelo somente à memória: os fatos vividos se embaralham a outros, surgem ecos de vozes que ficam na memória de quem reflete sobre sua vida passada. (MACHADO, 2016b, p. 125)

Entendemos que nosso *corpus* é perpassado pelas memórias que contêm a narrativa de vida do *sujeito-comunicante* (autor/escritor) G. Ramos. Logo, ao narrar-se, paralelamente em suas lembranças estarão diversos indivíduos com suas múltiplas vozes. Imbricados a essas vozes, estarão também os efeitos de ficção, conforme postula Machado (2016b, p. 80). Para essa pesquisadora, a memória é uma dimensão amalgamada à imaginação, e é muito difícil realizar um relato em que se consiga elaborar o passado, temporalmente e espacialmente, corretamente. Por conseguinte, o passado é fruto de uma “reconstrução” que podemos fazer, de acordo com a maneira pela qual encaramos os acontecimentos: pode ser de forma romanceada, dramática, amedrontada e assim por diante.

A narrativa de vida do sujeito surge de um “equilíbrio” realizado pelo *eu que se conta* entre o seu testemunho do factual e do ficcional, sendo que este complementa aquele, conforme aponta Machado (*Ibid.*). Dessa maneira, o imaginário pode ser apreendido como uma forma de preencher as lacunas da memória.

Em *Memórias do Cárcere*, encontramos reflexões do sujeito narrador de Ramos sobre a ficcionalidade das lembranças relatadas em sua obra. Vejamos os excertos a seguir:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade.

[...]

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; [...] (RAMOS, 1994, p. 36-37)

O relato do sujeito enunciativo permite-nos inferir sobre a consciência que Ramos revela ter sobre o fazer narrativo da construção discursiva de uma história de si. Na reconstituição do passado, será de acordo com a subjetividade do sujeito narrador que as lembranças ganharão significado. Tal olhar de subjetividade sobre os fatos vividos é que irá proporcionar a “impressão de realidade” para o sujeito narrador. Dessa maneira, por mais que consideremos a

existência de múltiplas formas de relatos sobre o mesmo evento que vivenciamos, a versão narrativa mais convincente será a que dialoga com as nossas impressões de realidade.

Consideramos, portanto, a subjetividade do sujeito como determinante para a construção do efeito de realidade que a narrativa de vida pode lhe proporcionar. Pode ser o caso, por exemplo, de quando alguém faz um relato sobre alguma situação em que estávamos presentes e a narrativa do outro não se encaixa em nosso olhar subjetivo sobre tais lembranças. Então somos levados a interromper o relato e a tentar corrigi-lo com expressões do tipo: “não, não foi assim que aconteceu; foi assim...”. A tentativa de correção da história está relacionada com as impressões de realidade que cada sujeito adquire sobre determinado evento do passado. Ou seja: com as sutilezas de cada memória.

A memória que levará a uma narrativa de vida pode ser observada na expressão “sujeito mais ou menos imaginário”, utilizada por Ramos. O narrador sabe que sua obra não é uma ficção, mas é fruto de sua visão do mundo e da maneira como sua memória registrou tais fatos. A imaginação do *sujeito que se conta* completa os vazios da memória e permite que o enunciador conduza a sua narrativa de forma temporal e espacial, e que ela esteja de acordo com as suas impressões de realidade e de verossimilhança.

Entretanto, em alguns relatos, o sujeito narrador pode simplesmente abdicar de usar a imaginação para preencher os esquecimentos e apenas narrar que não se lembra do acontecido. Tal recurso narrativo pode ser encontrado em nosso *corpus*, como na sequência a seguir:

O homem louro, tranqüilo, gordinho, se levantou da rede, acolhedor, fumando cachimbo, disse-nos palavras que não entendi. Impossível fixar a atenção em qualquer ponto, a memória se embotava, observações imperfeitas se atabalhoavam desconexas, deixando largos espaços obscuros. (RAMOS, 1994, p. 125)

No relato de G. Ramos, observamos as reflexões do sujeito narrador face às lacunas da memória. Ele revela não se lembrar perfeitamente do acontecido e não recorre à imaginação para completar as lembranças.

O neurologista Damásio (2000, p. 289) considera que há uma escuridão nas profundezas da memória, pois não temos como saber quais memórias armazenamos e quais não armazenamos. Logo, quando o sujeito elabora uma narrativa de si, as lacunas da memória podem ceder espaços às imaginações que, para o sujeito, podem ser realidades. Ou como no caso do excerto acima, a “*escuridão*” da memória ganha ênfase e não é reconstituída.

De acordo com o neurologista (2000, p. 291), alguns conteúdos de nossa memória ficam submersos no inconsciente por longos períodos, senão para sempre. As memórias precisam passar por um complexo processo de reconstrução durante sua recuperação. Nesse processo, alguns eventos vividos podem não ser reconstruídos integralmente, ou serem reconstruídos de maneira diferente do original, ou, ainda, nunca se tornar conscientes. Ainda temos outra possibilidade de reconstituição do passado: o evento pode promover a recuperação de outras memórias que, efetivamente, tornam-se conscientes na forma de outros fatos ou estados emocionais concretos. Nesse caso, pode ocorrer uma remodelação do evento que atravessa outros eventos.

Dito isso, consideramos que a memória não é homogênea, ela é essencialmente heterogênea. Por conseguinte, em uma narrativa de si o evento a ser reconstituído pelo sujeito pode sofrer influências de outros acontecimentos da vida desse indivíduo. A memória, então, é atravessada por inúmeras outras lembranças. Ademais, pensando junto a Damásio (2000, p. 280), vemos que a reconstituição dos fatos a partir do exercício da memória permite a construção da consciência de si. Destarte a narrativa de si concede ao sujeito uma elaboração consciente de sua identidade e de suas emoções.

2.5.3 Efeitos de sujeitos na narrativa de vida

O sujeito narrativo em um relato de vida busca contar ou recontar as experiências pelas quais passou. Como vimos linhas atrás, algumas histórias podem ser de um período específico ou de toda a trajetória do indivíduo. Seja como for, alguns acontecimentos do passado marcam a memória desse sujeito, positiva ou negativamente, porque todo ser nesse mundo atravessa por momentos agradáveis e desagradáveis.

Ao passo que o sujeito executa a atividade da memória, surgem também efeitos de si que são moldados pelo e no discurso. Desse modo, a interação do *eu passado* com o *eu presente* resulta em diversas nuances identitárias que são observadas nas entrelinhas dos enunciados e do contexto narrado.

Tais nuances identitárias podem ser denominadas como *efeitos de sujeitos narrativos*. Com apoio em Machado (2016b, p. 89), que examinou quatro casos de narradores, podemos, então, compreender na narrativa de vida o delineamento de efeitos de sujeitos narrativos conforme o discurso.

Machado (*Op. cit.*) analisou discursos nos quais os sujeitos narradores são classificados em:

1. *Sujeito narrador testemunha* de uma fatalidade: o indivíduo vive ou testemunha um momento de desastre, de massacre, de guerra, de mortes e, por fim, resolve contá-lo para outrem.

No início da narrativa de G. Ramos, em *Memórias do Cárcere*, é exposto ao leitor a intenção discursiva do autor no que se tange ao processo de escritura de um testemunho. Ou seja, o sujeito enunciator expressa claramente que o conteúdo da obra se refere à acontecimentos que ele presenciou no passado. Nisso podemos identificar o sujeito narrador testemunha de uma fatalidade nos seguintes trechos:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos — e, antes de começar, digo os motivos porque silencie e porque me decido. (RAMOS, 1994, p. 33)

Por volta de meio-dia trouxeram-nos caixões com marmitas e o almoço foi distribuído. Olhei de longe a comida feia, mas não foi o aspecto desagradável que me fez evitá-la. Reapareceram-se a inapetência, e só a vista do alimento me provocava náuseas. Voltei-me para o exterior, fui embeber-me na monotonia das ondas, até que a refeição terminasse. Espantava-me conseguir uma pessoa mastigar qualquer coisa diante das imundícies que se agitavam e decompunham na vaga de mijo. O fedor horrível, confusão de cheiros com predominância de amoníaco[...] (RAMOS, 1994, p. 150)

O *sujeito narrador testemunha* nos relatos de vida visa expor um acontecimento traumático para ele e para outros, referente a uma tragédia. No primeiro excerto, esse efeito é proporcionado tendo em vista que o enunciator relata explicitamente que irá contar casos passados. Tais casos dizem respeito à época em que G. Ramos e outros indivíduos foram presos políticos.

No segundo relato, o efeito de testemunha é observado nas descrições desumanas que o narrador faz sobre o local onde ele e os demais tinham que se alimentar. As refeições eram feitas nos mesmos locais em que havia excrementos humanos. A denúncia da narrativa surge por meio do *sujeito narrador testemunha* que deseja compartilhar os acontecimentos com os leitores. As acusações têm intuito de revelar aos destinatários os detalhes horrendos, que possivelmente eram escondidos pelos responsáveis pela prisão. Em algumas vezes, só teremos

acesso a tais detalhes por meio de narrativas de vida de testemunho do sujeito narrador, haja vista que muitas informações são mantidas em segredo com o público.

Como Machado (2016b) bem aponta, para que haja efeito de veracidade nas denúncias é necessário que o sujeito enunciator busque uma objetividade histórica e contextual nos seus relatos. A objetividade, nesse caso, é garantida com descrições de horários, do local, das imundices, dos odores. Assim, na subjetividade inerente à narrativa de vida, o sujeito enunciator busca relatar as atrocidades com um certo grau de objetividade, para imprimir efeito de legitimidade em suas acusações e não correr o risco de ser tachado como exagerado.

2. *Sujeito narrador intelectual e criador de ideias*: parte do princípio de que o enunciator visa relatar seu trabalho e teorias vinculadas à sua história.

Quando o enunciator tem intuito de narrar ideias ou teorias, podemos observar o efeito do narrador intelectual, uma vez que ele busca inserir em seu relato de vida ideias que são geralmente relacionadas ao trabalho. No caso de *Memórias de Cárcere*, a nuance do narrador erudito é percebida porque G. Ramos lança mão de enunciados referentes ao seu trabalho de romancista e de crítico literário:

Descobri alguns romances de José Lins, de Jorge Amado, meus. [...] Lins é memorialista, o grande mérito dele é haver exposto, nua e bárbara, a vida nos engenhos de açúcar; é uma enorme força que se esvai fora do seu ambiente. Dá-nos a impressão de ouvir o rumor do vento nos canaviais, sentir o cheiro do mel nas tachas; percebemos até, nos seus diálogos, o timbre da voz das personagens. Uma realidade flagrante. (RAMOS, 1994, p. 110)

As observações e as críticas literárias que fazem parte da vida profissional e pessoal de Graciliano Ramos atravessam os discursos da narrativa de vida. Por mais que a intenção primeira de escrita fosse o relato do cárcere, enunciados que fazem parte da carreira do sujeito estão presentes nas linhas da história de si.

G. Ramos, romancista engajado e com a gênese crítica, deixa-se revelar no discurso por meio de enunciados relacionados a teorias literárias. Como vimos no trecho supracitado, o *sujeito narrador intelectual* é delineado quando disserta suas opiniões sobre os romances de José Lins.

Diante disso, o efeito de saber se faz presente para a constituição do sujeito erudito. A demonstração do conhecimento sobre a literatura, sobre a sociedade e a estética garantem e sustentam esse discurso. Assim, o *sujeito narrador intelectual* precisa comprovar seu ponto de

vista para o leitor e para isso se vale do efeito discursivo do saber, o qual se constrói por meio de enunciados que certificam o conhecimento.

3. *Sujeito narrador político*: típico aspecto do sujeito que busca em suas lembranças aspectos sobre a política.

Em algumas passagens da obra de G. Ramos, é possível identificar enunciados que fazem referência à política. Na verdade, em toda a obra do autor sempre iremos encontrar relatos ligados a esse tema. Isso porque, como vimos no Capítulo I, o romancista possui eminente crítica política, social e econômica em seus discursos. Em *Memórias do Cárcere*, podemos nos ater ao seguinte: “Escrevi a lápis uma carta a minha mulher, renovando o pedido que lhe havia feito de enviar um conto a Buenos Aires. Permitiria o correio, obediente à censura, a exportação dessas letras?” (RAMOS, 1994, p. 97)

No questionamento realizado pelo sujeito narrador de G. Ramos, podemos observar um aspecto político no que se refere à censura dos correios. Essa observação política pode ser pensada em efeito velado do *sujeito narrador político*, pois ele não se faz de modo explícito. A sutileza que envolve a crítica política nesse trecho se dá pela pergunta que o enunciador realiza. Nem antes, nem depois desse trecho o narrador fala sobre a censura. Se o leitor não observar e se atentar a pequenos enunciados no romance, corre o risco de não perceber as sutilezas críticas que enriquecem as obras de G. Ramos.

A presença do sujeito político na narrativa do autor se dá pelas críticas sociais e pela ironia no discurso engajado que atravessa a obra do escritor canônico. Em toda obra publicada de G. Ramos podemos inferir a presença do sujeito político, que se arquiteta por diversos fatores ligados ao contexto dos personagens. Em *Vidas Secas e São Bernardo*, por exemplo, nas entrelinhas do romance está a crítica ao governo, à economia, ao capitalismo, ao coronelismo.

4. *Sujeito narrador irônico*: tido como o enunciador que critica e utiliza-se da ironia para zombar de si, do outro ou do mundo.

O efeito do *sujeito narrador irônico* em Graciliano Ramos forja-se, primordialmente, pelas críticas sociais que ornamentam a gênese literária do autor. Em *Memórias do Cárcere* podemos exemplificar com o trecho em que o sujeito narrador relata a visita à escola de D. Irene, professora negra de escola rural em Alagoas, que busca amenizar a desigualdade escolar. Nesse intuito ela realiza campanhas na sociedade para conseguir materiais escolares, roupas e sapatos para os alunos necessitados, que ocupam 80% da escola. Todavia as ações afirmativas realizadas por ela não são bem-vistas por algumas pessoas, o que a torna alvo de perseguições políticas.

Uma das ações de D. Irene foi a de frequentar lugares distantes para buscar e trazer para escolas alunos negros e pobres, o que desagradou o inspetor escolar. Nessa parte do relato, G. Ramos conta que quatro dessas crianças tinham as melhores notas nos exames acadêmicos:

Quatro dessas criaturinhas arrebanhadas nesse tempo, beíquidas e retintas, haviam obtido as melhores notas nos últimos exames.

— Que nos dirão os racistas, d. Irene? (RAMOS, 1994, p. 47)

A ironia no discurso do sujeito narrador pode ser observada no enunciado “— Que nos dirão os racistas, d. Irene?”. Para compreendê-la é fundamental que o sujeito leitor tenha conhecimentos de saberes de crenças do universo do racismo. Ou seja, os imaginários sociodiscursivos racistas são construídos pela perspectiva de que os negros são pessoas menos capazes que outros. Será justamente diante desse preconceito ridículo que se orquestrará a ironia de G. Ramos. Afinal, o que diriam os racistas quando souberem que quatro crianças negras e pobres têm as melhores notas? No intuito de compreender a organização discursiva da ironia, baseamo-nos na percepção de Machado (2018) de que a polifonia é um recurso na produção dessa figura de linguagem.¹⁵

Na visão da polifonia de Bakhtin, a polifonia está na presença de vozes que compõem a enunciação. Na semiolinguística, locutor é o ser empírico que emite o enunciado, como o seria o indivíduo de Graciliano Ramos. O enunciador é o ser que surge no enunciado, como o narrador de *Memórias do Cárcere*. Vale ressaltar, nesse aspecto, que podem existir múltiplos enunciadores no discurso. Um exemplo da polifonia de enunciadores está na negação, pois há — no mínimo — duas vozes, a que nega e a que afirma.

A noção de vozes de Bakhtin auxiliou Machado (2018) a compreender a arquitetura da ironia nos enunciados. Valendo-nos ainda do supracitado excerto de *Memórias do Cárcere*, consoante a Machado (2018, p. 90), identificamos que uma das aparições da ironia se constrói pela junção de dois conjuntos diferentes. Ou seja, pela “mistura antagônica tanto no nível da linguagem empregada pelos participantes dessa cena, como também pela mistura de dados culturais” (MACHADO, 2018, p. 90).

A mistura, ou melhor: a polifonia, está na presença de vozes enunciativas antagônicas que são perpassadas no contexto da cena e na enunciação. De um lado, há a presença do discurso

¹⁵ Outros autores também defendem tal pressuposto, como Beth Brait (1997).

que aponta que os meninos negros foram melhores nas notas. Por outro lado, há a inserção do discurso estereotipado dos racistas, que por sua vez, para ser interpretado, necessita do conhecimento do leitor.

Como bem afirma Machado (2018, p. 144) “quem ironiza não diz ‘sim’ nem ‘não’: diz ‘talvez’”. Dito isso, o olhar sobre a ironia depende muito da compreensão e da experiência de vida do leitor. Em outras palavras, o locutor, por meio dos enunciadores, expõe pontos de vistas divergentes. Cabe ao sujeito interpretante promover a reflexão e a significação dessa organização.

Para encerrar o capítulo, as narrativas de vida são materialidades discursivas nas quais o sujeito narrador expõe a experiência para os outros, em dimensões psicológicas, interpessoais e coletivas. O relato de si é uma experiência discursiva e memorialista sobre como o *eu* do passado tornou-se o *eu* de agora. Portanto ninguém mais apto do que o próprio *eu que se narra* para construir e transformar sua vida em uma polifonia de *eus* discursivos. Nessa construção enunciativa, surgem diversos efeitos patêmicos e identitários. Adiante dissertaremos sobre tais noções, com o intuito de melhor compreender o *sujeito que se narra*.

CAPÍTULO III
EMOÇÕES E POLIFONIA DO *EU*
NARRADOR

3.1 O lugar da emoção nos estudos linguageiros

De acordo com Bakhtin (2002, p. 98), em cada contexto social e ideológico coexistem dizeres que são específicos à sua época. Cada momento tem a sua conjuntura social e ideológica. Em consonância com o Mestre russo, para Fiorin (2006, p. 22-23) o discurso que se enuncia é carregado de emoções e juízos de valor. Portanto ele é dotado de crenças, opiniões e ideologias. Sem um autor e um contexto para a produção do enunciado, as palavras são vagas, mas quando inseridas em uma conjuntura social, elas adquirem sentidos e valores.

Com base nisso, as emoções estão interligadas ao discurso, tanto no nível do enunciador, quanto no da enunciação e do destinatário. As palavras não são neutras e uma das características que permitem essa ausência de neutralidade é a emoção. Os enunciados têm o poder de expressar sentimentos e julgamentos que moldam a subjetividade da linguagem.

Decerto alguma vez na vida nós já estivemos diante da *vox populi* afirmando que devemos agir pela razão e não pela emoção. Tal imaginário sociodiscursivo circula na sociedade com a intencionalidade de ressaltar a supremacia da razão em face da emoção. Dito isso, as ações originadas pelas paixões são tidas como erros, precipitações, imperfeições. Os sentimentos seriam uma espécie de véu para atrapalhar o indivíduo a ver e agir com clareza. Felizmente muita coisa mudou no que tange às considerações das emoções no cotidiano e no discurso.

Como já abordado em recentes estudos (AMARAL, 2017), esse imaginário presente na *vox populi* não surgiu sem precedentes ideológicos e/ou históricos. Desde os estudos na retórica latina, sob a ótica de Cícero, a razão se distinguia da emoção. Portanto, os discursos racionais seriam aqueles isentos de qualquer traço de paixão. Aliás, para ele, citado por Mauthieu-Castellani (2000, p. 70), “[...] l’ erreur est la conséquence d’un jugement dicté par l’émotion [...]”. Outros autores como Platão, Descartes, Spinoza e Kant partilham dessa perspectiva e consideram que as emoções são da ordem do irracional, logo, elas perturbam as decisões, ações ou julgamentos corretos.

Em contraste com esses pensamentos, Aristóteles trabalha com as emoções no âmbito persuasivo no discurso. Mais especificamente, as emoções compõem uma das três provas persuasivas: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O *ethos* é a imagem de si, construída pelo locutor perante os interlocutores. O *pathos* resulta das emoções suscitadas nos ouvintes em decorrência do discurso, assim o orador se utiliza de certas estratégias discursivas que poderiam fazer com que os ouvintes partilhassem do mesmo ponto de vista que ele. Aristóteles ainda define o *pathos* como o que move e impulsiona o homem para a práxis. O *logos* se refere à própria organização

interna do discurso, devido à forma por meio da qual os argumentos são moldados na construção do texto.

No livro II da *Retórica*, conforme Menezes e Silva (2010, p. 106), o papel das emoções suscitadas na plateia, ou seja, a aplicação do *pathos*, origina enunciados da argumentação retórica no mesmo patamar que o *logos* e o *ethos*. Dessa forma a emotividade não é tratada como nas tradições anteriores, nas quais era considerada como um elemento auxiliar e secundário da persuasão. Pelo contrário, em Aristóteles, as emoções são elementos que podem alterar e afetar o julgamento dos ouvintes e, por conseguinte, estão envolvidas na oratória. Tal compreensão da emotividade já fora antecipada no embate platônico com os sofistas. A retórica sofística, que apelava para as emoções dos indivíduos, foi duramente criticada por Platão.

Todavia os estudos persuasivos de Aristóteles avançam um pouco mais do que a visão de Platão referente à oratória. Isso porque, conforme Menezes e Silva (2010, p. 108), o objetivo do orador é persuadir o auditório quanto ao ponto de vista defendido. Contudo, somente o domínio do assunto não é suficiente para a credibilidade do orador. Para tanto, segundo os pressupostos de Aristóteles, o locutor deve convencer pela sua postura, inspirando confiança nos ouvintes, e pela capacidade de suscitar estados emocionais na plateia que favoreçam o ponto de vista defendido.

Vale ressaltar que, por mais que o filósofo grego tenha colocado as emoções no mesmo patamar que outras provas argumentativas, elas ainda possuíam valor negativo. De acordo com Aristóteles, as emoções deveriam ser estudadas para serem controladas. A Retórica estuda as emoções que impactam na oratória e as analisa a partir de situações que podem provocá-las. Para isso são mencionadas emoções básicas, apresentadas em pares de oposição, como ira/calma, medo/confiança, compaixão/indignação.

No que se refere aos estudos linguísticos mais modernos, Kerbrat-Orecchioni (2000) argumenta que as emoções ocupam lugar relativamente mínimo; mínimo porque elas não são consideradas como questões centrais na maioria das pesquisas linguísticas. Relativamente porque, na literatura, encontramos diversos estudos que estão associados às emoções. Diante disso, a linguista prefere trabalhar com os três grandes períodos:

1º Período: As fundações de uma linguística moderna

De acordo com a autora supracitada (2000, p. 34), nesse período há duas correntes de pensamentos: *o funcionalismo de Praga* e *o estruturalismo saussuriano de Charles Bally*.

O funcionalismo de Praga tem os pressupostos teóricos oriundos das teorias de Roman Jakobson. Especificamente, interessam-nos as perspectivas das funções da linguagem, já que para Jakobson há a função expressiva ou emotiva. De acordo com o autor russo, tal função é centrada no emissor e visa a expressão direta de uma atitude do sujeito em relação ao objeto do qual ele fala. Essa atitude procura expressar uma emoção, verdadeira ou dissimulada. Ainda para o escritor, a função emotiva serve aos propósitos comunicativos no nível fônico, gramatical e lexical.

Todavia, para o russo, há uma supremacia da função ideacional, ou representacional, na linguagem. Nisso ele concorda parcialmente com Sapir, já que para Jakobson os linguistas não podem negligenciar os fatores secundários da linguagem.

Para Sapir, conforme Kerbrat-Orecchioni (2000, p. 34), as emoções são de origem instintiva, natural e são motivadas, além de possuírem natureza individual e incomunicável. Por consequência, Sapir afirma que as manifestações emocionais não são de interesse ao ponto de vista da ciência linguística. A postura radical é argumentada diante do pressuposto de que os sentimentos bloqueiam e impedem a clareza da comunicação.

O estruturalismo saussuriano de Charles Bally (*apud* KERBRAT-ORRECHIONI, 2010, p. 35) diverge, em alguns pontos, dos pensamentos saussurianos no que tange ao papel das emoções na linguagem. Em *Langage et la vie* (1913), Bally argumenta que a linguagem natural é expressão de uma vida individual e social; ademais a vida se caracteriza pela importância dos elementos afetivos. Desse modo, os valores emocionais marcam efetivamente a língua e podem ser estudados, por essa ótica, na estilística.

Na estilística de Bally prevalece o reconhecimento da arbitrariedade e da linearidade do signo linguístico. Isto é, a linguagem expressiva tenta forçar, em linguagem metafórica, como uma luta, a busca de se vencer as barreiras da língua, mas, no fim, ela se rende ao signo arbitrário. Findada a batalha, a arbitrariedade reduz a afetividade da língua, conforme aponta Kerbrat-Orrechioni (2010).

2º Período: O período intermediário

A partir dos anos 50, com a evolução da estilística e com estudos sobre a afetividade da língua, surge o conceito de conotação como heterogeneidade de valores afetivos pertencentes aos sujeitos.

Kerbrat-Orrechioni (2010, p. 41) aponta dois tipos de categorias semânticas que pertencem à dimensão afetiva: a categoria afetiva e a categoria axiológica. Ambas expressam atitudes emocionais, e o que as difere será, então, o fato de que a primeira não é constituída de julgamento de valor; enquanto a segunda, sim. O julgamento de valor forma-se por um posicionamento de apreciação positiva ou negativa e origina-se de um sentimento de prazer ou de desprazer.

Dito isso, os adjetivos afetivos ou não axiológicos podem ser exemplificados com termos que não carreguem julgamentos de valor, como caro, barato, pequeno, espaçoso. Já os axiológicos são termos que demonstram apreciações do locutor, como bom, agradável, injusto, justo.

Na tentativa de exemplificar os axiológicos, observemos o seguinte excerto:

Os homens do primado espiritual viviam bem, tratavam do corpo, mas nós, desgraçados materialistas, alojados em quarto de pensão, como ratos em tocas, a pão e laranja, como se diz na minha terra, quase nos reduzimos a simples espíritos. E como outros espíritos miúdos dependiam de nós, e era preciso calçá-los, vesti-los, alimentá-los [...] (RAMOS, 1994, p. 34)

No discurso de Ramos, o enunciador afirma a preocupação em cuidar dos filhos, com alimentação e vestimenta. Ao se referir às crianças, ele utiliza o termo “miúdos”, tal sintagma pode ser interpretado como um adjetivo afetivo, pois não apresenta um julgamento moral. Todavia, quando o narrador se auto atribui a qualidade de “desgraçados materialistas”, percebemos a avaliação e o julgamento do enunciador. Nesse sentido, se torna um axiológico visto que perpassa às crenças do sujeito e adquire uma carga negativa.

3º Período: O período contemporâneo

A abordagem atual em face da afetividade linguageira se caracteriza, essencialmente, pelo fato de se situar em uma perspectiva interacionista. Diversas teorias contemporâneas se destacam no tratamento das emoções. Por tratar-se de um número considerável de estudos e conceitos, não iremos nos aprofundar nessas ideias e pressupostos. Nesse momento, buscaremos realizar um resumo, simples e sucinto, de algumas teorias, com o intuito de dissertar sobre o lugar que as paixões nelas ocupam e a evolução pela qual foram passando.

A semiótica das paixões (GREIMAS; FONTANILLE, 1991) fundamenta-se, majoritariamente, nas modalidades que são responsáveis por instituir o estado de alma do sujeito em relação ao objeto. No entanto as emoções não se reduzem somente à sintaxe modal, pois, como apontam os autores, devem ser levadas em consideração as problemáticas tensivas e sensíveis.

Com Lima (2017, p. 830), nota-se que a combinação modal ocupa papel fundamental no estudo das paixões. Ela define a identidade, o ser do sujeito narrativo e o conflito que caracteriza seus “estados de alma”. As modalidades estão no centro da estrutura de configuração dos afetos, “traduzindo” a interação estabelecida entre sujeito apaixonado e objeto da paixão. A emoção é tida como a manifestação das tensões entre o enunciatário e os atores do enunciado.

Em *Abordagem Pragmática das Emoções*, Kerbrat-Orrechioni (2010, p. 48) considera que a teoria dos atos de fala trata as emoções de forma interacional. Os atos expressivos da fala consistem em estados psicológicos que exprimem certos rituais de arrependimentos, de admirações. Enunciados como “desculpe-me” não exercem a função primeira de emotividade, mas, sim, de um ritual de comportamento social da emotividade.

Outras abordagens também trabalham com os sentimentos, como a lexical, que visa realizar uma descrição do léxico das paixões. Além disso a abordagem morfossintática busca estabelecer os valores afetivos em estruturas da língua, como sufixos diminutivos, anteposição do adjetivo, ênfase, repetição, exclamação. Os enunciados exclamativos, por exemplo, são assuntos de interesse em teorias de crenças (MARTIN, 1987) e da polifonia segundo Ducrot (1984).

Nesta seção, o destaque será dado à forma interacional com que a emoção é trabalhada na linguística. Se antes, com Bally, havia uma dicotomia entre expressão e comunicação, atualmente há uma perspectiva nova de que as emoções compõem a dimensão comunicativa. Portanto não se considera mais que a emotividade seja vista como um fator secundário da língua.

Diversas outras teorias se ocupam com o papel das emoções na língua e no discurso, todavia, por questões de logística acadêmica, não poderemos citar todas, ou a maioria delas, nesta tese. Tentamos neste início de capítulo observar como se dá o trajeto da abordagem das emoções no campo linguístico com os passar dos tempos e com a evolução das teorias. Doravante iremos dissertar mais sobre as teorias de sentimentos que nos interessam, em particular, neste trabalho. Assim sendo, iniciaremos com pressupostos das emoções na Análise do Discurso nas quais encontraremos respaldo para nossas análises.

3. 2. Emoção e Análise do Discurso

Na Análise do Discurso, os sentimentos devem ser trabalhados por meio da noção fundamental das paixões anunciadas. Em nossa pesquisa, adotamos a perspectiva de que a paixão é, pois, um produto do discurso.

Para Plantin (2014, p. 58), “a emoção no discurso é constituída de argumentação e de intenção”. Dessa maneira, conforme seja a intencionalidade do sujeito falante, virá o discurso que argumentará tal emoção. O ato de argumentar uma emoção pode ocorrer pela justificação, explicação e/ou por uma atribuição de experiência vivida pelo sujeito comunicante. Dessa forma a capacidade de expressar emoções é uma condição de exercício de uma argumentação.

Enunciados como “Surpreendia-me: imaginara que me trancassem a chave numa sala, me deixassem só” (RAMOS, 1994, p. 62) são expressões que argumentam emoções, uma vez que o narrador enuncia o motivo e explicação para ela. A surpresa do narrador é justificada pelo fato de ele achar que ficaria isolado na prisão, sem contato alheio.

Em alguns enunciados a emoção pode ter uma designação direta e explícita, como no exemplo acima, com o enunciado: “surpreendia-me”. Porém, conforme Plantin (2010), quando não for possível identificá-la pontualmente, é possível realizar possíveis interpretativos. A observação da emoção no nível do discurso pode ser solucionada pelo contexto.

No quesito de contextualização de um evento ou de uma situação, que oriente aos sentimentos, Plantin (2010) compreende as tópicas como regras de estrutura do componente situacional das emoções. O linguista francês propõe um quadro de tópicas que foi aperfeiçoado a partir de estudos retóricos clássicos, focados nos princípios de inferência emocional elaborados por Ungerer, nas categorias linguísticas de construção da emoção de Caffi e Janney e no sistema de facetas teorizado por Scherer.

Ao adaptarmos o quadro para nosso corpus, observamos a construção contextual¹⁶:

¹⁶ O quadro original está disponível em anexos.

QUADRO 3 – Tópica das Emoções em Memórias do Cárcere

Tópica das Emoções em <i>Memórias do Cárcere</i>	
<i>Topos</i>	<i>Memórias do Cárcere</i>
O quê?	Prisão política de brasileiros e estrangeiros na era Vargas
Quem?	G. Ramos e outros indivíduos
Como?	Horrores e ataque à dignidade humana, pois muitos eram presos sem inquérito.
Quando?	Em 1936 Em um período político brasileiro
Onde?	O presídio é no Rio de Janeiro, mas com prisões efetuadas no Brasil inteiro.
Quanto?	Um dos períodos mais sombrios
Por quê?	As prisões foram realizadas com a justificativa de conter os ideais comunistas
Consequências?	Torturas e mortes para os detentos.
Normas/ Crenças?	A justificativa para as prisões era a crença de que a pátria estava em perigo.
Controle?	Fora de controle dos personagens. Eles não têm poder de decisão do evento.
Distância?	Proximidade, pois aconteceram com nossos conterrâneos
Aprovação?	Desfavorável no ponto de vista do narrador e de muitos brasileiros. Porém, essa aprovação pode mudar a partir do ponto de vista dos indivíduos que compactuavam com as crenças do governo.

Quadro 3 – Tópica das Emoções (adaptado ao *corpus*) - Fonte: PLANTIN, 2010, p. 73.

Em resumo, as tópicas das emoções podem servir para realizar uma contextualização de situação propícia a expressar sentimentos. O quadro contém ao todo doze *topos*, e cada um serve para observar os elementos da situação comunicativa. Por exemplo, no *topos* “o quê” o analista do discurso irá identificar o evento da situação. Em nosso caso, ao pensarmos em *Memórias do Cárcere* como um todo, podemos entender que o evento geral a ser narrado na obra trata-se da prisão política de G. Ramos e de outros indivíduos. Assim, nos *topos* seguintes, fazemos uma síntese dos acontecimentos, como o *topos* “quem?” que se refere às pessoas que foram afetadas pelo evento. Por ser bem instrutivo e intuitivo o quadro de tópicas de Plantin

(2010), não achamos necessário explicar do que se trata um por um, visto que os exemplos acima já exemplificam do que eles se referem.¹⁷

3.2.1 Construção dos efeitos das emoções na narrativa de vida

O narrador de um relato de vida, mostra sua paixão, em determinados momentos. Neles o sujeito comunicante encontra-se com o sujeito-enunciador e a narração tem duas vozes a conduzi-la, para melhor expressar as paixões: a do sujeito-narrador, ser de papel e a do sujeito-comunicante, o indivíduo com seus valores e crenças.

Em narrativas de vida as atribuições de emoções para si e para o outro desempenham importante papel na construção da identidade narrativa. Como vimos no capítulo anterior, percebemos que os sujeitos que narram, se emparam, estrategicamente, em narrativas de vida, de vários efeitos (por nós já citados no item 2.5.3 efeitos de sujeito na narrativa de vida). Não se trata apenas de uma estratégia, mas ao introduzirem tais efeitos em seus enunciados ou atos de linguagem, os narradores poderão, com maior facilidade, exprimir suas emoções. Isso irá, na certa, contribuir para o delineamento das nuances identitárias que moldam as personalidades dos sujeitos objetos da análise.

Para exemplificar o efeito do *sujeito narrador testemunha*¹⁸, voltamos a um fragmento já antes citado:

Por volta de meio-dia trouxeram-nos caixões com marmitas e o almoço foi distribuído. Olhei de longe a comida feia, mas não foi o aspecto desagradável que me fez evitá-la. Repararam-se a inapetência, e só a vista do alimento me provocava náuseas. Voltei-me para o exterior, fui embeber-me na monotonia das ondas, até que a refeição terminasse. Espantava-me conseguir uma pessoa mastigar qualquer coisa diante das imundícies que se agitavam e decompunham na vaga de mijo. O fedor horrível, confusão de cheiros com predominância de amoníaco [...] (RAMOS, 1994, p. 150)

¹⁷ Para mais detalhes do significado de cada *topos*, recomendamos a leitura do livro “*As emoções no discurso*”, volume II, organizado por Mendes e Machado (2010).

¹⁸ Abrimos aqui um parêntese para justificar que a repetição de trechos está no entendimento de que os conceitos trabalhados nessa tese não são conceitos separados. Trata-se de perspectivas que servem umas às outras para o melhor trato de nosso *corpus*. Fechamos o parêntese.

O narrador converte-se aqui em um *sujeito narrador testemunha*: Ramos, quer descrever bem a cena, pois, assim agindo, de forma consciente ou por simples intuição ele está contribuindo para a História do país. Ele faz, sem dúvida alguma, uma denúncia das atrocidades as quais ele e outros foram obrigados a vivenciar. O enunciado de acusação traz à tona o lugar do *eu* que escreve/enuncia na expressão de suas emoções. A expressão da emoção concentra-se no enunciado: “espantava-me conseguir uma pessoa mastigar coisa diante de imundícies” (RAMOS, 1994, p. 150), sobretudo, em “espantava-me”.

Falamos há pouco em um narrador “duplo”. Há outra explicação possível para os escritos de G. Ramos. A de “*eu*” que se desdobra. Vejamos:

O termo “espantava-me” é produzido de forma que a emoção é autoatribuída, ou seja, o lugar do *eu* do *sujeito narrador testemunha* molda e decide o sentimento que vai ser imputado a sua imagem. As nuances identitárias de *eu testemunha* vão sendo articuladas e fragmentadas, de modo que temos acesso aos dois *eus discursivos*: o *eu profundo* e o *eu externo*. O *eu externo* recusa a alimentação e retira-se do lugar, já o *eu profundo* atribui a si mesmo a emoção de assombro e a justifica pelas descrições e narrações do ambiente.

Ao pensarmos no *topos* de Plantin (2010), o evento da situação do contexto da emoção trata-se da cena descrita pelo narrador. Ou seja, presos políticos, no porão do navio que não têm acesso ao banheiro e são obrigados a se alimentar no mesmo local em que fazem as necessidades físicas. No que se refere ao controle da situação, G. Ramos e os demais companheiros não têm controle da situação, ou seja, eles somente podem aceitar o evento ou o que lhes acontece.

Seguindo a linha de argumentação que adotamos, acreditamos que certos acontecimentos narrados em uma história de vida, são carregados de consequências para os valores sociais. Ou seja: eles provocam emoções que produzem sequelas nos *eus discursivos*.

Valendo-nos ainda do trecho supracitado de nosso *corpus*, compreendemos que nele, existe uma espécie de interrupção que provoca a emoção¹⁹: presos têm que comer em lugares inapropriados. O pico da emoção é a expressão autoatribuída do espanto e a tentativa de controle é a retirada de si do local. A transformação do *eu* do narrador que conta sua história, está na percepção e na construção das imagens não propriamente de si, mas de outros. Isto é, o sentimento de espanto ocorre pela imagem que o sujeito tem destes e, no fim, de si mesmo: seres humanos que se animalizam.

¹⁹ Em uma palestra realizada no Poslin sobre emoções no discurso, Plantin ressaltou que o evento começa com uma atividade principal, daí ocorre uma interrupção nessa atividade que provoca a emoção. Diante desse hiato, há um pico de emoção, juntamente com a tentativa de controle do evento. A partir disso, há uma transformação da atividade principal.

Quando as emoções são atribuídas (pelo narrador) aos outros, em primeiro lugar, podem ser chamadas de (2014) de *heteroatribuídas* (PLANTIN, 2014). Vejamos um exemplo:

Naquela noite, acanhado, olhando pelas janelas os canteiros do jardim, as árvores da Praça dos Martírios, Rubem me explicava que Osman Loureiro, o governador, se achava em dificuldade: não queria demitir-me sem motivo, era necessário o meu afastamento voluntário. [...] Provavelmente se perturbava como eu. Conversei com Rubem, sem melindres, resolvendo as gavetas, procurando papéis meus. Os integralistas serravam de cima, era o diabo. Demissão ninguém me forçaria a pedir. Havia feito isso várias vezes, inutilmente; agora não iria acusar-me. Dessem-na de qualquer jeito, por conveniência de serviço. (RAMOS, 1994, p. 39)

No caso, o acontecimento ou evento provocador da emoção é consequência de uma conversa do chefe de G. Ramos sobre a ordem que este recebera: a de pedir demissão. O sujeito narrador atribui os seguintes sentimentos para Rubem ao lhe transmitir o fato: ele estava “acanhado” e “se perturbava”.

Para o antropólogo Le Breton (2009, p. 37), o outro é a condição de perpetuidade da representação que atravessa o indivíduo e é também uma espécie de símbolo para a comunicação. O outro seria, pois, a estrutura que organiza a ordem de significação do mundo. O desejo de um ser se produz por meio do que é visto, pensado ou possuído pelo outro, e nesse viés será sempre o outro que ponderará o desejo do indivíduo.

Voltando ao nosso trecho do *corpus*, os sentimentos atribuídos a Rubem são, na verdade, uma expectativa de G. Ramos face ao que ele deveria sentir em tal situação comunicativa. Assim, ao imputar o que o outro deveria sentir, temos acesso ao perfil identitário do próprio narrador de G. Ramos e à relação interpessoal entre ambos. As expressões de acanhamento e perturbação, que estão no âmbito da vergonha, são emoções que moldam a maneira como o narrador se vê diante do outro.

Nesse aspecto, a argumentação da emoção de vergonha é explicada pelo contexto. O sujeito enunciador justifica a vergonha, pois se fosse com ele, seria esse o sentimento a ser expresso, ou sentido.

A atividade principal da cenografia discursiva é o diálogo entre Ramos e Rubem. Nessa atividade a interrupção que provoca a emoção é a intencionalidade de fazer com que o romancista se demitisse, gerando, desse modo, a atribuição do sentimento de vergonha ao outro e a si. Percebemos ainda a tentativa de controle da situação que é moldada pela decisão do narrador em não se demitir.

Nesse caso, observa-se harmonia entre o *eu exterior* e o *eu profundo* do narrador, já que ambos, tanto no comportamento linguístico para o outro quanto para si, realizam a mesma decisão e pensamento. Ou seja, o *eu profundo* não fica escondido do outro; ele revela-se e controla a situação de não satisfazer o pedido alheio.

Por fim, a perspectiva de Plantin sobre as emoções no discurso dizem respeito à argumentação das emoções e ao papel do lugar do *eu* nas atribuições do narrador, seja para si ou para o outro. Com olhar um pouco diferenciado Charaudeau (2010) assume uma perspectiva de subjetividade racionalizada das emoções. Isso porque o linguista não aborda a argumentação ou a explicação das emoções; para ele as emoções surgem conforme os imaginários sociodiscursivos de um grupo.

3.3 Emoções na Semiologia

De pensamento similar aos teóricos da Linguística, Charaudeau (2010) também afirma que a análise da emoção precisa ser compreendida discursivamente, pois não há metodologia para analisá-la como realidade manifestada e vivenciada. Isso posto, o autor francês prefere trabalhar com a noção de efeito das emoções no discurso. Por isso, o linguista francês argumenta que prefere a utilização de termos como “*pathos*”, “*patêmico*” e “*patemização*” no lugar de emoção. A *patemização* pode, assim, ser tratada discursivamente como uma categoria de efeito.²⁰

O aspecto que nos interessa na perspectiva de Charaudeau está no pensamento de que “as emoções são originadas de uma racionalidade subjetiva” (2007a, p. 240). O sujeito apresenta intencionalidade no discurso que é orientada em direção a representação de um objeto. Além do mais, a emoção no sujeito ainda é acompanhada de informação e de saber. Por sua vez, tanto a informação quanto o saber precisam ser dotados de avaliação e julgamento para que o sujeito se posicione e possa apresentar a emoção diante da situação.

Ainda conforme o teórico supracitado (2010, p. 26), a intencionalidade perpassa os *estados intencionais* que possuem características intelectuais e emocionais. Esses *estados* são ao mesmo tempo *exógenos* (acompanhados de informações e saberes externos sobre o objeto) e *endógenos* (imaginários individuais construídos para representação desse objeto).

²⁰ Respeitamos a opção de Charaudeau ao utilizar o termo *patemização* no lugar de emoção. Porém, como já anunciamos na introdução, iremos trabalhar com ambos os sintagmas como sinônimos e como categoria de efeito no discurso.

Na tentativa de explicar os *estados intencionais*, vejamos o seguinte trecho, trata-se de um relato em que G. Ramos encontra-se com Nise da Silveira no cárcere: “Noutro lugar o encontro me daria prazer. O que senti foi surpresa, lamentei ver a minha conterrânea fora do mundo, longe da profissão, do hospital, dos seus queridos loucos” (RAMOS, 1994, p. 224)

Na patemização desse discurso, notamos que o sujeito enunciador de G. Ramos demonstra o conhecimento e informação sobre o objeto, que nesse caso do discurso acima é o outro: Nise da Silveira. Desse modo, a representação é moldada tendo em vista os *estados intencionais*. Assim, a partir do ponto de vista dos conhecimentos *exógenos*, inferimos que G. Ramos possui informações externas sobre Nise: ele sabe de sua profissão de psiquiatra e de seu reconhecimento médico e intelectual em Maceió. Com a perspectiva dos conhecimentos *endógenos*, o sujeito enunciador de G. Ramos revela seu imaginário individual de piedade por ver tamanha figura no cárcere.

Os *saberes de crença* são fundamentais para a expressão do sentimento. Por tal motivo, além da intencionalidade, são necessários as avaliações e os julgamentos sobre o objeto. Tais saberes estão interligados aos valores sociais compartilhados. Diante disso, quando o sujeito produz em seus ditos/escritos algum efeito patêmico, já podemos antecipar que isso mobiliza um ou diversos saberes que compõem o seu universo de crença.

Qualquer alteração dos *saberes de crença* modifica, por consequência, o efeito patêmico, isto é, a organização da emoção no discurso depende da situação social e sociocultural na qual se inscrevem os sujeitos. Para isso, lembramo-nos da prisão de G. Ramos e de outros indivíduos, durante a ditadura. O evento do cárcere pode suscitar emoções diversas e até ambíguas, pois para o grupo social que odiava os comunistas poderia haver a alegria e a satisfação; já para os comunistas e para as famílias dos detentos, haveria a dor ou o medo.

Essa ambiguidade de sentimentos para um mesmo evento ocorre devido aos saberes de crença. Cada grupo social e cada pessoa carregam dentro de si um universo de crenças que é moldado conforme a experiência de vida de cada ser humano. Desse modo, será esse saber e esse julgamento que irão orientar-nos para uma dada emoção a ser sentida ou expressa.

Para o neurologista e psiquiatra Boris Cyrulnik (2012, p. 151), toda crença possui um sistema de representações de imagens, de palavras, de mitos e de conceitos que organiza os projetos de um grupo social. Para ele, toda crença é indutora de sentimentos nos indivíduos que compartilham da mesma convicção.

Com o aporte teórico em Elster, Charaudeau (2010, p. 29) pondera que as emoções são uma espécie de crença e de julgamento. Mais que sensações físicas, elas são interpretações das

circunstâncias na situação comunicativa. Essa interpretação apoia-se em valores morais compartilhados por um grupo social. Por isso, os sentimentos são efetivamente um estado mental e racional²¹.

Ao refletirmos sobre os imaginários sociodiscursivos, lembramos que eles estão inseridos na representação psicossocial produzida por um duplo movimento, pois junto com ela está a autoapresentação. A autoapresentação nesse processo está justamente na construção imaginada do mundo, já que essa ocorre por meio da reflexividade. Ou seja, a imagem que retorna ao sujeito do objeto é a mesma que ele constrói do mundo, por meio da qual ele se define e constrói a própria imagem.

Será nesse complexo movimento de reflexividade que inferimos as expressões de emoções. Isso porque, quando o sujeito adota uma crença sobre dado objeto do mundo, tal crença retorna ao próprio sujeito na forma de imaginários. Nesses imaginários, então, moldam-se as emoções. Por exemplo:

Esse caso me preocupou em demasia. Sempre me parecera que os criminosos não se diferenciavam muito da gente comum, mas ali me surgia um deles superior aos outros homens. Paulo Turco era, se não me engano, assassino e ladrão. Contudo inspirava respeito. E aquele procedimento levava-me a admirá-lo. A extraordinária antinomia me assombrou: um vivente nocivo, capaz de matar, roubar, sacrificava-se para manter e educar pessoas encontradas por acaso. (RAMOS, 1994, p. 248)

O duplo movimento de reflexividade pode ser inferido quando percebemos as crenças do narrador a cerca do personagem de Paulo Turco. Para G. Ramos a figura mesmo sendo assassino e ladrão se preocupa em ajudar os necessitados. O auxílio é praticado por ele ensinar matérias escolares aos colegas do cárcere. Como vimos na trajetória do romancista, G. Ramos sempre teve o olhar direcionado aos mais pobres. Já observado no Capítulo I, ele apresenta uma nuance de um *eu transclasse*, haja vista que diferente do pai, ele preocupava com os outros considerados “marginais” pela sociedade.

²¹ Mesmo nos afastando um pouco de nosso corpus não podemos deixar de utilizar aqui, a título de ilustração para se entender a emoção nesse âmbito, pensemos na pandemia causada pela Covid-19 em 2020. Diante do alto número de óbitos, a população espera, no mínimo, que os Presidentes se pronunciem em rede nacionais e internacionais. Desse pronunciamento, espera-se ritos de condolências e tristeza ao se falar dos falecidos. A falta de expressão desse sentimento gera uma sanção moral por parte do público, vista como uma indiferença e insensibilidade. A interpretação dessa indiferença pode ocasionar um estado emotivo de aversão e desprezo das pessoas diante do líder nacional.

Com isso em mente, notamos que o narrador de G. Ramos projeta em Paulo Turco sua crença de auxiliar os mais necessitados. Essa crença, então, retorna ao sujeito de G. Ramos por meio da emoção de admiração. Ou seja, a crença lançada à imagem de Paulo Turco volta-se para o narrador, ao voltar para ele, a crença produz a emoção em G. Ramos de admiração ao ver Paulo Turco fazendo ações que o narrador aprova.

Nesse âmbito, não podemos pensar na dicotomia entre razão e emoção, pois uma serve à outra na representação do mundo. Mesmo as decisões tidas como as mais frias, ou seja, consideradas extremamente racionais e sem emoções, envolvem a afetividade, pois são processos embasados em valores, significados e expectativas.

Em síntese, na semiolinguística de Charaudeau (2010, p. 32), as emoções advêm de um estado qualitativo e de um estado mental intencional, ambos de ordem racional, a partir de um julgamento direcionado a um objeto, situação ou sujeito. A visão de mundo que molda esse julgamento é dotada de valores morais constituídos de saberes de crenças, os quais se tornam imaginários sociodiscursivos que controlam as manifestações enunciativas das emoções.

3.3.1 As Tópicas patêmicas para Charaudeau: os imaginários sociodiscursivos das emoções

O ponto de vista do linguista se apoia na tópica da emoção da Retórica Aristotélica. Todavia, ele pondera que a tópica deve ser completada por uma teoria do sujeito e pela situação de comunicação. Para isso, no que se refere à enunciação, como vimos linhas atrás no modo de organização enunciativo, Charaudeau (2010, p. 35) considera que pode ser delineada uma dupla enunciação do efeito patêmico. O discurso pode ser elocutivo e alocutivo, seja pela descrição ou pela manifestação do estado emocional (tenho medo), seja pela descrição de como o outro deveria se encontrar (tenha coragem).

No que se refere à enunciação, para o linguista:

[...] consideramos que “estou furioso” e “não fique furioso” são dois tipos de enunciado que instauram o efeito patêmico de maneira diferente de quando dizemos “a multidão está furiosa”. O efeito patêmico dos dois primeiros enunciados é instaurado por meio de uma construção identitária; o do terceiro enunciado é instaurado por meio de uma identificação-projeção que é proposta ao destinatário. (CHARAUDEAU, 2010, p. 35)

Isso posto, Charaudeau (2010, p. 48) realiza uma reorganização das tópicas retóricas e prefere adotar o sintagma de tópicas patêmicas. Nesse sentido, o linguista as sistematiza em quatro grandes tópicas, nas quais cada uma é duplamente polarizada em negativo e positivo. Vale salientar nessa perspectiva que as tópicas patêmicas são compreendidas como imaginários sociodiscursivos das emoções (CHARAUDEAU, 2010).

Para analisar as tópicas patêmicas, ou os imaginários sociodiscursivos das emoções, teremos que apreender três características de cada tópica:

1. O estado patêmico: a atribuição de emoções ao sujeito ou ao objeto.
2. Desencadeação: a percepção e a relação do sujeito com o objeto, ou outro sujeito.
3. Comportamento: o comportamento enunciativo do sujeito dito explicitamente ou implicitamente.

A título de exemplificação, em cada descrição das tópicas utilizaremos trechos de nosso *corpus*. As quatro grandes tópicas patêmicas desenvolvidas por Charaudeau são:

- A tópica da dor e seu oposto, a alegria.

A dor deve ser compreendida como estado de insatisfação do desejo do sujeito, como também sensação de mal-estar e de sofrimento. Pode ser desencadeada por um actante-objeto, ou seja, por uma pessoa ou por uma situação que colocou o sujeito patêmico em posição de vítima ofendida. A dor é provocada pela mobilização de saberes e de crenças que colocam o indivíduo em posição de vítima moral. O comportamento enunciativo se encontra em relação intransitiva e reflexiva.

Esse estado pode apresentar graus, como a tristeza (aceitação de impotência, de fatalidade), a vergonha, o constrangimento, a humilhação e o orgulho ferido. O orgulho ferido pode ser compreendido como uma “degradação identitária no que diz respeito a uma referência idealizada de si” (FONTANILLE *apud* CHARAUDEAU, 2010, p. 49)

A alegria tem as mesmas características da dor, contudo, ao invés de insatisfação, teremos a satisfação do desejo, do bem-estar corporal e moral. O comportamento enunciativo apresenta a euforia quanto ao bem estar corporal e moral. A alegria também pode apresentar graus, como o contentamento, sentimento de poder, vaidade e o orgulho, sendo que este último advém de uma promoção de traços identitários que o sujeito realiza de si.

Em uma tentativa de exemplificar a tópica patêmica, servimo-nos de um trecho do nosso *corpus*, já utilizado no capítulo anterior. Contudo, neste momento iremos observar como são delineados os efeitos das emoções no discurso. Vejamos o excerto de *Memórias do Cárcere*:

Naquele momento a idéia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do ofício, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas. Na verdade suponho que me revelei covarde e egoísta: várias crianças exigiam sustento, a minha obrigação era permanecer junto a elas, arranjar-lhes por qualquer meio o indispensável. (RAMOS, 1980, p.18)

No trecho acima, podemos encontrar emoções paradoxais, quais sejam: o alívio e a vergonha. Essa mistura de sentimentos pode ser provocada pela ideia da detenção que veio, por sua vez, fazer com que o sujeito narrador refletisse sobre as práticas sociais tão estranhas de seu mundo. Articulados a tais práticas, estarão os papéis identitários de G. Ramos perpassados por imaginários sociodiscursivos.

Em face dessa expressão de uma quase alegria ou de uma sensação de alívio, inferimos uma sutil ironia, visto que tal emoção seria justamente o oposto da situação da detenção. Tal ironia (MACHADO, 2015) pode ser considerada como uma mistura de vozes que provoca uma quebra no discurso. Nesse caso, compreendemos que a voz do sujeito enunciador de G. Ramos faz uma ruptura com as vozes sociais, segundo as quais a cadeia é ruim. Assim, quando o enunciador de G. Ramos afirma que a prisão poderia proporcionar um princípio de liberdade, identificamos que tal “liberdade” pode ter um sentido irônico. Tal sentido pode ser por nós construído se levarmos em consideração que muitos indivíduos sustentam a crença de que a detenção é tão somente motivo de dor, vergonha, vexame etc.

Dito isso, consideramos a hipótese de que o efeito patêmico está ligado à identidade do *sujeito narrador*. Ao expressar enunciados que orientam para a vergonha, esse sujeito narrador faz uma avaliação crua da sua imagem, pois há a constatação de que, no fundo, ele seria apenas um covarde e um egoísta, o que não se acorda com sua imagem como romancista engajado, sempre lutando e denunciado as desigualdades e injustiças sociais, como o faz em *Vidas Secas* e *São Bernardo*, por exemplo.

Cyrulnik (2012, p. 41) justifica que não é a humilhação que provoca uma vergonha. A vergonha origina-se da atribuição a outro de uma crença aviltante. O envergonhado espera a

estima do outro, mas a malformação do vínculo intersubjetivo o faz acreditar que, na mente dessa pessoa, ele é lastimável. O indivíduo expressa a decepção de se sentir desprezado. Para o autor, a vergonha está no modo como o sujeito se vê no olhar do outro. Ele busca responder aos questionamentos: “Como o outro me vê?” e “Quem sou eu no mundo dele?”.

- A tópica da angústia e seu oposto, a esperança.

A angústia pode ser compreendida como um estado de espera desencadeado por um actante-objeto que representa algum perigo para o sujeito. Nesse sentido, o sujeito mobiliza uma gama de crenças que lhe fazem construir diversas representações negativas sobre o actante ou sobre o objeto que permanecem à distância do sujeito. Por isso o sujeito está em estado de espera sobre o desfecho de uma situação. O comportamento enunciativo do sujeito angustiado revela um *ser a espera ameaçado*. Podem surgir graus de angústia como a melancolia, o medo e o terror.

A esperança tem as mesmas características que a angústia, o que a difere da última é que a espera é algo benéfico, já que a espera, nesse caso, é de algum acontecimento feliz. Se na angústia as crenças mobilizadas são sempre negativas, na esperança são abordadas as positivas. Portanto, o comportamento enunciativo ocorrerá com a intencionalidade de compartilhar e demonstrar confiança. Os graus de esperança são a confiança, o desejo, os votos, o apelo e a oração.

Vejamos um exemplo do imaginário sociodiscursivo da angústia:

Rodolfo Ghioldi foi chamado à polícia. Essas ordens periódicas me causavam sobressalto e estranheza. À polícia estávamos entregues, exibia-se a presença dela em tudo: na zebra dos faxinas, no uniforme dos guardas, nas manobras do capitão narilongo. O pleonasma era o mau agouro, significava mudança para lugar pior, e vivíamos inquietos, à espera dele. Rangia a chave na fechadura, abria-se a grade larga do vestíbulo — e ficávamos de orelha em pé, aguardando o aviso. Às vezes era apenas visita, ida à secretaria, correspondência, um presente. Mas o grito medonho nos abalava:

— Polícia.

Olhávamos pesarosos a vítima, imaginávamos compridos interrogatórios, indícios, provas, testemunhas, acareações, um pobre vivente a defender-se às cegas, buscando evitar ciladas imprevisíveis. Depoimentos longos partidos, recomeçados, pedaços de confissão arrancados sob tortura. (RAMOS, 1994, p. 259)

No trecho acima é possível identificar a tópica da angústia. Nele, deparamo-nos com um sujeito enunciativo em estado de espera de algo negativo, ou seja, a polícia. O narrador relata o sentimento de receio de que com a presença da polícia ele e os colegas poderiam ser interrogados ou torturados. Por vezes, não acontecia nada fora da normalidade, porém, a crença que o sujeito alimenta da polícia o faz pensar e esperar o pior com a sua chegada nas celas. Nesse caso, a angústia e o medo são desencadeados pela figura maléfica da polícia, o comportamento enunciativo é construído por descrições como “mau agora” e “vivíamos inquietos, à espera dele”.

Na construção discursiva da tópica da angústia, nesse caso específico de uma narrativa de vida, depreendemos a presença do efeito do sujeito narrador *eu testemunha* de acontecimentos trágicos na sua jornada de vida. Há presença de denúncias quanto ao trato das autoridades legais com os detentos, principalmente no enunciado “pedaços de confissão arrancados sob tortura”. Desse modo, a objetividade do relato descritivo e narrativo esbarra na subjetividade da construção patêmica dessa denúncia.

- A tópica da antipatia e seu oposto, a simpatia.

Essa tópica deve ser considerada como uma atitude reativa dupla em uma relação triangular. Na relação triangular há um sujeito que exerce o papel de vítima de um mal, outro que é o responsável pelo mal e o sujeito que é observador-testemunha. O sujeito que observa ou testemunha o evento está no estado de indignação frente a vítima perseguida. Nessa perspectiva, Charaudeau (2010) afirma que o sujeito busca em seu mundo de crenças e de valores as representações que constrói sobre o bem e o mal e sobre as relações de dominações.

O comportamento enunciativo se dá por meio de denúncias do responsável pelo sofrimento ou pela situação em si. A antipatia pode ser direcionada ao perseguidor ou ao grau de perseguição. A indignação, a acusação, a denúncia, a cólera e o ódio são graus que podem surgir da antipatia.

A simpatia, por sua vez, origina-se das mesmas características que a antipatia, porém o sujeito encontra-se em um estado de sensibilidade com o perseguido. O comportamento enunciativo exprime discursos de ajuda para aliviar o sofrimento. Desse modo, podem surgir a benevolência, a compaixão e a piedade.

Uma noite ouviram gritos desesperados. Que eram? Donde vinham? [...] Os gritos daquela noite eram de um garoto violado. Essa declaração me estarreceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos terríveis pedidos de socorro? Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer, e alguns vendiam pequenos delinquentes a velhos presos corrompidos — vinte, trinta, cinquenta mil-réis, conforme a peça. [...] A administração finge castrar aqueles homens, insinua hipócrita que o trabalho e o cansaço tendem a suprir necessidades profundas, e ali se movem autômatos puxados para um lado e para outro. (RAMOS, 1994, p.103)

O sujeito narrador exerce o papel de observador-testemunha do mal causado por um violentador ao garoto. Logo, o sujeito narrador possui papel discursivo de *eu* testemunha do crime. Além do abusador, G. Ramos lista outros responsáveis pelo crime, como os guardas e a administração do presídio.

A construção patêmica nesse excerto ocorre pelo estado de indignação e de antipatia em relação aos agentes da barbaridade e ao trato dos abusos como normalidade. O sentimento é desencadeado pelo crime observado e o comportamento enunciativo é produzido com efeito de denúncia.

As crenças que são inferidas para tal estado emotivo partem do imaginário sociodiscursivo de que as autoridades legais devem zelar pelo bem estar das pessoas, inclusive dos detentos. A permissão e a omissão de crimes dentro de cárceres é uma prática que faz emergir crenças de que a polícia é corrupta e má. Por isso, nesse trecho, a ênfase da denúncia está atrelada aos comportamentos e decisões da jurisdição do presídio.

- A tópica da atração e seu oposto, a repulsa.

A atração e a repulsa originam-se das mesmas características que a antipatia e a simpatia, nas quais há uma atitude reativa em uma relação triangular. Porém, nesse caso a atração e a repulsa tornam-se atitudes mais intelectuais do sujeito, nas quais o comportamento é mais inativo. Na atração o sujeito volta-se para um actante benfeitor que já reparou um sofrimento. Cria-se a imagem heroica e de aprovação. A admiração, o fervor, o maravilhamento e o encantamento podem surgir como graus da atração.

Na repulsa, o sujeito volta-se para o actante do qual ele possui uma imagem negativa de malfeitor. Assim, pode surgir o desprezo, o desgosto, a aversão e a fobia.

Padre Falcão embarcara na véspera, em Maceió; provavelmente estava ali buscando meio de ser útil aos viajantes de Alagoas. A autoridade experimentalista ficou surpresa se conhecesse aqueles manejos. Excelente padre Falcão. Durante o resto da viagem notei-o mais de uma vez em ronda ao nosso curral. O olhar grave se adoçava, os lábios firmes se entreabriam num sorriso bom, exibindo enormes dentes. Era pouco mais ou

menos o que poderíamos desejar, ver alguém interessar-se por nós, demonstrar-nos uma solidariedade comprometedora. Isso lá fora passaria despercebido; ali tinha valor imenso: é de coisas semelhantes que fazemos as nossas construções subterrâneas. (RAMOS, 1994, p. 164)

A tópica patêmica da atração pode ser observada no trecho acima. O sujeito narrador, no estado de admiração, assume papel de observador-testemunha como também papel de indivíduo que recebeu a boa ação. O sentimento é desencadeado pela ação do benfeitor Padre Falcão em dar atenção aos detentos. O comportamento enunciativo é construído a partir de uma imagem positiva do outro. Isso notamos em “ver alguém interessar-se por nós, demonstrar-nos uma solidariedade comprometedora” e “ali tinha valor imenso”. (RAMOS, 1994, p. 164)

O imaginário sociodiscursivo de atração é arquitetado por meio de crenças sobre o comportamento do padre diante do narrador, que presta o papel social de presidiário por questões políticas. A solidariedade vista pelos olhos de G. Ramos surge de um universo de crenças a respeito de como os presos, às margens da sociedade, são tratados pela sociedade.

Por fim, a construção discursiva da emoção na narrativa de vida está atrelada à imagem que o sujeito narrador faz de si, do outro e do mundo. Essa organização emana das crenças e dos imaginários sociodiscursivos sobre os eventos, os papéis sociais e os comportamentos. De tal modo, identidade e emoção são dimensões que se entremeiam na escrita de si. Adiante, dissertaremos sobre o que consideramos ser relevante, nesta pesquisa, a respeito do desdobramento do sujeito na narrativa de vida.

3.4. Polifonia interna do *sujeito-que-se-narra*

Para discursar sobre a polifonia interna do sujeito discursivo, Machado (2016b, p. 109) utiliza o tema de fragmentação dos *eus*. Com o intuito de exemplificar do que se trata esse desdobramento, a autora faz uso do conceito de “confederação de almas” concebido por dois filósofos franceses mostrado no livro de A. Tabucchi, *Afirma Pereira*. Tal livro foi transformado no filme *Sostiene Pereira*, em italiano, *Pereira Prétend*, em francês, e *Afirma Pereira*, em português de Portugal. O longa-metragem foi produzido por Roberto Faenza, em 1996, e apresenta a trajetória de um personagem que toma a consciência de que há, em todos nós, essa “confederação de almas”, ou seja, de que todo ser humano possui mais que uma única alma. Várias almas compõem o âmago do sujeito, e de vez em quando uma se sobressai e domina as outras.

Essa heterogeneidade de almas comanda as transformações identitárias do personagem na trama, segundo a analista do discurso supracitada (*Ibid.*). As mudanças são produzidas à medida que as almas adormecidas no íntimo do sujeito assumem o controle da mente e das ações.

Essa simbologia desenvolvida no livro e, depois, no filme é aproveitada na Análise do Discurso pela autora no que se refere às questões da identidade discursiva. A “confederação de almas” é compreendida como os *eus* divididos no discurso, ou melhor, como a polifonia interna do sujeito enunciador.

Os traços de imagem do sujeito discursivo estarão sempre relacionados com o meio externo, com as emoções, as crenças e as posições que ele precisa ou quer assumir diante do outro. Para isso, ele irá selecionar um dentre os diversos *eus* de identidades internas que ele possui, para legitimar sua ação.²² Em seus discursos, ele pode se mostrar ora polêmico, ora sedutor, ora dramático etc., ou, ainda, pode realizar uma mistura de tudo, a fim de que sua identidade e seu discurso sejam aceitos pelo receptor.

De todo modo, essas identidades que o sujeito assume em determinadas situações são identidades externas, são *eus* externos, buscados pelos diversos *sujeitos comunicantes* que surgem para legitimar a posição que se quer assumir. Todavia, a complexidade que envolve a noção de identidade não se esgota por aí, pois o *sujeito enunciador*, ou seja, o *eu* interior, pode se desdobrar e se dividir em diversos outros *eus*, adotando diversas nuances de identidades. Seria o caso de se refletir sobre o exemplo que demos (pai e filha). Esses seres de palavra, antes de se pronunciarem, ou de assumirem posições, fariam uma deliberação interna sobre a identidade que um apresentará ao outro. Em outras palavras:

[...] ao procurar impor essa identidade ao outro, o sujeito em questão está também procurando aceitá-la, ele próprio. Acreditamos que, para emocionar o outro ou para convencê-lo do bem fundado de nossos propósitos, precisamos nos convencer a nós mesmos de sua valia, antes de tudo. O que resulta em uma curiosa estratégia que age em dois sentidos: no sentido do sujeito-comunicante e no sentido do sujeito-interpretante. (MACHADO, 2015, p. 94)

²² Vale destacar que, em algumas situações, pode ocorrer de o sujeito não ter consciência sobre qual o *eu* de identidade melhor se enquadraria no contexto situacional, o que pode ocasionar problemas de comunicação, por exemplo.

Consideramos que o jogo interpretativo entre o *sujeito comunicante* e o *sujeito interpretante* ocorre no âmago dos sujeitos participantes do ato comunicativo. Cada sujeito interpreta (muitas vezes em silêncio) seus enunciados, suas decisões. Ele pode pensar que poderia ter usado outras palavras, ter tomado outras atitudes. Ele realiza, assim, um julgamento da imagem de si enviada ao outro, ou seja, realiza uma autocrítica.

Machado, adepta dos pensamentos bakhtinianos, afirma que nos *sujeitos comunicantes* aflora um dialogismo que os comanda. Para exemplificar, a autora mergulha no conceito de *memória coletiva*, de Halbwachs (1997),²³ e ilustra como o *eu* nunca está só em sua narrativa, como ele se faz acompanhar por outros *eus*, ligados ao pensamento coletivo. Machado utiliza, então, um exemplo do próprio autor, que se toma como exemplo para simbolizar que há vários *eus* dentro de si, que o acompanham. Halbwachs (op.cit.) faz o relato de sua primeira viagem a Londres:

Lá, um amigo pintor o acompanha e chama sua atenção para as cores e os tons da cidade, dos jardins. Um amigo arquiteto, que também ali se encontrava, lhe mostra a grandiosidade das construções. Também se depara com um amigo comerciante que lhe apresenta o centro comercial de Londres, suas lindas lojas e a vibração que reina na *City*. Por fim, um amigo historiador vai narrar-lhe acontecimentos importantes da história de Londres. O fato mais intrigante é que, na verdade, o viajante-protagonista Halbwachs passeava sozinho em Londres. Os ‘amigos’ que lhes mostravam isso ou aquilo, e que com ele dialogavam, poderiam ser representados pela coletividade de saberes que o protagonista havia já armazenado sobre Londres. (HALBWACHS apud Machado, 2015, p. 9)

A polifonia²⁴ interna (ou o dialogismo) que acontece no caso da viagem do sujeito-enunciante formulado por Halbwachs (1997, p. 52) é produto da coletividade de saberes, de conhecimentos e de sensações que outros viajantes já tiveram sobre Londres e que foram por ele incorporados. Por conseguinte, Machado (Op. cit.) nota que houve um desdobramento de *eus* do autor, ocasionado por uma *memória coletiva* sobre a cidade que já existia. Em um mesmo sujeito, surge um *eu* que assume a identidade de um pintor, depois outro *eu* com a identidade de arquiteto, posteriormente um *eu* como comerciante e, por fim, um *eu* como historiador.

Em nossa pesquisa atual, consideramos que há também essa *polifonia interna* em uma narrativa de vida, pois ao narrar sobre seu passado, inevitavelmente estarão presentes — no

²³ É preciso ressaltar que a data 1997 refere-se à edição crítica da obra de Halbwachs, estabelecida por Gérard Namer. O editor reuniu vários textos/escritos de Halbwachs, publicados anteriormente.

mínimo, e em constante diálogo — o *eu do passado* e o *eu do presente*. (MACHADO, 2014, p. 111) Por esse motivo, inferimos que na construção discursiva de uma história de si, o sujeito narrador pode desvelar em seus escritos múltiplas pistas sobre suas nuances identitárias.

Além da presença desses *eus* temporais nas histórias de vida, podemos nos deparar com uma heterogeneidade de *eus* que surgem conforme a necessidade e a intencionalidade do sujeito enunciador. Outros fatores, como as emoções e as crenças, interferem na expressão de si e no surgimento de outros *eus* que se desvelam nas entrelinhas. O relato de si, nesse caso, torna-se uma materialidade discursiva riquíssima no que se refere à polifonia interna do sujeito.

No prefácio do livro *Dizer é Morrer: a vergonha* (2012), de Cyrulnik, deparamo-nos com enunciados que nos fazem perceber a polifonia interna do *sujeito que se conta*. Decidimos usar esses trechos, pois ao ler esse livro em busca de estudar as emoções, identificamos uma riquíssima história de si no prefácio da obra, o que muito enriquece nosso olhar sobre o entendimento do sujeito que se desdobra no discurso.

Se querem saber por que eu não disse nada, basta tentarem descobrir o que me forçou a calar. As circunstâncias do acontecimento e as reações do meio são coautoras do meu silêncio. Se eu lhes contar o que aconteceu comigo, vocês não vão acreditar, vão dar risada, tomar o partido do agressor, vão me fazer perguntas obscenas ou, pior ainda, ter dó de mim. Seja qual for sua reação, bastará eu contar para me sentir mal sob seu olhar.

Portanto, vou me calar para me proteger, vou pôr na fachada apenas a parte da minha história que vocês são capazes de suportar. A outra parte, a tenebrosa, viverá sem uma palavra nos subterrâneos da minha personalidade. Essa história sem palavras governará nossa relação porque, em meu foro íntimo, contei interminavelmente palavras não compartilhadas, relatos silenciosos. (CYRULNIK, 2012, p. 1)

Eis uma breve e sucinta narrativa do autor: Cyrulnik é conhecido como o criador da teoria da resiliência do indivíduo após eventos traumáticos. Aos seis anos de idade ele teve a família morta na Segunda Guerra Mundial e ficou órfão. Na vida adulta, optou por estudar os traumas na vida das pessoas, sendo motivado pela própria experiência.

Nos enunciados do excerto acima observamos o relato de si do sujeito enunciador de Cyrulnik e identificamos o ponto de vista do autor sobre o narrar-se a outrem. Nas entrelinhas do discurso, o narrador afirma que não se sente à vontade para dizer sobre os acontecimentos que o assombraram no passado, por medo da forma como o outro irá arquitetar a sua imagem. Por receio da vergonha, ele admite que irá revelar apenas uma parte da história, a mais digestível aos seus olhos.

É nesse ponto que identificamos a emoção na polifonia interna do *sujeito-que-se-narra* de G. Ramos:

D. Irene, diretora de um grupo escolar vizinho, apareceu à tarde. Envergonhei-me de tocar na demissão, e falamos sobre assuntos diversos. Aí, me chegaram dois telegramas. Um encerrava insultos; no outro, certo candidato prejudicado felicitava a instrução alagoana pelo meu afastamento. Rasguei os papéis, disposto a esquecê-los. Sumiram-se na verdade os nomes dos signatários e as expressões injuriosas, ter-se-ia talvez a pequena infâmia esvaído inteiramente se não contrastasse com a presença de d. Irene ali na sala. (RAMOS, 1994, p. 46)

Nesse fragmento, notamos a narrativa de vida do sujeito narrador em que ele relata alguns acontecimentos posteriores à sua demissão. Consideramos que há nessa história de vida a dimensão da polifonia interna, pois conseguimos notar traços do *eu íntimo* e do *eu externo*.

No *eu íntimo*, notamos que o enunciador realiza uma atividade de percepção de seus sentimentos, ao expressar que sentia vergonha de dizer sobre a sua demissão para D. Irene. Esses relatos são realizados porque inferimos que há a construção de uma autoimagem e de uma autorrepresentação do sujeito, segundo as quais o emprego lhe forneceria bem-estar social. Quando o narrador avalia sua situação atual, ele sente a necessidade de moldar um *eu* que esconde a vergonha e a demissão para o outro. Não somente a vergonha é escondida dentro do *eu íntimo*, mas também a raiva que ele sente ao receber os telegramas é silenciada para o outro. Esse silenciamento das emoções pode ser interpretado como a configuração da dimensão do *eu íntimo*, afinal, o sujeito narrador esconde o seu *eu subterrâneo* e cede lugar ao *eu ideal* para o outro. Por fim, podemos ainda compreender que o *eu ideal* para o outro é uma formulação do próprio sujeito, em que as características dependerão dos seus imaginários sociais sobre o outro, sobre si e sobre o mundo.

Diante disso, inferimos a *fragmentação identitária discursiva* que surge em relatos de vida. Haverá sempre uma confederação de almas, de nuances identitárias que borbulham nos enunciados de si. O *eu externo* busca manter e moldar a imagem que assim lhe convém, contudo, em um outro enunciado deixa emergir o *eu profundo*, o *eu subterrâneo*, que revela seus sentimentos e anseios mais íntimos.

Na tentativa de não revelar os segredos da alma, o sujeito narrador acaba por revelar características discursivas do *eu íntimo* em histórias de vida. Isso porque a própria negativa de tentar se esconder produz nuances de si no discurso. O *eu íntimo* mostra-se, então, receoso e preocupado com a forma que, após os relatos dos acontecimentos que o assombraram, a imagem

de si assumirá ao ser produzida aos olhos alheios. Nesse exemplo, percebemos a polifonia interna discursiva do sujeito narrador em narrativas de vida. Ou melhor: percebemos os vários *eus* que surgem nos relatos de si.

Para finalizar esse capítulo e iniciar as análises, sucintamente, consideramos que a narrativa de vida pode ser interpretada e trabalhada como materialidade discursiva de terreno fértil para a análise da construção de si e do outro, por meio do discurso e da memória. A memória e as emoções, como vimos, são suportes necessários à constituição de si, que perpassam representações e imaginários sociais e discursivos tangentes na sociedade.

O discurso de si se constrói como dimensão apreciável para se realizar enunciados que refletem as mudanças e as continuidades da imagem desse sujeito que se conta. A atividade de refletir sobre o passado, bem como sobre os eventos e as consequências destes para a imagem do sujeito, pode ser observada nos enunciados do sujeito enunciator.

CAPÍTULO IV
ALGUMAS EMOÇÕES QUE
AFLORAM NA NARRATIVA DO
OUTRO

4. 1. Projeção da imagem do outro na narrativa de si

Pensar em *memória individual* na narrativa de vida implica considerar a *memória coletiva* e a presença dos diversos companheiros de G. Ramos nos enunciados. O ser narrativo, quando realiza um projeto de escrita sobre a sua vida, não estará ali relatando unicamente sobre ele sem considerar os outros que participaram, de algum modo, de suas experiências. Como vimos linhas atrás, em nosso *corpus*, o enunciador de G. Ramos cita, ao menos, 240 figuras em suas memórias. Aliás, em um dado momento da obra, ele expõe a ânsia de observar o outro:

Além de tudo era-me indispensável observar as pessoas, exibi-las com relativa felicidade. Outra razão para vadiagem. [...] Erguia-me, chegava-me aos novos camaradas. Necessário conhecê-los bem. A sinceridade patenteava-se no rosto de Lauro Lago, na voz breve, sacudida, incisiva. Capitão Mata, furioso na chegada, ambientara-se rapidamente, conservava o apetite, animava-se ria satisfeito, como se tivesse vivido sempre num porão; abandonara os toques da corneta, os dentes de sagui, usava palavras subversivas e ia-se tornando um revolucionário perigoso. Van der Linder arfava penosamente, a resignação no rosto pálido. Carlindo Revoredo, nome esquisito. Tudo nele era esquisito. Porque não falava, não se mexia? Intrigava-me aquele gigante imóvel e silencioso. (RAMOS, 1994, p. 173)

Ao descrever e observar os companheiros do cárcere, o ponto de vista do sujeito falante demonstra o universo de crenças utilizado ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os individualizam. Com Charaudeau (2014), recordamos que a organização descritiva confere ao enunciador a posse do mundo. Em outras palavras, o mundo conforme o sujeito narrador. Nesse universo contado das palavras, G. Ramos expõe o desejo de contemplação alheia que é expresso em enunciados como “Necessário conhecê-los bem” e “Intrigava-me aquele gigante imóvel e silencioso” (RAMOS, 1994, p. 173).

A narrativa do outro está correlacionada à narrativa de si. No momento em que o sujeito observador percebe e qualifica o outro, ocorre o processo duplo de representação. Nesse processo, a ação dupla da representação se dá porque à representação alheia está imbricada a autorrepresentação. Ambos os movimentos trabalham juntos, adstritos, engrenados aos imaginários sociodiscursivos, sendo a representação do outro uma seta de dois lados à representação de si.

Tal raciocínio pode ser representado pela relação transfigurada para a figura abaixo:

FIGURA 2
O SUJEITO, O OUTRO E O IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO



Figura 2 – O sujeito, o outro e o imaginário sociodiscursivo – Elaborada pela autora, 2020.

O relato do outro é processo que perpassa a representação de si, como duplo movimento. Isto é, seja qual for o objetivo narrativo, narrar a vida alheia ou a própria, haverá um processo que sempre implicará na relação: *eu que se narra* ↔ *outro*.

Dito isso, no projeto de escritura da narrativa de si, estarão imbricadas as pessoas que fizeram parte dessa experiência. Nesse modo, o sujeito narrador de G. Ramos produz diversas descrições e narrações de vidas de outrem.

No trecho supracitado, G. Ramos relata observar alguns indivíduos ao seu redor e para cada um deles há a inserção de descrições. Com vistas a melhor compreender o papel das descrições nas representações alheias, faremos um quadro com os personagens e as imagens que lhes foram atribuídas pelo narrador:

Personagem	Descrições físicas	Descrições emotivas	Descrições qualitativas
Lauro Lago	voz breve e incisiva		
Capitão Mata		furioso; animava-se	revolucionário perigoso
Van der Linder	rosto pálido	arfava penosamente a resignação	
Carlindo Revorego	gigante imóvel		esquisito; silencioso

Quadro 4 – Descrições – Elaborado pela autora, 2020.

Na narrativa do outro, as qualificações descritivas permitem ao sujeito enunciator a manifestação do seu imaginário. Será pelo ponto de vista do sujeito falante que os efeitos discursivos serão moldados. Conforme o quadro acima, o *ponto de vista de avaliação e*

juízo se sobrepõe à descrição alheia. Na imagem construída de Lauro Lago e de Van der Linder, as descrições são físicas, como o timbre e a face. Já para Capitão Malta e Carlinho Revorego, as observações do narrador atingem as dimensões qualitativas. Para o primeiro, o rótulo de revolucionário perigoso, para o segundo, o de esquisito silencioso.

As imagens projetadas de revolucionário perigoso de Capitão Malta e de esquisito silencioso para Carlinho Revorego são moldadas conforme os imaginários sociodiscursivos de G. Ramos.

A construção da imagem do outro desvela as crenças de quem a constrói. Esse é um aspecto que observamos em uma narrativa na qual G. Ramos relata cenas consideradas, por ele, como obscenas no porão do navio. Nessa etapa da narrativa, o sujeito narrador havia sido preso recentemente e fora enviado ao Rio de Janeiro pela embarcação. É nesse espaço que ele conta sobre o comportamento imprudente de outro indivíduo:

A imagem repulsiva me atormentava: num estrado vizinho, inteiramente nu, um negro moço arranhava os escrotos em sossego. Indignava-me; pragas interiores vinham à tona e eram engolidas; lampejos de bom-senso impediam-me gritar, pedir ao tipo que tomasse vergonha. [...] Que me importava a coceira do homem? [...] O negro se coçava tranquilamente como se ali não tivesse ninguém, e obrigava-me a espia-lo. [...] Cachorro. As minúcias ignóbeis — a cor, a forma, a transudação — enfureciam-me contra mim mesmo. Quem me obrigava a fixar a atenção nelas? Se me decidisse a virar a cabeça para os pés da miserável cama, a coisa indigna e afrontosa se dissiparia, o embalo vagaroso das redes me ofereceria talvez um sossego. Provavelmente não pensei nisso. E a fadiga terrível me segurava. O patife jazia a dois passos de mim, quase me tocava, e procedia como se estivesse inteiramente só. [...] O animal nem tinha consciência de que nos ofendia. E os dedos esticavam sem cessar a pelanca tsnada. No clima de inferno tudo se evaporava — e sentia-me sujo: certamente partículas da imundície me alcançavam. O meu desejo era gritar injúrias pesadas, finalizar por qualquer meio a sórdida exposição. (RAMOS, 1994, p. 131-132)

De forma semelhante à análise da organização descritiva do discurso anteriormente, porém com as devidas modificações, julgamos adequado realizar um quadro para compreender o papel das descrições na construção da imagem do outro e de si.

Descrições da situação	Descrições do personagem			Descrições de si
	Físicas	Qualitativas	Emotivas	
Imagem repulsiva	Nu	Tipo	Sossego	Me atormentava Sentia-me sujo Enfureciam-me
Coisa indigna e afrontosa	Negro moço	Cachorro	Tranquilamente	
Sórdida exposição		Patife Animal		

Quadro 5 – Descrições – elaborado pela autora, 2020.

O sujeito enunciador de G. Ramos realiza descrições para narrar e expor seus *pontos de vistas* da situação. A partir disso, temos acesso ao posicionamento discursivo que se vincula diretamente aos seus imaginários sociodiscursivos. Para analisá-los servimo-nos do modo de organização do discurso enunciativo em associação com o modo descritivo (CHARAUDEAU, 1992).

No que se refere à descrição da situação, o enunciador utiliza expressões como “imagem repulsiva”, “coisa indigna e afrontosa” e “sórdida exposição”. Essas representações que o sujeito constrói do contexto da cena nos orientam para a delineação dos *pontos de vistas de avaliação e de motivação*.

O *ponto de vista de avaliação* perpassa a modalidade de *opinião* e de *apreciação* e resulta no comportamento elocutivo. A *opinião* do enunciador, em face da cena em que o homem nu está em atividade íntima, é construída por meio dos vocábulos, já citados acima, que denotam para a *apreciação* desfavorável. No *ponto de vista de motivação*, atentamo-nos à *obrigação interna* que o enunciador imputa a si, a qual pode ser percebida em “Que me importava a coceira do homem? [...] O negro se coçava tranquilamente como se ali não tivesse ninguém, e obrigava-me a espiá-lo” (RAMOS, 1994, p. 131).

Na descrição do personagem, há ainda uma subdivisão entre as qualificações físicas, identitárias e emotivas (ou comportamentais). Nas físicas, temos as características corpóreas, como “nu” e “negro moço”. Na construção da imagem, são atribuídas características representacionais de “tipo”, “cachorro”, “patife” e “animal”. As referências emotivas denominadas em “sossego” e “tranquilamente”.

A composição da imagem alheia baseia-se na observação e no julgamento de G. Ramos diante da situação e do personagem. Conforme Charaudeau (2014), a modalidade de julgamento do *ponto de vista de avaliação* implica determinar que há um sujeito que é responsável pela ação. A partir disso, o sujeito falante declara a sua aprovação ou reprovação qualificando o agente. Para realizar esse processo, há uma triagem de imaginários sociodiscursivos no universo de crenças do enunciador para o acontecido. A desaprovação da conjuntura reflete-se no comportamento enunciativo de axiológicos negativos imputados à imagem do personagem.

Os efeitos de emoções são fatores ligados à construção de imagem da figura na narrativa de vida. Isso porque a reprovação da cena só ocorre tendo-se em vista que o personagem age como se estivesse só e, portanto, comporta-se emotivamente de modo calmo e tranquilo. Esses

fatores intrigam a opinião de G. Ramos e ele se autoatribui a autoridade moral de sujeito que pode julgar.

A representação do outro e da cena retornam para o sujeito narrador de G. Ramos por intermédio de emoções que são enunciadas em “me atormentava”, “sentia-me sujo” e “enfurecia-me”. A observação do outro resulta na expressão de como sentia-se diante da situação que lhe causava desgosto.

Vale frisar, todas essas observações alheias e de si passam, antes de tudo, pelo filtro do universo de crença. Isto é, para o autor a situação era estranha, todavia, para o personagem descrito a ação talvez não fosse nem um pouco grave, como o próprio escritor julga em “O animal nem tinha consciência de que nos ofendia” (RAMOS, 1994, p. 132).

O desejo que assola o subterrâneo de G. Ramos em externar seus pontos de vista ao personagem podem ser notados em “o meu desejo era gritar injúrias pesadas, finalizar por qualquer meio a sórdida exposição” (RAMOS, 1994, p. 132). Diante disso, inferimos a *transmutação de crenças* que o sujeito narrador estima irradiar ao homem. Há o intuito, no âmago do sujeito enunciador, de partilhar seus imaginários sociodiscursivos com o outro. O elemento interpessoal nessa narrativa de episódio configura-se em um afastamento e silenciamento nos quais não lhe soa viável a comunicação com o outro.

A aspiração de compartilhar suas crenças com a figura ao seu lado leva-nos a tracejar a construção do sujeito narrador de G. Ramos no que se refere à *continuidade* associada aos *efeitos de realidade e de ficção*. Tomaremos como exemplo o trecho: “Quem me obrigava a fixar a atenção nelas? Se me decidisse a virar a cabeça para os pés da miserável cama, a coisa indigna e afrontosa se dissiparia, o embalo vagaroso das redes me ofereceria talvez um sossego. Provavelmente não pensei nisso. E a fadiga terrível me segurava” (RAMOS, 1994, p. 132). Nele a *continuidade* de si agrega-se ao *efeito de realidade e de ficção* quando o sujeito de G. Ramos enuncia, especificamente: “provavelmente não pensei nisso”. Com essa expressão, compreendemos que o *eu do presente* ainda detém os mesmos imaginários sociodiscursivos do universo de crenças do *eu do passado*. Assim, a narrativa de si demonstra a linha tênue entre realidade/ficção e passado/presente. O efeito temporal desse enunciado revela as avaliações que o *eu do presente* faz de si, de seus pensamentos e de suas emoções, tendo em vista o comportamento alheio nas relações interpessoais.

4. 2. Imaginários sociodiscursivos e as relações interpessoais

Nesse tópico, atentar-nos-emos à conexão entre as crenças com as relações interpessoais entre o sujeito narrador de G. Ramos e as demais figuras. Seleccionaremos, neste momento, quatro relações que o narrador relata em seus escritos.

A primeira relação a ser observada é a do sujeito enunciativo com a polícia enquanto instituição.

Na verdade me achava num mundo bem estranho. Um quartel. Não podia arrogar-me inteira ignorância dos quartéis, mas até então eles me haviam surgido nas relações com o exterior, esforçando-se por adotar os modos e a linguagem que usávamos lá fora. Aparecia-me de chofre interiormente, indefinido, com seu rígido simbolismo, um quadro de valores que era impossível recusar, aceitar, compreender ao menos. Tinha-me livrado em poucos meses do serviço militar, uma linha de trio, sem nenhum patriotismo, apenas interessado na ginástica. Habituara-me cedo a considerar o exército uma inutilidade. Pior: uma organização maléfica. Lembrava-me dos conquistadores antigos, brutos, bandidos, associava-os aos generais modernos, bons homens, excelentes pais de família, em todo o caso brutos e bandidos teóricos, mergulhados numa burocracia heróica e dispendiosa. Mais tarde, numa prefeitura da roça, percebera que os melhores trabalhadores, os mais capazes, tinham sido soldados — e aquele ninho de parasitas se revelara incongruente. Uma idéia preconcebida, rigorosa, esbarrava com a observação. Nada mais besta que as generalizações precipitadas. A antipatia que os militares me inspiravam com certeza provinha de nos separarmos. Eu achava as fórmulas deles, os horríveis lugares-comuns, paradas, botões, ordens do dia e toques de corneta uma chatice arrepiadora; se algum deles atentasse nas minhas ocupações, provavelmente as julgaria bem mesquinhas. (RAMOS, 1994, p. 64-65)

O olhar de G. Ramos para o papel social da polícia demonstra a transformação da construção da imagem dessa instituição por meio da observação mais próxima de oficiais que trabalhavam perto dele, enquanto era prefeito de Palmeira dos Índios. Ele relata que desde a infância não via com bons olhos a autoridade. Nisso, delineamos o *ponto de vista de avaliação* na modalidade de *opinião* e de *apreciação*.

Como forma de *opinião*, o sujeito narrador arquiteta a sua verdade moldada pelas suas crenças e pela semântica coletiva diante do papel social da polícia. Da *opinião* surge o *julgamento* que se materializa pelas qualificações que o enunciativo imputa aos agentes. Para G. Ramos a organização é qualificada com o axiológico “maléfica”, descrevendo, desse modo a apreciação desfavorável. A argumentação para essa visão apresenta-se com a seguinte

situação: “Lembrava-me dos conquistadores antigos, brutos, bandidos, associava-os aos generais modernos, bons homens, excelentes pais de família, em todo o caso brutos e bandidos teóricos, mergulhados numa burocracia heróica e dispendiosa” (RAMOS, 1994, p. 64).

O imaginário sociodiscursivo negativo da polícia se formou pela atenção do sujeito narrador ao contraste da imagem. Diante dessa oposição de papéis, inferimos uma ironia que crítica a dualidade dos homens que ao mesmo tempo são “antigos” / “modernos”; “brutos” / “bons homens”; “bandidos” / “excelentes pais de família”. A ironia pode ser compreendida, justamente, por essa oposição de atribuições qualitativas que o narrador concede aos membros da instituição. Afinal, a imagem é constituída por características antagônicas que, segundo a semântica coletiva não deveriam coexistir em um mesmo ser.

Entretanto, G. Ramos demonstra uma visão generalizada quanto à imagem de todos os policiais e ainda revela uma “surpresa” ao notar que alguns soldados eram os melhores trabalhadores. Dessa observação, o narrador constrói sua *opinião* de que sua antipatia foi estruturada pelo distanciamento que ele tinha para com a organização.

Outra relação interpessoal, associada à *saga familiar*, abordada no nosso *corpus* é aquela do autor com a esposa, Heloísa. Selecionamos um episódio no qual o narrador nos conta que estava focado em revisar sua obra *Angústia*:

Na casinha de Pajuçara fiquei até a madrugada consertando as últimas páginas do romance. Os consertos não me satisfaziam: indispensável recopiar tudo, suprimir as repetições excessivas. Alguns capítulos não me pareciam muito ruins, e isto fazia que os defeitos medonhos avultassem. O meu Luís da Silva era um falastrão, vivia a badalar à toa reminiscências da infância, vendo cordas em toda a parte. Aquele assassinato, realizado em vinte e sete dias de esforço, com razoável gasto de café e aguardente, dava-me impressão de falsidade. Realmente eu era um assassino bem chinfrim. O delírio final se atamancara numa noite, e fervilhava de redundâncias. Enfim não era impossível canalizar esses derramamentos. O diabo era que no livro abundavam desconexões, talvez irremediáveis. Necessário ainda suar muito para minorar as falhas evidentes. Mas onde achar sossego? Minha mulher vivia a atenuar-me com uma ciúmeira incrível, absolutamente desarrazoada. Eu devia enganá-la e vingar-me, se tivesse jeito para essas coisas. Agora, com a demissão, as contendas iriam acirrar-se, enfurecer-me, cegar-me, inutilizar-me dias inteiros, deixar-me apático e vazio, aborrecendo o manuscrito. (RAMOS, 1994, p. 42)

A situação apresentada na cena trata-se do período em que G. Ramos, recentemente, havia sido demitido e ainda não fora preso. Focado nos pensamentos sobre o seu personagem, Luís da Silva, e nas correções de que a obra ainda carecia, o narrador demonstra o *ponto de vista de avaliação* e de *motivação* quanto à presença da esposa.

A relação interpessoal com o personagem de Heloísa é moldada por avaliações que implicam a opinião de que, na companhia da cônjuge, ele não teria sossego para fazer as atividades que lhes eram necessárias. A materialização discursiva dessa concepção pode ser notada em “Minha mulher vivia a atenazar-me com uma ciumeira incrível, absolutamente desarrazoada” (RAMOS, 1994, p. 42).

A representação da imagem projetada à esposa nessa situação da narrativa de vida retorna à representação de si com as expressões dos sentimentos: “atenazar-me”. Nesse sentido, o duplo movimento de construção representacional é observado no sentido de que ao conservar um imaginário de obstáculo ao personagem da mulher tal ação retorna para o autor como um sentimento de tormenta.

O *ponto de vista de motivação* diante desse relacionamento interpessoal é apreendido no enunciado “Eu devia enganá-la e vingar-me, se tivesse jeito para essas coisas” (RAMOS, 1994, p. 42). A motivação é notada por meio da modalidade discursiva de conflito entre obrigação interna *versus* universo de crenças.

A obrigação interna estaria no imaginário no qual o sujeito enunciador deveria buscar de algum modo a vingança com uma possível traição. Nisso, é possível identificar que, na semântica coletiva, há imaginários que sustentam a revanche em relações conjugais. Em nossa sociedade ainda conserva-se muito a ideia e a prática de vingança com o outro. Isso, no entanto, é uma forma de imputar a responsabilidade do erro que se cometeu ao outro.

Diante do pensamento da possibilidade de traição, o narrador revela um traço identitário ao mostrar que não tem “jeito para essas coisas”. Com esse discurso, notamos a polifonia interna de um *eu resiliente* e um *eu vingativo*. No subsolo da personalidade do narrador, há uma luta de crenças e de papéis no qual o ganhador é o *eu resiliente*. Por mais que o *eu vingativo* tivesse argumentos para praticar a traição, o que prevalece na construção de si narrativa é o *eu resiliente*.

Ademais, a narrativa desse pensamento sobre a *saga familiar* fornece ao leitor efeitos de realidade do cotidiano do narrador. Conflitos conjugais são, na verdade, muitos comuns na vida dos indivíduos. Assim, a confissão deles em relatos de vida pode adquirir carga significativa de realidade e de proximidade com o público leitor.

Partimos agora para a análise de outro relato interpessoal de G. Ramos na narrativa de vida. Trata-se de uma circunstância na qual o narrador estava no porão do navio rumo ao Rio de Janeiro, era noite e ele sentia-se cansado, com fome e sede.

Nesse estado, meio inconsciente, de costas as mãos cruzadas no peito, distingui a pouca distância um policial negro junto à amurada. Despertei num instante, pensei na criatura bestial que me fizera descer a escada fixando-me uma pistola às costas. A suspeita e o calafrio de repugnância num momento cessaram. O indivíduo ali próximo não se assemelhava ao bruto corpulento: era um rapaz alto, magro, de feições humanas; debruçado, parecia examinar o interior do porão. Encarei-o, pedi:

- Faz o obséquio de me dar um copo de água?

Balançou a cabeça, hesitou:

- Difícil. Será que o senhor pode subir até aqui?

Sem esperar resposta, saiu, voltou com um copo de água, curvou-se para dentro; engatinhei, segurando-me ao punho da rede, à corda, ergui-me no suporte oscilante, cheguei aos varões da amurada, agarrei-me, alcancei o braço estendido, bebi sôfrego. Mas aquilo não bastava: repetimos a operação quatro ou cinco vezes. [...]

Estranho, estranho demais. A fadiga alquebrava-me, impedia-me esboçar um sorriso de reconhecimento. Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. Bem. Mas como exercer na vida comum essa obra de misericórdia? Há carência de oportunidade, as boas intenções embotam-se, perdem-se. Ali me havia surgido uma alma na verdade misericordiosa. Ato gratuito, nenhuma esperança de paga: qualquer frase conveniente, resposta de gente educada, morreria isenta de significação. (RAMOS, 1994, p. 154)

Pelo imaginário sociodiscursivo que G. Ramos mantinha sobre a polícia, a ação do homem em dar-lhe um copo de água foi motivo de reflexão sobre as relações pessoais na sociedade. A observação da ação do outro resultou em um comportamento enunciativo de apreciação favorável com a projeção da imagem do policial representada com a qualificação “alma na verdade misericordiosa”.

A construção da imagem do homem deu-se em ação simples, sem muitos diálogos entre os parceiros da comunicação. Todavia, tal situação é motivo de reflexão do narrador diante dos papéis que ambos exerciam naquela cena. Enquanto preso político, o enunciador de G. Ramos se autorrepresenta como um indivíduo marginal que habita o “subterrâneo social”. Nesse ponto, inferimos a dualidade temporal na narrativa quando ele enuncia “aqui em cima”, expressão que é um contraponto ao “subterrâneo social”. Com isso, identificamos que ao relatar “aqui em cima”, possivelmente ele estaria se referindo à posição social que exercia no momento da escrita, ou seja, pós-cárcere.

Isso posto, há a presença de fragmentação de identidades referente às posições sociais no relato de tal episódio. O *eu do subterrâneo social* na posição de presidiário e o *eu do cume*, na posição de um dos cânones literários brasileiros. A comparação entre as duas condições leva o autor a apreciar positivamente a ação do outro em lhe fazer um favor simples, sem esperar algo em troca, enquanto ele exercia papel identitário de marginalizado.

Desse modo, a relação interpessoal com o outro desconhecido, com o qual manteve contato só uma vez em sua jornada, é uma experiência que, novamente, reflete o duplo movimento de representação do outro a partir do modo como o sujeito enunciador se autorrepresenta.

Com o conhecimento público da prisão de G. Ramos, diversos escritores, críticos e artistas movimentaram-se a favor de G. Ramos. Tomando consciência dessa movimentação, o narrador de G. Ramos apresenta sua opinião:

Diversos escritores começavam a interessar-se por mim; exagerando padecimentos, declarando-me vítima de iniquidade, caíam num sentimentalismo propício a deformações. [...] Além de ignorar-me a literatura, esses intelectuais não me conheciam pessoalmente. O meu único amigo entre eles era José Lins que, em Maceió, me desenvolvia planos de romance, produzia a jato contínuo e passara um mês a ler-me um, dois capítulos por dia. Com certeza era José Lins o móvel da propaganda subterrânea. Sem dúvida. Enviava-me recados, aludia ao trabalho de pessoas solidárias comigo, tinha uma singular delicadeza em esquivar-se, responsabilizar os outros. Bem. Se não me achasse na cadeia, faltar-me-ia recurso para distinguir-lhe essas qualidades. Provavelmente influíra em José Olímpio. Com aqueles gestos imensos, explosões cheias de adjetivos excessivos, construíra-me uma pequena reputação: antes da minha aventura cocha, já ele me havia escrito exigindo a remessa de originais e falando-me no entusiasmo do editor. (RAMOS, 1994, p. 290)

A avaliação de G. Ramos diante das manifestações dos escritores revela o imaginário sociodiscursivo que avalia e aprecia negativamente os intelectuais que não o conheciam nem na posição de indivíduo nem como literato. A partir disso, em comparação com esses sujeitos, ele narra a relação interpessoal com o romancista José Lins e com o editor José Olímpio.

A posição social vinculada à representação de si como detento impacta a forma e a imagem que ele faz dos outros. De tal modo, diante dessas circunstâncias, a amizade com José Lins ganha elementos que se destacam, como a leitura de seus capítulos e os recados que lhe enviava. O imaginário sociodiscursivo que pode ser apreendido dessa relação interpessoal (ou até mesmo podemos pensar em *saga familiar*, afinal os amigos podem fazer parte da família) é o de que as coisas simples se transformam em grandes ações para quem habita o mundo subterrâneo da sociedade.

A amizade e a relação de Graciliano Ramos com José Lins do Rego transfiguram-se para a narrativa. Por conseguinte, nos dois volumes de *Memórias de Cárcere* há menção ao amigo 24 vezes. Na maioria dessas referências, há a narrativa da fraternidade entre ambos e elogios literários, como vemos em alguns trechos:

Agora José Lins procurava militares e políticos, mandava cartas a figurões, empenhava-se em favorecer-me com simpatias várias indeterminadas. Essa interferência podia causar desgosto, originar suspeitas e afligia-me a idéia de prejudicar alguém. Bom que os amigos inesperados se aquietassem: era-me suficiente saber os intuitos deles (RAMOS, 1994, p. 202).

José Lins é memorialista, o grande mérito dele é haver exposto, nua e bárbara, a vida nos engenhos de açúcar; é uma enorme força que se esvai fora do seu ambiente. Dá-nos a impressão de ouvir o rumor do vento nos canaviais, sentir o cheiro do mel nas tachas; percebemos até, nos seus diálogos, o timbre da voz das personagens (RAMOS, 1994, p. 102).

Fora José Lins, o amigo insensato que me escrevia bilhetes em beiras de jornais, arriscando-se a entrar na cadeia sem motivo. José Lins e certos camaradas nunca vistos anteriormente. Alguns escritores, muito poucos, haviam confiado no meu último livro, esperavam coisa menos besta no futuro e desejavam soltar-me. (RAMOS, 1994, p. 300)

Como notamos nesses excertos, o exercício da memória que atravessa o fazer discursivo da narrativa de vida implica a atenção das relações interpessoais do *sujeito que se narra*. Os vínculos com o outro atravessam as representações que o narrador faz de si e a relação com os indivíduos que o cercam. Assim, a amizade do autor nordestino com o escritor José Lins estará presente em suas memórias e será reforçada discursivamente em sua narrativa de vida.

Ações de José Lins enunciadas como “procurava militares e políticos”, “mandava cartas”, “empenhava-se” e “arriscando-se” descrevem o reconhecimento que G. Ramos atribui aos esforços do colega literato em soltá-lo. Além desse aspecto, o narrador lança mão de diversos elogios ao romancista no que se refere ao fazer discursivo, utilizando descrições apreciativas, como “mérito” e “enorme força”.

Por fim, vale frisar a imagem de amigo projetada a José Lins nos relatos de vida de Ramos. Afinal, como vimos, ao rotular e projetar representações do outro, o sujeito enunciator constrói discursivamente a sua própria imagem. Tendo isso em vista, na próxima seção iremos observar a imagem de vítima projetado aos outros na visão do romancista.

4. 3. Projeções narrativas da imagem de vítima

Nas narrativas de vida que o sujeito narrador de G. Ramos realiza dos seus companheiros de cárcere, constrói-se imagens dos outros como papel de vítima do

aprisionamento. Algumas dessas representações são atribuídas aos personagens pelo próprio narrador, outras são construídas pelos outros e analisadas pelo romancista.

Na construção narrativa, Charaudeau (2010, p. 162) considera que há dois tipos de actantes: agente e paciente, sendo que o primeiro age e o segundo sofre a ação. Para entender mais sobre os actantes narrativos, o linguista propõe um questionário²⁵. Tendo como base essa enquete, o papel narrativo de vítima é delineado como o de um ser no qual a ação negativa recai negativamente, sendo executada por um agente. Nesse caso, o *actante-vítima* pode reagir pela fuga, pelo afrontamento ou pela negociação.

Vale frisar que, inspirado em Greimas, o semiolinguista distingue actante de personagem. A distinção é feita, respectivamente: forma não qualificada/forma qualificada. Em outras palavras, o actante é o papel narrativo do agente ou do paciente. Por exemplo: o actante pode ter o papel de *agente-agressor* e ser preenchido por personagens bandidos, padres, cantores. Desse modo, um mesmo personagem pode desempenhar muitos papéis narrativos: ora de *agente-agressor*, ora de *agente-beneficiário*.

Nesse viés, iremos analisar nessa seção cinco situações narrativas nas quais é construída a imagem de vítima do personagem na trajetória de peripécias de G. Ramos no cárcere. O primeiro deles é a figura de Capitão Mata, que divide a cela com o autor desde os primeiros dias. As primeiras observações das quais o narrador toma nota demonstram o papel de vítima que lhe é atribuído:

Voltando-me, percebi ao meu lado o capitão Mata, expansivo, amável, a dizer-me coisas que não entendi bem. Formei sobre elas um juízo confuso, alterei-o e corriji-me depois, mas a princípio, desatento e mudo, com certeza dei ao rapaz uma impressão lastimosa. Confessou-me que estava inocente e era vítima de enredos e maroteiras dos colegas; necessitava repisar isto, como se eu fosse julgá-lo — estava inocente. (RAMOS, 1994, p.68)

Os relatos iniciais do companheiro de cela descrevem características emotivas e comportamentais: “expansivo” e “amável”. No primeiro encontro entre eles, capitão Mata frisa ser vítima de emboscada de colegas, portanto, sente a necessidade de ser julgado como inocente.

A atribuição de papel narrativo de vítima não é construída por G. Ramos e projetada no personagem; essa imagem é autoconstruída por capitão Mata, por isso, no lugar de relatar “ele era vítima”, o enunciador narra: “confessou-me que estava inocente e era vítima”. O uso do

²⁵ Em anexos.

discurso relatado indireto, nesse caso, mostra o distanciamento de G. Ramos em relação ao dito do outro, ou seja, essas são as palavras de capitão Mata, não dele.

Em outras passagens narrativas, G. Ramos volta a relatar o desejo de capitão Mata em ser visto como vítima:

Felizmente o homem não ligou importância a ela, deu-me as costas, voltou-se para o meu companheiro e interrogou-o com dureza. Capitão Mata aprumou-se, declarou-se vítima de calúnias e perseguições, como tinha por hábito fazer. (RAMOS, 1994, p. 69)

Afinal o meu caso era semelhante a dezenas de outros; parecia-me estulto desviar para ele a atenção de viventes ocupados nos seus negócios. Capitão Mata e Manuel Leal tinham-me aborrecido em demasia a alegar inocência, a falar em perseguições, iniqüidades. Essas lamúrias egoístas enraiveciam-me. (RAMOS, 1994, p. 145)

Nas descrições e narrações que o sujeito enunciativo de G. Ramos faz do seu companheiro de cela, em nenhuma vez identificamos o papel de vítima construído pelo narrador. Em todas as recorrências é sempre capitão Mata que constrói para si esse papel e tenta convencer os outros dessa posição. Os verbos que constituem o discurso indireto demonstram o afastamento do narrador diante da imagem atribuída, como “declarou-se”.

Nos trechos citados, notamos o *ponto de vista de engajamento* delineado pela modalidade de *recusa* do discurso do outro. A recusa resulta em outro ponto de vista, o de *avaliação*, no qual o sujeito narrador faz julgamentos do comportamento alheio. Os julgamentos resultam em comportamentos enunciativos, como: “tinha por hábito fazer” e “essas lamúrias egoístas enraiveciam-me”.

A primeira observação de G. Ramos, “tinha por hábito fazer”, revela uma análise do narrador sobre a repetição das alegações de inocência do personagem. Essa reincidência enunciativa e comportamental de capitão Mata não agrada G. Ramos e não o convence do papel de vítima. Na segunda opinião do narrador, “essas lamúrias egoístas enraiveciam-me”, temos o uso descritivo de qualificação de apreciação negativa com carga moral: “egoísta”. O uso desse axiológico demonstra que o sujeito enunciativo constrói avaliações negativas diante do desejo repetitivo de ser visto como vítima de capitão Mata. Aliás, essa descrição está baseada no universo de crenças do narrador sobre o que é bom ou mau nessa situação de cárcere. Podemos realizar possíveis interpretativos dessas crenças e inferir que para o enunciativo todos ali

presentes no cárcere são vítimas. Portanto, a alegação de ser visto como sofredor e inocente é um tanto quanto egoísta, pois, na verdade, todos os presos políticos naquele momento eram vítimas da ditadura do governo. A recorrência em ver-se vítima de capitão Mata pode também ser interpretada como um desejo de excluir da sua imagem o papel de comunista.

A relação interpessoal com capitão Mata, no que se refere à imagem de vítima, é abordada por distanciamento, além do que não há construções de processos narrativos nos quais arquiteta-se cenas que produzem efeitos da relação agressor/vítima. Em outras cenas, todavia, é possível perceber o processo narrativo e o papel de vítima que são projetados nos outros personagens, pelo ponto de vista do narrador. Esse é o caso de Carlos Van der Linder, estudante do Rio Grande do Norte:

O indivíduo que mais me impressionou ali foi Carlos Van der Linden, não porque manifestasse qualquer particularidade vultosa, mas por me haver começado a expor uma das coisas mais dolorosas engendradas pela cadeia. Era um rapaz magro, de rosto fino e pálido, a exprimir resignação, a irradiar simpatia. Uma dor profunda e serena. Estou a vê-lo sentado na bagagem, os braços cruzados, os lábios entreabertos, a arfar. Cobria-lhe o peito débil uma blusa fina, azul-marinho, de mangas curtas, à altura dos cotovelos. Chegaram-me, em pedaços de conversa, em frases incompletas, insinuações malignas a respeito dessa personagem. Não inspirava confiança. Por quê? Afirmaram-me vagamente que Van der Linden de certo modo se ligava à polícia, pelo menos se ligara. Acusação de tal monta, lançada sem prova, alarmou-me. Considerei que eu próprio ainda na véspera fora tomado como espião. E agora me faziam confidência de tanta gravidade. Qual o motivo da reviravolta? Despropósito na suspeita e na segurança com que me falavam, especialmente na segunda. Afinal os receios se justificavam, defesa natural. A mudança repentina me sobressaltou: nenhuma razão para me virem contar segredos. Busquei evitá-los, contrafeito. Como as informações se multiplicassem, tentei saber em que se baseavam. Nada de concreto: sugestões malévolas apenas. Indícios confusos encorpavam ali dentro, ganhavam relevo, mudavam-se em provas. (RAMOS, 1994, p. 223)

O processo narrativo da situação de agressão e da história da vida de Van der Linder no cárcere podem ser reconstruídos por nós, com base em Chauradeau, no modo de organização enunciativo, descritivo e narrativo. Acreditamos que o relato desse episódio de vida possa ser pensando como narrativa secundária. Consideramos, nesse ponto, que em *Memórias do Cárcere* temos o relato de vida principal, a da história de G. Ramos, e relatos de vidas coadjuvantes, como a de capitão Mata, de Carlos Van der Linder e de tantos outros personagens.

O processo narrativo dessa história secundária está na ação de acusação de traidor, que move o relato desse episódio da vida de Carlos Van der Linder. Tal denúncia é realizada por alguns detentos e é descrita como algo que “não inspirava confiança”. Dessa atividade alheia, inferimos o *ponto de vista de avaliação* do narrador de G. Ramos, por intermédio das

modalidades enunciativas de *opinião* e de *juízo*. Tais modalidades podem ser resgatadas por meio das qualificações dessa ação, e transmutam para o discurso as crenças dele, quais sejam:

Descrições da ação	
Acusação de traidor	Lançada sem prova Vagamente Despropósito Sugestões malévolas Indícios confusos

Quadro 6 – Descrição da ação – elaborado pela autora, 2020.

Em face dessas descrições, inferimos que na *memória individual* há o ponto de vista de G. Ramos, de apreciação desfavorável sobre a *memória coletiva* de alguns companheiros. Assim, temos o papel narrativo de *actante-agressor* projetado nos personagens que faziam as acusações, tomados como agentes que cometem um malefício de ato intencional contra uma vítima que sofre essa ação. Nesse caso, diferente da imagem de vítima de capitão Mata, com a figura de Van der Linder temos a construção e o processo narrativo que a justifica sendo produzidos pelo narrador. Em outras palavras, o papel de vítima de capitão Mata era construído pelo próprio personagem e não validado pelo narrador, já com Van der Linder, esse papel é produzido pelo narrador e argumentado pelo processo narrativo da ação.

No fragmento abaixo temos a construção narrativa da ação de acusação e em outras passagens deparamo-nos com a imagem que é projetada no personagem como vítima da ação:

Lembrei-me da viagem, das suspeitas que a bordo zumbiam sobre Van der Linden. Forjavam-se ali perigos inverossímeis, injustiças alargavam-se — e a vítima afinal vivia num ambiente hostil, percebia navalhas nos espíritos, gelo nas fisionomias, isolava-se na multidão. (RAMOS, 1994, p. 168)

Van der Linden e Mário Paiva também cuspiam sangue. No porão do *Manaus* tinham perfeita saúde. Mário Paiva me bebera meia garrafa de aguardente e me chateara em demasia: “— Lobato tinha uma flauta. A flauta era do Lobato.” Pobre do Van der Linden. Já nesse tempo se isolava, cercado por antipatias contagiosas, vagas censuras encobertas. A velha blusa de mangas curtas exibia os braços finos, as costelas, o peito débil. (RAMOS, 1994, p. 245)

A representação do papel de vítima é discursivamente realizada pela atribuição direta que G. Ramos lança para o personagem no enunciado “a vítima afinal vivia num ambiente hostil”. A imagem desse personagem é traçada pelo processo de individualidade, ou seja, pela inclusão do traço de personalidade moldado como vítima de injustiça. A relação interpessoal que o narrador possui com essa figura pode ser visto como uma proximidade e com uma orientação patêmica de simpatia. Esse sentimento pode ser observado tendo em vista a construção narrativa e da descrição identitária de “vítima”, no primeiro excerto, e de “pobre”, no segundo. A representação de mártir é desenvolvida pela ação de calúnia que tem por fim o intuito de degradar o papel social do personagem. A degradação da imagem é realizada por meio de agressões verbais de alguns detentos e que são interpretadas pelo narrador de G. Ramos como injustas.

O resumo da história de Van der Linder inicia-se no navio *Manaus*, que segue para o Rio de Janeiro, lá, ele é transferido para um dos piores espaços narrados em *Memórias do Cárcere*, a Colônia Correccional. Por consequência dessa vivência, a saúde do personagem é prejudicada, ao ponto de ser relatado por G. Ramos que ele cuspiu sangue e não conseguia ficar em pé. Nas últimas páginas do volume II é narrada a soltura de Van der Linder.

Tendo em mente a noção de *memória coletiva*, inferimos que a representação de capitão Mata e de Carlos Van der Linder é permeada por *continuidades* na construção de imagem: capitão Mata, com o papel de egoísta, e Linder, com o de vítima até findada a narrativa. Não obstante, com a figura de Miranda, podemos resgatar um processo de construção de imagem que se configura pelas *mudanças*.

De início, para compreender essa transformação representacional do outro na *memória individual e coletiva*, observaremos os primeiros relatos sobre o personagem de Miranda:

Pouco depois de nos haverem chegado os fugitivos do Pedro I, Sisson, Desidério, Ivan, presos ao cabo de horas de liberdade precária, uma estranha personagem surgiu no Pavilhão. Antecedera-a a grande fama. Organizador de mérito singular, altamente colocado no Partido Comunista, homem de saber e tato, viera do campo; notabilizara-se pela experiência conseguida no interior. Aliando a teoria à prática, subira rápido. Um dos mais notáveis influentes na sublevação de 1935. (RAMOS, 1994, p. 88)

Achava-me desejoso de conhecê-lo. Ouvia quase diariamente as palestras de Rodolfo, espalhadas em geral sobre toda a América do Sul, e interessava-me escutar o dirigente nacional: com certeza nos apresentaria o Brasil, bem conhecido em lentas observações, nas viagens e fugas arriscadas. Em seguida ao panorama, vinham dar-nos o pormenor. Esse indivíduo me acirrava a curiosidade. Chamava-se Miranda. O

verdadeiro nome era Antônio Maciel Bonfim, mas na vida ilegal adotara o pseudônimo, vulgarizado na prisão, e por ele o conheciam. Veio doente, consequência de maus tratos recebidos na Polícia Central, e ficou algum tempo na enfermaria, a sala à esquerda, além da grade. Isso desenvolveu a simpatia curiosa das células e indignou-as: nunca os métodos brutais da reação, pareceram, invisíveis e ampliados, tão bárbaros. Ferimentos vários cicatrizavam à nossa vista e não nos sensibilizavam, as próprias vítimas pareciam esquecer-los. As torturas infligidas a Miranda, arriado numa cama ali perto, conjugavam-se a aventuras e perigos, romantizavam-no, quase o glorificavam. Tínhamos enfim matéria suficiente para um esboço de herói. (RAMOS, 1994, p. 211)

O narrador realiza a apresentação da imagem do personagem de Miranda, nisso, há a contextualização sobre quem é essa figura. O narrador, nesse caso, utiliza um recurso de descrever características de Miranda antes mesmo da apresentação do seu nome. Essa organização discursiva pode ser inferida porque tem o efeito de ressaltar os aspectos sociais e de representação simbólica de herói. O nome verdadeiro do sujeito em questão é Antônio Maciel Bonfim, dirigente nacional do partido comunista.

A imagem pré-construída desse personagem é delineada por diversas qualificações positivas, como “grande fama” e “homem do saber e do tato”. Tais descrições imputam a imagem de ser intelectual e de muitos conhecimentos, inclusive sobre o contexto social e político do Brasil. Por se tratar de uma pessoa que possuía alto cargo no partido comunista, criava-se uma representação heroica desse personagem, principalmente pelo fato de ter sido agredido na prisão e apresentar as cicatrizes dessa tortura.

As descrições sobre a personalidade, o cargo no partido comunista brasileiro, a prisão e agressão geraram expectativas no narrador em conhecer tamanha figura. A avaliação e a opinião do enunciador molda-se, desse modo, por seu universo de crenças e configura-se discursivamente na representação antecipada do outro como herói. Transfigurada para Miranda, a admiração recai devido a uma pré-imagem produzida pelas características de um personagem sábio, que conhece bem a prática e a teoria, o qual inclusive foi torturado e conseguiu se elevar. Nesse sentido, o papel de vítima eleva-se para o de herói, uma vez que ao ser agredido ele evoluiu e conseguiu se reerguer.

Essas características da vida de Miranda moldam a representação de herói para um grupo social específico, os comunistas e os simpatizantes. Isso porque esses aspectos, para outro grupo, seriam a configuração de um marginal, um terrorista que atenta contra a segurança nacional. Desse modo, a construção dessa imagem de herói do outro revela o universo de crenças do narrador, e expressa quais características um sujeito deveria ter para ser tomado como tal.

A expectativa pela presença do personagem é tanta que G. Ramos revela que as cicatrizes alheias e os sofrimentos de outrem pareciam ser “menores” diante da peripécia de Miranda. Assim, as aventuras e os perigos que essa figura experimentou em sua vivência eram tidas como “algo maior”, como uma luta para o bem de todos.

Todavia, na narrativa de vida de Miranda não nos deparamos com a *continuidade* representacional de vítima e herói. A imagem que lhe fora atribuída como símbolo da luta dos comunistas e como intelectual foi transformada aos poucos no decorrer das memórias narradas de G. Ramos. A primeira quebra da imagem pré-construída de herói configura-se pelo primeiro discurso de Miranda, tão esperado por G. Ramos:

O essencial é desconfiar das lisonjas, representar de olhos abertos e com sangue frio o seu papel de símbolo; se se atribui valores duvidosos, se se enche de soberba, pode reventar como um pneumático. (RAMOS, 1994, p. 208)

Iria provavelmente acontecer isso a Miranda. O seu primeiro discurso, fluxo desconexo, me surpreendeu e irritou. Depois das palestras sérias de Rodolfo, aquilo fazia vergonha, uma palavrice infundável, peca, de quando em quando interrompida com uma frase boba, transformada em bordão: “— Isto é muito importante.” Em vão buscávamos a importância, e o aviso tinha efeito burlesco. Ausência de pensamentos e fatos, erros numerosos de sintaxe e de prosódia. Essas incorreções não se deviam apenas à ignorância do orador, realmente grande. O singular dirigente achava que, para ser um bom revolucionário, lhe bastava conhecer o ABC de Bukharin. (RAMOS, 1994, p. 97)

No discurso sobre Miranda, G. Ramos expressa sua apreciação desfavorável ao papel de vítima e de herói, sobretudo o de intelectual. A desconstrução da imagem de intelectual é realizada pela observação que o narrador faz do excesso de autoelogios e da soberba em ser visto como um herói, apresentada por Miranda. Aliado a isso, o discurso do personagem causava desgosto no narrador por não apresentar argumentos que justificassem a repetição do termo “isto é muito importante”.

Diante dessas considerações, notamos as transformações que são construídas ao longo da narrativa para o personagem. O ponto de vista de avaliação do narrador demonstra essa mudança devido ao seu universo de crenças. Ou seja, não há *continuidade* de herói e de intelectual porque a prática do outro não condiz com os imaginários sociodiscursivos do sujeito narrador.

No imaginário sociodiscursivo da representação de um herói intelectual e prático, para G. Ramos, haveria de existir alguns aspectos no que se refere ao papel de Miranda como orador diante dos demais presos, aspectos esses que demonstrariam a destreza ao discursar com clareza e a boa argumentação dos fatos. Nisso, há a crítica do narrador diante da superficialidade da enunciação do outro, ademais, percebemos ironia em “o singular dirigente achava que, para ser um bom revolucionário, lhe bastava conhecer o ABC de Bukharin” (RAMOS, 1994, p. 97).

A organização irônica pode ser apreendida no que tange à representação de “um bom revolucionário”, em contraste com “bastava conhecer o ABC de Bukharin”. Essa oposição traz à tona duas vozes morais: uma que defende que um revolucionário deve saber muito mais que apenas as ideias de um teórico. Como vimos no excerto anterior, G. Ramos esperava pelo discurso de Miranda com a expectativa de ele fornecer conhecimentos sobre a política e a economia nacional. Ou seja, esperava um saber aprofundando sobre as situações e os flagelos que os brasileiros eram obrigados a vivenciar devido às crises políticas. Assim, surge uma outra voz que expressa a superficialidade de apenas conhecer conceitos básicos do revolucionário Nikolai Burkharin.

Ao passo que a narrativa de vida de G. Ramos vai sendo relatada, temos novamente *mudanças* na representação de Miranda, como podemos ver em:

Era noite, haviam trancado os cubículos, a Rádio Libertadora funcionava. De repente, modificação no programa: uma rapariga entrava na sala 4. Dada a notícia, o locutor, segundo o costume, se animou e exigiu:

– Uma salva de palmas à companheira Fulana.

O entusiasmo vibrou, em conformidade com a exigência, acalmou-se, resolveu agüentar os percevejos e dormir. De repente a voz de Miranda se elevou, oferecendo-nos a seguinte informação:

– Essa novata é uma que na vida ilegal se chamava... E atirou-nos a alcunha da recém chegada.

Uma interjeição de pasmo ecoou. Com todos os diabos! Uma criatura cheia de responsabilidade largava tal denúncia a estranhos, aos faxinas e aos guardas. Sim senhor! Leviano apenas? Afastei essa fraca atenuante. As maneiras desagradáveis do homem, a desfaçatez, a exibição dos golpes infamantes, as arengas vazias e palavrosas, ligavam-se à coisa recente, convenciam-me de que não nos achávamos diante de um simples charlatão. Em quem deveríamos confiar? Felizmente aquele se revelava depressa. (RAMOS, 1994, p. 76)

Só entre os comunistas havia confiança, mas ainda aí surgiam às vezes surpresas. O dirigente de importância se chegava a polícia. Miranda me parecera, não sei por que, um tipo duvidoso. Observação involuntária. A pimponice, a mentira, a exposição vaidosa de ferimentos leves deixavam-me com a pulga atrás da orelha. Uma ligeira conversa — e separação definitiva. Tempo depois o miserável andava a elogiar Hitler, a dizer que o verdadeiro comunismo se realizava em Berlim. (RAMOS, 1994, p. 111)

Com base nesses excertos, compreendemos as *mudanças* de imagens que são construídas devido às ações de Miranda. A observação que G. Ramos relata, sobre o episódio no qual o dirigente expõe o nome do membro diante de guardas e de demais pessoas, o assustou. Essa mulher, a qual o sujeito falante não divulga em suas memórias, estava livre e lutava pelos ideais comunistas. A revelação do nome dela é um ato perigoso, pois na apresentação de rádios e demais situações comunicativas, o nome utilizado é um pseudônimo para que assim se resguardassem das prisões e das torturas.

Depois da publicação de *Memórias do Cárcere*, essa informação e a desconfiança levantada por G. Ramos ajudaram a contribuir para burburinhos políticos. Afinal, havia que se levar em consideração que um dos principais personagens do Partido Comunista entregava os demais colegas. Parte da antipatia direcionada a Miranda pode ser inferida pelo posicionamento político de G. Ramos, que simpatizava com os ideais de Carlos Prestes.

Vale, nesse ponto, fazer um breve relato da vida de Miranda, de acordo com Moreira (2016). Houvera uma rivalidade dentro do Partido Comunista devido a impasse entre Prestes e Miranda, porque o secretário não admitia a inclusão de Prestes no partido por divergências de ego, ambos queriam estar no poder quando a revolução se iniciasse.

Na pesquisa do historiador Moreira (2016), a divisão dentro do partido político foi deveras consequente para a vida de Miranda. Ele foi preso com a esposa, Elza Fernandes, em janeiro de 1936, quando foi duramente torturado, com relatos de agressões feitas por agulhas debaixo das unhas e surras que o levaram à inconsciência. Miranda adotou a estratégia de somente confirmar para polícia os dados de que ela já tinha conhecimento e ocultar aqueles que a organização não sabia. Talvez, por isso, quando Elza foi solta, em 1936, houve grande desconfiança do papel dela nessa liberdade, porque a polícia permitia encontros dela com Miranda.

Levantada tal hipótese, segundo Moreira (2016), Elza foi considerada delatora para a polícia, e por isso foi assassinada pelos próprios membros do partido, a mando de Prestes. Ao tomar conhecimento da morte da esposa, Miranda sente-se traído e colabora com a polícia no fornecimento dos nomes dos demais revolucionários. Ele teve sua liberdade em 1945, sem um rim e com tuberculose, foi expulso do partido e faleceu poucos anos depois, em consequência das torturas. A suspeita da traição de Miranda não é somente enunciada por G. Ramos; conforme Moreira (2016), autores da História Brasileira, como Leôncio Basbaum, Edgar Carone e Jonh Foster Dulles, consideravam que o personagem se tratava de um espião infiltrado

pela polícia. Seja como for, não nos cabe nesta pesquisa afirmar se Miranda foi realmente um traidor ou somente um injustiçado. Como analista do discurso, cabe-nos basear na organização discursiva e nos efeitos que o *corpus* nos permite analisar.

Após tomar ciência de um pouco da história de vida de Miranda, voltamos para a análise das mudanças da imagem dessa figura nas memórias de G. Ramos. A enunciação do *ponto de vista de avaliação* e de *opinião* sobre as ações e as imagens do personagem transfiguram de vítima e intelectual para mal orador e suspeito de traição. Essas atribuições de características são formuladas com base nos imaginários sociodiscursivos que habitam o universo de crenças do narrador.

A apreciação negativa, imputada às *transformações* das representações, pode ser compreendida conforme as descrições qualitativas que podem ser melhor vistas no quadro a seguir:

Transformações das projeções de imagem de Miranda			
Intelectual	Vítima	Mal orador	Suspeito de traição
Organizador de mérito singular	Doente	Soberba	Denúncia estranha
Homem de saber e tato	Torturado	Ignorância do orador	Leviano
Notável influente	Romantizam-no	Valores duvidosos	Charlatão
	Herói	Ausência de pensamentos e fatos	Tipo duvidoso
		Erros de sintaxe e prosódia	Miserável por elogiar Hitler

Quadro 7– Transformações das projeções de imagem de Miranda – elaborado pela autora, 2020.

A estratégia discursiva em informar e transformar os aspectos da imagem de Miranda aos poucos é um recurso no qual consideramos estar aliado ao efeito de realidade e de ficção. Ou seja, compreendemos que o narrador procura enunciar em seus escritos as memórias dos acontecimentos à medida que elas ocorreram. Ele poderia resumir, em apenas uma passagem, a desconfiança que alimentava sobre o caráter do personagem. Porém, a revelação e a metamorfose de vítima para traidor possuem maior aceitabilidade e efeito de realidade se o processo é realizado com mais informações e com o passar do tempo narrativo. Esse engenho discursivo pode ainda ter o efeito de proximidade com o leitor, pois, assim, o destinatário compartilha das mesmas experiências e pressupostos no tempo em que o narrador os fornece. De tal modo, a surpresa e o desgosto pela ação de Miranda podem ser transmutados do *eu que se conta* para o sujeito interpretante.

Esse período atroz no qual muitos sucumbiram em consequências das perseguições políticas é denunciado por G. Ramos em vários momentos. Destacamos agora um relato no qual notamos o delineamento do *sujeito narrador testemunha* assumindo uma função primordial de anunciar a ilegalidade e o desrespeito com a vida humana. Trata-se da narrativa de vida de Tiago:

E contou de novo a história, que me deixara incrédulo meses antes, no Pavilhão dos Primários. Tiago servia na marinha inglesa, muitos anos viajara em linhas do Pacífico. Um dia tivera o pensamento infeliz de se dirigir à América e saltara no Brasil, depois de longa ausência. Levado pelo amor, encaminhara-se ao Mangue. De volta, chamara um táxi. E ao saltar no cais do porto, ouvira a escorchante exigência da patifaria nacional: cem mil-réis pela corrida, um furto. “— Você está maluco, protestava Tiago. Pensa que sou gringo? Nasci no Rio, tenho isto de cor. Tome vinte mil réis, que é muito, e guarde o troco.” Berros do *chauffeur*: “— Ladrão, comunista!” Apitos, rolo, gritos, homens de farda, Tiago no embrulho. O chão molhado, a esteira, pulgas, percevejos, afinal o interrogatório. “— Que anda fazendo aqui? perguntara um delegado. Qual é a sua missão?” Tiago não tinha missão nenhuma: era marinheiro na Inglaterra e conhecia Java e Singapura. Brasileiro, tivera saudade, revira a pátria e fora ao Mangue. Apenas. Queria regressar ao navio, falar inglês, viajar novamente no Pacífico. “— Está bem, está bem, resolvera o delegado. Você fica. Não é bom que esse negócio seja contado lá fora. Você fica.” “— Doutor, afirmara Tiago, prometo não dizer uma palavra, esquecer-me do Brasil. Se me aparecer numa rua a nossa bandeira ou estiverem tocando ali o Hino Nacional, torço caminho, volto, passo longe. E deixo de falar português.” Essa promessa de nada servira. Tiago virara comunista, perdera o lugar no pacote — e, de cabeça rapada, vestindo zebra, carregava tijolos na Colônia Correccional. Grave, a testa enrugada, escutava a narração e movia a cabeça aprovando em silêncio.

Era aquilo. Se a bóia nojenta, os piolhos, os mosquitos, decidissem matá-lo, Tiago sairia do galpão como Domício Fernandes, em cima de uma tábua, envolto num lençol. (RAMOS, 1994, p. 232)

Tiago é mais uma vítima da perseguição política. O processo narrativo produzido para narrar esse episódio de vida tem duas ações principais: a denúncia do taxista, de que o brasileiro era comunista, e a prisão injusta, feita pelo delegado. Logo, temos no relato de caso a presença de dois *actantes-agressores* que são responsáveis pelo flagelo da vítima. As ações de ambos são feitas de forma consciente e intencional, visto que sabiam da inocência, mas mantiveram denúncias.

Os atos horrendos do taxista e do delegado têm por função a degradação da vítima. Da atividade ilegal do primeiro agressor, o taxista, notamos a intencionalidade de se realizar uma degradação por meio da eliminação e da vingança. Das atividades do segundo agressor, o delegado, notamos a continuidade da agressão e a eliminação do outro como ameaça.

O papel narrativo da vítima é construído pela imputação de responsabilidade aos agressores e à ação que lhe recai de maneira negativa. O personagem de Tiago tenta reagir à ação por meio de uma negociação para neutralizar a agressão, porém sem sucesso. Diante de absurda injustiça, Tiago foi preso em abril de 1936 e faleceu na prisão em 1936. G. Ramos não utiliza do vocábulo para atribuir a Tiago a imagem de vítima, todavia, esse termo não se faz necessário pela conjuntura que é narrada e pelos elementos de agressão.

A construção narrativa lança mão de todos os aspectos que orientam discursivamente para o processo de agressão/vítima. Para traçar esse processo, tem-se a presença dos agentes agressores e da ação que resulta penosamente no sofrimento da vítima. Os imaginários sociodiscursivos estão atrelados ao contexto situacional, pois há a crença social de que se um indivíduo é preso por vingança alheia, automaticamente, lhe é atribuído o papel de vítima.

Sobre o anúncio do fim da história desse personagem, deparamo-nos com a presença polifônica do *eu presente* e do *eu passado* do narrador de G. Ramos para relatar esse episódio alheio. No enunciado, “se a bóia nojenta, os piolhos, os mosquitos, decidissem matá-lo, Tiago sairia do galpão como Domício Fernandes, em cima de uma tábua, envolto num lençol” (RAMOS, 1994, p. 232), há uma mistura de memórias. Nesse discurso, o narrador antecipa os fatos que irão acontecer à vítima, pois, posteriormente, o enunciador revela a morte de Tiago e a sua retirada da cela. De tal modo, o *eu presente*, já ciente do falecimento do colega, antecipa de certa forma o que se deve esperar desse trágico acontecimento. Dessa previsão consideramos que há uma transmutação do *eu presente* para *eu futuro* na prenúncia do desfecho. Disso, interpretamos a polifonia memorialista que constitui uma narrativa de vida, pois sempre haverá marcas do *eu presente* na escrita do *eu passado*.

O ponto de vista do narrador sobre o crime contra Tiago é exposto em “me deixara incrédulo”, no qual o enunciador de G. Ramos expressa seu sentimento de antipatia direcionada à organização. Tendo em vista que nosso *corpus* é um fértil campo da presença do entrelace entre *memória individual* e *memória coletiva*, compreendemos diversos momentos nos quais observamos o elo entre tais dimensões da memória narrada. Assim, ao valer-se da *memória coletiva* e narrar os acontecimentos alheios, estará ali a *memória individual* do narrador, que expõe seus sentimentos diante do acontecido com o outro. Doravante, iremos analisar a organização discursiva das emoções no relato de outrem.

4. 4. Ocorrências discursivas em dois relatos de G. Ramos

Neste tópico, dedicaremos nosso olhar para a construção discursiva das emoções na narrativa de vida do outro. A seção será subdividida por dois relatos: o primeiro será o episódio em que G. Ramos faz o relato de caso de estupro de garotos no cárcere. O segundo será o momento em que Olga Prestes e Elisa Berger são entregues aos nazistas. Por serem histórias relativamente extensas, consideramos adequado inseri-las, por completo, nos anexos. Portanto, o primeiro relato estará em anexo 2; o segundo em anexo 3.

4.4.1 O relato de estupro

A narrativa de vida, seja de si ou de outrem, constitui-se pelo exercício da memória em enunciar fatos passados. Essa reconstituição dos acontecimentos poderá ser realizada tendo como base efeitos emotivos, assim, quando se exercita a memória de relembrar um período de agressão e maus tratos alheios, alguns sentimentos surgem nas memórias. Nesse ínterim rodeado e permeado de injustiças, G. Ramos observa e denuncia diversos crimes cometidos no cárcere. Um deles, do qual nos serviremos nessa sessão, será a narrativa de violação de um garoto. Antes de iniciar o relato, há o seguinte enunciado:

Verdades? Não sei. Narro com reservas o que me narraram, admito restrições e correções. (RAMOS, 1994, p. 311)

Inferimos efeitos de realidade e de ficção no que diz respeito aos relatos alheios. O narrador de G. Ramos deixa explícito que a história a ser contada é um relato do que ouvira no cárcere. Sendo assim, não pode ser tomada como uma realidade memorialista isenta de fatores de ficção. Diversas histórias ao serem narradas vão ganhando ou perdendo detalhes e informações que constavam no relato original. Por isso a nota em que o sujeito narrador explicita: “Narro [...] o que me narraram” (RAMOS, 1994, p. 311).

Após escutar súplicas noturnas, G. Ramos tenta descobrir do que se trata. Assim, a história que lhe foi contada é a que ele buscar relatar. Outros detentos, então, contam sobre os crimes que são cometidos contra alguns presos mais novos, como a venda deles para outros

presidiários. O sujeito falante de G. Ramos, então, decide compartilhar o que ouviu para seus leitores.

Para analisar essa narrativa do outro, valer-nos-emos do quadro de tópica de Plantin (2010) e das grandes tópicos de Charaudeau (2010). Para isso, realizaremos uma pequena modificação, iremos incluir uma coluna de descrição ao quadro de Plantin. Consideramos que as qualificações que o sujeito narrador realiza no discurso produz efeitos de si e de outro no discurso e, por tal motivo, observar tais qualificações nos parece um auxílio para melhor entender o *corpus*. Portanto a primeira coluna do quadro refere-se às características de qualquer situação que possam orientar para uma emoção; a segunda coluna representa como esses aspectos são narrados por G. Ramos; a terceira, por fim, contém as descrições que o enunciador faz do evento, das pessoas afetadas etc. Segue o compilado:

Tópica da emoção ao narrar o caso de violação		
Topos	No relato	Descrições e considerações
Evento	Estupro	Sujo e infame Hábitos inimagináveis
Pessoas afetadas	Garoto	Violado
Análogos	Natureza humana	Capaz de tudo Horríveis desvios
Tempo	Noite	-
Lugar	Cárcere	Fechados
Quantidade	Não somente com um garoto	Meninos abandonados Vagabundos Pivetes
Causa	Necessidades	Profundas
Agente	Guardas Presos Administração	Cúmplices Corrompidos Hipócrita
Consequências	Violência física e psicológica	Vergonha
Normas sociais	Agressão que provoca a vergonha	Exibição tumultuosa
Controle do evento	Sem possibilidade	Não tínhamos o menor indício Confinados
Distância	Longe	Achamo-nos longe daqueles indivíduos
Posicionamento	Desagradável	Me estarreceu

Quadro 8 – Tópica da emoção ao narrar o caso de violação – elaborado e modificado pela autora tendo como base a tópica da emoção de Plantin (2010) e o modo de organização do discurso descritivo de Charaudeau (1983).

Observamos no processo narrativo do outro que, exceto aqueles relacionados ao tempo, todos os aspectos possuem descrições realizadas pelo narrador de G. Ramos. Desse modo, o evento do estupro é qualificado como “sujo e infame”, os agentes responsáveis são representados como “cúmplices”, “corrompidos” e “hipócrita”. Assim, o uso de tais axiológicos desvela o ponto de vista por meio das avaliações e dos julgamentos que o narrador produz diante do contexto da situação.

O evento central do relato é a ação de estupro. Nesse sentido, o ato recai sobre a vítima com a função de degradar o estado inicial por meio de agressões físicas e psicológicas. Físicas, pois esse crime viola o corpo do outro. Psicológicas, uma vez que tal ataque lesiona e marca a alma do sujeito para toda a sua existência. Na perspectiva do narrador, tal crime é tido como “sujo e infame” e constitui “atos inimagináveis”, o que reforça as crenças de G. Ramos materializadas nessas qualificações negativas e morais.

O *actante-agressor* é representado por três agentes: os presos, os guardas e a administração. Desse modo, a ação da violação é feita, respectivamente, por quem realiza as vias de fato, pelos que vendem os menores e por quem ignora o crime e a vítima. Os julgamentos direcionados aos responsáveis do evento são percebidos pelo modo com o qual o sujeito narrador qualifica negativamente e moralmente os agentes. Por sua vez, os imaginários sociodiscursivos permeiam a projeção dos agressores.

O ato de imputar responsabilidade à administração e aos guardas exhibe os imaginários sociodiscursos dispostos sobre a visão do narrador diante do contexto enunciado. Assim, a administração é qualificada como “hipócrita”, tendo em vista a crença social de que a gerência presidiária não poderia simplesmente fazer “vistas grossas” em relação aos crimes sexuais dentro do seu domínio de espaço. Na narrativa, observamos tal aspecto em

[...] a administração finge castrar aqueles homens, insinua hipócrita que o trabalho e o cansaço tendem a suprir necessidades profundas, e ali se movem autômatos puxados para um lado e para outro. (RAMOS, 1994, p. 102)

No discurso, inferimos que na opinião de G. Ramos a administração deveria impedir, por meios legais, a propagação das infrações que ocorrem com os presidiários.

Além da culpabilidade da administração, o sujeito narrador incube culpabilidade aos guardas, que não só desprezam os pedidos de socorro da vítima, como também contribuem com

a venda de menores infratores para presos mais velhos. A qualificação que lhes é atribuída, de “cúmplices” do crime, permite-nos compreender a visão de mundo e o universo de crenças de G. Ramos. Se para muitos indivíduos há a circulação de imaginários sociodiscursivos nos quais o pensamento é de que os presidiários não mereçam ser bem tratados, para o sujeito narrador não seria assim.

Tendo em vista o processo narrativo da situação, na qual podemos delinear as tópicos que orientam para emoções, conseguimos projetar um contexto passível de expressão de emoções. Nesse ponto, de acordo com a tópica das emoções de Charaudeau (2010, p. 51), consideramos organizar-se nesse relato a tópica da antipatia.

Para o linguista, a tópica da emoção equivale ao imaginário sociodiscursivo (*Op. cit.*, p. 48). Isto é, os elementos que esboçam uma situação passam, antes de tudo, pela avaliação feita por meio do universo de crenças do sujeito falante. Nessa perspectiva, o papel de quem sofre a ação pode ser construído como de vítima ou de responsável. O que irá determinar essa visão serão os imaginários sociodiscursivos desse sujeito.

A construção da tópica, ou do imaginário, da antipatia requer a relação triangular: vítima, responsável e testemunha. O papel de vítima é atribuído ao garoto, o responsável se desdobra em preso, guarda e administração e o observador é o sujeito que narra. Além desse vínculo, o olhar do sujeito narrador deve voltar-se, duplamente, para a vítima e para o agente que causa o mal. Dito isso, por mais que o enunciador não faça nomeação direta de vítima e de agressor, as qualificações imputadas ao garoto e ao evento fornecem-nos informações a partir das quais podemos criar interpretativos desses papéis.

No relato, delineamos o estado de indignação do narrador diante da pessoa afetada. Para isso, ele mobiliza crenças sobre o bem e o mal e sobre as relações de dominação. O estado é desencadeado pela observação de que a ação é cometida com o “consentimento” de indivíduos que deveriam zelar pela segurança pública. O comportamento enunciativo da antipatia se materializa por meio de denúncias impostas aos guardas, que deveriam, no mínimo, conservar a integridade física dos presos. Tal queixa pode ser apreendida em:

Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer, e alguns vendiam pequenos delinquentes a velhos presos corrompidos — vinte, trinta, cinquenta mil-réis, conforme a peça. Esse comércio é tolerado, desemboca nele parte dos lucros obtidos na indústria mirim da cadeia. (RAMOS, 1994, p. 312)

O comportamento enunciativo revela o ponto de vista do narrador acerca da relação de poder entre os guardas e os garotos. Os “pequenos delinquentes” são tidos como mercadorias para os agentes e a ação de violação é tomada como um “comércio tolerado”. Aliás, nesse discurso, notamos que o papel de vítima não se limita somente ao “garoto violado”, pois a situação é pior: há vários outros no cárcere assumindo essa posição diante da criminalidade. A denúncia no relato desse caso mostra o fato de essa agressão acontecer com múltiplos outros sujeitos que não conseguem ultrapassar a relação de opressão entre preso e guardas. Opressão essa existente até mesmo entre os próprios presos, como vemos em:

Depois nos vieram noções complementares. Meninos abandonados, vagabundos, pivetes, cedo se estragam, não experimentam surpresa ao ser metidos nas células de pederastas calejados. Mas há reações, incompatibilidades — e se os meios suasórios falham, o casamento se realiza com violência. É o recurso extremo. Antes de usá-lo, o agente emprega blandícias, numerosos processos de sedução, e se não tem êxito, recorre às ameaças. Toma a comida do outro, joga-a na latrina, arrebatá-lhe das mãos o caneco de água, proíbe-lhe o cigarro, vigia-o sem descanso, requinta-se em afligi-lo. Dois ou três dias de fome, sede e maus tratos anulam a funda aversão; a relutância esmorece, finda. (RAMOS, 1994, p. 103)

Isso posto, o imaginário sociodiscursivo da antipatia pode ser reconstruído pelas descrições e de todo o processo narrativo que constitui o relato de caso do garoto. O termo de emoção “antipatia” ou do estado de “indignação” não são enunciados explicitamente na narrativa. Porém, nem só de explícitos vive a linguagem! Assim, os implícitos construídos por meios interpretativos do contexto situacional nos permitem traçar o efeito dessa orientação emotiva. Logo, não é necessário que o sujeito enunciativo diga: “eu denuncio que...”, ou “eu sinto antipatia de...” para que possamos perceber tais termos de emoção no discurso. Afinal, o contexto, as descrições, as narrações e os posicionamentos fornecem-nos dados que tornam possível a análise.

Em relação à antipatia, não há termo direto de emoção, todavia o sujeito narrador faz uma enunciação direta de sentimento quando anuncia: “me estarreceu”. Diante disso, temos um lugar do *eu* no qual o sujeito enunciativo atribui para si o efeito patêmico diante do evento. Inferimos nessa expressão de emoção a projeção da imagem de si que o narrador molda para ser vista pelo outro. Ou seja, a produção discursiva é constituída por um posicionamento realizado por emoção que perpassa aspectos morais e de crenças e demonstra indignação diante da situação patêmica.

Nos passos de Plantin (2010), quando se expressa diretamente um termo de emoção há também um lugar psicológico ligado ao sentimento. No enunciado “me estremeceu”, esse lugar é do *sujeito narrador que se conta*, quando ele utiliza o pronome de primeira pessoa do singular “me”. Essa é a construção da emoção de si para ser mostrada e narrada. Outros enunciados nos quais há termos de emoções são atribuídos a outrem, como se vê no quadro a seguir:

Emoções atribuídas ao outro	
Personagem(ns)	Enunciado de emoção
Garoto violado	Uma noite ouviram gritos desesperados
Pequenos delinquentes	Os angustiosos e inúteis apelos noturnos
Meninos abandonados, vagabundos, pívets	Restos de vergonha impedem a exibição tumultuosa

Quadro 9 – Emoções atribuídas – elaborado pela autora, 2020.

Nos dois primeiros enunciados são relatados os gritos e os apelos dos personagens, já as qualificações dos pedidos de socorro contêm efeitos patêmicos. Nesse raciocínio, os gritos são de “desespero” e os apelos são de “angústia”. Como vimos com Plantin (2010), quando um sujeito falante atribui emoções aos outros, na verdade, essa imputação é uma reflexão do que ele expressaria se estivesse no lugar de quem está naquela situação. De tal modo, notamos que ao projetar sentimentos haverá empatia nessa produção discursiva, pois, ao colocar-se no lugar dos sofreadores, os gritos soaram para ele da forma descrita acima. Dessa maneira, inferimos o processo de projeção de si antecedente ao ato de projetar o outro no discurso.

No terceiro enunciado, são mobilizados imaginários acerca das características que orientam para a expressão da vergonha. Não há modo de o narrador saber se os personagens experienciam o sentimento, portanto essa atribuição parte da empatia ao ver-se na posição do outro e movimentar as crenças norteadoras para a vergonha. Essa emoção integra a tópica da dor e está estreitamente relacionada com a degradação identitária. Por outras palavras, o sujeito nessa posição de agressão física produz uma referência de si negativa e acredita que o outro constrói a mesma imagem. Por isso, o esboço da vergonha lançado aos personagens nos permite analisar a autorrepresentação e os valores morais do sujeito narrador.

Outro aspecto a ser considerado é o distanciamento de G. Ramos com os personagens, assim, a atribuição das emoções é produzida tendo como foco principal o próprio universo de crenças. O espaçamento social e físico é compreendido em tais enunciados:

Achamo-nos longe daqueles indivíduos, conhecemos apenas os que vêm trazer a comida, fazer a limpeza, mudar a roupa das camas, e a princípio relutamos em conceber veracidade nas informações. (RAMOS, 1994, p. 313)

Cá fora passamos involuntariamente a raspadeira neles. Houve um momento em que nos vieram narrá-los, comentá-los, ou são produtos de fantasia desvairada, vestígios de sonho? Vacilamos em transmiti-los: não nos darão crédito, e isto nos deixará perplexos. (RAMOS, 1994, p. 311)

O distanciamento entre o narrador e os personagens é abordado de duas maneiras nos excertos. No primeiro, é focada a falta de proximidade física, já que eles não compartilham a presença nos mesmos ambientes. Por isso as imputações patêmicas estão no nível da empatia e da projeção de si para realizar a projeção do outro. No segundo trecho, o uso do dêitico “cá fora” nos permite compreender, além do distanciamento, a fragmentação identitária narrativa: há o desdobramento entre *eu preso passado* e *eu solto presente*. Nisso, inferimos a reflexão social que o *eu presente* faz sobre o modo como a denúncia é narrada, recebida e interpretada no momento da produção da escrita.

Por fim, apreendemos no relato do outro e na atribuição de emoções um movimento duplo de representação e simbolização que perpassa o universo de crenças. Logo, ao referenciar o outro, o sujeito de G. Ramos faz uma representação de si ao, digamos, empatizar-se com os sofrimentos alheios. Partiremos, doravante, para o relato da entrega de Olga Prestes e Elisa Berger.

4.4.2 O relato da entrega de Olga Prestes e Elisa Berger

Olga Benario Prestes e Elisa Berger, pseudônimo de Elizabeth Saborovsky Ewert, foram companheiras de cárcere de G. Ramos, junto com outras figuras femininas, como Nise da Silveira, Rosa Meireles, Eneida e tantas outras mulheres vítimas das perseguições políticas. Olga Prestes, alemã, foi revolucionária comunista na Alemanha, onde estava foragida, acusada de alta traição ao país. Segundo Zilberman (2019), no Brasil Olga participou da intentona comunista ao lado de Carlos Prestes, casou-se com ele, e, sendo presa em 1935, no Rio de Janeiro, anunciou sua gravidez de uma criança de Prestes. Durante a prisão, foi interrogada várias vezes para ceder informações sobre os grupos comunistas no Brasil. Sem a delação de Olga, Getúlio Vargas decidiu pela sua extradição para a Alemanha. Comunista, judia e acusada de alta traição, o destino da revolucionária nas mãos de Hitler estava selado. Ela foi assassinada

no campo de concentração feminino. Antes de sua morte, teve sua filha, Anita Leocadia Prestes, que foi entregue à avó.

Elisa Berger, apelidada como Sabo, teve o mesmo fim de Olga Prestes, morta em um campo de concentração na Alemanha. De acordo com Zilberman (2019), ela e o esposo, Harry Berger, mudaram para o Rio de Janeiro com a intenção de ajudar Olga e Carlos Prestes na coordenação do movimento revolucionário brasileiro. Ambos foram presos e torturados, Elisa foi espancada, eletrocutada e estuprada.

Na companhia dessas mulheres revolucionárias, o narrador de G. Ramos as observa e as qualifica:

Sinais de relance percebidos serviram-me para distinguir várias delas: os lábios vermelhos de Valentina, os cabelos grisalhos de Elisa Berger, os olhos verdes de Eneida. Olga Prestes era branca e serena. Rosa Meireles, forte e enérgica, tinha voz rija, decidida. (RAMOS, 1994, p. 167)

Essas mulheres ocupavam a sala 4, ala feminina do Pavilhão do Primários. Em alguns momentos, eles compartilhavam os mesmos espaços, e nessas ocasiões, o sujeito enunciativo de G. Ramos testemunhava a força e o brio dessas guerreiras que foram tão agredidas na prisão. Algumas características físicas ganham ênfase no olhar do autor, como os lábios de Valentina, os cabelos de Elisa, os olhos de Eneida, a cor e serenidade de Olga e a voz de Rosa.

Na parte 4 de *Memórias do Cárceres*, Casa de Detenção, há a narrativa da entrega das estrangeiras à Gestapo, a polícia secreta alemã. O narrador testemunha que em uma noite surgiram gritos de desespero que afirmavam que iriam entregar Olga Prestes e Elisa Berger à Gestapo. G. Ramos relata que o anúncio desse mal foi recebido com grande protesto pelos homens e pelas mulheres que ali se encontravam. Eles quebraram celas, camas e houve muita gritaria. Em silêncio, G. Ramos sofria sozinho com seus pensamentos, ciente de que as queixas dos colegas não resolveriam. A polícia alegava que haveria somente troca de prisão, e por fim, aceitaram que duas companheiras das vítimas as acompanhassem. Entretanto, tratava-se de um engodo: elas foram entregues aos alemães e as mulheres que as acompanhariam voltaram para a Casa de Detenção.

Com o relato do autor, alguns efeitos emotivos surgem na organização discursiva e narrativa do episódio. No intuito de compreender toda a cena situacional, procederemos da mesma forma utilizada anteriormente na análise dos efeitos patêmicos, lançando mão de um encontro entre a tópica da emoção de Plantin (2010) e o modo de organização do discurso descritivo de Chauradeau (1983).

Tópica da emoção ao narrar a entrega de Elisa Berger e Olga Prestes		
Topos	No relato	Descrições e considerações
Evento	Entrega de companheiras aos nazistas alemães	Covardia nacional
Pessoas afetadas	Olga	Grávida Branca e serena Infelizes Vítimas
	Elisa	Inofensiva Abatida Vítimas
Análogos	Comparações do campo de concentração	Fornos crematórios
Tempo	Noite	-
Lugar	Cárcere	Cárcere úmido, estreito Campo sórdido Opróbrio
Quantidade	Duas mulheres	Horrível ignomínia
Causa	Despotismo	Despotismo longínquo
Agente	Governo brasileiro	Bandidos Miseráveis
	Alemães	Assassinos estrangeiros Carrascos alemães
Consequências	Mortes e solidão	Teria filho entre inimigos, na cadeia Assassinadas
Normas sociais		Adulação torpe à ditadura ignóbil Nasceria longe uma criança
Controle do evento	Tentativa de controle por meio de protestos	Furiosos protestos Doía-me saber que essas rijas manifestações não teriam efeito no exterior
Distância	Proximidade	A pequena distância
Posicionamento	Desfavorável	Doía-me Deixava-me em situação penosa Sentia na alma um frio desalento Enchia-me de tristeza e vergonha

Quadro 10 - Tópica da emoção ao narrar a entrega de Elisa Berger e Olga Prestes - Quadro modificado e elaborado pela autora tendo como base a tópica da emoção de Plantin (2010) e o modo de organização do discurso descritivo de Charaudeau (1983).

No processo narrativo a ação principal do relato de G. Ramos é a entrega de Olga Prestes e Elisa Berger aos nazistas alemães. Dessa atividade surgem outras, como a revolta dos presidiários na tentativa de impedir que se concretizasse a transferência. Por meio da utilização das descrições que o narrador realiza na trama, podemos delinear imaginários sociodiscursivos da visão do enunciador em relação à ação. G. Ramos descreve o evento em

As duas mulheres sairiam do Brasil se a covardia nacional as quisesse entregar ao assassino estrangeiro. A idéia repelida voltava; enfraquecia o desejo de amortecê-la. Para que buscar a gente enganar-se. Eram capazes de tudo. (RAMOS, 1994, p. 169)

O ato é qualificado como “covardia nacional” e o posicionamento desfavorável do sujeito narrador pode ser interpretado tendo em vista a imagem das vítimas: duas mulheres, uma delas, aliás, grávida. Por serem acusadas de comunismo, seu fim estaria selado quando enviadas para os campos de concentração. Por decorrência disso, ao visar o destino atroz dos personagens, analisamos na tópica de consequência os imaginários e as simbologias que o sujeito narrador realiza do lugar de destino das vítimas. Em paralelo à visão do campo de concentração, há as descrições sobre as personagens. Assim, iremos realizar um quadro abaixo sobre a consequência da ação e das qualificações dadas às figuras femininas.

Consequência da ação	Pessoas afetadas	
Lugar de destino das vítimas: campo de concentração	Olga Prestes	Elisa Berger
Fornos crematórios	Presa	Presa
Câmara de gases	Vítima	Vítima
Cárcere úmido e estreito	Grávida	Seviciada
Campo sórdido	Branca	Inofensiva
Opróbio	Serena	

Quadro 11 – Consequências das ações – elaborado pela autora, 2020.

O modo descritivo por meio do qual é realizada a construção das imagens dos personagens mostra o contraste com o lugar de destino destas. Desse modo, as qualificações apontam para figuras que não mereciam o desfecho que tiveram: Elisa é tida como inofensiva, Olga, como serena, e ambas foram direcionadas para um espaço sórdido de degradação física e psicológica. Dito isso, fazemos possíveis interpretativos de que a descrição “covardia nacional” está relacionada com os imaginários construídos pelo sujeito narrador sobre as vítimas e as

consequências. Por se tratar de uma narrativa de vida em que constitutivamente há a presença da *polifonia interna* entre *eu presente* e *eu passado*, o conhecimento da fatalidade do destino das companheiras de cárcere pode ter contribuído para a construção descritiva e narrativa do relato.

Dada a conjuntura situacional, podemos traçar nessa narrativa o imaginário sociodiscursivo da emoção da simpatia direcionada ao papel narrativo de *actante-vítima* cedido às personagens femininas. A organização da simpatia está na oposição da antipatia, e ambas organizam-se pelas mesmas características. O que muda é o olhar do sujeito enunciador, que na simpatia direciona suas expressões emotivas às pessoas afetadas pelo mal de uma ação do agressor. Os agentes do flagelo de Elisa e de Olga são imputados à polícia brasileira e à polícia alemã, sendo o primeiro responsável pelas torturas e pela repatriação, e o segundo pela continuação dos maus-tratos e do assassinato.

O estado do sujeito falante perpassa a sensibilidade ao compreender a posição de perseguida das vítimas, e o comportamento enunciativo realiza-se pela compaixão. G. Ramos autoatribui termo direto de emoção no discurso: “em duro silêncio, fumando sem descontinuar, sentia na alma um frio desalento” (RAMOS, 1994b, p. 277). Imputando a si um sentimento, há uma intencionalidade na arquitetura da imagem de si para ser mostrada ao outro, ou seja, a representação de si deve se pautar pelo posicionamento de sentir pena diante das vítimas. O direcionamento do olhar sobre as vítimas pode ser percebido no seguinte excerto:

Mas porque, na horrível ignomínia, haviam dado preferência a duas criaturas débeis? Elisa Berger, presa, era tão inofensiva quanto o marido, preso também. Contudo iam oferecê-la aos carrascos alemães, e Harry Berger permanecia aqui, ensandecido na tortura. O nazismo não exigia restos humanos, deixava que eles se acabassem devagar no cárcere úmido e estreito. À noite, na sala 4, Elisa despertava banhada num suor de agonia, os olhos espavoridos. A lembrança dos tormentos não a deixava; um relógio interior indicava o instante exato em que, meses atrás, a seveciavam na presença de Harry, imóvel, impotente. Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida. Teria filho entre inimigos, numa cadeia. Ou talvez morresse antes do parto. A subserviência das autoridades reles a um despotismo longínquo enchia-me de tristeza e vergonha. Almas de escravos, infames; adulação torpe à ditadura ignóbil. Nasceria longe uma criança, envolta nas brumas do norte; ventos gelados lhe magoariam a carne trêmula e roxa. Miséria — e nessa miséria abatimento profundo. (RAMOS, 1994, p. 277)

A orientação patêmica da simpatia não está explicitamente anunciada; delineamo-la por meio da reconstrução das características da tópica conforme o contexto do relato. Essa emoção pode ser interpretada por meio de narrativas de episódios traumáticos da vida de Elisa Berger e

de Olga Prestes, como os maus-tratos, a insanidade do esposo de Elisa devido ao espancamento, a gravidez de Olga em um lugar nocivo.

No que se refere à norma social, compreendemos no discurso de G. Ramos imaginários sociodiscursivos acerca de gravidez e de nascimento de filhos. Os enunciados, “nasceria longe uma criança”, “teria filho entre inimigos, numa cadeia” e “ventos gelados lhe magoariam a carne trêmula e roxa”, permitem-nos observar as crenças do sujeito narrador sobre a maternidade. Nesse ínterim, a representação situacional das condições de uma gravidez atinge imaginários de felicidade, da presença de pessoas queridas, de carinho e bons cuidados que estão de lado oposto ao destino de Olga Prestes. Logo, a projeção do destino das vítimas está moldada pelas crenças do narrador que simpatiza e demonstra o sentimento de condoimento, tendo em vista as consequências do evento.

Isso posto, G. Ramos autoatribui emoções de tristeza e de vergonha no tocante à causa do evento que ele caracteriza como “despotismo longínquo”. Desse modo, o lugar do *eu* do narrador expõe seu posicionamento emocional diante do governo tirano e opressor. Na opinião formulada sobre o gerador da ação existem normas sociais que guiam a avaliação. Nisso, em “adulação torpe à ditadura ignóbil”, notamos a crença do sujeito na qualificação de algo que inspira horror e que, no ponto de vista moral, causa repugnância. Aliado a essas considerações, vale ressaltar a natureza da orientação patêmica da vergonha: ela está diretamente atrelada à representação de si para o outro. Por tal motivo, inferimos que essa expressão está direcionada à sua nacionalidade, ou seja, à vergonha e à tristeza de ser natural de um país que corrobora e pratica algo tão desumano, como a ditadura.

No relato ainda é possível observar a tentativa de controle do evento por parte dos companheiros de cárcere de Olga e de Elisa. O esforço é realizado por meio de protestos e de greves de fome, manifestações essas que se findam com o acordo de que as mulheres só iriam mudar de prisão e, para confirmar tal fato, poderiam enviar duas outras pessoas para acompanhá-las. No entanto, assim que saíram da Casa de Detenção, Olga e Elisa foram extraditadas e as outras figuras retornaram ao cárcere.

O narrador de G. Ramos autoatribui emoções acerca dessa tentativa de controle por intermédio dos enunciados: “Doía-me saber que essas rijas manifestações não teriam nenhum efeito no exterior” e “a queixa lúgubre deixava-me em situação penosa”. Compreendemos, nesse sentido, o narrador expressa seu sentimento que aponta para a simpatia que ele sentia com as personagens.

Outrossim, na narrativa ainda nos deparamos com uma heterogeneidade de memórias acessadas para relatar o caso. A memória híbrida pode ser apreendida no momento em que, ao narrar a entrega das personagens, o narrador relembra quando foi para a terrível Colônia Correccional:

Lembrei-me da viagem à Colônia Correccional. Demorara-me diante dos cubículos, a despedir-me dos companheiros. No pavimento de baixo, ao transpor a larga porta, lembrara-me de ver as mulheres da sala 4: encaminhara-me à direita, subira a escada. No atordoamento, não me era possível examiná-las direito. Estavam à grade, em filas, umas no solo, outras suspensas, os tamancos pisando as traves, as saias entaladas, as pernas entre os varões de ferro, seguras a eles. “— Adeus.” “— Boa viagem.” Pedacos de rostos, mãos, coxas, tamancos, frases amáveis, sorrisos, misturavam-se, vagos, inconsistentes. Na ala inferior, branca e serena, Olga me atirara alguns sons guturais, provavelmente a expressão de bom desejo, difícil de perceber aquela situação. A pequena distância, os bugalhos de Nise e os lábios sangrentos de Valentina. Desviara-me zozzo, descera, levando fragmentos vivos, a grulhada imperceptível e, dominando tudo, a fisionomia tranqüila, a alvura de nata, algumas palavras lançadas com pronúncia exótica. (RAMOS, 1994, p. 277)

A heterogeneidade memorialista é inferida porque há a presença de, no mínimo, duas lembranças sendo mobilizadas no relato: a lembrança da transferência dos personagens das mulheres para um lugar pior, o campo de concentração, e a lembrança de meses atrás, quando o próprio fora enviado à Colônia Correccional.

O fator que suscita a inclusão de uma memória dentro da outra pode ser desencadeado pela situação de despedida. Com essa perspectiva, a partida de Elisa e Olga fazem-no reviver o próprio deslocamento de prisão. Nessas recordações, ele alega lembrar somente de algumas partes do corpo, dos sorrisos e das frases de boa sorte expressas pelas detentas.

Essa mistura de memórias, de lembranças e de episódios é por nós interpretada, nesse caso, como uma materialidade discursiva da simpatia e da empatia que o narrador anuncia pelos personagens femininos. Ou seja, é um modo pelo qual podemos inferir que o sujeito narrador já sentiu ele próprio a angústia de ser levado a um lugar em que o desconhecido e o mal pareciam ser inevitáveis.

Por razão dessas considerações, entendemos que a narrativa de vida se constitui por uma multiplicidade de exercícios da *memória individual e coletiva*. Acreditamos ser essa uma exemplificação da polifonia interna do sujeito narrador de si que pode ser pensada como uma engrenagem. Esse pensamento pode ser ilustrado pela figura abaixo:

FIGURA 3
A NARRATIVA DE VIDA, O OUTRO E O EU



Figura 3 – A narrativa de vida, o outro e o eu – elaborada pela autora, 2020.

Na engrenagem no projeto de escritura de uma vida estará sempre presente o *eu* e o outro. Em nosso *corpus*, delineamos a narrativa de vida principal, ou seja, a prisão de G. Ramos. Dentro dela, há diversas outras narrativas de vidas secundárias, como no caso do relato da vida de Olga e Elisa. Por fim, dentro dessa narrativa do outro há um retorno da escrita de si. Tendo isso em vista, a heterogeneidade de memórias se faz pelo constante movimento de olhar para o *eu* e olhar para o outro, presente seja no relato de si, seja na história de outrem.

Pela observação dos fatos mencionados neste capítulo, consideramos o papel fundamental e indissociável do coletivo no fazer discursivo de si. Ademais, a representação discursiva e descritiva projetada nos “companheiros de vida” revela muito sobre a própria representação que o narrador faz de si. Assim, quando G. Ramos autoatribui emoções para si tendo em vista a situação alheia, há um duplo movimento de construção do sujeito narrador, pois há a imagem e a situação do outro sendo transfigurada para o que narrador intenta ser expresso e imputado na sua imagem. Em outras palavras, ao descrever e ao narrar o outro, o enunciador de G. Ramos descreve e narra a si próprio.

CAPÍTULO V

VAI-E-VENS DO DISCURSO NARRATIVO DE G. RAMOS E ALGUMAS DE SUAS ESPECIFICIDADES

5.1. Efeitos discursivos na narrativa de si

Pensando junto a Machado (2018), o narrador-testemunha possui sua verdade subjetiva diante dos acontecimentos históricos. Os efeitos de subjetividade na narrativa de vida de G. Ramos em *Memórias do Cárcere* são percebidos na introdução, momento no qual o sujeito enuncia considerações metalinguísticas sobre sua obra, quais sejam:

Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão — e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém um livro de memórias. (RAMOS, 1994, p. 35)

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. (RAMOS, 1994, p. 35)

Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. Foram apenas bons propósitos: devo ter-me revelado com frequência egoísta e mesquinho. E esse desabrochar de sentimentos maus era a pior tortura que nos podiam infligir naquele ano terrível. (RAMOS, 1994, p. 36)

No discurso de G. Ramos há apontamentos sobre o seu projeto de escrita, ou seja, trata-se de um livro de memórias de um sujeito que acredita estar no final de sua vida, portanto, será uma obra de publicação póstuma. Tais reflexões suscitam-nos a percepção sobre como conceber as lembranças do narrador. Isto é, ele não se aprisiona em amarras que possivelmente o prenderiam caso a publicação ocorresse em vida. Destarte, narra-se livre do que outros irão pensar sobre a verdade e a subjetividade do narrador-testemunha.

A liberdade de narrar, todavia, não pode se configurar em excesso, visto que assim o narrado correria o risco de ser taxado como simples devaneios. Assim, quando o enunciador explicita que em sua obra irá expor o que notou e o que julgou ter notado, há a presença do saber sobre a sua verdade subjetiva. Essa verdade, podendo divergir ou convergir com outras memórias, para ele assume posição de realidade, isto é, a realidade subjetiva.

Diante das considerações metalinguísticas da introdução, notamos a polifonia interna do sujeito na heterogeneidade do passado e do presente. No sujeito narrador dos trechos acima, predomina o *eu presente* na apresentação do seu livro de memórias, o que funciona como tentativa de limitar o espaço temporal. Na introdução haveria a predominância do *eu presente* e, nas memórias, do *eu passado*. Entretanto, a linguagem e o discurso não são transparentes e

explícitos, de modo que essa heterogeneidade de sujeitos temporais perpassa toda a narrativa. Poderíamos pensar, então, em predominâncias do *eu*, como na introdução na qual a ênfase estará no presente.

A linha tênue que separa esses *eus* pode ser notada na inclusão de aspectos referentes aos diversos sujeitos de si. Em outras palavras, no discurso da introdução notamos a predominância do *eu presente*, mas ali também estão alguns elementos que nos permitem captar a presença do *eu passado*. Um deles é a representação de si que G. Ramos constrói, uma no passado e uma no presente.

A imagem de si do presente pode ser delineada em “enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos [...] foram apenas bons propósitos”. Inferimos que o *eu presente* se autoatribui a imagem de *eu observador empático*, ou seja, o sujeito do presente se vê como alguém que observa o outro por meio de si, fazendo o constante processo de observação de outrem e dele próprio. Nesse sentido, o sujeito é empático, porque revela sentir as dores e os males dos outros. Tal representação de si está vinculada a maneira como o *eu presente* avalia o seu *eu* do passado: um sujeito que sentia empatia e observava os outros.

Paralelamente a essa representação de si, estão os julgamentos do narrador. No enunciado “devo ter me revelado com frequência egoísta e mesquinho” apreendemos a avaliação realizada no momento presente da escrita do *eu* do passado. Em outras palavras, o sujeito no momento do projeto de escrita avalia o seu *eu antigo*. Desse modo, com base nas crenças, o comportamento recordado é tido como de um *eu egoísta*. Possivelmente, esse sentimento é por nós interpretado tendo em consideração o estado de observação dos outros em relação a G. Ramos, pois possivelmente ele se mantinha em estado de silêncio perante os demais.

Aliás, na autoatribuição de sentimentos negativos, como o egoísmo e a mesquinha, notamos a inserção discursiva de outro *eu*: o *eu subterrâneo*, delineado com a confiança de emoções íntimas no que tange à sua imagem. Em: “esse desabrochar de sentimentos maus era a pior tortura”, compreendemos o julgamento e avaliações negativas de *eu*. A presença do *eu subterrâneo* só pode ser compreendida em uma narrativa de si, visto que ninguém, a não ser o *eu* próprio, seria capaz de desenterrar os diversos *eus* existentes no âmago da sua existência.

A revelação do lado mal de si por meio do discurso é considerada como efeito de confiança. O leitor, nesse viés, tem acesso aos segredos íntimos do narrador que compartilha as suas confissões. Essas confidências apresentam-se em duas perspectivas: a de que o narrador

deseja confessar relatos de si para outrem e a de que ele confessa a si mesmo por meio da escrita. A segunda opção seria como um processo de autoanálise no qual o divã é o discurso.

O sujeito narrador de G. Ramos revela outros segredos na narrativa:

Medo igual ao que experimentara anos antes, uma noite de lua. Achava-me no quintal de uma criaturinha sem-vergonha, meio escondido junto a uma cerca de bambu. Eram duas horas da madrugada. A mulher não vinha, fazia-me perder tempo, e a demora me impacientava. Abriu-se de repente uma janela na vizinhança, um cachorro ladrou; julguei-me descoberto pelo marido pulha da sujeitinha, larguei a espera, atravessei o portão, e saí correndo à toa na rua deserta. Era uma carreira trêmula e bamba, os joelhos chocavam-se, pernas de velho; um soluço esmorecia me na garganta e em mim tudo se resumia numa necessidade horrível de chorar. Queria deter-me, condenava severo a fuga ridícula, mas alguém me perseguia, esta idéia absurda atirava-me para a frente. Negava a existência da perseguição, considerava-me estúpido, mas era impossível refrear os movimentos desengonçados. Em completo abandono, vivente infeliz, sem nenhuma defesa. A brancura do luar desesperava-me. Habitava uma cidadezinha sertaneja, todos aí me conheciam. Negociante, figura mais ou menos razoável. Se um dos meus fregueses surgisse na rua, me apanhasse naquele estado? (RAMOS, 1994, p. 114)

Nesse discurso, percebemos a heterogeneidade de memórias. O narrador quando escreve sobre sua vida interrompe constantemente o fluxo discursivo, chamando a atenção para as questões sobre o seu trabalho, sobre a família.

A interrupção é por nós tida como uma cenografia discursiva que introduz a diversidade memorialista do narrador, na qual o tempo transita frequentemente entre passado, presente e futuro. Dessa forma, por mais que na narrativa de vida prevaleça a intenção de narrar fatos contínuos temporalmente, há janelas na consciência que se abrem para outros acontecimentos. Nessa perspectiva, surge o passado do passado, em que lembranças anteriores aos fatos narrados são mobilizadas pela memória do sujeito.

O efeito de confiança pode ser delineado quando o narrador de G. Ramos partilha informações íntimas sobre um episódio do passado de quando ele estaria, provavelmente, na casa de uma mulher casada. A narração desse caso é entendida como uma confiança do narrador, tendo em vista que acontecimentos desse patamar podem ser considerados segredos: uma mulher casada tendo relações extraconjugais com o narrador.

Nas lembranças dele, pela demora da mulher e com o medo de ser descoberto por alguém, ele entra numa atividade de fuga com receio de ser pego, situação embaraçosa e um tanto quanto irônica. Alguns imaginários sociodiscursivos são mobilizados nesse receio de ser flagrado cometendo atos não tradicionais. Para isso, é fundamental a observação e a consciência do narrador sobre seu papel social naquela época: o de negociante em cidade pequena (podemos

relembrar aqui que na trajetória de vida de G. Ramos, por tempos ele exerceu a posição de comerciante da loja do pai).

Levando em conta a situação da cena, inferimos a auto análise sobre o papel social do narrador no que tange às consequências da descoberta do caso. Para o narrador, a situação em si estaria em desacordo com a semântica coletiva de fidelidade, e a sua participação em tal cenário seria uma degradação da sua imagem ao olhar alheio. Tal imaginário é lançado àquele que o descobrisse, originando a projeção da imagem de si no outro. Desse modo, o receio de ser reconhecido praticando ilegalidades morais está na consequência social de como o sujeito narrador acredita ser representado no universo do outro.

A interrupção do fluxo sequencial da narrativa de vida por vezes tem a funcionalidade de construir pensamentos sobre o trabalho. Como bem afirma Machado (2016), na história de vida o trabalho do sujeito narrador estará presente em suas recordações e, por vezes, os relatos sobre a posição social esboçam a identidade de um *sujeito narrador intelectual*. Por ser a Literatura uma função relevante na experiência de vida de G. Ramos, haverá em diversos momentos reflexões sobre sua prática, por meio das quais podemos apreender o *efeito de saber do sujeito narrador intelectual*. Para essa observação, selecionamos o seguinte excerto:

Estranhei ver José Lins afastar-se da bagaceira e do canavial, tratados com segurança e vigor em obras anteriores, discorrer agora sobre Fernando de Noronha, onde nunca esteve. Um crítico absurdo o julgara simples memorialista, e o homem se decidia a expor imaginação envolvendo-se em matéria desconhecida. Pessoa de tanta experiência, de tanto exame, largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante. O indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespero sem causa aparente, a covardia substituída por atos de coragem doida. [...] A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinam bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos. O começo do livro de José Lins torturava-me. Quase desejei ver o meu amigo preso. [...] Isso era trabalho para José Lins, retratista de almas, capaz de movimentar uma sociedade. Senhores de engenho, trabalhadores do eito, sinhás-moças, negras velhas mais ou menos escravas, mexiam-se à vontade na obra séria do romancista excelente. Bueiros, caminhos, árvores e rios, canaviais. E pessoas vivas. Tudo vivo. A tia medonha, as primas, estavam vivas. E os lugares também viviam. Agora, comprometido e célebre, dava-nos coisas mortas. Para que, Deus do céu? A exigência do leitor ou do crítico não deveria levá-lo a desonestidade. Afastei a palavra dura. Não era bem isso. Ingenuidade, sim, ingenuidade. Esperávamos dele a experiência. (RAMOS, 1994, p. 206)

O efeito de saber configura-se por intermédio do papel social de intelectual e de crítico literário nas avaliações da obra de José Lins. A representação do amigo e literato para o narrador

assume imagem de “retratista de almas”, tendo em vista a destreza e a gênese do romancista na construção dos personagens nas tramas regionalistas.

G. Ramos expressa seu ponto de vista sobre a última obra lançada de José Lins: para ele o autor distanciou-se de sua expertise ao criar uma obra que não se aproxima da experiência do romancista. Esse distanciamento é originado tendo em consideração as críticas de um dado autor, que fizeram José Lins desenvolver um assunto com o qual não estava familiarizado. Notamos nas reflexões do narrador o fluxo de avaliação, que primeiramente assume opinião de “desonestidade” do amigo, sendo esse julgamento modificado quando passa-se a defender a “ingenuidade” de José Lins em desviar-se do ambiente do engenho.

Com o posicionamento de G. Ramos percebemos o efeito de saber sendo perpassado pelas considerações perspicazes sobre a sua posição de crítico literário, as quais poderiam até criar um efeito de conselho aos autores. Para G. Ramos, o solene e o profundo da obra produzem-se, previamente, pelo processo de empatia do autor com o mundo narrado. Precisa-se sentir para narrar com profundidades e com verdades subjetivas. José Lins é representado por G. Ramos como um observador das “almas”, isso em face do testemunho do espaço, do tempo, das pessoas que vivem no engenho. Depois, essas figuras são modificadas, transfiguradas e ganham outras vidas no mundo discursivo.

Nesse sentido, deparamo-nos com o ponto de vista de G. Ramos, o qual interpretamos ser desenvolvido pela observação e pela empatia com o outro. Assim, o engajamento social e econômico nas obras do romancista alagoano pode ser compreendido levando em consideração a visão de mundo do indivíduo. A empatia de G. Ramos está na observação da situação de relação de poder entre opressor e oprimido, nas consequências dos fatos para o sujeito psicológico e social. Em nossos pressupostos, assim como José Lins é um “retratista das almas”, G. Ramos é um “escavador das almas” que busca atingir o subsolo da alma do outro e de si.

Dito isso, na narrativa de vida surgem efeitos de confiança, de saber, de realidade e de ficção. Nas confissões e nos saberes do sujeito narrador predomina a subjetividade das memórias e das lembranças. Associada à subjetividade estarão também efeitos de realidade histórica e social que buscam arquitetar uma realidade prática ao relato de si. Dados específicos, como nome de cidades, datas e acontecimentos conhecidos fornecem à narrativa um certo grau de confiabilidade histórica e produzem efeito de realidade.

O efeito de realidade e de ficção surge em momentos nos quais o narrador fornece informações do mundo empírico, pode-se dizer, como no seguinte trecho:

Esses acontecimentos de três dias foram relatados mais ou menos em ordem, apesar de apresentarem falhas, os lugares surgirem imprecisos, as figuras não se destacarem bem no ambiente novo. A 6 de março, porém, íamos entrando na rotina — e daí em diante não me seria possível redigir uma narração continuada. (RAMOS, 1994, p. 34)

O tempo cronológico explícito em *Memórias do Cárcere* inicia-se no capítulo inicial, depois da introdução, com a informação do mês de março, que se repete no excerto supracitado. Essas são as duas únicas referências de tempo cronológico no *corpus*, e daí vem o aviso de G. Ramos, de que a narrativa não ocorrerá de forma continuada. Isso reflete as lacunas da memória, afinal nem tudo que vivemos fica armazenado em linha contínua e cronológica, de modo acessível integralmente, assim como ocorreu. Lembranças vêm e vão conforme a situação, os sentimentos, os imaginários, as relações interpessoais. Além do mais, muito do *eu* presente impacta nas recordações, seja na forma como o *eu* inconsciente deseja reviver os fatos ou nas lacunas preenchidas pela ficção. A ficção na história de vida, por vezes, é a realidade subjetiva do sujeito narrador.

Os espaços e a opacidade das memórias podem ora ser completados por imaginários ou podem simplesmente deixar de ser recordados. A lacuna do exercício da memória é por vezes assumido pelo narrador de G. Ramos:

Vendo-me a redigir as notas difíceis, sentado no caixão. enxergando mal na sombra densa, o nariz junto à folha, a valise sobre os joelhos servindo-me de escrivaninha, o padeiro ofereceu-me o seu camarote, perto do escotilhão e do mictório improvisado. Não me lembro do oferecimento — e isto revela a minha perturbação. Nem consigo reconstituir a figura do padeiro. Sei que era um homem baixo, moreno, de mangas arregaçadas. O resto perdeu-se. O indivíduo que me livrou daquele inferno e me facultou algumas horas de silêncio e repouso sumiu-se e poucos traços me deixou no espírito. Esqueci as conversas que tive com ele. Provavelmente não houve conversa. Algumas palavras apenas. E achei-me num cubículo onde havia um beliche, mesa estreita. (RAMOS, 1994, p. 169)

O vácuo das lembranças não possibilita a reconstituição exata do personagem com quem conversava G. Ramos, porém, esse espaço não é completado. Em outras situações, entretanto, a ficção e o imaginário prevalecem nas memórias narradas. Podemos citar um momento no qual o narrador recebe uma fotografia dos filhos no cárcere, e o objeto então torna-se um propulsor que o leva a imaginar as crianças ao lado dele:

Era realmente para mim, rasguei-o, vi um cartão, a fotografia dos meus três filhos mais novos. Num assombro, olhei as figurinhas distanciadas por tantos sucessos

imprevistos; devo ter ficado minutos sem nada entender, suspenso. Esqueci a presença de Hora e Sérgio, num instante as crianças me apareceram vivas e fortes: tinham deixado a praia, a areia branca de Pajuçara, feito longa viagem, transposto diversas grades — e estavam no cubículo 35. Uma delas usava boina, um laço de fita ornava os cabelos da segunda; as camisinhas leves deixavam à mostra as pernas afeitas às correrias ao sol; ao centro, o garoto carrancudo, com jeito de homem. Pouco mais ou menos me achei como um vidente de fantasmas. De que jeito me haviam chegado aquelas almas do outro mundo? Se fiz a pergunta, não percebi durante algum tempo que a explicação se amarfanhava entre os meus dedos trêmulos. Recompus-me devagar, procurei debalde a carta. [...] Surdo a esses rumores, alheio à presença dos companheiros de célula, perdia-me em reflexões inúteis, mirando o cartão de quinze centímetros. (RAMOS, 1994, p. 267)

Com o olhar para a fotografia G. Ramos começa a pensar nos filhos e nisso é transportado para uma outra realidade ficcional, na qual as crianças estariam ali, na cela, com ele. Essa fuga situacional e espacial pode ser interpretada como a imersão do *eu pai* de G. Ramos. Nesse contexto, o papel social de pai surge com mais intensidade no íntimo do narrador, levando-o a imaginar-se na presença dos pequenos. O escape do lugar e do tempo é considerado como efeito de realidade e de ficção à medida que o narrador relata a imaginação da presença das crianças.

Na situação em que se encontra G. Ramos, fugas temporais podem ser normais, assim como transportes mentais para outros contextos. No caso acima, a evasão foi motivada pela lembrança dos filhos, e em outros casos no *corpus*, deparamo-nos com outras interrupções do fluxo discursivo:

Uma frase repetida, que se despojara de significação, martelava-me: o estado de guerra ia ser prorrogado. Isto me aborrecia. Para o diabo o estado de guerra. Imaginei-me em país distante, falando língua exótica, ocupando-me em coisas úteis, terra onde não só os patifes mandassem. Logo me fatiguei dessas divagações malucas e dei um salto para trás, vi-me pequeno, a correr num pátio branco de fazenda sertaneja, a subir na porteira do curral, a ouvir os bodes bodejarem no chiqueiro. De qualquer forma, enveredando no futuro ou mergulhando no passado, era um sujeito morto. Necessário esquecer tudo aquilo: o porão, o carro de segunda classe, o tintureiro, os cubículos, a recordação da infância, o país distante e absurdo, refúgio impossível. Não sei quem me tirou dessa horrível apatia, alguém que me pediu um cigarro ou ofereceu qualquer coisa. Regressei à realidade, enxerguei fisionomias sucumbidas. (RAMOS, 1994, p. 44)

Outro efeito de ficção é percebido no relato acima, no qual G. Ramos evade espacialmente para outro país e temporalmente para o passado. A fragmentação temporal nos fornece elementos em que delineamos a diversidade identitária do narrador entre *eu engajado* e *eu criança*. Com o *eu engajado* há imaginários sociais e políticos de um país divergente do

Brasil, ou seja, deparamo-nos com críticas sobre os governantes. Ao imaginar estar em lugar onde se fazem “coisas úteis”, compreendemos tratar-se do engajamento social e econômico que deve fazer parte da forma de atuar o governo. Já a evasão para o *eu criança* recorda-se de fatos felizes e rotineiros de quando G. Ramos era pequeno e brincava na fazenda da família. Essas fugas da realidade objetiva da cela podem ser consideradas como realidades desejadas pelo narrador que se encontra em situação penosa.

O fazer discursivo do romancista é deveras profundo no que tange à universalização e à individualização. O autor consegue usar em suas memórias aspectos que fazem o leitor compartilhar as dores do ser humano, como a solidão relatada nos fragmentos acima. Acreditamos que as fugas para a família, para outro país e para a infância são caracterizadas pela solidão do narrador na cela, pois, mesmo cercado de diversos companheiros, sentia-se só em alguns momentos.

Por fim, a subjetividade que marca a narrativa de vida de um sujeito que se dispõe a compartilhar suas memórias estarão sempre dialogando no fazer discursivo. Ademais, a subjetividade permite que o autor abra diversas janelas do fluxo narrativo para vários horizontes nos quais o leitor deleita-se com a preciosidade discursiva e linguística de sentidos que G. Ramos, com sua experiência, consegue nos fazer perceber e sentir.

5.2 Nuances do sujeito narrador testemunha: o eu irônico

O *sujeito narrador testemunha* da narrativa de vida presente em *Memórias do Cárcere* pode ser observado nos relatos em que percebemos as denúncias sobre os maus-tratos que ele e os companheiros sofriam na detenção, nos discursos sobre a ditadura, nos casos contados sobre estupros e violências contra homens e mulheres. O anseio em revelar as peripécias do cárcere é compartilhado com o diretor da Colônia Correccional, lugar no qual os detentos eram tratados dos piores jeitos possíveis. O narrador relata que certo dia fora chamado pelo diretor para ser avisado de sua transferência. Nesse encontro, há o efeito do desejo do testemunho de G. Ramos:

Chegávamos à cancela. E experimentei de chofre a necessidade imperiosa de expandir-me numa clara ameaça. A desarrazoada tentação era tão forte que naquele instante não me ocorreu nenhuma idéia de perigo.

— Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
 — Pagar como? Exclamou a personagem.
 — Contando lá fora o que existe na Ilha Grande.
 — Contando?
 — Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.
 O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:
 — O senhor é jornalista?
 — Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.
 O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:
 — A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever. (RAMOS, 1994, p. 158)

O narrador-testemunha irônico revela-se quando G. Ramos intencionalmente ameaça o diretor com o procedimento das denúncias sobre o tratamento dos presidiários na Colônia Correccional. Essa identidade desdobra-se na estratégia linguística e discursiva usada pelo enunciador por meio das ameaças veladas. Nessa ameaça velada deparamo-nos com a imersão do sujeito-irônico de G. Ramos.

Na esteira de Machado (2016b) discorremos anteriormente que na narrativa de vida há uma polifonia interna que significa a existência de diversos *eus* no íntimo do ser discursivo. Conforme o *eu narrador* se desvela e se constrói no enunciado, por intermédio das memórias, emanam diferentes nuances da identidade do sujeito-falante. Em nosso *corpus*, a ironia latente de G. Ramos direciona para características identitárias, do sujeito narrador ao *eu irônico*.

O *eu irônico* é traçado, de acordo com Machado (2018), com o contraste de vozes no discurso. Para compreendermos o traço irônico em G. Ramos, observamos as escolhas linguísticas e discursivas que divergem da realidade do cárcere. Será nesse léxico que delinearemos a ironia do romancista. O uso de qualificações para descrever o tempo e o lugar de sua experiência na Colônia Correccional é uma escolha irônica, pois diverge do que realmente G. Ramos avalia. As qualificações usadas são:

Colônia Correccional	Recordações excelentes Assunto magnífico Hospitalidade
----------------------	--

Quadro 12 – Qualificações – elaborado pela autora, 2020.

Dessa maneira, a escolha linguística das descrições contrasta com a situação real à qual o narrador se refere. Assim, a ameaça em narrar a situação, feita para o diretor suplente, é

permeada pelo discurso irônico de G. Ramos, que delineia, aliás, a nuance de *eu afrontoso*. Essa característica identitária é compreendida por intermédio da intimidação irônica realizada pelo narrador, que na situação comunicativa exercia papel social de preso político diante do diretor do presídio. No relato desse episódio, notamos uma análise psicológica de si aliada à interpretação social e cultural, uma vez que o narrador expressa a “necessidade” e a “tentação forte” em produzir ameaças ao diretor. A avaliação do estado próprio do desejo em ser irônico tem a interpretação do narrador de que possivelmente tal ação poderia gerar-lhe riscos. Os perigos poderiam ser desde torturas no cárcere a atenuação da perseguição.

Isso posto, o uso do diálogo chama-nos a atenção para o efeito de veracidade que esse recurso provoca, ou seja, dá a impressão de realidade, como se todos os diálogos fossem reproduzidos da mesma forma como ocorreram no passado.

Outrossim, o *eu irônico* de G. Ramos revela-se, surge da polifonia interna para assumir suas características irônicas e críticas na situação com o diretor, com a ameaça de denúncia e com a escolha de chamar os funcionários do presídio de ladrões. A segunda produção irônica é produzida no mesmo episódio no qual o narrador é chamado à diretoria para receber o telegrama de que iria sair da Colônia Correccional e ir para o Pavilhão dos Primários. Depois de receber o documento, antes de sair, G. Ramos acusa os empregados da secretaria de lhe furtarem a carteira.

Dirigi-me à porta, uma lembrança deteve-me: recuei, murmurei à toa, sem escolher palavras:

— Ó doutor, quer fazer-me o obséquio de mandar procurar uma carteira que me furtaram aí na secretaria?

O sujeito olhou-me severo e respondeu firme:

— Aqui não se furta.

— Santo Deus! tornei. Aqui não se faz outra coisa. Todos nós somos ladrões. Por que é que estamos na Colônia Correccional? Porque somos ladrões, naturalmente. Pelo menos é esta a opinião do governo. [...]

Larguei isso com um sorrisinho mau, impertinente, repisando frases. O objeto perdido não me fazia grande falta, nem uma vez pensara em reavê-lo. Mas, feita a reclamação, pegava-me a ela, por ver que estava causando aborrecimento ao funcionário antipático. Insisti, ele mandou chamar o rapaz da secretaria. [...]

Insisti na reclamação por teimosia, só para chatear o médico. [...]

Não me calei. E o moço da secretaria, negando sempre, começou a perturbar-se. De repente saiu. Dispunha-me a sair também, avizinhava-me da porta, quando ele entrou de novo, e me estendeu a carteira:

— É esta?

Recebi-a, tirei do bolso o porta-níqueis, desafivelei o cinto, fui colocar tudo sobre a mesa, conferi os monogramas:

— Está aí, doutor. O ladrão veio trazê-la. E o doutor a dizer que aqui não se furta. Engraçado. Recolhi os três objetos, rindo alto. Mordia os beiços para reprimir a manifestação ruidosa, e não me continha:

— Aqui não se furta. Adeus, doutor. Muito obrigado. (RAMOS, 1994, p. 156)

O *eu irônico* do sujeito narrador constrói-se por intermédio do contraste de vozes no discurso com o recurso de dizer o contrário do que realmente se intenciona comunicar. Para isso, o sujeito enunciador cria a situação de reclamar sobre a carteira perdida com o fito de acusar os funcionários de ladrões. Após o sujeito narrador denunciar o objeto roubado, o diretor do presídio enuncia que ali não existe tal prática. Para rebater esse argumento, G. Ramos utiliza a crítica irônica direcionada ao governo, dizendo que todos naquele lugar eram ladrões.

Com o anseio de realizar a acusação, o sujeito narrador frisa a reclamação até o ponto em que o personagem procura a carteira e o devolve. Nesse ponto, a ironia se conclui com a mistura de vozes dos enunciados “O ladrão veio trazê-la.” e “aqui não se furta”. A voz do primeiro discurso atribui a qualidade de ladrão ao funcionário, em outras palavras, ocorre a afirmação do roubo. Essa voz entra em contraste com a do segundo discurso, que realiza a negativa da ação do furto. Em resumo, a ironia se produz e se realiza pelo embate antagônico desses dois discursos.

A negação intencional é vista como uma forma de transgressão. A negativa irônica inicia-se desde o início do relato desse episódio com o enunciado “murmurei à toa, sem escolher as palavras”. Isso porque, obviamente, as palavras foram bem selecionadas pelo narrador com o fito de acusar os funcionários de ladrões. De acordo com Machado (2018), a transgressão no discurso pode provocar o efeito da ironia, e nesse sentido consideramos a transgressão intencional na narrativa de vida nesse episódio, no qual o sujeito enunciador diz uma coisa com a intencionalidade de dizer outra. Dessa forma, o resultado da reclamação sobre a carteira — a sua devolução — não é o esperado; primordialmente é esperada a situação que possibilita taxar e moldar a representação dos empregados.

No que tange ao traço identitário, observamos autoanálises psicológicas que o sujeito narrador realiza sobre o *eu irônico* dominante na ação. Essas avaliações de si como um sujeito irônico são notadas nos enunciados: “larguei isso com um sorrisinho mau, impertinente”, “insisti na reclamação por teimosia, só para chatear o médico” e “recolhi os três objetos, rindo alto”. Ou seja, na multidão de *eus* que habita o universo íntimo de G. Ramos, o *eu irônico*, conscientemente e estrategicamente, assume a frente na situação com a intenção acusar os funcionários do presídio. Em dado momento, o narrador relata a tentativa de guardar essa nuance identitária em “mordia os beiços para reprimir a manifestação ruidosa, e não me

continha”, porém, o *eu irônico* é mais forte e se manifesta pelo discurso e pelo comportamento situacional.

A necessidade de anunciar e provar que ele estava certo em dizer que fora furtado dentro da instituição pode ser interpretada tendo em vista os imaginários sociodiscursivos referentes às imagens dos detentos da Colônia Correccional. Assim, circulavam imaginários sociodiscursivos nos espaços carcerários, que afirmavam que esse lugar era reservado para pessoas que praticaram crimes de furtos, roubos e assassinatos. Quando G. Ramos foi enviado para esse recinto, houve muitos maus-tratos e descasos com a sua saúde, de tal modo que o romancista se adoentou. Entendemos que o desejo de descrever os soldados, e todos os empregados, como ladrões surge da representação do sujeito narrador ao imaginar como a instituição o vê. A acusação, desse modo, serviria para alegar que assim como o narrador é ladrão, os funcionários também o são.

Levando em conta tais apontamentos, o *eu irônico* é a manifestação da necessidade íntima de G. Ramos em se reconhecer como sujeito social e de assim ser reconhecido. A carteira não é objeto primordial da acusação, ela é um meio pelo qual o sujeito enunciatador busca legitimar sua identidade para si próprio. Isso identificamos quando o narrador realiza uma avaliação profunda de si sobre a necessidade em acusar o funcionário de roubar-lhe a carteira.

Com a autoanálise identitária e discursiva, deparamo-nos com o *eu subterrâneo* de G. Ramos que busca motivos íntimos para justificar seu comportamento irônico com o diretor. A avaliação de si é narrada em:

Depois de viver naquela miséria, sem alimentos, sem banho, encurralado como bicho, sugado por mosquitos e piolhos, resguardando-me com trapos sujos de hemoptises, ocupar-me assim de um prejuízo insignificante era absurdo. Ao entrar na Casa de Detenção, agarrara-me a um frasco de iodo quase vazio que me queriam tomar, defendera-o com vigor, mostrando uma unha já cicatrizada; conseguira salvá-lo e jogara-o no lixo, pois não me servia para nada. Qual seria o motivo dessa obstinação, agora repetida?

Julgo que o meu intuito, embora indeciso, era reaver uma personalidade que se diluíra em meio abeto. Exigindo o frasco inútil, esforçava-me por eliminar do espírito vestígios do horrível porão, onde supus enlouquecer. As esteiras imundas, o refeitório ignóbil, pessoas transformadas em animais selvagens, morrendo à toa, justificavam segunda impertinência.

Não se tratava só de molestar uma figura desagradável. Junto à mesa, olhando o telegrama, aparecia-me a avidez de reentrar enfim na humanidade. Lembro-me de, naquele instante, me haver considerado trapaceiro e mesquinho. Prevalecia-me da situação para dizer palavras insensatas na véspera, e isto de algum modo significava um procedimento covarde. Senti que aquela gente — soldados e guardas ébrios, insensíveis, obtusos — já não me causaria mal: o telegrama tinha pouco mais ou menos o valor de uma carta de alforria. (RAMOS, 1994, p. 156)

O *eu subterrâneo* de G. Ramos é interpretado à medida que notamos as avaliações de suas experiências no cárcere e as consequências delas para a identidade do narrador. Ele começa a narrativa realizando um resumo de todas as atrocidades humanas que fora obrigado a vivenciar, como falta de banho e de comida, além das condições precárias do lugar. Diante desses mártires, para o sujeito narrador apegar-se a uma simples carteira, ou ao vidro de iodo, como fizera antes, não é algo que tem significação no objeto em si.

Nesse ponto, o sujeito narrador analisa que a reclamação de um objeto como seu é, na verdade, uma tentativa de se ver como sujeito que possui direitos, apesar dos maus-tratos. Haja vista que diante da situação adversa o narrador projetou representação animalesca para si e para os companheiros, isto é, ele se sentia e sentia os outros como bichos. Tendo isso em mente, o apego ao direito mínimo dos objetos é direcionado como a imposição de/para si como ser humano. Podemos até pensar que naquele momento o apego aos objetos era o único meio de vingança que lhe cabia, uma vingança que está no nível representacional da identidade de si e dos outros. Portanto, consideramos que da mesma forma que ele se sentia como ladrão e bicho, havia um desejo íntimo de que os policiais, os guardas e o diretor sentissem também essa degradação identitária de serem vistos como ladrões.

A presença discursiva do *eu irônico* e do *eu subterrâneo* nos proporciona a análise de uma projeção do *eu íntimo* e do *eu externo*. No *eu externo*, o narrador deseja ser visto como um ser humano que possui direitos, seja até de um simples objeto. Nessa dimensão, o *eu irônico* prevalece na situação comunicativa. No *eu íntimo*, o *eu-subterrâneo* reflete sobre as peripécias vividas no presídio até ali que o fizeram se ver na forma representacional de bicho. Nessa perspectiva, o *eu subterrâneo* permite a emersão do *eu irônico* para assumir a voz de G. Ramos e retomar características identitárias que o fornecessem o efeito de se autorrepresentar como um ser humano novamente.

O *eu subterrâneo*, além de nos fornecer informações sobre os sentimentos de si, ainda apresenta autoavaliações negativas no enunciado, como “atitude trapaceira e mesquinha”. Essas características geralmente não são compartilhadas com outros por serem consideradas como defeitos do ser humano, mas esse é um dos aspectos da presença do *eu subterrâneo* do narrador de si: as análises mais íntimas, sejam quais forem, negativas ou positivas. Ademais, a expressão de que se via como trapaceiro e mesquinho demonstra a consciência de que ele usava a situação de reclamação para, na verdade, expressar o que sentia de si. Com outras palavras, por meio da

narrativa de vida do narrador, inferimos que há o uso externo da ironia para significar algo interno no âmago de G. Ramos.

Por fim, por meio das autoanálises do narrador compreendemos não só as transformações de imagens de si sofridas pelo enunciador de G. Ramos devido aos maus-tratos, como também o valor moral da reclamação para a autorrepresentação. As mudanças representacionais de si podem ser figuradas para a imagem processual abaixo:



Figura 4 – Mudanças de si – elaborada pela autora, 2020.

Na imagem acima, os círculos contêm as situações contextuais: a liberdade, o cárcere e a situação irônica de acusação de furto. As setas correspondem às imagens de si que são transformadas conforme cada conjuntura. Desse modo, o contexto do cárcere é um divisor da representação de si no narrador. Antes da detenção, durante a liberdade, ele se projetava como um ser humano que foi se apagando em razão do cárcere. No cárcere, devido ao ambiente e ao tratamento recebido, o narrador passou a projetar sua imagem e a dos companheiros como animais. Então, a forma encontrada pelos enunciadores de G. Ramos foi a de emergir o *eu irônico* na acusação de roubo, para retomar a representação de ser humano novamente.

Destarte, depreendemos que a presença discursiva do *eu irônico* vai além da intencionalidade de acusar os funcionários de ladrões. Ela atinge um nível mais íntimo da identidade do sujeito narrador em relação à construção da imagem que ele produz de si. As transformações de si provocadas pelo cárcere, refletidas nas mudanças entre se ver como ser humano e como animal, são atenuadas pela imposição e reclamação do direito ao seu objeto furtado.

5. 3. Esquema narrativo e descritivo da tópica da dor: a tristeza e a vergonha

Similar às análises dos efeitos emotivos realizados no capítulo IV, procederemos da mesma forma nesta seção, com o intuito de apreender a patemização no discurso da narrativa de vida que perpassa a obra *Memórias do Cárcere*. Desse modo, utilizaremos conceitos de Plantin (2010) e de Charaudeau (2010) para melhor compreender os efeitos da expressão de sentimentos no relato de si.

Como vimos no capítulo III, de acordo com Charaudeau (2010), podemos pensar nas emoções em quatro grandes tópicos polarizadas. Em cada tópica haverá graus de patemização, assim, na grande tópica da dor estarão incluídos alguns outros sentimentos, como a tristeza e a vergonha. Em um primeiro momento, iremos analisar um excerto no qual identificamos o grau da tristeza, depois, atentar-nos-emos às ocorrências da vergonha.

5.3.1 A tristeza: aceitação de traços negativos de si

De acordo com Charaudeau (2010, p. 49), a tópica da dor deve ser considerada como um estado de alma, relacionado à insatisfação do desejo do sujeito, que é desencadeado por um objeto (pessoa ou situação) que o colocou em posição de vítima moral. A dor pode se manifestar em graus diversos como a tristeza, a vergonha, o constrangimento etc. Para o linguista, a tristeza é o estado de aceitação da impotência, ou de uma fatalidade. Nesse viés, deparamo-nos com influências semióticas nos pressupostos do autor francês. Segundo Barros (1990, p. 65), a tristeza para a semiótica está na configuração de *saber não poder ser* aliado ao *querer ser*, ou seja, de *querer impossibilitado*. Em síntese, a aceitação da impotência pode ser compreendida por intermédio da consciência de que o sujeito não poderá ser ou fazer algo devido às circunstâncias.

Em nosso *corpus*, o sujeito narrador de G. Ramos realiza narrativas de vida nas quais há avaliações de si e dos outros. Em dado momento ele expressa o que pensa sobre as emoções: “julguei Sérgio isento de emoção, e isto me aterrou. Comovo-me em excesso, por natureza, e por ofício, acho medonho alguém viver sem emoções” (RAMOS, 1994, p. 230). Dessa forma, pela característica do autor em mergulhar na alma dos personagens, a obra do autor está repleta de termos de emoções, seja para as autoatribuir, seja para atribuí-las a outrem.

Selecionamos um trecho para analisar a ocorrência da tristeza no qual não há termo direto dessa emoção, porém, como já vimos com Plantin (2010) e com Charaudeau (2010), não é necessário o uso do sintagma emotivo para orientação patêmica no discurso. Assim, o contexto situacional e outros aspectos nos permitem a construção interpretativa do efeito de emoção no enunciado.

O episódio escolhido trata-se da narrativa de um encontro de G. Ramos com três personagens conhecidos quando ele se encaminhava ao cárcere, dentro do trem, preso e acompanhado por policiais. Cada personagem comportou-se de uma forma diferente: o primeiro o censurou com palavras de desordem e desgraças. O segundo enunciou gritos de raiva o chamando de comunista. A atitude do terceiro está expressa no relato que segue:

O terceiro encontro foi com Miguel Baptista, com quem me correspondera quando trabalhava na Prefeitura de Palmeira dos Índios e ele, diretor da Instrução Pública, fazia o recenseamento da população escolar. Agora, juiz de direito no interior, viajava para a sua comarca. Entrou no carro, abraçou-me em silêncio e foi sentar-se a pequena distância, de costas para mim. Não me olhou uma vez. No ponto de desembarque, entregues os pacotes ao carregador, veio abraçar-me de novo:

- Adeus, Fulano. Até a volta.

Confundi-me, gaguejei:

- Não, Baptista, eu não volto.

- Volta, sim. Isso é um equívoco, não tem importância. Dentro de uma semana tudo se esclarece. Adeus, seja feliz.

Foi pouco mais ou menos o que ele disse — e isto dissipou negrimes, hoje me dá uma recordação amável daquele dia. Na ausência de Baptista, indaguei-me. Se os nossos papéis estivessem trocados, haveria eu procedido como ele, acharia a maneira conveniente de expressar um voto generoso? Talvez não. Acanhar-me-ia, atirar-lhe-ia de longe uma saudação oblíqua, fingir-me-ia desatento. Essas descobertas de caracteres estranhos me levam a comparações muito penosas: analiso-me e sofro. (RAMOS, 1994, p. 58)

No relato dessa experiência de vida, delineamos o processo narrativo, conforme as noções de Charaudeau (1983), no qual a ação principal, a saudação, recai sobre o narrador. O ato tem a função de melhorar o estado inicial com felicitações e desejo de que a situação penosa findasse o mais rápido possível. O comportamento enunciativo dessa atividade parte do ato de fala do personagem por meio do encorajamento com o estímulo à esperança.

O agente do ato é o personagem Miguel Baptista, que age como *actante-benfeitor*, visto que ele transmite um benefício de esperança ao narrador. Podemos interpretá-lo como benfeitor, tendo em vista o enunciado no qual G. Ramos afirma que se recorda amavelmente dessa lembrança. O narrador, então, assume o papel de beneficiário do voto, pois ele é afetado

positivamente por essa ação. No entanto, ele também exerce o papel de vítima da atividade, já que se sente afetado negativamente pela ação do outro. Essa negatividade é produzida pela autoanálise que o faz expressar sofrimento e nos permite apreender uma orientação emotiva da tristeza. Com essa perspectiva, a ação recai sobre o narrador de forma dupla, levando-o a atingir o papel de *actante-beneficiário* e de *actante-vítima*.

Para compreender o efeito da tristeza no relato de G. Ramos, vamos realizar um quadro com a noção de tópica da emoção de Plantin (2010), juntamente com a perspectiva descritiva de Charaudeau (1983):

Tópica da emoção da tristeza		
Topos	No relato	Descrições
Evento	Voto	Generoso
Pessoas afetadas	O narrador	-
Lugar	Trem	-
Quantidade	Uma pessoa	-
Agente	Miguel Baptista	-
Consequências	Autoanálise	Comparações muito penosas
Normas sociais	Implícitas	-
Distância	Proximidade	-
Posicionamento	Favorável	Recordação amável
	Desfavorável	Dissipou negrimes

Quadro 13 – Tópica da emoção da tristeza - Quadro modificado e elaborado pela autora tendo como base a tópica da emoção de Plantin (2010) e o modo de organização do discurso descritivo de Charaudeau (1983).

Por intermédio da construção da tópica da emoção no quadro, observamos que no relato do episódio supracitado são raras as descrições qualitativas realizadas pelo narrador. Outrossim, há ainda algumas características da tópica que só podem ser apreendidas por meio de implícitos, como as normas sociais. Notamos que o sujeito enunciador direciona as qualificações para o evento, as consequências e o posicionamento. Tal observação nos impulsiona a interpretar o valor desses para a orientação emotiva da tristeza na narrativa de vida de G. Ramos. Por esse motivo, ponderaremos sobre eles.

O evento, ou a ação principal, da saudação amigável do personagem para o narrador recebe a descrição de “voto generoso” do sujeito enunciador. Consideramos essa apreciação favorável, tendo em vista o papel social e a conjuntura do narrador na situação relatada. Dito isso, inferimos que as normas sociais implícitas nessa narrativa são fundamentais para entendermos o posicionamento positivo de G. Ramos.

Nesse aspecto, a posição de preso político é o guia dos imaginários sociodiscursivos. De tal forma, os dois primeiros personagens foram agressivos por, talvez, sustentarem imaginários de que o certo é ser ofensivo com criminosos. Essa prática poderia fortalecer ou criar a imagem de si como alguém que abomina feitos ilícitos, ou pode ser vista até mesmo como uma forma de desviarem da possibilidade de serem vistos como comunistas. À vista disso, quando o terceiro personagem agiu de modo contrário e expressou votos de felicitações e esperança, a atitude levou o narrador a refletir sobre a ação, até então, transgressiva dos demais.

O rompimento dessa norma orienta para o duplo posicionamento do narrador diante da ação. Tal duplicidade pode ser entendida pela polifonia íntima do sujeito que se narra. Desse modo, há a presença do *eu passado* e do *eu presente* na recepção da ação da saudação do personagem. O *eu presente* pode ser interpretado a partir do enunciado “foi pouco mais ou menos o que ele disse — e isto dissipou negrumes, hoje me dá uma recordação amável daquele dia” (RAMOS, 1994, p. 58).

A emersão do *eu presente* é localizada no discurso com o uso do sintagma hoje, que identifica a temporalidade do presente do narrador. Nessa conjuntura, o posicionamento favorável ao voto do personagem adquire avaliações positivas no momento da escrita das memórias. Em outros termos, o sujeito narrador, ao realizar o exercício da memória e recordar sobre o episódio passado, sente sentimentos amigáveis e felizes com a atitude do personagem.

Junto ao *eu presente*, caminha discursivamente o *eu passado*. Nesse liame, percebemos o efeito de realidade e de ficção, afinal quando o narrador relata que não se lembra perfeitamente do diálogo estamos diante da característica de lacunas que perpassam a memória do *sujeito que se narra*. O lembrar-se mais ou menos das palavras do personagem é algo expresso e compartilhado com o leitor pelo narrador. Seja como for, o discurso do outro gerou posicionamento negativo no *eu passado* de G. Ramos, o que pode ser observado mais especificamente em “isto dissipou negrumes”. Dessa maneira, compreendemos o direcionamento discursivo da expressão da tristeza.

O evento do voto generoso do personagem gerou consequências para o narrador que ocasionaram sua autorreflexão de traços identitários. Na análise íntima de si, o *eu subterrâneo* expressa o sofrimento em descobrir-se como pessoa que fingiria desatenção com o outro, caso estivesse em posição contrária ao do personagem. Com isso, o *eu subterrâneo* de G. Ramos enuncia que, na situação contrária, ele projetaria imagem de desatenção ao outro, formularia a nuance de alguém que não percebeu a situação penosa alheia.

A construção discursiva da emoção da tristeza é inferida por meio do enunciado, “analiso-me e soffro”, no qual a análise psicológica das características do narrador gera avaliações negativas. A consequência, então, é a expressão do sofrimento. Interpretamos o sofrimento tratar-se da tristeza, ou seja, da aceitação dos traços identitários de um sujeito que não realizaria ações parecidas com as do personagem. Do ponto de vista da semiótica greimasiana (BARROS, 1990), o estado emotivo do sujeito se dá pela junção (conjunção ou disjunção) com o objeto-valor (ou objeto de valor). Nesse caso, o objeto valor é o discurso amigável do personagem em buscar medidas de desejar felicitações. Objeto valor com o qual o narrador avalia que estaria em disjunção em situação similar. A tristeza, nesse ínterim, produz-se pelo *saber não poder ser* amigável tanto quanto fora a figura de Miguel Baptista nas memórias do narrador.

O *saber não poder ser* do narrador nos leva a considerar o sentimento de impotência identitária do enunciatador. A impotência pode ser compreendida uma vez que o narrador, ao avaliar-se, conclui que não conseguiria comportar-se de maneira similar ao outro. Essa observação profunda de si do *eu subterrâneo* desvela-se com efeito de uma confissão dos defeitos que moldam a personalidade do narrador. Em vista desses aspectos, identificamos a construção discursiva da tristeza, uma vez que o sujeito sabe da impossibilidade de ser como o outro. Nisso, deparamo-nos com a aceitação do narrador em não poder fazer a transgressão dos imaginários sociodiscursivos de muitos indivíduos que defendem ofensas direcionadas aos presidiários. Nesse contexto de semântica coletiva, os detentos têm a imagem construída como seres marginais à sociedade e isentos de práticas solidárias por outrem.

Posto isso, o duplo papel do narrador em *actante-beneficiário* e em *actante-vítima* produz expressões distintas na narrativa de vida. Enquanto beneficiário da ação alheia, o narrador recorda positivamente, com sentimentos amáveis, o episódio. Já na posição de vítima, o narrador sofre com a ação, e tal sofrimento está na dimensão intrínseca da avaliação da identidade própria, o que orienta para a tristeza. O imaginário de G. Ramos em colocar-se no lugar do outro, isto é, a empatia, arquiteta a característica do autor em observar a alma e nela mergulhar, tanto na dos personagens, quanto na sua.

Findadas essas considerações, conclui-se que a organização narrativa e descritiva do evento que orienta para a tristeza, no relato da experiência, associa-se à avaliação de si comparada ao outro. Na seção que segue, verificaremos a emoção da vergonha, que suscintamente expressa como o sujeito se vê diante do outro.

5.3.2 A vergonha: a degradação da imagem de si

Vimos no Capítulo III, com Cyrulnik (2012, p. 41), que a vergonha é uma emoção interligada à autorrepresentação e à forma como o sujeito considera ser visto pelo outro. Em outra forma, o indivíduo expressa a decepção de se sentir desprezado por outra pessoa. Para o autor, a vergonha está no modo como o sujeito se vê no olhar do outro. Ele busca responder aos questionamentos: “como o outro me vê?” e “quem sou eu no mundo dele?”

Em nosso *corpus* existem várias recorrências do termo de emoção da vergonha associadas ao narrador. Com o intuito de organizar as situações nas quais as expressões desse sentimento são relatadas, separamos três tipos de contextos: da demissão, da sua aparência física e da norma social. Nesse aspecto, iremos analisar a construção narrativa desses relatos de vida e buscar entender como o sujeito narrador se imagina pelo olhar do outro.

A primeira situação a ser observada é a da experiência da demissão, poucos dias antes da prisão. Sobre tal fato, o narrador realiza as seguintes considerações:

Saí do Palácio, atordoado. Eximia-me de obrigações cacetes, mas isso continuava a aperrear-me, juntava-se a amolações domésticas e a planos vagos. Sentia desgosto e vergonha, desejava ausentar-me para muito longe, não pensar em despachos e informações. Andei pelas ruas, tomei o bonde. Transeuntes e passageiros pareciam conhecer o desagradável sucesso, ler-me no rosto a inquietação. (RAMOS, 1994, p. 13)

D. Irene, diretora de um grupo escolar vizinho, apareceu à tarde. Envergonhei-me de tocar na demissão, e falamos sobre assuntos diversos. Aí, me chegaram dois telegramas. Um encerrava insultos; no outro, certo candidato prejudicado felicitava a instrução alagoana pelo meu afastamento. Rasguei os papéis, disposto a esquecê-los. Sumiram-se na verdade os nomes dos signatários e as expressões injuriosas, ter-se-ia talvez a pequena infâmia esvaído inteiramente se não contrastasse com a presença de d. Irene ali na sala. (RAMOS, 1994, p. 14)

Os dois episódios da narrativa de vida de G. Ramos supracitados apresentam o termo de emoção da vergonha. Na primeira situação: “sentia desgosto e vergonha”; na segunda: “envergonhei-me de tocar na demissão”. Desse modo, quando no enunciado há a expressão do sentimento, o lugar do *eu* do sujeito, ao autoatribuir a vergonha, molda as características que intenciona projetar para si no discurso, tendo em vista o fato da dispensa do serviço.

A ação do afastamento de seu cargo gerou consequências na relação interpessoal do narrador com outros indivíduos. Nesse caso, a presença de outrem determina a expressão patêmica da vergonha, pois os pensamentos de G. Ramos tomam-se por reflexões de como o outro o vê e arquiteta a sua imagem. Com o primeiro trecho, diante de pessoas desconhecidas, o romancista imagina que os outros tenham consciência das experiências negativas com as quais ele convive. Essa projeção de considerar que outros saibam do seu insucesso provoca uma ação que recai em si, isto é, a aflição em acreditar que informações da vida privada tornam-se públicas o leva a expressar o sentimento negativo.

O papel do outro, portanto, é aspecto elementar na organização discursiva do efeito da vergonha, visto que o sujeito falante sofre pela forma como ele acredita que o outro o vê. O narrador, por sua vez, desdobra-se em *eu interno* e *eu externo*. O narrador cria representações sobre seu papel de demitido e ameaçado de prisão, as quais perpassam imaginários sociodiscursivos a respeito de tal posição. Na maior parte da sociedade, circulam crenças negativas no que se refere aos detentos, vistos na maioria dos casos como humanos aquém aos demais. Assim, diante da autoatribuição de uma posição inferior, no papel de recém-demitido e possível preso, o narrador transfere suas crenças para os indivíduos ao seu redor. A transferência da crença e da representação pessoais para o outro possibilita o contexto situacional passível da expressão da vergonha. Logo, a vergonha é o resultado do processo de criação da imagem de si no olhar do outro.

No segundo trecho, na companhia do personagem de D. Irene, G. Ramos prefere não tocar no assunto da demissão por temer a produção de sua imagem pela diretora. Em seguida, ele recebe dois telegramas, ambos referente ao seu afastamento, e nesse momento relata que talvez não sentisse vergonha, caso não estivesse na presença do personagem de D. Irene. Isso reforça a necessidade do outro no contexto situacional para a produção patêmica no discurso.

Na organização do discurso, a verdade subjetiva do narrador pode ser delineada por meio das descrições qualitativas selecionadas pelo enunciador. Assim, deparamo-nos com as seguintes expressões:

Qualificações de si	Qualificações da situação
Atordoadado	Expressões injuriosas
Desagradável sucesso	Pequena infâmia

Quadro 14 – Qualificações – elaborado pela autora, 2020.

Observando as qualificações para se descrever e para descrever a situação da demissão, notamos que o narrador se posiciona negativamente diante da conjuntura social na qual se encontra. Dito isso, ao utilizarmos da tópica da emoção de Plantin (2010), inferimos que a norma social prevalece nessa narrativa de experiência de vida. Consideramos tal posicionamento ao apreendermos que as crenças subjetivas do narrador são transmutadas para o discurso pelo uso das descrições. Por fim, os axiológicos selecionados de “injúria” e “infâmia” relacionam-se com a representação da imagem de si face à demissão e estão interligados com os imaginários sociodiscursivos. Esses termos estão relacionados com as crenças, visto que o contexto de ser acusado de algo que não cometeu e ainda sofrer consequências de demissão e ameaças é uma situação passível do imaginário sociodiscursivo de insulto e calúnia direcionados à imagem do sujeito. A verdade subjetiva do narrador aponta, com essas qualificações, para a forma como ele se vê no mundo do outro e da sociedade.

A segunda situação nas memórias de G. Ramos na qual identificamos a ocorrência da expressão da vergonha são momentos em que a aparência física do romancista é descrita por outros indivíduos no cárcere. São dois episódios em que o narrador expressa a vergonha por reconhecer como ele é visto no olhar dos outros. No primeiro, G. Ramos narra a situação de ser encaminhado à cela, e a forma como o carcereiro o qualificou provocou-lhe a expressão da vergonha. Eis o trecho:

[...] o carcereiro me indicou, largou uma frase que me feriu como chicotada:

– Este parece um candeeiro velho.

Estremeci:

– Hem?

– Entra como se estivesse em sua casa.

Cheio de vergonha, nada respondi, pois me faltavam elementos para refutar a opinião do homem. Se ele, observador profissional dos delinquentes, me via assim, teria lá as suas razões. Ponderei, extingui melindres. Tinha motivo para escandalizar-me? Não. Em duros casos, a observação podia ser considerada elogiosa. Consigo realmente ambientar-me de pressa, acomodar-me às circunstâncias. Percorrendo o sertão, muitas vezes, quando a noite descia, amarrei o cavalo a uma árvore, envolvi-me na capa, estirei-me na terra e dormi, tranqüilo e só. Não seriam piores que as cobras e outros bichos do mato os habitantes da prisão. Mas que teria eu feito para o indivíduo confundir-me com eles? Muitos ali aparentavam serenidade, riam, falavam naturalmente, e a preferência me tocara. Esquisito. (RAMOS, 1994, p. 32)

A expressão de “candeeiro velho” e “entra como se estivesse em sua casa” foram interpretadas como pertencentes à imagem do narrador que, sem argumentos para rebater a avaliação do personagem, prefere se calar. O relato acima é narrado com a expressão direta do

termo de emoção da vergonha, presente em “cheio de vergonha” e “me feriu como chicotada”. A “chicotada” compara-se ao ferimento da degradação da identidade do narrador, pois ao constatar que o outro o via dessa forma, a imagem arquitetada de si foi rompida.

O comentário alheio da aparência física de G. Ramos proporcionou o despertar da memória com reflexões sobre sua imagem. A construção da imagem do narrador pelo personagem na forma de alguém que se ambientaria fácil ao cárcere instigou lembranças de quando o romancista percorria o sertão e acomodava-se ao ambiente aos bichos. A heterogeneidade de memórias é interpretada como várias janelas que se abrem no discurso. Por conseguinte, mesmo que o sujeito na narrativa de vida busque alcançar efeito linear, outras recordações serão acionadas e expressas. Dessa forma, reconhecemos o desdobramento do *eu passado* em diversos outros *eus passado*.

O desdobramento do *sujeito que se narra* é, aliás, notada na fragmentação entre o *eu externo* e *eu interno*. O *eu externo* mantém o comportamento silencioso diante da expressão do personagem que lhe causou a patemização, no entanto, a taciturnidade não se iguala à *vox populi* que afirma: “quem cala consente”. Será no silenciamento que os pensamentos do *eu íntimo* revelarão o efeito negativo da fala do outro na representação de si. A atribuição da imagem alheia direcionada ao narrador vai de encontro aos traços identitários que ele realiza de si e, nesse sentido, ocasiona a expressão da vergonha em perceber-se diferente no olhar de outrem.

O comentário do carcereiro sobre a representação de G. Ramos, além de provocar outras lembranças, também fez com que o narrador realizasse comparações entre bichos e os companheiros de celas. A animalização é recurso deveras utilizado nos romances ficcionais do autor nordestino, sendo uma característica que perpassa as memórias individuais e coletivas do romancista.

Ainda nas considerações sobre a expressão da vergonha na perspectiva da aparência física do narrador, a segunda situação em que isso se observa ocorre quando G. Ramos é direcionado à Colônia Correccional. Lá, os detentos exercem atividades no presídio, e uma delas é o carregamento de tijolos. O responsável pela atividade seleciona os indivíduos aptos para essa função, e, quando chega a vez de G. Ramos, ele é tido como inapto. A exclusão do narrador provoca-lhe o efeito discursivo da vergonha, como vemos em:

- Ao chegar a minha vez, examinou-me de relance e determinou conciso:
 — Volte.
 — Por quê? murmurei atrapalhado, esquecendo o lugar onde me achava.
 — Está doente.
 — Não. Estou bem, respondi à toa, vexado com a exclusão.

Seria uma preferência injustificável? Bicicleta passou-me o rabo do olho e insistiu:
— Volte.

Saí da fila, dei as costas, de novo me sentei ao pé da cerca, apoiando-me numa estaca. A minha fraqueza era então visível, julgavam-me incapaz de resistir ao peso de três tijolos. Não me sentia tão combalido, apesar de mexer-me a custo, e afligia-me o pensamento de lesar Vanderlino, os homens do Paraná e do Rio Grande, enviados em turmas. A exceção me envergonhava: tinha aparência de favor, e isto era desagradável. Algumas palavras em conversa ligeira dissiparam-me os escrúpulos.

— Que idade tem o senhor? perguntou-me alguém.

Veio-me o desejo de conhecer o meu aspecto:

— Calcule.

— Sessenta e cinco anos, disse o interlocutor sem vacilar.

— Por aí, pouco mais ou menos, concordei num abatimento profundo.

Sessenta e cinco anos. Andava em quarenta e três, quarenta e três e meses. Atribuía-me sessenta e cinco. [...] Percebia agora porque me haviam mandado reunir os novatos no fim do alojamento a velhice me permitia essa infeliz vantagem. Mas achava-me tão bambo, tão murcho, que me deixavam logo em sossego. Uma ruína, imprestável, nem servia para carregar tijolos. Para bem dizer, o estômago desaparecera; a dormência da perna alcançava o joelho; as ferroadas no pé da barriga não cessavam. As dores, o torpor e o vácuo não me pareciam contudo sintomas graves, e espantava-me sabê-los perceptíveis. Sessenta e cinco anos. Se pudesse ver-me num espelho, notaria medonhos estragos, devastação. (RAMOS, 1994, p. 164)

Com a exclusão de G. Ramos do serviço de carregar tijolos, o enunciador sente sua imagem sendo projetada pelo outro na forma de alguém imprestável a realizar o serviço, por isso ele expressa a vergonha. O efeito discursivo desse sentimento pode ser compreendido tanto pelo olhar do personagem quanto pela presença de companheiros, como Vanderlino. A ação de poupar G. Ramos da atividade provoca a expressão da emoção, tendo em vista o receio de como ele seria visto no mundo particular dos conhecidos de cela.

A consequência dessa ação é a percepção de que ele se encontrava em uma situação qualificada como “infeliz vantagem”. Acreditamos que os imaginários sociodiscursivos fundamentem a descrição do contexto e sejam essenciais para a orientação do efeito emotivo. Isso porque interpretamos que no universo de crenças do narrador circulam normas individuais as quais acreditam que tal privilégio concedido seja representado como desigualdade, haja vista que os companheiros dele estavam trabalhando.

Nesse episódio percebemos duas ações que organizam o modo narrativo direcionado à patemização. A primeira é a exclusão do carcereiro, ato que recai sobre o narrador fazendo-o exercer o papel de *actante-vítima*, visto que ele sofre psicologicamente com a atividade. O sofrimento é causado pelo entendimento de que sua imagem construída pelo outro difere da imagem construída por si. A segunda ação é o cálculo da idade produzida por outro personagem, e, por consequência, a diferença da idade entre o real e o representado pela figura do narrador recai sobre ele de forma depreciativa. O posicionamento de G. Ramos face à idade que lhe é

atribuída o faz refletir sobre sua imagem física, em: “se pudesse ver-me num espelho, notaria medonhos estragos, devastação”.

Com o carcereiro, o narrador procura tomar o controle do evento por meio da negociação, tentando reconstruir sua imagem e projetá-la ao outro quando enuncia que estaria bem para executar o serviço. Com o fracasso na tomada de domínio da situação, ele reflete diante da representatividade exercida na Colônia Correccional e autoimputa o papel de imprestável. Já com a pergunta de outro personagem sobre a idade, o narrador expressa a curiosidade de saber o modo pelo qual é visto pelos demais. A faixa etária de sessenta e cinco anos, imaginada pela figura, e a idade real, de quarenta e três anos, produzem uma diferença de vinte e dois anos, o que provoca reflexões do narrador sobre sua imagem física na detenção.

Tanto nas ações desse episódio, como no anterior, a imagem arquitetada do narrador é explicitada em discurso direto, ou seja, o outro enuncia o que considera ser a identidade do narrador. Assim, diferentemente da situação da demissão, na qual ele cria imaginários de como o outro o vê, nesse caso há a explicitação da visão do outro sobre a imagem atribuída ao autor. Dessa forma, o tempo é fundamental para a criação do aspecto de surpresa do narrador ao constatar a forma como sua imagem é vista. O ato de fala alheio é recebido como inesperado, isto é, o outro expressa a forma como vê G. Ramos, e tal dizer constrói imagens divergentes das arquitetadas pelo narrador para si.

O narrador relata não ter a consciência da imagem que lhe era atribuída por outrem, e a revelação e o saber da projeção de sua imagem produzem, na narrativa de vida, posicionamentos emotivos que podem ser observados pelas seguintes qualificações:

Descrições qualificativas		
Sobre a situação	Sobre os sentimentos	Sobre sua imagem
Preferência injustificável	Abatimento profundo	Fraqueza
Desagradável	Vexado	Incapaz
	Me envergonhava	Ruína
		Imprestável

Quadro 15 – Descrições – elaborado pela autora, 2020.

Notamos que o enunciador utiliza da descrição para dissertar sobre o ponto de vista avaliativo acerca da situação de ser poupado do serviço de carga. Assim, a apreciação desfavorável do evento condiz com o universo de crenças do narrador, que orienta para a

expressão da vergonha. Tendo em vista o contexto, ele reflete psicologicamente sobre as consequências desse ato no seu âmago e, devido à conjuntura, produz o imaginário sociodiscursivo da vergonha. A construção dessa emoção constitui-se pela imagem de si projetada no mundo do outro, nesse sentido, a resposta para a questão de “quem eu sou no mundo do outro?” é autorrespondida pelas qualificações sobre a sua imagem. Dessa forma, no universo do outro, o narrador se vê como fraco, incapaz e imprestável.

O terceiro contexto de produção narrativa da expressão da vergonha refere-se à imagem moral na presença do outro. Para a análise dessa ocorrência, selecionamos dois episódios relatados no *corpus*. Um deles ocorre quando G. Ramos, na Colônia Correccional, vai ao banheiro e depara-se com um lugar de degradação humana. O espaço é destinado para as necessidades fisiológicas dos detentos, porém a exposição de si para um número elevado de indivíduos faz o narrador refletir sobre a identidade de si e o espaço. O segundo momento trata-se do encontro do narrador com o diretor do Pavilhão dos Primários, quando ele recebe alimentos e, devido à fome e à sede, devora-os num comportamento tido por ele próprio como vergonhoso. Vejamos as narrativas:

Era uma sala quadrada, o chão de cimento. Pendiam do teto alguns chuveiros, quatro ou seis, e junto a uma parede se alinhava igual número de latrinas, sem vasos, buracos apenas, lavados por freqüentes descargas rumorosas. Em todas viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, esperando a vez, cabisbaixas na humilhação, torcendo-se, a exhibir urgências refreadas a custo. Essa mostra indecorosa, a falta da mínima dignidade, encheu-me de vergonha e medo, tolheu-me a ação. Olhei com desespero em redor, procurando ver se não poderia urinar noutra parte. Não, evidentemente, era preciso aviltar-me incorporando-me num dos grupos. Absurdo. Uns restos de pudor fechavam-me os olhos, o quadro inverossímil sumia-se, isento de realidade, penosa visão de pesadelo. A tiritar, a arder, chegava a supor-me enganado pela febre, pedaços de sonho mau a torturar-me. O peso na bexiga impedia-me o regresso. [...]

Nesse ponto José Brasil entrou com dois faxinas, que puseram diante de mim bules de café, leite e chá, um tabuleiro cheio de fatias de pão. Surgiu-me de repente a fome: bebi sôfrego um caneco de leite e comecei a devorar. Espantava-me o horrível apetite, depois da longa inapetência, e desgostava-me não conseguir moderá-lo. Portava-me como selvagem, mastigava sem descontinuar e envergonhava-me de estar causando impressão deplorável. Minutos antes as maçãs e os biscoitos provocavam-me repugnância. A esquisita avidez viera de golpe. Esforçava-me por adivinhar a causa dela, e isto era o único sinal de inteligência que ainda havia em mim. Bicho faminto, surdo, mudo. [...] Consumi todo o pão e esvaziei o bule de café. Aí choveram perguntas, mas, cansado, zonzó, senti preguiça de falar, catar lembranças. (RAMOS, 1994, p. 243 - 244)

As duas situações dos excertos supracitados referem-se às necessidades fisiológicas do ser humano: a primeira de mictar e a segunda de alimentar-se.

As normas sociais sobre as necessidades básicas do indivíduo condizem com imaginários segundo os quais tais práticas devem ser realizadas em espaços privados. Consideramos que quando as circunstâncias impõem a ação de urinar ou de defecar na presença do outro, o ato é vivido como uma prova moral, acompanhada de sentimento de vergonha. Lugares como o cárcere e os hospitais são exemplos de espaços nos quais o ser humano é obrigado a compartilhar a intimidade com desconhecidos.

Na narrativa de vida de G. Ramos, deparamo-nos com situações nas quais ele se viu obrigado a exercer ações fisiológicas diante do olhar alheio. A exposição do privado para o público gera consequências na imagem moral do narrador que, diante disso, expressa o sentimento da vergonha.

Em ambos os episódios relatados identificamos a tentativa de controle da situação por parte do narrador. Quando ele se depara com o primeiro contexto, ocorre a procura de outro lugar para urinar e, como não havia, ele se vê obrigado a executar o ato, mesmo expressando sentir vergonha e humilhação. Na outra situação, na presença do diretor e demais personagens, foram oferecidos alimentos ao romancista. Devido à intensa necessidade de se alimentar, o autor revela que tentou controlar o apetite diante dos demais, porém sem sucesso, pois sentia que os instintos fisiológicos eram mais fortes do que a necessidade de se portar educadamente. Com o fracasso de controle desses contextos, o narrador se posiciona discursivamente por meio das seguintes qualificações:

Descrições qualificativas	
Do contexto de mictar	Da imagem criada de si ao alimentar-se
Cabisbaixas na humilhação	Bebi sôfrego
Mostra indecorosa	Horrível apetite
Falta mínima de dignidade	Selvagem
Absurdo	Impressão deplorável
Quadro inverossímil	Bicho faminto, surdo, mudo
Penosa visão de pesadelo	

Quadro 16 – Descrições – elaborado pela autora, 2020.

No universo de crenças do narrador as situações de exposições naturais do corpo transmutam para a representação moral de si diante de outrem. As imagens construídas de si e da situação são projetadas na narrativa com a utilização de descrições qualitativas que demonstram o ponto de vista de avaliação depreciativa.

Com base nas considerações sobre os três contextos analisados, consideramos que a expressão da vergonha na narrativa de experiências de vida do narrador delinea a polifonia interna do sujeito em *eu público* e *eu privado*. Quando as características do *eu privado* são compartilhadas com outrem, o *eu público* de G. Ramos busca tomar controle da situação, seja por meio de não mencionar a demissão para os personagens, por tentar negociar sua imagem de saudável ao carcereiro, ou pela tentativa de controlar as necessidades humanas.

Por fim, entendemos que a interação provoca o anseio individual de controlar as representações que os outros fazem de si e de expor a imagem pessoal mais propícia para a situação. O olhar do outro incita à satisfação de ser representado conforme o universo de crenças do indivíduo. Nesse ínterim, quando o narrador de G. Ramos perde o controle de projeção da sua imagem ao público, a depreciação identitária orienta para a expressão da vergonha. Desse modo, as emoções são julgamentos e avaliações do sujeito diante de determinados contextos. Os sentimentos revelam os papéis sociais e morais do indivíduo, desempenhados no coletivo e no particular. Enfim, com o imaginário sociodiscursivo da vergonha construído no discurso, o *eu íntimo*, o *eu social* e o *eu moral* do narrador de G. Ramos revelam-se pelos julgamentos que ele realiza do mundo, do outro e de si.

5. 4. Narrar-se, afirmar-se e modificar-se: as emoções nas mudanças e as continuidades de si

A presença da narrativa de vida na obra *Memórias do Cárcere*, além de revelar o discurso de testemunho, as construções das imagens alheias e as emoções expressadas, nos permite analisar o *eu do sujeito que se narra*.

Nesta seção iremos, então, analisar as emoções nas *mudanças* e nas *continuidades* da imagem de si, moldadas pela narrativa e pela descrição. Em primeiro plano, dedicar-nos-emos ao aspecto de *mudança* do sujeito de G. Ramos e analisaremos quais elementos associam-se às transformações. Para isso, selecionamos dois relatos, e o que se segue refere-se à experiência de G. Ramos com o capitão Euclides no horário do almoço.

No pavilhão dos primários, os detentos possuíam melhores condições de existência no cárcere, por isso G. Ramos relata que conseguia se alimentar nesse espaço. Em certa ocasião, na fila para receber a sobremesa de duas bananas, o narrador solicita que o personagem troque as bananas dele por outras. Com a afirmativa do capitão, G. Ramos devolve as bananas e fica esperando a troca. Nesse momento, Euclides afirma que já fizera a restituição do alimento para o romancista. Assim segue o enredo:

Faltaram-me as palavras. E ouvindo a reafirmação de que me haviam atendido, enchi-me de vergonha e cólera, perdi os estribos:

— O senhor julga que lhe venho furtar duas bananas? Que é isso?

Lembro-me de haver feito essa pergunta, mas não me lembro do resto. Devo ter falado muito. Ignoro o que disse, o que me responderam. Sentia-me duramente ofendido — e arrelia-va-me em despropósitos cegos. Esforçara-me longos anos por vencer esses impulsos; conseguira abafar a voz estridente e coibir o pestanejar excessivo; a obrigação de escrever levava-me a expressar-me com atenção, analisar as frases antes de largá-las. Os efeitos custosos da paciência demorada num instante se perdiam.

Retirei-me, subi os degraus de ferro, entrei no cubículo, joguei o prato ao chão, sentei-me na cama, atordoado, buscando relacionar pedaços do infeliz acontecimento. O essencial era uma injúria sem motivo. O resto não tinha grande valor. Certamente o rapaz, de músculo rijo afeito ao exercício, me replicara com violência, mas isto não me deixara vestígio na memória. O que me indignava era alguém supor-me capaz de uma ridícula safadeza e, em conseqüência, obrigar-me a desatinar, esquecer disfarces penosamente adquiridos. Afligiam-me as irreflexões escapadas, logo desfeitas, a aspereza, o gesto desabrido. Julgava-me livre disso. [...]

Foi esse desgraçado momento que Euclides de Oliveira escolheu para entrar:

— Fulano, venho pedir-lhe desculpa. Fui injusto com você há pouco.

Digno e frio, de vista baixa, ofereceu-me duas bananas. Demorou-se um instante em silêncio; vendo-me incapaz de falar, deu meia-volta e sumiu-se na plataforma. Não me fugia apenas a voz: aniquilava-se o entendimento: era como se me houvessem golpeado a cabeça, desarranjado os miolos. Veio-me depois a horrível impressão de ter sido humilhado por alguém muito forte, que me impedia todos os meios de defesa. [...] O meu juízo a respeito dos militares desmoronava-se, um sujeito de farda aplicara-me lição bem rude.

A princípio não enxerguei a súbita generosidade: impressionaram-me a solidez, o modo correto do homem, a presteza com que avaliara a situação, reconhecera o próprio erro e decidira eliminá-lo confessando-o e desprezando os meus excessivos melindres. (RAMOS, 1994, p. 123)

Na história narrada, percebemos o efeito de realidade e de ficção quando o narrador relata não se lembrar de alguns aspectos, como a resposta de Euclides à sua queixa. O exercício de recordar sobre a experiência não foi completo e ele afirma: “não deixou vestígios em minha memória”. No entanto, para o autor, tal fato não tem relevância, ou seja, o modo pelo qual o personagem reagiu ao seu questionamento não adquiriu significados para ele. A lacuna dessa lembrança não foi preenchida por imaginários; foi simplesmente apagada da memória do narrador. Essa consideração leva-nos a entender quão complexo é o projeto de escrita de relatos

sobre a vida do sujeito. A memória trata-se de uma dimensão que repousa entre a consciência e inconsciência do ser discursivo.

No que se refere à *mudança* da imagem do sujeito narrador, compreendemos ser relevante pensarmos em alguns fatores fundamentais para a transformação de G. Ramos na situação narrada. Assim, há a presença do *eu-inicial* e do *eu-transformado* no relato supracitado. Entre eles, alguns elementos surgem no discurso, e para delinear e entendermos o processo de mudança no episódio, lançaremos mão do uso de uma imagem de processo, elencando os elementos responsáveis pela mudança da representação de si. Eis a figura:



Figura 5 – Mudanças – elaborada pela autora, 2020.

Para o processo de mudança do *eu* no discurso, consideramos que nessa experiência o *eu inicial* expressa emoção de vergonha e cólera, devido à ação do personagem de Euclides. Com isso, o narrador procura tomar o controle da situação ao sentir-se envergonhado diante do imaginário do outro, segundo o qual o narrador teria furtado duas bananas. Depois disso, o personagem procura o narrador e lhe pede desculpas, e a ação de Euclides faz G. Ramos sentir emoção contrária àquela do *eu inicial*, que é modificado pela ação alheia.

O *eu inicial* de G. Ramos se autoatribui a emoção da vergonha e da cólera em face da situação. Esse *eu* é descrito pelas seguintes expressões: “perdi os estribos”, “ofendido”, “arreliaava-me em despropósitos cegos” e “atordoado”, o que demonstra avaliação negativa do ato alheio. No processo narrativo, o personagem do autor ocupa papel de *actante-vítima* da ação executada por Euclides. O narrador sofre com a afirmativa do outro, que afirma já ter lhe dado o alimento solicitado.

Linhas atrás, vimos que a vergonha está associada ao modo pelo qual o sujeito acredita que é visto pelo outro. Nisso, no universo de crenças de G. Ramos, a atividade alheia é julgada por ele como a construção da imagem de alguém que furta algo. A percepção de que a representação de si poderia distorcer-se da autoidealizada, e projetar-se na figura de ladrão, faz com o que narrador qualifique a ação como “infeliz acontecimento” e “injúria sem motivo”.

Ainda no papel de *actante-vítima* da ação, o narrador tenta tomar controle da situação por meio do comportamento enunciativo do questionamento “— O senhor julga que lhe venho

furtar duas bananas? Que é isso?” (RAMOS, 1994, p.123) Acompanhado disso, o autor retira-se com raiva do lugar e joga o prato no chão. Findado o esforço de comando da circunstância em preservar a imagem de si, o narrador analisa as consequências da sua atitude e o impacto delas na imagem para si. O resultado da atividade gerou a reflexão sobre a presença de um *eu* que “esqueceu disfarces penosamente adquiridos”.

O narrador, nessa experiência, foi marcado pela emersão do *eu furioso* de G. Ramos. O espanto em não conseguir controlar tal característica pode ser observado em “esforçara-me longos anos por vencer esses impulsos; conseguira abafar a voz estridente e coibir o pestanejar excessivo” (RAMOS, 1994, p. 123). Com a expressão de insatisfação, o sujeito enunciativo realiza reflexões sobre si que foram moldadas com o passar de sua trajetória. Na auto avaliação, ele revela que a voz do *eu furioso* mantinha-se adormecida no seu âmago, não sendo trazida à comunicação externa com outrem. Nesse caso, inferimos a polifonia interna do sujeito em *eu furioso* e *eu paciente resignado*.

O *eu paciente resignado* esvai-se do mundo externo e dá lugar ao *eu furioso*. A falta de controle do narrador diante da emersão desse *eu* é vista de modo negativo por ele. Afinal, ele relata que buscou por muito tempo adormecer a manifestação dessa característica na situação de comunicação alheia.

Quando o narrador estava em sua cela, o personagem de Euclides o procurou, levou duas bananas e pediu desculpas a G. Ramos. A atividade alheia é vista por ele “como se houvessem golpeado a cabeça, desarranjando os miolos”. Por consequência, a ação do outro, de tempo inesperado, inicia o processo de mudança de crenças do narrador diante dos policiais. Com efeito, o narrador expressa o sentimento de surpresa agradável ao relatar que “impressionaram-me a solidez” do pedido de desculpas do rapaz. Diante disso, o papel de *actante-vítima* transfigura-se para o de *actante-beneficiário*.

Com a mudança de emoção de vergonha e cólera para a emoção de simpatia, o *eu inicial* é transformado. Essa mudança também atinge o imaginário de G. Ramos diante da figura policial, visto que a avaliação sobre a representação dos oficiais transformava-se com as práticas realizadas pelos personagens. A consciência dessa transformação é vista em “o meu juízo a respeito dos militares desmoronava-se, um sujeito de farda aplicara-me lição bem rude”.

Dito isso, o *eu transformado* julga suas atitudes e as reclassifica como “excessivos melindres”. Aliada à mudança emotiva de si, o personagem de Euclides tem a representação modificada, uma vez que depois da transformação do narrador, o olhar para outro passa a ser qualificado como “digno e frio”, “generosidade”, “modo correto” e “presteza”. Por fim,

compreendemos que a transfiguração de si impacta de maneira igual na transfiguração do outro. A mudança do *eu inicial* foi provocada pela ação do personagem, que fez com G. Ramos revise suas avaliações.

Selecionamos outro episódio do relato de Ramos para darmos continuidade a nossas análises sobre as *mudanças* de si do narrador. Trata-se da situação na qual o personagem de Cubano tenta obrigar G. Ramos a alimentar-se. O narrador responde que não quer almoçar, e obtém a seguinte resposta de Cubano:

[...] — Não estou perguntando se o senhor quer, estou mandando. Entre na fila.
 — Tolice, Cubano, respondi com mau modo. Você não me dispensou das formaturas? Essa réplica foi inútil: o moleque aproximou-se, cochichou-me ao ouvido, a voz trêmula:
 — Perdoe-me. Eu não posso deixar o senhor morrer de fome. Vai à força.
 E agarrou-se comigo, em luta desigual, absurda. Achava-me num espanto imenso, cheio de fúria e vergonha. E parecia-me sobretudo ridículo envolver-me em briga daquele gênero com um vagabundo, na presença de novecentos homens em linhas pamas, os braços cruzados. [...]
 Movia-me em desespero, atacava, defendia-me à toa; com certeza os meus golpes não tinham nenhum efeito. O moleque, rijo, nem se ocupava em revidá-los: todo o esforço dele consistia em procurar segurar-me os braços. Um murro me lançaria ao chão. Tive consciência disso, percebi que o estranho adversário me poupava e limitei-me a fugir às mãos ásperas, aos dedos de ferro. A enorme cólera juntou-se uma gratidão insensata. Perseguia-me a escusa estapafúrdia, no meio daquele desconchavo: “— Não posso deixar o senhor morrer de fome. Perdoe.” Excelente propósito, sem dúvida, mas o jeito de realizá-lo indignava-me. [...]
 A zanga e o reconhecimento ferviam-me no interior. Súbito uma confusa piedade engrossou-me o coração. Tive pena do infeliz amigo, que se aventurava a medidas extremas, julgando salvar-me a vida. A irritação esmoreceu: provavelmente ele devia sofrer. Continuava a defender-me. (RAMOS, 1994, p. 146-148)

Diante da narrativa dessa memória, procederemos similarmente à análise anterior, e buscaremos elencar quais elementos participam da mudança entre o *eu inicial* e o *eu transformado*. Isso posto, compreendemos que o processo de transformação ocorre pela seguinte etapa:

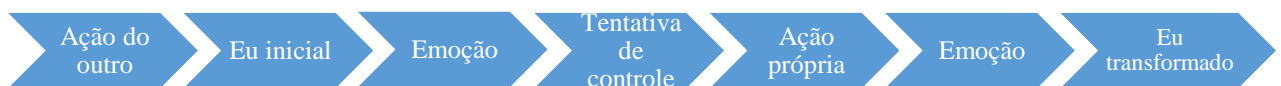


Figura 6 – Mudanças de si – elaborada pela autora, 2020.

No processo de mudança do *eu* de G. Ramos na situação com Cubano, consideramos que a ação do outro, de obrigar fisicamente o narrador a almoçar, coloca o narrador, inicialmente, em papel de *actante-vítima* da atividade alheia. Na posição de vítima da ação, o *eu inicial* expressa a vergonha e a fúria por estar em situação de combate físico com alguém diante de demais detentos. A qualificação do seu parceiro de luta como “vagabundo” pode auxiliar o julgamento do narrador em expressar o imaginário da vergonha. Isso, pois, visto que no universo de crenças, inferimos a situação de luta como um “vagabundo” ser uma experiência inesperada para o sujeito na posição social de literato e de erudito na sociedade.

A tentativa de controle da situação para extinguir o imaginário sociodiscursivo da vergonha é realizada primeiramente pela negociação discursiva de G. Ramos. Sem êxito, com o embate físico com o personagem, ele busca novamente tomar o comando da circunstância através da irrisória luta com Cubano. Na tentativa de controle, o narrador relata adquirir consciência da diferença entre o físico dele e do oponente. Ao saber dessa distinção, ele avalia novamente a situação, e nessa atividade de reflexão as emoções de vergonha e de fúria são modificadas para as emoções de gratidão e de pena.

Após o novo julgamento da ação, o papel narrativo de *actante-vítima* modifica-se para o de *actante-beneficiário* do ato do personagem. A transformação da emoção de vergonha para a de gratidão e de pena revela que o *eu transformado* mudou a direção do olhar para os sujeitos da situação. Isso porque a expressão da vergonha está relacionada com a imagem de si no mundo do outro, ou seja, a preocupação está na forma como ele é visto pelos demais. Já as emoções de gratidão e de pena são direcionadas ao outro. A mudança do olhar de si para o olhar para Cubano é posicionada também por meio da transformação de descrições que podemos ver no quadro abaixo:

Descrições da situação ao direcionar o olhar para si do <i>eu inicial</i>	Descrições da situação ao direcionar o olhar para Cubano do <i>eu transformado</i>
Luta desigual, absurda	Me poupava
Espanto imenso	Excelente propósito
Cheio de fúria e vergonha	Confusa piedade

Quadro 17 – Descrições – elaborado pela autora, 2020.

O *eu transformado* pode ser compreendido como um aspecto das mudanças do sujeito narrador ao longo de sua experiência no cárcere. A transformação da representação de militares e de Cubano, no universo de crenças de G. Ramos, aponta para modificações de traços de

personalidade. Visto que o processo de representação do outro está interligado à representação de si, assim também será a mudança.

Não só de *mudanças* constrói-se a imagem do *sujeito que se narra*; *continuidades* do sujeito também são observadas no percurso narrativo e representacional de si. Tais *continuidades* podem ser analisadas porque o sujeito narrador preserva crenças e traços de personalidade, como preferências, sentimentos, profissão. Nesse sentido, o papel social de literato de G. Ramos perpassa o processo de *continuidade* na narrativa de si. O *eu literato* do romancista se mantém nas recordações sobre o passado. Para apreender a *continuidade* do *eu literato*, selecionamos dois trechos, em diferentes situações, que relatam as reflexões do *eu* supracitado:

Por que é que indivíduos como eu escrevem? Para quê? perguntava a mim mesmo. Quando esmoreciam as dores, procurava defender-me estabelecendo comparações frágeis: — Afinal o Brasil é uma tristeza. Estas misérias são iguais a várias que por aí circulam. Escrevemos à toa, e ainda achamos quem nos elogie. Decidia-me com esforço a desenterrar as miseráveis folhas, rabiscava algumas linhas chochas. Para quê? Lá fora gente como eu estaria fazendo coisa semelhante. (RAMOS, 1994, p. 54)

Esse primeiro excerto selecionado pertence à narrativa de um episódio no qual G. Ramos recorda-se dos momentos em que esteve com a psiquiatra Nise da Silveira, no Pavilhão dos Primários. No meio dessas lembranças, ele realiza o questionamento sobre seu papel social de escritor e o motivo pelo qual ele escreve. A justificativa social para o trabalho de escritor é respondida pelo próprio narrador, desse modo o autor considera que as mazelas brasileiras devem ser expostas aos leitores.

No que se refere à *continuidade* do *eu literato* de G. Ramos, a observamos quando o sujeito falante enuncia as justificativas na tentativa de responder ao seu autoquestionamento. Tal *continuidade* pode ser notada mais particularmente em “decidia-me com esforço a desenterrar as miseráveis folhas [...]”, pois nessa expressão inferimos a narrativa do propósito em continuar a escrever as notas diárias sobre o cárcere e os males sofridos por ele e pelos companheiros. Com isso, entendemos que a *continuidade* do *eu literato* é materializada no discurso por meio do relato do narrador em prosseguir com a escrita da obra.

Ademais, compreendemos a transfiguração do *eu social* do indivíduo de G. Ramos para o *eu narrador* no discurso. Ao enunciar que as mazelas sociais inspiram a escrita do romancista, notamos como é tênue a separação entre autor/indivíduo. Para isso, consideramos o autor como a manifestação enunciativa e o indivíduo como o ser empírico de G. Ramos. Desse modo, seja

na produção de ficção ou no projeto de escrita sobre as memórias e sobre a vida, o ser empírico de G. Ramos estará, em menor ou maior grau, nas entrelinhas do discurso que permeia a obra.

As experiências de vida que o indivíduo de G. Ramos vivenciou na infância, com as observações da seca, da fome, da violência do pai, da injustiça social e econômica e dos assassinatos estarão presentes no *eu discursivo* do autor. Nesse caso, não podemos afirmar que o narrador ou o personagem de obras ficcionais, como em *Vidas Secas* e em *Angústia*, sejam a manifestação do indivíduo de G. Ramos. Acreditamos que os posicionamentos e os julgamentos morais do universo de crença de G. Ramos são transmutados para o seu papel de autor quando produz obras ficcionais. Dessa transmutação originam-se personagens como Fabiano, Paulo Honório ou Luís da Silva, que carregam no discurso da obra as crenças do autor.

Em relação à construção de uma obra de memórias, como nosso *corpus*, *Memórias do Cárcere*, a separação tênue entre autor e indivíduo pode ser percebida. Nesse caso, diferentemente da obra ficcional, na qual surgem figuras criadas pelo autor, há uma narrativa da vida em que a construção do relato está baseada na experiência do indivíduo, ou seja, as narrativas são direcionadas tendo em vista a vida de G. Ramos. Nisso, ao relatar e narrar aspectos da trajetória do ser empírico, o *eu autor* estará na história de si.

Dito isso, na obra de memórias sobre a vida pessoal do indivíduo, o *eu literato* se faz presente na narrativa do sujeito falante. Logo, em *Memórias do Cárcere* observamos diversos excertos que fazem referência à literatura de G. Ramos:

Mantinha-me em silêncio; comportar-me-ia daquele jeito se falasse, embrulharia assuntos, divagaria à toa. Não me inclinava a papaguear: a sombra interior obscurecia os fatos e os conhecidos próximos: Mário Paiva, inconsistente, perdia a significação. O rótulo de tintas vivas, colado ao vidro, forçava-me a um lento recuo no tempo. A sala de jantar da minha casa em Pajuçara reconstituía-se. Era noite sentado à mesa, entranhava-me na composição de largo capítulo: vinte e sete dias de esforço para matar uma personagem, amarrar-lhe o pescoço, elevá-la a uma árvore, dar-lhe aparência de suicida.

Esse crime extenso enjoava-me. Necessários os excitantes para concluí-lo. O maço de cigarros ao alcance da mão, o café e a aguardente em cima do aparador. Estirava-me às vezes pela madrugada, queria abandonar a tarefa e obstinava-me nela, as idéias a pingar mesquinhas, as mãos trêmulas. Rumor das ondas, do vento. Pela janela aberta entravam folhas secas, um sopro salgado; a enorme folhagem de um saptizeiro escurecia o quintal.

Perto, a garrafa de aguardente. Duas porções minguadas. Dentro em pouco iria mexer-me de novo, deitar outras nos copos, maquinal. Mário Paiva discorria, com abundância, naturalmente presumia estar sendo agradável. Seria melhor que ele se calasse, mas na verdade a tagarelice não me perturbava a recordação; nem me decidia a fazer a mínima tentativa para compreendê-lo. Se ele me descobrisse a inadvertência, conservar-me-ia distante, indiferente; não me importava o juízo de um estranho loquaz. [...]

As ondas, o vento, os ramos do saptizeiro, a garrafa de aguardente, o maço de cigarros, o bule de café. Um enterro, sem dúvida, enterro literário. Se me agradassem

as confidências, trataria disso, interromperia Mário Paiva, embora ele não me compreendesse. Também não conseguiria explicar-me. As minhas idéias deviam ser tão indecifráveis como as que ele extraía do espírito nublado, fragmentárias. [...] Emergimos do sonho, erguemo-nos, fomos ver de perto as imundícies do porão, o lago de urina, que se havia reconstituído. (RAMOS, 1994, p. 183 -185)

No relato acima, o narrador de G. Ramos transporta-se para as lembranças passadas antes do cárcere, para o momento em que ele buscava finalizar o assassinato do personagem em *Angústia*. Não há menção do nome da obra, portanto, a referência desse assassinato só será captada por quem conhece a obra do romancista. Então, além de se transportar, no exercício da memória, para o passado, o narrador transporta-se também para a sua profissão de literato. Disso, notamos a emersão do *eu literário* de G. Ramos, pois o narrador realiza reflexões sobre o enredo da trama ficcional de *Angústia*.

Na fuga do espaço cenográfico da prisão, o narrador se permite reviver detalhadamente o espaço no qual estava quando escrevia sobre o crime no romance. Nessa heterogeneidade de memórias, características discursivas do autor são percebidas quando notamos o modo como o narrador descreve o ambiente. Os mínimos detalhes do espaço, como os cigarros, o café, a aguardente, o vento e a janela são descritos de forma minuciosa e com maestria pelo autor. Como leitores, somos levados pelo narrador a recriar o passado e a sala de G. Ramos, devido à expertise do romancista. Essa característica de minúcia descritiva é observada em todos seus romances. Desse modo, compreendemos que o *eu literário* de G. Ramos se faz presente nas narrativas de si.

Outro aspecto no relato é o vai e vem das lembranças do narrador. Assim, as interrupções temporais são realizadas fragmentariamente, de outra maneira. O autor recorda-se ora da sala em Pajuçara, ora da presença de Mário Paiva no cárcere, e esse processo repete-se na narrativa. O ciclo dessa heterogeneidade de memórias é interrompido com a visão de G. Ramos das imundícies de excrementos no chão do porão do navio de Manaus. Aliás, na fuga de realidade do narrador, interpretamos o *eu íntimo* e o *eu externo*.

No *eu externo*, ou seja, na imagem de si projetada externamente na comunicação, G. Ramos comporta-se de maneira silenciosa, talvez para criar a imagem de alguém que prestava atenção à palavra do personagem de Mário Paiva. Já no *eu íntimo*, o desejo do narrador era que o companheiro se calasse, visto que o romancista se mergulhava nas lembranças do episódio em que escrevia o assassinato cometido por Luís da Silva.

Isso posto, identificamos a *continuidade* de si na forma de *eu literato* nas reflexões do narrador sobre a própria prática literária. Outra imagem que permanece no processo de

continuum é a autorrepresentação de não exercer o papel de vítima. No discurso da narrativa de suas experiências com o cárcere, G. Ramos relata o desvio de ver-se como vítima. Ao todo, são em média de nove episódios nos quais o narrador expõe sua crença sobre a imagem de mártir. Entretanto, selecionamos dois trechos em que podemos observar a *continuidade* de crenças do narrador:

Evitava considerar-me vítima de uma injustiça: deviam ter razão para repelir-me. Seria bom que ela se publicasse no jornal, isto desviaria comentários maliciosos. Esforçava-me por julgar aquilo uma insignificância. Já me havia achado em situação pior, sem emprego, numa cama de hospital, a barriga aberta, filhos pequenos, o futuro bem carregado. Tinha agora uns projetos literários, indecisos. Certamente não se realizariam, mas anulavam desavenças conjugais intempestivas, que se vinham amiudando e intensificando sem causa. [...] Se não me houvessem despedido assim de chofre, com um recado, humilhanamente, poderia até julgar aquilo um benefício. [...] Afinal a minha pretensão não era tão absurda como parece. Indivíduos tímidos, preguiçosos, inquietos, de vontade fraca habituam-se ao cárcere. Eu, que não gosto de andar, nunca vejo a paisagem, passo horas fabricando miudezas, embrenhando-me em caraminholas, por que não haveria de acostumar-me também? Não seria mau que achassem nos meus atos algum involuntário, digno de pena. É desagradável representarmos o papel de vítima.

— Coitado!

É degradante. Demais estaria eu certo de não haver cometido falta grave? Efetivamente não tinha lembrança, mas ambicionara com fúria ver a desgraça do capitalismo, pregara-lhe alfinetes, únicas armas disponíveis, via com satisfação os muros pichados, aceitava as opiniões de Jacob. Isso constituiria um libelo mesquinho, que testemunhas falsas ampliariam. (RAMOS, 1994, p. 132)

Nos relatos de vida do sujeito narrador notamos os imaginários sociodiscursivos no que diz respeito ao papel de vítima na conjuntura da prisão política. Quanto a esse aspecto, o narrador constrói discursivamente a imagem de si e exclui dela a imagem de vítima. Isso porque nas crenças de G. Ramos tal posição é julgada como negativa, posicionamento que pode ser observado por meio das descrições que o narrador realiza da imagem de vítima e da situação da prisão.

Descrições sobre a prisão	Descrições sobre o papel de vítima
Insignificância	Desagradável
Benéfico	Degradante

Quadro 18 – Descrições – elaborado pela autora, 2020.

Na tentativa de desviar-se da posição de mártir, o enunciador produz qualificações para a circunstância do cárcere que minimizam a injustiça sofrida. Com isso, os termos “insignificância” e “benéfico” são atribuídos à conjuntura na intencionalidade de afastar os

imaginários sociodiscursivos de injustiça. O narrador compara a prisão com acontecimentos enfrentados no passado. Nas lembranças dele, as experiências da doença e da falta de emprego foram momentos piores do que ele presenciava naquele momento. Tal comparação é produzida na tentativa de reduzir a angústia e o sofrimento da cadeia, e por tal razão, ele descreve a situação atual como insignificante. Desse modo, identificamos o intuito de diminuir o papel de vítima de injustiça com a autoatribuição de características de adaptação para sua imagem.

A qualificação de “benéfico” é realizada quando o narrador reflete que estaria se ausentando dos problemas familiares e dos desgostos no trabalho. Nesse caso, ele afirma ser possível representar a situação como favorável, caso não fosse demitido no contexto que lhe provocara a expressão da emoção da vergonha.

Nas descrições sobre o papel de vítima, o narrador escolhe as qualificações de “degradante” e de “desagradável”. Com esses termos, compreendemos a representação que G. Ramos arquiteta sobre a posição de mártir. Para ele, ser visto pelo olhar do outro como vítima é uma construção desagradável e degradante. Dessa maneira, ter a imagem de si produzida pelo outro na posição de “coitado” provoca emoções de pena e dó nas demais pessoas, o que, por conseguinte, desencadeia a situação que o narrador não deseja. Dito isso, inferimos que essa imagem está atrelada às emoções discursivas de G. Ramos, pois ao projetar a posição de vítima ao olhar alheio, o narrador expressa enunciados que orientam para a interpretação do efeito emotivo da vergonha.

Postas essas considerações, tanto no primeiro quanto no segundo excerto notamos a *continuidade* da construção da imagem do narrador no que se refere ao papel de vítima. A *continuidade* é percebida pelas afirmações e reafirmações sobre os imaginários sociodiscursivos, sendo expressas ao longo da obra de memórias. Ademais, nos relatos de si ao longo do enredo, há um *continuum* em excluir da sua imagem a posição de mártir. A exclusão, por sua vez, está na produção da *singularidade* de si, e com ela o narrador afirma ser ele, por justamente não ser vítima. Em outras palavras: “eu sou eu porque não sou vítima, igual ao outro”.

Para concluir este capítulo, percebemos que nas narrativas de si o sujeito narrador se fragmenta em múltiplos outros *eus* presentes no âmago do sujeito enunciativo. Assim, conseguimos perceber diversas nuances do sujeito discursivo de G. Ramos que surgem no exercício de recordar enunciativamente as memórias do cárcere.

Por fim, nessa polifonia interna do *eu*, delineamos os imaginários sociodiscursivos e a transmutação das crenças do autor para o *eu narrador*. Com essa transferência de

posicionamentos e de julgamentos, surgem os traços do *eu* do sujeito narrador que identificamos por meio da multiplicidade enunciativa do sujeito narrador. Algumas personalidades do narrador modificam-se e transformam-se na narrativa, e nisso percebemos as *mudanças* de si. Da mesma maneira, alguns julgamentos e crenças são expressos em *continuum*, e nesse processo notamos a *continuidade* de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memórias do Cárcere é um clássico brasileiro que apresenta complexidade discursiva e política. Nosso intuito com esta pesquisa não foi o de excluir a riqueza da obra, mas sim direcionar o olhar analítico para as questões do *eu narrador* do outro e de si em enunciados de relatos de experiência. Como isso em mente, as narrativas de vidas presentes em *Memórias do Cárcere* possibilitaram-nos a observação da relação discursiva do *eu que se narra* consigo, com o outro e com o mundo por meio do histórias que expressam efeitos de emoções e construções da imagem de si.

Para compreender tal relação, dividimos as análises em dois momentos: no capítulo IV optamos por investigar as emoções nas narrativas de outrem. Dito isso, as descrições e as construções narrativas direcionadas a outrem são pistas linguísticas e discursivas que apontam para o universo de crenças do autor.

Deparamo-nos em nosso *corpus* com uma vasta heterogeneidade de narrativas de vidas, sendo assim, notamos que o autor reservou bom espaço no enredo para a observação alheia. Nessas observações e julgamentos do outro, os efeitos de emoções heteroatribuídos, como a indignação e a antipatia pela polícia e pelo governo, revelam-nos as crenças do narrador. Ao produzir e direcionar patemizações alheias, ficamos sabendo mais sobre o atribuidor do que sobre o atribuído. Com esse aspecto, identificamos o *eu sensível* de G. Ramos, ao relatar os casos de estupro e da entrega de Olga Prestes e Elisa Berger. Esse *eu sensível* expressa efeitos sentimentais capazes de nos indicar as representações e as crenças do *eu narrador*. Por intermédio disso, inferimos a posição política, social e moral de G. Ramos ao expor histórias desumanas praticadas pelo governo e pela polícia.

Ademais, a organização descritiva das qualificações permite-nos aprender sobre o processo de transmutação de crenças aos demais participantes da história de G. Ramos. Nesse viés, a descrição de vítima que o autor construiu para o personagem de Miranda difere-se da realizada para as figuras femininas de Prestes e Berger. Tal diferença pode ser percebida porque os imaginários sociodiscursivos são organizados tendo em vista julgamentos opostos. Com isso, com base nas crenças do narrador, a figura de Miranda, mesmo tendo sofrido horrores no cárcere, não era digna de qualificação de vítima, por ter indícios que o apontavam como traidor dos comunistas. Já com os personagens femininos supracitados, o papel de vítima é legitimado e ainda desperta no narrador a expressão patêmica da dor, no episódio em que as mulheres são entregues à Gestapo.

Diante dessas considerações, as crenças do narrador transmutam-se para a representação descritiva do outro na narrativa de vida. Isso equivale à reflexão de que descrever o outro é, ao mesmo tempo, descrever-se a si próprio. A atribuição de características alheias, nesse sentido, constitui indícios que nos mostram as representações do sujeito narrador com o mundo e com o seu universo de crenças.

Outro aspecto que notamos nas narrativas alheias são as fragmentações do narrador que apontam para a polifonia interna do eu. Assim, observamos a presença heterogênicamente temporal entre o *eu passado* e o *eu presente* para produzir os relatos de outros personagens. Além destes, na vasta polifonia do sujeito narrador, deparamo-nos com múltiplos, quais sejam: do *eu resiliente*, do *eu vingativo* e do *eu sensível* de G. Ramos.

Dedicamos o capítulo V à análise dos efeitos de emoções na narrativa de vida do narrador de G. Ramos. Nessa parte identificamos a maior recorrência de fragmentação discursiva do enunciador. No que se refere à diversidade temporal do eu, presenciamos a ocorrência de quatro *eus temporais* nos fragmentos analisados. Nas fugas de realidade do narrador para o passado e para o futuro, se fazem presentes o *eu criança*, nas recordações juvenis, e o *eu futuro*, nos anseios sobre como será a vida e o papel social do narrador pós-cárcere. Além disso, notamos constantemente a relação do *eu passado* com o *eu presente* nas avaliações e julgamentos das ações do narrador. Isto é, na recordação de alguns eventos, o *eu presente* do momento da escrita avalia e julga as experiências e tomadas de decisões do seu *eu passado*, podendo, nesse ponto, reafirmar ou refutar a imagem de si.

A verdade subjetiva do *eu narrador* no relato de vida pôde ser compreendida na presença discursiva do *eu subterrâneo* de G. Ramos. Nisso, notamos a recorrência constante do *eu interno subterrâneo* que realiza julgamentos de traços negativos de si, os quais, por sua vez, são escondidos do mundo alheio, ficando somente no âmago do ser do narrador. Para a apreensão de tal desdobramento do sujeito, é importante perceber a divisão entre a *eu íntimo* e o *eu externo*. No *eu externo*, os comportamentos enunciativos buscam satisfazer as normas sociais impostas e regularizadas pelos grupos aos quais o sujeito enunciador de G. Ramos pertence. Ou seja, na exterioridade surgem máscaras do *eu íntimo* que escondem os verdadeiros pensamentos e crenças do sujeito. Já no *eu íntimo*, observamos a presença do *eu subterrâneo* que se autoanalisa e reconhece os defeitos mais profundos do seu ser.

Será no liame entre esses dois *eus* que identificaremos o papel dos efeitos de emoções para o relato de si. Diante das reflexões que realizamos a partir do nosso *corpus*, percebemos a relação entre a emoção e a narrativa de vida. Conforme se dá a conjuntura social e discursiva,

as expressões emotivas são interligadas e conectadas à imagem de si construída no enunciado. Como exemplo disso, podemos recordar a expressão da vergonha de G. Ramos, e nesse ínterim só há a orientação dessa patemização porque o que está em jogo enunciativo e contextual é a forma como a imagem do narrador é construída por ele próprio, tendo em mente a seguinte questão: como a minha imagem está sendo vista pelo outro? Por vezes, outros personagens podem nem estar pensando ou construindo a imagem do narrador, porém, o que nos interessa nesse assunto é o receio que o *eu narrador* apresenta sobre como será visto pela sociedade. Em outras palavras, a expressão da emoção é constituída pelas crenças e pelos traços identitários do sujeito enunciadador.

Por fim, a relação entre emoção e narrativa de vida pôde ser inferida nas *mudanças* do *eu enunciadador* de G. Ramos. Para isso, vimos que as transformações do narrador ocorreram juntamente com as mudanças de expressões emotivas. No caso, com o policial que o acusa de ter furtado duas bananas e na experiência com o personagem Cubano, o *eu inicial* é modificado para um *novo eu* que se reavalia e reavalia o outro. Essa modificação está diretamente interligada à mudança de efeito patêmico no discurso. Isto é, muda-se o *eu* e mudam-se suas emoções. Finalmente, a alteração interna do narrador de G. Ramos — ora *eu furioso*, ora *eu resignado*, ora *eu vingativo* e ora *eu sensível* — nas transformações de si pode ser vista como reflexo da complexidade polifônica da interioridade do sujeito narrativo.

Destarte, a polifonia interna do *eu que se narra* apresenta-se como a configuração heterogênea do sujeito discursivo, que, por sua vez, está imbricado às suas memórias, às expressões emotivas e ao universo de crenças. Desse modo, quando se modificam as lembranças, modificam-se as crenças e modificam-se os efeitos patêmicos. Logo, memória e emoções são elementos constituintes na narrativa de si.

REFERÊNCIAS

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. **Graciliano Ramos: cidadão e artista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ABRIC, J-C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ADORNO, Theodor W. Palestra sobre lírica e sociedade. *In: Notas de literatura I*. V. 1. São Paulo: 34, 2003, p. 65-89.

_____. L'étude expérimentale des représentations sociales. *In: JODELET, D. (ed.). Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

AMARAL, Gabriela Pacheco. **O ethos nos conflitos de Fabiano, em Vidas Secas: uma perspectiva da identidade discursiva**. 2014. Monografia (Licenciatura em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade do Estado de Minas Gerais, Ibirité, 2014.

_____. **As vozes que silenciam os “eus” de Fabiano, em Vidas Secas, de G. Ramos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Análise do discurso) — Poslin/FALE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. Uma análise sobre os efeitos de emoções em poemas memorialistas de Carlos Drummond de Andrade. *In: PERCursos Linguísticos*. Vitória, v. 7, n. 16, 2017.

AMOSSY, Ruth. **L'Argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade enunciativa. *In: Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: IEL, V.1, 1990.

BAKTHIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. **Cruzeiro Semiótico**, Porto, n.11/12, p. 60 – 73, 1990.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. *In: DIONISIO, A.; HOFFNAGEL, J. C. Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19-46.

BERTAUX, D. **Le récit de vie**. Paris: Nathan. 1997.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: Uma obra à prova do tempo. *In: Problemas da Poética de Dostoiévski*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. **Estudos Avançados**. v. 23, n. 9, 1995, p. 309-332.

BRUNACCI, Maria Izabel. **Graciliano Ramos: um escritor personagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CHARADEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

_____. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 185-208.

_____. Pathos e discurso político. In: MACHADO, I.L. *et al.* (org.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 240-251.

_____. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri (org.). **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Paris: L'Harmattan, 2007b. p.49-63.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E., MACHADO, I. L. (orgs.) **Emoções no discurso, volume II**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 23-56.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAXEL, Sophie ; FIORELLI, Cécile ; MOITY-MAÏZI, Pascale. Les récits de vie: outils pour la compréhension et catalyseurs pour l'action. **Interrogations**. France, n.17, 2014.

CYRULNIK, Boris. **Dizer é morrer: a vergonha**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A estranha ordem das coisas**: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

GUIMARÃES, Jubireval Alencar. **Graciliano Ramos e a fala das memórias**. Maceió: Ediculte/Seculte, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol. 2**: A clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle? Remarques et aperçus. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (orgs.) **Les emotion dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000, p. 33-74.

LAFETÁ, João Luiz. Estética e ideologia: o Modernismo em 30. In: PRADO, Antonio Arnoni. **Dimensão da noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 55-71.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, Eliane Soares de. A semiótica das paixões e a análise da dimensão passional dos enunciados. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 841-871, 2017.

MACHADO, Ida Lucia. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. In: **Bakhtinianas**. São Paulo, v. 1, n. 9, p.108-128, 2014.

_____. Percursos de vida que se entremeia a percursos teóricos. In: SANTOS, S.P. & MENEZES, W. A. (orgs.). **Discurso, Identidade, Memória**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015, p. 83-96.

_____. Nos bastidores da Narrativa de Vida & Análise do Discurso. In: **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Núcleo da Análise do Discurso, Fale/UFMG, 2016, p. 121 -138.

_____. **Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra: Grácio Editor, 2016b.

_____. **Sobre a ironia e seus sussurros nas vozes de diferentes “eu(s)” narrativos**. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

_____. **Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra: Grácio Editor, 2018. (edição impressa)

_____. **Narrativas de vida. Saga Familiar & Sujeitos Transclasses.** Coimbra: Grácio Editor, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário.** São Paulo: Contexto, 2012.

MENEZES E SILVA, Christiani Margareth de. O papel das emoções na Retórica de Aristóteles. **AISTHE**, nº 5, v. 2, 2010.

MORAES, Dênis de. **O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PLANTIN, C. As razões das emoções. In: MENDES, E., MACHADO, I. L. (orgs.) **Emoções no discurso – volume II.** Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 57-80.

PLANTIN, C. **Las buenas razones de las emociones.** UNM Editora, 2014.

RAMOS, Graciliano. **Cartas.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. **Vidas secas.** 114^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Infância.** 41^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Angústia.** 64^a ed. Rio, São Paulo: Record, 2009.

_____. **São Bernardo.** 89^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Memórias do Cárcere.** Record: São Paulo, 1994.

_____. **Linhas tortas.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. Entrevista concedida em 1948. **Revista Travessias**, Cascavel, Ed. 14, 2008. p. 268-273. ISSN 192-5935. Disponível em: www.unioeste.br/travessias. Acesso em 26 jul. 2014.

SANTOS, J. B. C. O *pathos* da memória na identificação de práticas de leitura. In: MENDES, E., MACHADO, I. L. (Orgs.) **Emoções no discurso**, volume II. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 113-122.

OROFIAMMA Roselyne. Les figures du sujet dans le récit de vie. In: **Informations sociales**. n. 145, p. 68-81, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

Questionário sobre os actantes narrativos (CHARAUDEAU, 2014, p. 162) e questionário sobre os processos narrativos (CHARAUDEAU, 2014, p. 163).

QUESTIONÁRIO SOBRE OS ACTANTES NARRATIVOS

- Verificar se o actante:

1. **Age:** é o iniciador, o responsável e o executante da ação.
2. **Sofre a ação:** A ação recai sobre ele. Ele a recebe de maneira mais ou menos passiva, é mais ou menos afetado por ela, é mais ou menos a ela submisso.

1. Se o actante age: ele o faz como:

- 1.1. **Agressor:** comete um malefício.
- 1.2. **Benfeitor:** transmite um benefício.
- 1.3. **Aliado:** associa-se a um outro actante para auxiliá-lo ou defendê-lo, seja agindo diretamente sobre o adversário de outro actante, seja agindo ao mesmo tempo que este.
- 1.4. **Oponente:** contraria os projetos e as ações de um outro actante.
- 1.5. **Retribuidor:** dá a um outro actante ou uma recompensa ou uma punição (castigo).

- Ele o faz de maneira:

- 1.a. **Voluntária:** ele é consciente, ele decidiu (ato intencional).
- 1.b. **Involuntária:** não é consciente, não decidiu (não intencional).
- 1.c. **Direta:** afrontamento direto.
- 1.d. **Indireta:** por meio de fingimento ou de intermediário.

2. Se o actante sofre a ação ele o faz como:

- 2.1. **Vítima:** é afetado negativamente pela ação de um outro actante.
- 2.2. **Beneficiário:** é afetado positivamente pela ação de um outro actante.

- Se o actante vítima reage, ele o faz por:

- 2.1.1. **Fuga:** ele evita o afrontamento.
- 2.1.2. **Resposta:** age contra seu agressor.
- 2.1.3. **Negociação:** tenta neutralizar a agressão.

- Se o actante beneficiário reage, ele o faz por:

- 2.2.1 **Retribuição:** ele age retribuindo de maneira benéfica o outro actante.
- 2.2.2 **Recusa:** ele recusa o benefício.

Q. Os tipos de qualificações

- Q.1. **Qualificações positivas:** prestígio, virtude, força, inteligência, destreza etc.
- Q.2. **Qualificações negativas:** desconsideração (má reputação), vício (imoralidade, desonestidade), pusilanimidade, imbecilidade, inabilidade etc.

QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROCESSOS NARRATIVOS

- **Verificar se a realização de um ato recai principalmente:**
 1. **Sobre si** (o agente é seu próprio beneficiário ou sua própria vítima).
 2. **Sobre o outro** (o outro é beneficiário ou vítima).

- **Verificar se o ato tem por função:**
 1. **Melhorar** um estado inicial.
 2. **Conservar** um estado inicial.
 3. **Degradar** um estado inicial.
- **Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:**
 - 1.1. O **Melhoramento** do estado inicial, por:
 - *Eliminação* (de um adversário o de uma ameaça).
 - *Resolução* de um problema.
 - *Transgressão* (de uma regra, de uma proibição).
 - *Negociação* (com adversário o oponente).
 - *Embuste* (esperteza, cilada para sair de uma situação perigosa).
 - *Resposta* (a um ato de agressão por um outro ato de agressão).
 - *Vingança* (como autorreparação).
 - 1.2. A **Conservação** de seu estado inicial, por:
 - *Eliminação* (de um adversário o de uma ameaça).
 - *Prevenção* (de um conflito, de um encontro), fuga.
 - *Neutralização* (de uma ameaça).
 - *Negociação*.
 - *Embuste*.
 - 1.3. A **Degradação** do estado inicial, por:
 - *Submissão* (à dominação do outro).
 - *Sacrifício* (autodegradação voluntária).
 - *Transgressão* (que desrespeita a lei).
- **Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:**
 - 2.1. O **Melhoramento** do estado inicial do outro, por:
 - *Eliminação* (do adversário do outro).
 - *Intervenção* (em favor do outro, auxílio).
 - *Negociação* (em favor do outro).
 - *Retribuição* (positiva – presente).
 - 2.2. A **Conservação** do estado inicial do outro, por:
 - *Eliminação* (da ameaça sobre outro).
 - *Intervenção* (em favor do outro, proteção).
 - *Neutralização* (de uma ameaça).
 - 2.3. A **Degradação** do estado inicial do outro, por:
 - *Agressão* (realização de um malfeito sobre outro).
 - *Eliminação* (do outro como adversário, ameaça).
 - *Embuste* (o outro é traído).
 - *Vingança* (como punição do outro).
 - *Retribuição* (como justiça – castigo).
 - *Intervenção* (contra o outro).
- **Quais são os tipos de atos de fala** que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?
 - **Informação/dissimulação** (como um “poder” dado (revelação) ou oculto ao outro).
 - **Conselho/Desaconselhamento** (como modelo de comportamento a seguir/ não seguir).
 - **Encorajamento/Dissuasão** (como estímulo à esperança/aos medos – à intimidação).
 - **Proibição/autorização** (de realizar um ato).
 - **Pedido** (de ajuda ou de informação).

ANEXO II

Tópica das Emoções - Fonte: PLANTIN, 2010, p. 73.

Tópica das Emoções	
<i>Topos</i>	Exemplos
T1: O quê?	Casamento/enterro; façanha/derrota; má ação/boa ação; amigo/inimigo
T2: Quem?	Mulheres, crianças, o Presidente, um mendigo, os notáveis
T3: Como?	Diria que era um campo de batalha.
T4: Quando?	No dia de seus 20 anos. Morto na guerra em 10 de novembro de 1918.
T5: Onde?	O caminhão explode em um <i>camping</i> . Assassinato na catedral.
T6: Quanto?	A maior catástrofe do transporte aéreo de todos os tempos. Uma explosão incrível.
T7: Por quê?	O acidente foi provocado por um deslizamento de terra/por um rodadura bêbado.
T8: Consequências?	A gente fala que nosso franco é forte, mas serão necessários sete francos para ter um único Euro!
T9: Normas?	A pátria está em perigo.
T10: Controle?	Inexoravelmente.
T11: Distância de y?	Estrangeiros. Pessoas como você e eu.
T12: Aprovação?	Genial.

Tópica das Emoções - Fonte: PLANTIN, 2010, p. 73.

ANEXO III

Relato de violência

Uma noite ouviram gritos desesperados. Que eram? donde vinham? Não tínhamos o menor indício. Confinados, fechados, cambiando impressões rápidas à hora do banho, tentamos realizar um inquérito sondando faxinas e guardas. Estes se encerraram num mutismo desconfiado; os outros deixaram escapar informações vagas, cochichos, na verdade traições a compromissos — e daí conseguimos entrar naquele subterrâneo. É sujo e infame. De supetão divisamos hábitos inimagináveis, relações estranhas, uma esquisita moral, sensibilidade muito diversa da que revelam as pessoas comuns. Além disso paixões violentas, negócios escusos, inadmissíveis.

Essas coisas nos surgiam pouco a pouco, insinuavam-se, venciam resistência, mas, embora tentássemos explicá-las, aceitá-las, a dúvida permanecia. A força de repetições, chegávamos a admiti-las, pelo menos como possíveis à natureza humana, contingente e vária, capaz de tudo, até que viessem negá-las, enviar-nos à sociedade razoável, acomodada, sóbria, ignorante daqueles horríveis desvios. Cá fora passamos involuntariamente a raspadeira neles. Houve um momento em que nos vieram narrá-los, comentá-los, ou são produtos de fantasia desvairada, vestígios de sonho? Vacilamos em transmiti-los: não nos darão crédito, e isto nos deixará perplexos. Estaremos a forjar mentiras, resvalaremos na credulidade antiga, a engrossar boatos, adorná-los, emprestar-lhes movimento e vida?

Procuramos velhos companheiros, aticamos as reminiscências deles, obtemos confirmação. Foi o que me aconteceu. Informe-me de novo, procurei afastar as possibilidades de erro ou exagero, mas ainda me ficou uma vaga incerteza. O essencial é verdadeiro, causou espanto no começo, depois foi observado e nos pareceu natural. Não examinamos, porém, as circunstâncias: temos conhecimento delas por indivíduos confusos, propensos à divagação. Verdades? Não sei. Narro com reservas o que me narraram, admito restrições e correções.

Os gritos daquela noite eram de um garoto violado. Essa declaração me estarreceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos terríveis pedidos de socorro? Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer, e alguns vendiam pequenos delinquentes a velhos presos corrompidos — vinte, trinta, cinquenta mil-réis, conforme a peça. Esse comércio é tolerado, desemboca nele parte dos lucros obtidos na indústria mirim da cadeia — fabricação de pentes,

caixas, numerosas bagatelas de chifre e osso. E há também o jogo, rigorosamente proibido e nunca suspenso, o contrabando de álcool, as gorjetas, a venda de cigarros, prestação de serviços miúdos aos políticos. O dinheiro circula, às vezes serve para amaciar funcionários. Na ausência de mulheres, consente-se o homossexualismo tacitamente.

A administração finge castrar aqueles homens, insinua hipócrita que o trabalho e o cansaço tendem a suprir necessidades profundas, e ali se movem autômatos puxados para um lado e para outro. Percebemos o dolo e pouco a pouco nos habituamos a ver entrar a anormalidade na existência comum. Achamo-nos longe daqueles indivíduos, conhecemos apenas os que vêm trazer a comida, fazer a limpeza, mudar a roupa das camas, e a princípio relutamos em conceber veracidade nas informações. Perguntamos em seguida como poderia ser de outra forma num meio onde só vivem machos — Os assassinos, criminosos fortuitos, em geral os sujeitos chegados maduros, conseguem livrar-se do contágio: têm a preservá-los costumes diversos, princípios, a repugnância que nos leva a desviar os olhos se vemos uma dessas criaturas, lavar as mãos se a tocamos. Esse nojo e esses escrúpulos esmorecem com o tempo: refletindo, alinhando motivos, inclinamo-nos a uma indecisa piedade, afinal até isto minguia e desaparece: achamos aqueles invertidos pessoas vulgares submetidas a condições especiais: semelhantes aos que perderam em acidente olhos ou braços. Certo são desagradáveis quando neles predomina a linha curva, afetam ademanos femininos, têm voz dulçurosa, gestos lânguidos e caminham rebolando os quadris. Nem todos são assim, de ordinário não se distinguem por nenhum sinal particular. Nada que mereça desprezo. Como se iniciaram? Os angustiosos e inúteis apelos noturnos davam a resposta.

Depois nos vieram noções complementares. Meninos abandonados, vagabundos, pivetes, cedo se estragam, não experimentam surpresa ao ser metidos nas células de pederastas calejados. Mas há reações, incompatibilidades — e se os meios suasórios falham, o casamento se realiza com violência. É o recurso extremo. Antes de usá-lo, o agente emprega blandícias, numerosos processos de sedução, e se não tem êxito, recorre às ameaças. Toma a comida do outro, joga-a na latrina, arrebatá-lhe das mãos o caneco de água, proíbe-lhe o cigarro, vigia-o sem descanso, requinta-se em afligi-lo. Dois ou três dias de fome, sede e maus tratos anulam a funda aversão; a relutância esmorece, finda — e o idílio principia às escondidas: nem gritos nem oposição obstinada, uns restos de vergonha impedem a exibição tumultuosa. Sobrevém largo período de ternura, áspera, cega, exclusiva, de um calor desconhecido nas relações heterossexuais. De fato não é ternura: é desejo absorvente, furioso, quase a encher a vida com uma única necessidade. O macho oferece ao amigo uma dedicação exaltada, respeita-lhe os

caprichos, defende-o, trabalha com vigor e economiza para satisfazer-lhe as instâncias. Mas exige correspondência, espreita-o sem descontinuar e, dominado por ciúme feroz, não lhe consente expansões duvidosas; os excessivos cuidados, o amparo e as desconfianças permanentes tornam-se verdadeira tirania. Qualquer suspeita origina rixas, e nascem daí muitos dos crimes realizados nas prisões.

Ao ter conhecimento disso, refleti na cena de sangue dias antes anunciada pelo faxina, revi os motivos adquiridos em fragmentos e enxerguei mais um, talvez o essencial. As causas expostas enfraqueceram de repente, julguei-as laterais e secundárias: imaginei que o sujeito recusara a liberdade por não lhe ser possível afastar-se de um companheiro. Devia ser isso. Pelo menos é fácil admitirmos que um sentimento obsessivo, vizinho da monomania, leve alguém a lesar os seus próprios interesses.

As minhas conclusões eram na verdade incompletas e movediças. Faltava-me examinar aqueles homens, buscar transpor as barreiras que me separavam deles, vencer este nojo exagerado, sondar-lhes o íntimo, achar lá dentro coisa superior às combinações frias da inteligência — Provisoriamente, segurava-me a estas. Por que desprezá-los ou condená-los? Existem — e é o suficiente para serem aceitos. Aquela explosão tumultuária é um fato. Estupidez pretender eliminar os fatos. A nossa obrigação é analisá-los, ver se são intrínsecos à natureza humana ou superfetações. Preliminarmente lançamos opróbrio àqueles indivíduos. Porquê? Porque somos diferentes deles. Seremos diferentes, ou tornamo-nos diferentes? Além de tudo ignoramos o que eles têm no interior. Divergimos nos hábitos, nas maneiras, e propendemos a valorizar isto em demasia. Não lhes percebemos as qualidades, ninguém nos diz até que ponto se distanciam ou se aproximam de nós. Quando muito, chegamos a divisá-los através de obras de arte. É pouco: seria bom vê-los de perto sem máscaras.

Penso assim, tento compreendê-los — e não consigo reprimir o nojo que me inspiram, forte demais. Isto me deixa apreensivo. Será um nojo natural ou imposto? Quem sabe se ele não foi criado artificialmente, com o fim de preservar o homem social, obrigá-lo a fugir de si mesmo? (RAMOS, 1994, p. 308 – 311).

ANEXO IV

Relato da entrega de Olga Prestes e Elisa Berger

Uma noite chegaram-nos gritos medonhos do Pavilhão dos Primários, informações confusas de vozes numerosas. Aplicando o ouvido, percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo: àquela hora tentavam arrancá-las da sala 4. As mulheres resistiam, e perto os homens se desmandavam em terrível barulho. Tinham recebido aviso, e daí o furioso protesto, embora a polícia jurasse que haveria apenas mudança de prisão.

— Mudança de prisão para a Alemanha, bandidos. Frases incompletas erguiam-se no tumulto, suspenso às vezes com a transmissão de pormenores. Isso durou muito. Pancadas secas nos mostravam de longe homens fortes balançando varões de grades, tentando quebrar fechaduras. No dia seguinte vários cubículos estariam arrombados, imprestáveis algum tempo. Na Sala da Capela um rumor de cortiço zangado cresceu rápido, aumentou a algazarra. Apesar da manifestação ruidosa, inclinava-me a recusar a notícia: inadmissível. Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. Iriam a semelhante miséria? A exaltação dominava os espíritos em redor de mim. Brados lamentosos, gestos desvairados, raiva impotente, desespero, rostos convulsos na indignação. Um pequeno tenente soluçava, em tremura espasmódica:

— Vão levar Olga Prestes.

A queixa lúgubre deixava-me em situação penosa; esforçava-me por extingui-la. Nenhuma verossimilhança: com certeza aquilo era boato, conseqüência de imaginações desregradas. Vivíamos num ambiente de fantasmagorias. Asserções imprevistas me deixavam zonzos, entre a realidade e o sonho, a perguntar a mim mesmo, considerando um homem que se transformava em duende: — “Estará doido? Ou serei doido eu?”

Dias antes, ao apagarem-se as luzes, deixara-me ficar num banco, debruçado nas tábuas dos cavaletes, lendo sob o quebra-luz de papel. De repente, barulho no fundo escuro da sala. José Brasil se erguera excitado, acendera todas as lâmpadas: — “Acordem, abram os ouvidos. Há metralhadoras lá embaixo, assestadas contra nós. É estúpido morrer como carneiros. Não ouviram? Acordem, vamos preparar a defesa.” Várias pessoas roncavam; outras se moviam

chateadas, esfregando os olhos; algumas se deixavam contagiar, admitiam perigos indeterminados. E José Brasil comandava, indicava posições: — “Fiquem aqui, resguardem-se. Não passem diante das janelas.” Feitas indagações, descobrira-se enfim a origem das metralhadoras: os ratos, no altar, haviam roído uma estante, derrubado um missal, causado o enorme espalhafato. Devia agora existir uma ilusão dessa espécie: alguém se embrenhara em fantasia maluca, achara adeptos, e ao cabo de uma hora as duas casas estavam contaminadas pela estranha loucura.

Em roda entraram a sacudir as persianas velhas, jogaram no pátio as moringas: privaram-nos de água. Os tamancos batiam firmes no chão movediço. Doía-me saber que essas rijas manifestações não teriam nenhum efeito no exterior. As duas mulheres saíam do Brasil se a covardia nacional as quisesse entregar ao assassino estrangeiro. A idéia repelida voltava; enfraquecia o desejo de amortecê-la. Para que buscar a gente enganar-se? Eram capazes de tudo. O rumor crescia, as vozes aumentavam. Em ligeiras pausas nessa borrasca inútil, engarrafada, chegavam-nos informes que, para ser compreensíveis a tal distância, vinham, julguei, dos pulmões, poderosos como foles, do tremendo Lacerdão. Nesses hiatos visitava-me a esperança de que os bichos antipáticos se houvessem retirado meia dúzia de palavras aniquilava-me o otimismo.

Em duro silêncio, fumando sem descontinuar, sentia na alma um frio desalento. Mas porque, na horrível ignomínia, haviam dado preferência a duas criaturas débeis? Elisa Berger, presa, era tão inofensiva quanto o marido, preso também. Contudo iam oferecê-la aos carrascos alemães, e Harry Berger permanecia aqui, ensandecido na tortura. O nazismo não exigia restos humanos, deixava que eles se acabassem devagar no cárcere úmido e estreito. À noite, na sala 4, Elisa despertava banhada num suor de agonia, os olhos espavoridos. A lembrança dos tormentos não a deixava; um relógio interior indicava o instante exato em que, meses atrás, a seveciavam na presença de Harry, imóvel, impotente. Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida. Teria filho entre inimigos, numa cadeia. Ou talvez morresse antes do parto. A subserviência das autoridades reles a um despotismo longínquo enchia-me de tristeza e vergonha. Almas de escravos, infames; adulação torpe à ditadura ignóbil. Nasceria longe uma criança, envolta nas brumas do norte; ventos gelados lhe magoariam a carne trêmula e roxa. Miséria — e nessa miséria abatimento profundo.

A cabeça entre as mãos, os olhos fixos no mosaico, tentava desviar-me dali, fugir ao pesadelo. Acendia um cigarro, jogava-o fora, acendia outro. Esse exercício, único, enervava-me. Não seria possível fazer outra coisa? A brasa do cigarro a queimar-me os dedos convencien-

me de que não me achava adormecido. Era uma vigília, sem dúvida, infelizmente diversa de outras aparecidas meses antes, quando a polinevrite me lançava à espreguiçadeira, na saleta do café. Idéias fúnebres iam, vinham, engrossavam-me o coração. Miseráveis. O campo sórdido, o opróbrio, a dor. E depois os fornos crematórios, as câmaras de gases. Outras figuras em roda permaneciam inertes como eu, cabisbaixas, olhos no chão. Carlos Prestes, isolado, estaria assim, mas ignorava as ameaças à companheira. Chegar-lhe-ia aos ouvidos um som confuso do imenso clamor. De que se tratava? Pegaria um livro, mergulharia no estudo vagaroso e tenaz. A vozeria abafada não tinha para ele significação. E passaria meses sem poder inteirar-se da enorme desgraça. O tenente gemia, e as palavras invariáveis pareciam ter apagado as outras, escorregavam num soluço:

— Vão levar Olga Prestes.

Era afinal um desafogo manifestar-se alguém, insurgir-se de qualquer forma. Os utensílios da marcenaria malhavam as portas, abafavam às vezes o lamento do rapaz. Havia uma suspensão, e as sílabas chorosas reapareciam. Os indivíduos expansivos imaginavam talvez estar sendo razoáveis: pancadas e gestos de indignação serviriam para alguma coisa. Horrível era o desânimo de muitos, a certeza de que a cidade se afastava de nós, indiferente.

— Para que isso? perguntava a mim mesmo impacientando-me. Ignoram tudo, e a imprensa, vendida, nos enegrece.

A lamúria do rapaz mexia-me os nervos. Lembrei-me da viagem à Colônia Correccional. Demorara-me diante dos cubículos, a despedir-me dos companheiros. No pavimento de baixo, ao transpor a larga porta, lembrara-me de ver as mulheres da sala 4: encaminhara me à direita, subira a escada. No atordoamento, não me era possível examiná-las direito. Estavam à grade, em filas, umas no solo, outras suspensas, os tamancos pisando as traves, as saias entaladas, as pernas entre os varões de ferro, seguras a eles. — “Adeus.” — “Boa viagem.” Pedços de rostos, mãos, coxas, tamancos, frases amáveis, sorrisos, misturavam-se, vagos, inconsistentes. Na ala inferior, branca e serena, Olga me atirara alguns sons guturais, provavelmente a expressão de bom desejo, difícil de perceber aquela situação. A pequena distância, os bugalhos de Nise e os lábios sangrentos de Valentina. Desviara-me zonzozinho, descera, levando fragmentos vivos, a grulhada imperceptível e, dominando tudo, a fisionomia tranqüila, a alvura de nata, algumas palavras lançadas com pronúncia exótica. Certa manhã, na enfermaria, Elisa Berger surgira de repente na entrada ao fundo. Havia ali duas grades, a limitar um vão diminuto, e pelo menos uma estava sempre fechada. Naquele dia as duas se achavam destrancadas, exatamente quando Elisa passava por elas, dirigindo-se ao gabinete do dentista. Rápida, a mulher entrara e,

examinando cautelosa os arredores, estendera um envelope a Eneida, cochichara um instante e sumira-se, dando-me apenas o tempo necessário para notar que estava mais abatida e mais grisalha. Pouco depois as chaves tilintavam nas fechaduras. E sexta-feira à tarde os papéis fraudulentos haviam deixado a prisão, na bolsa de uma espanhola sonsa, que dizia ao velho Nunes quando obtinha visita extraordinária. — “Nossa Senhora é quem lhe há de pagar, seu major.”

Agora, sentado na cama, esforçava-me por escapar ao charivari embalando-me num pensamento que várias vezes me havia ocorrido. Era estranho as duas grades, em geral trancadas, fiscalizadas, se abrirem à passagem de Elisa Berger, em seguida se fecharem como se nada irregular existisse. A coincidência trazia-me dúvida e espanto. Seria coincidência? Um minuto de abandono, suficiente para o contrabando; nenhum vigia no recinto circular. Finda a manobra, um guarda viera de supetão, rigoroso e desconfiado, metera as lingüetas nos encaixes. Mas porque se ausentara quando a ausência dele favorecia uma infração? Conveniência. Esta idéia me assaltara e fixava-se, embora me apoiasse em meros indícios. Uma débil esperança animou-me: outros cúmplices tentariam salvar as infelizes. Abafei com desânimo a ilusão: se algum doido quisesse arriscar-se por elas, inutilizar-se-ia sem nada conseguir. Enfim não se tratava de obséquio miúdo: retirar-se uma pessoa, voltar ao cabo de um instante, com firmeza e energia, receosa de comprometer-se.

As horas arrastavam-se, vagarosas, a balbúrdia aumentava um pouco, diminuía. Em frente à sala 4, a polícia jurava que as duas vítimas não saíam do Brasil. A promessa nos era transmitida com hiatos, abafada e rouca. Espaçavam-se os gritos, as forças minguavam, não se prolongaria a resistência.

Tarde, a matilha sugeriu um acordo: Olga e Elisa seriam acompanhadas por amigos, nenhum mal lhes fariam. Aceita a proposta, arrumaram a bagagem, partiram juntas a Campos da Paz Filho e Maria Wemeck. Ardil grosseiro. Apartaram-nos lá fora. Campos da Paz e Maria Werneck regressaram logo ao Pavilhão dos Primários. Olga Prestes e Elisa Berger nunca mais foram vistas. Soubemos depois que tinham sido assassinadas num campo de concentração na Alemanha. (RAMOS, 1994, p. 274 – 278).